

Flávia Maria Franchini Ribeiro

**A SUBIDA DO MONTE PURGATÓRIO: ESTUDO DA EXPERIÊNCIA DOS
PRESOS POLÍTICOS DA PENITENCIÁRIA REGIONAL DE LINHARES
(1969- 1972)**

Dissertação de Mestrado

JUIZ DE FORA
2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**A SUBIDA DO MONTE PURGATÓRIO: ESTUDO DA EXPERIÊNCIA DOS
PRESOS POLÍTICOS DA PENITENCIÁRIA REGIONAL DE LINHARES
(1969 – 1972)**

Flávia Maria Franchini Ribeiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História: História, Cultura e Poder, na linha de pesquisa Poder, Mercado e Trabalho, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Ignacio José Godinho Delgado.

JUIZ DE FORA - MARÇO DE 2007

PÁGINA DE APROVAÇÃO

A dissertação intitulada **A subida do monte purgatório: estudo da experiência dos presos políticos da Penitenciária Regional de Linhares (1969 – 1972)**, elaborada por FLÁVIA MARIA FRANCHINI RIBEIRO, pré-requisito para obtenção do Grau de Mestre em História, foi aprovada por todos os membros da Comissão Examinadora designada pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História, Mestrado em História: Cultura e Poder do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Juiz de Fora, 16 de março de 2007.

Profa. Dra. Lucilia de Almeida Neves Delgado

Profa. Dra. Beatriz Helena Domingues

Prof. Dr. Ignacio José Godinho Delgado
(Orientador)

A

Júlia, minha filha,

imprescindível para a minha vida, e

a

Carmela Pezzuti,

uma vida imprescindível.

AGRADECIMENTOS

Nessa caminhada, muitas pessoas foram essenciais. Devo a elas todo a minha gratidão, pois sem cada contribuição específica este trabalho não poderia se realizar.

Inicialmente, agradeço àqueles que permitiram na minha convivência familiar dedicar-me à busca do que antes era apenas um sonho, o estudo de história, dando-me todo o apoio. À minha querida mãe, Yara Silva Franchini, companheira, amiga e cúmplice, que me sustentou de todas as maneiras nos momentos difíceis, contribuindo ainda para que eu realizasse as andanças na busca do material que constitui esse trabalho. Como se não bastasse, minha leitora, contribuindo para que o texto desse os primeiros passos para a sua formatação final. Agradeço também ao meu sincero pai e amigo, inspiração nesse tema, que compreendeu e apoiou a minha empreitada, com conselhos e apoio, sempre quando solicitado.

Agradeço ao meu orientador, professor Dr. Ignacio José Godinho Delgado pela oportunidade de convivência que me permitiu descobrir que aquele, que antes de conhecer pessoalmente, admirava pela capacidade intelectual, hoje também admiro pela pessoa humana que é. Obrigada também por respeitar as minhas considerações, e ao mesmo tempo, dar “uns puxões de orelha”, quando necessários.

À CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, cuja bolsa concedida neste último ano de atividades permitiu-me maior dedicação aos estudos.

Às professoras Dra. Lucilia de Almeida Neves Delgado e Dra. Cláudia Ribeiro Viscardi pelas considerações feitas no processo de qualificação, que me permitiram rever alguns pontos desse trabalho.

Aos professores desse departamento de História, Dra. Cláudia Ribeiro Viscardi, Dra. Silvana Motta Barbosa, Dr. Marco Cabral e, em especial, Dra. Beatriz Helena Domingues e Dr. Alexandre Mansur Barata.

Ao professor Ms. Fábio Chagas, doutorando pela UFF, que me acompanhou nos momentos iniciais dessa caminhada, com contribuições essenciais para esse trabalho final.

Aos funcionários da 4ª Circunscrição Judiciária Militar especialmente prestativos e interessados em auxiliar essa pesquisa, cuja ajuda foi de imenso valor. À Dra. Eli Ribeiro de Britto, Juíza Auditora, a Vera Lúcia Curci Ferreira Marques e a André Luiz de Almeida. Um agradecimento especial ao funcionário Olnidio Romualdo de Oliveira por sua atenção e disponibilidade.

A Heliane Casarin, do Setor de Memória da Biblioteca Murilo Mendes pela paciência em minhas pesquisas e ajuda para encontrar pessoas, e à nova amiga Marcélia Guimarães, pelas trocas, conversas e contatos.

A Nilma e aos funcionários da Seção de Documentação da Câmara Municipal de Juiz de Fora.

Ao professor Dr. Zwinglio Mota Dias do Departamento de Ciências da Religião da UFJF, e aos professores Dra. Helena Motta Sales e Dr. André Gaio, do Departamento de Ciências Sociais da UFJF.

Ao professor da Faculdade de Direito da UFJF, Cleverton Raimundo Sbarzy Guedes, que teve a paciência de me explicar os trâmites legais do Direito Penal, e sua aplicação durante os anos do regime militar.

Ao professor Dr. Fernando Dumas, pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz, que me auxiliou no trabalho de história oral com informações relevantes e textos para compreender o processo de inserção dos depoimentos colhidos.

Às funcionárias da Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, por me proporcionarem a oportunidade de conversar com uma das testemunhas deste trabalho.

A todos os meus tios e primos, em especial, às tias Maria Lúcia e Yramaia, pelos livros, jornais, revistas e papos. Às minhas avós, Cleonice e Glória (*in memoriam*). E à minha prima, Regina, pelo *abstract*.

Aos amigos, em especial, Marcelina e Magno pelo carinho com que me receberam em minhas idas à Belo Horizonte, à Juliana Carvalhal pelas trocas, empréstimos e conversas ao longo desse trabalho e à Soraya Ferreira, pelos textos e empurrão numa futura carreira. Aos amigos desse mestrado, Tereza, Marília, Paulo, Alexandre e Virna, por todo apoio e carinho. À Leda Maria Oliveira pela amizade de sempre. E à Ângela Maria Lopes, amiga e funcionária da Livros&Cia, que também me acompanhou nesses dois anos.

Finalmente, mas não por último, àqueles cuja contribuição foi essencial, sem a qual esse trabalho não existiria. Aos que se dispuseram a conversar comigo narrando suas experiências pessoais, contribuindo com a matéria-prima dessa dissertação, e também disponibilizando informações. Faço aqui a relação dos nomes pela ordem em que se desenvolveram os encontros: Jubel Barreto, José Salvatti Filho, Luiz Antônio Sansão, Jaime de Almeida, Gilney Amorim Viana, Itamar Bonfatti, Waldo Silva, Luiz Flávio Rainho T. Ribeiro, Renê Gonçalves de Matos, Regina Lúcia Araújo de Matos, Ricardo Fontes Cintra, Colatino Lopes Soares Filho, Maria José de Carvalho Nahas, Jorge Raimundo Nahas, Guido de Souza Rocha, Marco Antonio de Azevedo Meyer, Nilo Sérgio de Menêzes Macedo, Ângela Maria Pezzuti. A todos vocês o meu muito obrigado e a minha admiração.

O dever de todo revolucionário é fazer a revolução.

ERNESTO CHE GUEVARA

Assaz o senhor sabe: a gente quer passar um rio a
nado, e passa; mais vai dar na outra banda
é num ponto muito mais embaixo,
bem diverso do em que primeiro se pensou.
Viver nem não é muito perigoso?

JOÃO GUIMARÃES ROSA

É a memória de um tempo onde lutar por seu direito
é um defeito que mata
São tantas lutas inglórias
São histórias que a história qualquer dia
Contará
De obscuros personagens
As passagens, as coragens
São sementes
Espalhadas nesse chão
De Juvenais e de Raimundos
Tantos Júlios de Santanna
Nessa crença num enorme coração
Dos humilhados e ofendidos
Explorados e oprimidos
Que tentaram encontrar a solução
São cruces
Sem nomes
Sem corpos
Sem datas
Memória de um tempo
Onde lutar por seu direito
É um defeito
Que mata

E tantos são os homens
Por debaixo das manchetes
São braços esquecidos
Que fizeram os heróis
São forças
São suores
Que levantam as vedetes
No teatro de revistas
Que é o país de todos nós
São vozes que negaram
Liberdade concedida
Pois ela é bem mais sangue
É que ela é bem mais vida
São vidas que alimentam
Nosso fogo da esperança
O grito da batalha
Quem espera nunca alcança
E quando o sol nascer
É que eu quero ver
Quem se lembrará
E quando amanhecer
É que eu quero ver
Quem reportará
Eu não quero esquecer
Essa legião
Que se entregou
Por um novo dia
Eu quero
É cantar
Essa nota tão calejada
Que nos deu
Tanta alegria
E vamos à luta!

GONZAGUINHA: A LEGIÃO DOS ESQUECIDOS

RIBEIRO, Flávia Maria Franchini. *A subida do monte purgatório: estudo da experiência dos presos políticos da Penitenciária Regional de Linhares (1969 – 1972)*. Juiz de Fora, 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora.

RESUMO

O enfoque desta pesquisa é a experiência dos presos políticos da ditadura militar, na Penitenciária Regional José Edson Cavaliari, conhecida como Penitenciária de Linhares, localizada em Juiz de Fora (MG), entre os anos de 1969 e 1972. Embora o local tenha funcionado como presídio político desde 1967 até 1980, o recorte temporal deve-se à proposta de se analisar o comportamento desses presidiários, a maioria com um perfil específico, e oriundos do período de embates mais violentos com a repressão, em que alguns adotaram técnicas de guerrilha urbana, e muitos foram expostos a métodos de tortura nos interrogatórios, desenvolvidos durante o regime.

A ênfase na Penitenciária de Linhares advém da leitura da memorialística publicada por presos políticos, em que esta instituição é citada enquanto uma instituição de reclusão, distinta daquelas de interrogatório onde eram praticadas sevícias. O objetivo dessa dissertação visa à compreensão das características que apontam o presídio de Juiz de Fora enquanto uma instituição de reclusão e, no caso dessa hipótese ser confirmada, visa ao conhecimento do tipo de comportamento que os presos políticos adotaram naquele local.

A organização dos presos dentro dessa instituição é analisada com ênfase nas ações políticas, que visavam se sobrepor à disciplina carcerária daquela instituição, abordando-se o debate político, os ritos, e a sobrevivência da militância na prisão.

É também objeto do estudo a mobilização de alguns presos políticos, na confecção de documentos denunciando a opressão do regime militar, elementos que contribuíram para uma nova versão da memória coletiva sobre os personagens históricos que se enfrentaram na Ditadura, elaborada posteriormente, e que condena as ações militares.

Palavras-chave: preso político; memórias; Penitenciária de Linhares.

RIBEIRO, Flávia Maria Franchini. *The ascent of the Mount of Purgatory: a study of the experience of political prisoners in the Penitenciária Regional de Linhares. (1969 – 1972)*. Juiz de Fora, 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora.

ABSTRACT

The focus of this research is on the political prisoners' experience of the military dictatorship, at Regional Penitentiary José Edson Cavalieri, known as Penitenciária de Linhares, located in Juiz de Fora (MG), during the years of 1969 and 1972. Although the place had functioned as a political prison since 1967 up to 1980, the temporal outline is due to the proposal of analysing those prisoners' behavior, most of them with a specific profile, and preceding from the repression, when some of them adopted urban guerilla techniques, and many of them were exposed to torture's methods during the regime.

The emphasis on Linhares Penitentiary comes from the reading of memories, published by political prisoners, where this institute is mentioned as a reclusion institute, distinct of those ones of interrogatory, where tortures were practiced. The purpose then, was to understand the characteristics which point out the penitentiary of Juiz de Fora as a reclusion institute, and in case this hypotheses was confirmed, it was necessary to try to visualize the kind of behavior the political prisoners adopted in that place.

The prisoners' organization inside that institute was analised, with an emphasis on the political actions, which aimed to overlap the prison's discipline, having as approach the political debate, the rituals, and the survival of the militia in prison.

It was also object of study the mobilization of some political prisoners in the making of documents accusing the military regime's oppression, which seems to have contributed for a new version of the collective memory, later made, about the historical characters who faced each other during the Dictatorship, and which blames the military actions.

Key Words: political prisoners, memories, Linhares Penitentiary.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS.....	xiii
INTRODUÇÃO.....	01
1. REPRESSÃO E CONTESTAÇÕES URBANAS: O AMBIENTE REVOLUCIONÁRIO APÓS O GOLPE DE 1964	29
1.1. A escalada repressiva após o golpe de 1964	29
1.2. Idéias e mentes: o preso político na ditadura militar brasileira	41
1.3. A transformação da Penitenciária Regional de Juiz de Fora em presídio político da IV Região Militar	50
2. A MEMORIALÍSTICA DAS PRISÕES POLÍTICAS DURANTE O REGIME MILITAR	69
2.1. A disputa pelo espaço da memória	69
2.1.1. A memória oficial nos anos de chumbo	71
2.1.2. A memória clandestina	73
2.1.3. Quando a versão oficial passa a ser questionada por setores mais amplos	75
2.1.4. A construção memorialística de uma resistência	80
2.1.5. As memórias publicadas como recurso para o estudo das prisões políticas	85
2.2. O reflexo das variadas prisões na construção da memória: distinção entre instituições de interrogatório e instituições de reclusão	87
2.2.1. O relato da fase das torturas: a marca pelo sofrimento	88
2.2.2. A diferenciação no processo prisional: ida para instituições de reclusão	91
2.2.3. Elementos que contribuem para estabelecer uma mudança	96
2.3. A memória dos presos políticos sobre a passagem para as instituições de reclusão	99
2.3.1. A Penitenciária de Linhares na memória dos presos políticos	100
2.3.2. Novas adversidades quotidianas com a transferência	106
3. NO PURGATÓRIO: A EXPERIÊNCIA DOS PRESOS POLÍTICOS NA PENITENCIÁRIA DE JUIZ DE FORA	117
3.1. A luta interna constante: a repressão da polícia política contra os militantes detidos	117
3.1.1. A rotina de um presídio político: embates diretos e as normas disciplinares	119
3.1.2. O controle sobre o contato com o exterior	124
3.1.3. Outros personagens: a relação com os carcereiros, PMs e outros presos	129
3.1.4. Sérios confrontos	134

3.2. A organização dos presos políticos	141
3.2.1. A formação do coletivo de presos políticos	144
3.2.2. Os ritos e as canções	156
3.3. Divergências de opiniões	165
4. NO NÚCLEO DA “CÉLULA COMUNISTA”: AS AÇÕES DOS PRESOS POLÍTICOS NA PENITENCIÁRIA DE LINHARES	178
4.1. A comunicação interna entre os presos políticos	181
4.2. Muito além dos muros: a troca de informações com o exterior	193
4.3. Na saída de Linhares: a luta continua!	210
CONSIDERAÇÕES FINAIS	215
FONTES	226
ANEXOS.....	234

LISTA DE ABREVIATURAS

4ª C.J.M. – 4ª Circunscrição Judiciária Militar

4º RO – 4ª Regimento de Obuzes

10º ou 12º RI – 10º ou 12º Regimento de Infantaria (em Juiz de Fora e no Rio de Janeiro, respectivamente)

AI - 5 – Ato Institucional 5

ALN – Aliança Libertadora Nacional

AP – Ação Popular

APML – Ação Popular Marxista-Leninista

COLINA – Comando de Libertação Nacional

CORRENTE – Corrente Revolucionária de Minas Gerais

DCE – Diretório Central dos Estudantes

DOI-Codi – Destacamento de Operação de Informações e Centro de Operações de Defesa Interna

DOPS/DEOPS – Departamento de Ordem Política e Social

ID/4 – Infantaria Divisionária da 4ª Região Militar

IPM – Inquérito Policial-Militar

IV RM – IV Região Militar

JEC – Juventude Estudantil Católica

JUC – Juventude Universitária Católica

MNR – Movimento Nacionalista (ou Nacional) Revolucionário

MR - 8 – Movimento Revolucionário 8 de outubro

OBAN – Operação Bandeirantes

ORM - POLOP – Organização Revolucionária Marxista - Política Operária

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PCBR - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PE – Polícia do Exército

QG – Quartel General

STM – Superior Tribunal Militar

UEE – União Estadual dos Estudantes

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UJES – União da Juventude Estudantil Secundarista

UNE – União Nacional dos Estudantes

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

INTRODUÇÃO

N'A *Divina Comédia*, quando chega próximo ao Monte Purgatório, acompanhado do poeta Virgílio, Dante Alighieri escuta do guardião do lugar, Catão: “Quem és, que vencendo o rio trevoso fugistes da prisão eterna? Quem te guiou, iluminando o caminho, para que pudesses deixar o infernal espaço onde é sempre noite escura? (...)”.¹ Eles saíam do Inferno.

Para muitos presos políticos, durante a ditadura militar que vigorou no Brasil entre 1964 e 1985, a transferência de uma instituição para a outra, poderia implicar na mudança do tipo de prisão, numa experiência similar ao trajeto seguido por Dante e seu guia Virgílio.

A memorialística das prisões durante a ditadura expressa essa mudança, associando-a ao fim dos interrogatórios em que os militantes de esquerda detidos estavam expostos a torturas, praticadas pelos agentes da repressão enquanto método de inquirição. Na definição de muitos, esta fase era o inferno.

Nesse sentido, trabalhamos as memórias da prisão política identificando as características dessa experiência, que foram expressas por Jacob Gorender em *Combate nas Trevas*,² distinguindo dois processos da detenção: nas instituições de interrogatório, aliada às torturas, e nas instituições de reclusão, quando o preso aguardava julgamento ou já cumpria a pena.

Apesar da extrema complexidade que envolveu o processo prisional durante a ditadura, causada pela própria fluidez de um regime de exceção, a leitura dos relatos nos possibilitou detectar que a ida para aquelas que podem ser consideradas as instituições de reclusão implicava numa nova perspectiva de comportamento dos presos perante a prisão, principalmente pela expectativa do fim da exposição à tortura física.

¹ ALIGHIERI, Dante. *A Divina Comédia*. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 2003, p. 148.

² GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

No entanto, quando falamos sobre prisões, devemos esperar sempre histórias marcadas pelo sofrimento. Este delinea a experiência dos presos políticos e demonstra o grau de barbárie a que o ser humano pode estar exposto, pelos relatos que buscam uma graduação do tipo de prisão. Nesse sentido, num regime onde a violência da polícia política foi prática constante, prisões sem tortura física seriam menos terríveis do que aquelas onde eram praticadas sevícias.

Porém, mesmo que o purgatório não seja tão assustador quanto o inferno, ele nunca será melhor do que a liberdade. Com a estadia nessa outra espécie de prisão, surgem novas dificuldades enfrentadas pelos presos políticos, devido aos embates com a repressão, que visa submetê-los às regras da disciplina carcerária. E, até mesmo entre o próprio grupo, liderado por setores que pretendem manter a disciplina militante.

Com a leitura da memorialística nos deparamos com a freqüente referência à Penitenciária Regional José Edson Cavalieri, localizada em Juiz de Fora (MG), comparada ao purgatório, ou limbo, pelos presos políticos.

Inaugurada em 1966 para figurar como uma penitenciária para presos comuns, foi subitamente transformada em presídio político para alojar pessoas detidas, denunciadas na IV Região Militar por crimes contra a Lei de Segurança Nacional, em 1967, quando foi descoberta a Guerrilha de Caparaó. Mas foi somente em 1969, com o grande afluxo dos políticos na instituição, que a presença deste perfil de detentos se tornaria marcante.

Muitos juizforanos desconhecem que a cidade mineira teve um grande presídio político durante a ditadura. Então, este passou a ser nosso objetivo: estudar e analisar as experiências dos que estiveram na Penitenciária ou presídio de Linhares - como é conhecida a instituição entre os seus ex-detentos - durante os anos da repressão.

Quando abordamos pessoas presas por engajamento político é importante ressaltar que o trabalho de memória não será apenas o relato das experiências cotidianas numa instituição prisional, embora parta dessas lembranças para reconstituir a vida neste

presídio. Mas, o que pontua a passagem dos presos políticos pelos diversos presídios e penitenciárias espalhados pelo Brasil durante o regime militar é a sua capacidade de organização, muitas vezes procurando se sobrepor às regras das instituições que visavam oprimir seus ideais.

Assim, nosso enfoque está nos anos em que a Penitenciária de Linhares foi mais fortemente marcada por esses enfrentamentos com a repressão, a partir do interior do próprio cárcere político, mesmo quando essas ações do preso não tenham sido levadas ao conhecimento da opinião pública naquela época. Os anos de 1969 a 1972 serão decisivos nesse embate proporcionado, até mesmo pela grande quantidade de presos políticos com um perfil específico: muitos deles jovens, oriundos do movimento estudantil e com uma proposta de transformação do mundo pela atuação da “vanguarda revolucionária”.³

Mas a prática de mobilização de presos políticos não se limita ao período em que vigoraram os governos militares, visto que é específico da disciplina militante das esquerdas durante o século XX. Presos de outro governo de exceção, a partir da segunda metade da década de 1930, registraram em relatos e em algumas memórias os meios empregados para a sobrevivência no cárcere.

Segundo o historiador Jorge Ferreira, que analisou os relatos dos comunistas na prisão durante a Era Vargas, é possível observar que estes homens conseguiram se sobrepor à dominação do aparelho prisional vencendo em parte as suas dimensões repressoras.

Na análise de Jorge Ferreira, baseado nos depoimentos dos presos políticos de 1935, estes “tudo fizeram para afirmar sua humanidade”⁴. Seu objetivo, através da reflexão sobre os relatos dos presos da segunda metade dos anos 30, é demonstrar como certos

³ Segundo Marcelo Ridenti, a “vanguarda revolucionária” é a postura adotada por inúmeros grupos da esquerda que contestavam a posição do PCB, para eles caracterizada por “imobilismo” por uma oposição à ditadura pela via pacífica, e propõem a construção do socialismo através da luta armada, pela utopia do “homem novo”, inspirada em Ernesto Che Guevara, no caso brasileiro, “enraizado nas tradições populares”. RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Ed. Unesp, 1993, pp. 38-39.

⁴ FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994, p. 102.

estudos estão enganados ao apresentar o sistema repressivo dessa época como uma instituição homogênea. Após uma meticulosa análise das memórias dos comunistas presos, Jorge Ferreira concluiu que:

A investigação das condições de vida dos revolucionários presos demonstra que eles criaram estratégias de sobrevivência e, com relativo sucesso, resistiram ao poder autoritário que os oprimia. Mais ainda, o estudo do sistema penitenciário permite desvendar uma série de contradições, dissensões e divergências dentro do aparato repressivo de Estado, sugerindo que, mesmo em sua dimensão mais tenebrosa, o regime político não foi coeso, unificado e muito menos “total”.⁵

Entre as publicações que contribuem para essa constatação está um dos diários mais famosos das prisões, a obra “Memórias do Cárcere” de Graciliano Ramos. No texto inicial este autor já apresenta sinais dessa possibilidade de sobrevivência à opressão, e que seria anos mais tarde tema da pesquisa de Jorge Ferreira: “liberdade completa ninguém desfruta: começamos oprimidos pela sintaxe e acabamos às voltas com a Delegacia de Ordem e Política Social, mas, nos estreitos limites a que nos coagem a gramática e a lei, ainda nos podemos mexer.”⁶

Citamos Jorge Ferreira, visto que consideramos importante relacionarmos os elementos apontados pelo historiador, que contribuem para sua afirmação sobre os presos políticos do período ditatorial de Getúlio Vargas. Nessa época, os presos também foram expostos à violência e à truculência da polícia, sendo a experiência das torturas após o golpe de 1964 o mesmo tipo de violação do corpo a que alguns já haviam sido submetidos em outros tempos de perseguição política. Mas, segundo o historiador, apesar da violência e da coerção vivida dentro da prisão, havia a preocupação em manter “a solidariedade grupal”⁷, através de uma organização e rede de comunicação nacional entre os comunistas.

⁵ Idem, p. 93.

⁶ RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. 21ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1986, p. 34. (Volume I).

⁷ FERREIRA, J. op. cit., p. 97.

O mesmo tipo de comportamento pode ser detectado ao se estudar a experiência dos presos políticos durante a ditadura militar. Esse padrão de ações foi mais intenso em algumas instituições do que em outras, particularmente naquelas destinadas à reclusão dos presos pelo novo caráter do processo prisional já especificado anteriormente. Mas, conforme constatou Jorge Ferreira sobre a repressão durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, permeada por conflitos e peculiaridades internas às suas instituições, também apontamos a mesma característica ao sistema repressivo do regime militar.

- **Metodologia:**

Essas informações sobre a realidade das prisões durante a ditadura, e os seus variados desdobramentos são possibilitadas pela história oral. No desenvolvimento precoce da pesquisa, o nosso recurso a esta seria uma opção à escassez, ou quase inexistência, de fontes documentais escritas sobre a Penitenciária de Linhares, devido ao ‘desaparecimento’ dos arquivos da instituição dos documentos datados entre os anos de 1967 e 1979,⁸ restando somente o livro de “Registro de Matrícula de Presos do Centro de Reclusão de Juiz de Fora” que contém a inscrição dos que ingressaram na instituição pela primeira vez.

Lidávamos ainda com o fato de uma pesquisa sobre um período recente possibilitar o maior acesso aos personagens históricos daquele momento, estando conscientes de que estaríamos investigando um período traumático para as pessoas que o vivenciaram. No entanto, justificávamos, ignorar essa oportunidade seria relegar a história desses presos ao esquecimento.

Porém, com o desenvolvimento da pesquisa passamos a nos desligar efetivamente de considerações por certo limitadas quanto ao uso da história oral. E nos deparamos com

⁸ Essa informação foi fornecida na imprensa em: ARBEX, Daniela. “Militantes chegaram algemados uns aos outros”. *Tribuna de Minas*, Juiz de Fora, 30 de abril de 2002, Geral, p. 03, onde se lê: “Em 1980, Vasconcelos (vice-diretor da Penitenciária de Linhares em 1967) deixou a penitenciária. Quando retornou, cinco anos depois, todas as fichas destes militantes haviam desaparecido.” SM/BMMM. Este fato foi por nós confirmado junto a Vara de Assuntos Criminais do Tribunal da Justiça do Estado de Minas Gerais e através de presos políticos que, durante a reunião de documentos para os seus processos de reparação pelo Estado dos crimes cometidos durante a ditadura, estiveram na instituição.

as possibilidades desta para com o nosso objeto de estudo, que no presente trabalho, acreditamos ultrapassar uma função de alternativa à dificuldade de acesso às fontes documentais escritas.

Da mesma forma, a contribuição dessa metodologia não se restringe apenas a um recurso técnico de coleta de depoimentos de setores relegados à margem na história oficial, para não caírem no esquecimento. Este último intento, por si só, mesmo que nobre, não atinge os objetivos da disciplina histórica, que pretende o levantamento de fontes – quaisquer que sejam –, aliado à capacidade de análise crítica do pesquisador,⁹ posto que eles próprios são uma interpretação da realidade pela testemunha, e não a verdade dos fatos.¹⁰

Assim, consideramos os testemunhos fundamentais para a nossa pesquisa, tratando-os - não enquanto uma fonte complementar, mas sim como a principal deste trabalho. Isso porque a análise dos depoimentos nos possibilita caracterizar a Penitenciária de Linhares enquanto uma instituição de reclusão, conforme distinção feita por Jacob Gorender, e por nós detectada nos relatos publicados de ex-presos políticos.

Esse fator é significativo para compreender a experiência desses presos em Linhares, pois reflete o tipo de organização que eles terão nessa instituição específica, embora ela seja menos determinada pelo local do que pela ideologia dos prisioneiros acolhidos.

Mas, caso esses dados estivessem relatados numa fonte produzida pela repressão, a maior parte da documentação escrita sobre o período, a interpretação seria indubitavelmente diversa.

⁹ LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. “Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea”. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (coord.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 17.

¹⁰ PORTELLI, Alessandro. “A Filosofia e os Fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais”. IN: *TEMPO*. Dossiê Teoria e Metodologia. Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Ed. Relume-Dumará, Volume 1, n. 2, dezembro, 1996, p. 60.

Em um contexto histórico marcado pela supressão dos direitos civis e a arbitrariedade da polícia política na repressão aos mais variados setores da sociedade, a associação de uma prisão desse sistema à melhora das condições de vida do preso, pelos políticos, está carregada de significados fundamentais para a análise do período, que somente poderão ser compreendidos segundo a interpretação desses elementos.

O trabalho de história oral possibilitou-nos também conhecer melhor o processo de construção de memória. Com a leitura dos relatos publicados, visualizávamos o processo prisional segundo uma visão etapista, que seria a passagem da fase de interrogatório à da reclusão. Ao contrário, o período das prisões políticas da ditadura militar era descontínuo, podendo haver retornos aos interrogatórios, o que fez com que a estada nas instituições de reclusão fosse permeada por um medo constante.

No entanto, é importante ressaltar, o testemunho oral difere de outras modalidades de depoimento, como a tradição oral e a escrita. Esse fator se dá primordialmente pela dinâmica das entrevistas, em que ocorre a interferência de fatores como a relação do entrevistador com o seu entrevistado e o uso de um equipamento de gravação. Além do mais, o trabalho de memória em história oral se desenvolve a partir de um estímulo externo e específico, ou seja, a curiosidade do pesquisador sobre a experiência de presos políticos na Penitenciária José Edson Cavalieri. Dessa forma, a lembrança desses fatos é a consequência de um “encontro direto” entre duas pessoas, a testemunha e o entrevistador, o que “confere uma característica particular à natureza da lembrança”.¹¹

Os relatos muitas vezes foram marcados por silêncios, hesitações, risos ou comoções. Reações que dominam o entrevistado quando relembra os temas relacionados ao sofrimento, como as prisões políticas. Muitas dessas pontuações emotivas expressam dizeres que os depoentes não conseguem concretizar em palavras. Nesse sentido, a

¹¹ NICODEMO, Lucia. “Introduzione”. IN: Idem. *Le donne raccontano*: Napoli occupata dagli Alleati (1943-1944). (Tesi di Laurea). Napoli, Italia: Università degli Studi di Napoli, Facoltà di Lettere e Filosofia, 1997-1998, p. 02.

transcrição desse material perde em conteúdo, ao se tornar um novo documento que inevitavelmente omite algumas dessas interjeições, “(...) procedimentos constitutivos da oralidade”,¹² segundo Alessandro Portelli, e que nos informam sobre a construção dessa memória.

- **Testemunhos:**

Para esse trabalho foram entrevistadas 18 pessoas que possuem relação com as prisões políticas na Penitenciária de Linhares entre os anos 1969 a 1972. A seleção prévia da amostra não pretendeu um rigor específico quanto ao número pré-estabelecido de testemunhos, pois segundo afirma Thomson, “se houver um conselho universal sobre entrevistas de história oral, este será que o entrevistador precisa estar constantemente alerta para perceber qual a boa prática de entrevista em culturas e circunstâncias particulares”.¹³

Iniciamos nossa pesquisa com os testemunhos de juizforanos presos, cidade de nossa residência, pela maior facilidade do contato com esses entrevistados, muitos deles ligados à UFJF, instituição na qual desenvolvemos a pesquisa. Grande parte deste universo teve uma espécie de associação com a organização APML, com algumas exceções.

Durante esse percurso, por indicação de pessoas nas mais variadas situações, fomos tendo contato com presos políticos de algumas das várias tendências do período. Nosso enfoque, desde o princípio, esteve muito voltado para alguns indivíduos que realizaram ações de cunho político dentro do presídio de Juiz de Fora, ou que passaram um tempo maior que a média dos presos políticos da instituição, informações reveladas pela memorialística já publicada.

Paralelamente, à medida que desenvolvíamos a leitura bibliográfica, percebemos uma predominância de indivíduos ligados a três organizações, e suas futuras composições

¹² PORTELLI, A. A Filosofia e os Fatos, op. cit., p. 69.

¹³ THOMSON, Alistair. “Aos cinquenta anos: uma perspectiva internacional da história oral”. IN: FERREIRA, M.M; FERNANDES, Tânia M. Dias; ALBERTI, Verena (org.). *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fiocruz/FGV, 2000, p. 51.

com rachas e subrachas, dentro da Penitenciária - hipótese mais tarde demonstrada nos testemunhos-, que são: COLINA¹⁴, CORRENTE¹⁵ e a AP ou APML¹⁶ (após uma reorganização interna). Iniciamos então, a pesquisa de nomes conhecidos através dos mais variados suportes, desde a Internet até indicações de pessoas, para que pudessemos conversar com os membros desses grupos.

A predominância masculina em relação à feminina entre os entrevistados refere-se, principalmente, à maior dificuldade de acesso às mulheres, por indicação de outros presos políticos. Isso, devido ao fato do tempo de existência da ala feminina no presídio ter sido restrito. Registramos a entrada de mulheres na Penitenciária de Linhares em 1969 e suas

¹⁴ O nome Comando de Libertação Nacional (COLINA) surgiu em ações de expropriação e propaganda revolucionária durante movimentos de greve operárias em Contagem (MG), em 1968. Antes, a dissidência mineira da POLOP, era apenas conhecida entre seus militantes por Organização. A ruptura ocorrida em 68, foi parte do movimento que atingiu a Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM-POLOP), desde 1967, em vários lugares, além de Minas Gerais, como Rio de Janeiro e São Paulo. Essa cisão foi o resultado de influências como os movimentos revolucionários na América Latina e o guevarismo. A COLINA, porém, teve ampla atuação em Minas Gerais, com participações no Rio de Janeiro. A POLOP surgiu em 1961 e priorizava o debate teórico de esquerda marxista à construção de um partido político que fizesse frente ao PCB, embora seus escritos fossem de oposição ao Partido. Com o golpe civil-militar, tentou duas ações de guerrilha, a “Guerrilha de Copacabana” e a “Guerrilha de Caparaó”. Cf.: REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (Orgs.). *Imagens da Revolução: Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1985, pp.134-135; e, ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, s/d, pp. 102-103.

¹⁵ A partir de 1964, uma série de divergências no PCB geraria com o tempo as Dissidências e a Corrente. Em 1967, com lideranças que discordavam do Comitê Central do PCB, a oposição formulou-se efetivamente, sendo nacionalmente denominada Corrente Revolucionária (CORRENTE), e estendendo-se pela Guanabara, Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná, Espírito Santo, Pernambuco e outros. No estado mineiro, a Corrente Revolucionária de Minas Gerais (CORRENTE), embora sendo uma dissidência do PCB, realizou ações armadas no ano de 1968. Da CORRENTE mineira originou-se a ALN, e também alguns de seus militantes foram para o PCBR. A Aliança Libertadora Nacional (ALN) foi a organização que mais mobilizou militantes entre 1968 e 1973, com grande influência de Carlos Marighella que rompeu com o PCB, e visava ações armadas imediatas em áreas urbanas para o recolhimento de fundos que propiciariam a guerrilha rural. O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) foi fundado em 1968, e propunha a organização marxista em contraposição à ação armada imediata, visando a uma revolução popular contra o Estado burguês. Cf.: REIS FILHO, D.A.; SÁ, J. F. op. cit., p. 13; ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil Nunca Mais*. op. cit., pp. 93-94; SILVA, Antonio Ozai da. *História das Tendências no Brasil* (Origens, cisões e propostas). São Paulo: s/d., pp. 104-106; GORENDER, J. op. cit. pp. 97-99 e 112-113; e, RIDENTI, M. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. op. cit., p. 57.

¹⁶ Ação Popular (AP) foi criada em 1962 em consonância com a Juventude Universitária Católica (JUC), e manteve sua opção pelo socialismo após o impacto do golpe que implantou a ditadura militar, acrescida da proposta de resistência armada, embora não a tenha exercido na prática. Até 1968, esteve presente junto ao movimento estudantil com grande força, e desenvolveu trabalhos paralelos de organização no campo e nas fábricas, com sucesso no Nordeste juntamente à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Esta tendência intensificou-se após 68 e, em 1971, converter-se-ia definitivamente ao marxismo-leninismo, tornando-se a Ação Popular Marxista-Leninista (APML), tendência desde a sua fundação. Visava à organização de todos os partidos do mesmo caráter, com franca aproximação com o PCdoB, o que resultou numa divisão interna. Cf.: REIS FILHO, D.A.; SÁ, J. F. op. cit., p. 36-37; e, ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil Nunca Mais*. op. cit., pp. 100-101.

permanências na instituição até setembro de 1971, quando foi extinta a ala feminina. Durante a sua existência, a proporção de mulheres para homens foi explicitamente reduzida sendo aproximadamente, segundo relatos, cerca de 20 mulheres presas em comparação a uma estimativa de quase 200 presos do sexo masculino, no período de maior população carcerária.

Dessa forma, entre os testemunhos femininos, a única mulher entrevistada foi Maria José de Carvalho Nahas, que esteve no local no final de 1969 até junho de 1970, quando foi trocada juntamente com outros companheiros pelo embaixador alemão seqüestrado pela VPR. Optamos, portanto, por não realizar um estudo que destacasse a distinção de gênero, e enfocarmos principalmente no comportamento geral dos presos políticos enquanto um grupo, visto que observamos comportamentos semelhantes, revelados pela testemunha, ao da ala masculina.

O próprio testemunho de uma parenta de dois presos políticos em Linhares, seus sobrinhos, e também irmã de uma presa, que por várias vezes esteve na penitenciária, afirmou não observar diferenças entre o tratamento das alas feminina e masculina, que eram separadas, ressaltando, porém, a comunicação existente entre essas alas através de cantos e outras formas, embora tenha citado mulheres, a quem considera fundamentais, para o conhecimento do presídio político de Linhares.¹⁷ Certamente, não dispensamos as peculiaridades do estudo específico sobre o comportamento das mulheres na Penitenciária Regional de Juiz de Fora, que seriam encontradas caso o tema fosse focado diretamente. No entanto, caberá a novos trabalhos a realização dessa tarefa, visto ser uma proposta mais difícil de ser cumprida pela ausência de fontes, no âmbito dessa dissertação de mestrado.

Alguns dentre os depoentes não foram presos na Penitenciária de Linhares. Mas suas entrevistas foram fundamentais para elucidarmos certos questionamentos que permaneceriam no ar, caso fossem ignorados. A necessidade dessa conversa deu-se ao

¹⁷ Depoimento de Angela Maria Pezzuti.

longo das próprias entrevistas, por indicação de ex-presos políticos, ou pela nossa constatação da importância desses depoimentos para o trabalho. Passo à explanação das pessoas entrevistadas, pela ordem em que foram realizados os encontros:

- Jubel Barreto (JB): Psiquiatra e professor universitário na UFJF, iniciou a participação política através do contato com os frades dominicanos, congregação a que pertencia quando houve o golpe de 1964. Com 18 anos, logo após os acontecimentos de 31 de março e 01 de abril, rompeu com essa participação e após um tempo em Belo Horizonte, veio para Juiz de Fora e ingressou no curso de Medicina em 1969. Foi presidente do Diretório Acadêmico e logo em seguida do DCE, em 1970. A atuação no movimento estudantil estreitou os laços com a AP. Com a queda em massa da organização em Minas Gerais, no final de 1971, foi preso e levado para a Penitenciária de Linhares, no início de 1972, onde permaneceu por 10 dias incomunicável, respondendo a inquérito. O julgamento do grupo viria a ocorrer somente em 1973, sendo todos os indiciados absolvidos por falta de provas.
- José Salvati Filho (JSF): O metalúrgico iniciou a militância atuando na UJES, em 1967. Como também trabalhava fora, alugou uma casa no bairro juizforano de Santa Luzia para guardar o mimeógrafo da entidade onde militava, e começou a panfletar nas redondezas contra a ditadura militar. Sem vínculos partidários, teve contatos com militantes da CORRENTE e do PCBR, embora não possuísse identificação com essas organizações. Mas foi enquadrado por crimes contra a Lei de Segurança Nacional juntamente com militantes da CORRENTE, devido aos indícios encontrados em sua casa quando a repressão realizou a prisão de vários que lá se encontravam. Os acontecimentos resultaram na sua primeira prisão em 1968, quando tinha 22 anos. Após 60 dias detido, foi solto e partiu para São Paulo. Retornou a Juiz de Fora e, através de contatos na UJES, foi novamente para a capital paulista, já como militante da AP, trabalhar junto ao movimento operário no Estado. Em 1969, durante um movimento grevista na *Philco*, onde trabalhava, foi preso e levado por agentes do DOPS. Após as torturas que o deixaram inválido por cerca de 28 dias, foi escondido no Hospital da Polícia Militar do Estado de São Paulo, retornando ao DOPS quando recuperado. Após outros interrogatórios sem violência, foi enquadrado como militante do PCdoB e liberado. Entrou em contato com a sua organização em São Paulo mas, por problemas estruturais, retornou a Juiz de Fora. Ao tentar fazer um curso em São Paulo foi preso novamente pelo DOPS e enviado imediatamente a Juiz de Fora, em 1972, onde estava condenado, pois foi julgado à revelia no processo da CORRENTE. Permaneceu na Penitenciária de Linhares, onde então ficou recluso, por um ano. Após sua soltura foi preso mais uma vez, em São Paulo, em 1974.
- Luiz Flávio Rainho T. Ribeiro (LFRTR): Envolveu-se cedo em movimentos estudantis e religiosos, participando da Cruzada Eucarística, JEC e, mais tarde, JUC. Também participou da AP, antes da organização cair na ilegalidade. Quando houve o golpe de 1964 era secundarista e juntamente com outros militantes da JEC, fez uma reunião para tentar resistir ao movimento deflagrado em Juiz de Fora, onde morava. Recorda-se de civis direitistas, com uma braçadeira, em caminhões basculantes, que rodavam a cidade de Juiz de Fora caçando subversivos para entregá-los à repressão. Foi detido pela primeira vez no dia seguinte ao AI-5 numa

blitz policial, quando os policiais compararam a identidade com nomes numa lista. Levado para a Cadeia Pública da Batista de Oliveira, foi logo solto. Foi detido outras vezes, sendo levado numa delas para o 10º RI onde ficou por três dias. Posteriormente foi simpatizante da APML, não atuando diretamente nos quadros da organização. Sua situação complicou-se na prisão devido à declaração de uma militante presa que informou uma participação sua mais ativa do que era na realidade. Foi preso em fevereiro de 1972, quando levado para a Penitenciária de Linhares, onde ficou 15 dias, dez incomunicáveis e cinco participando da convivência com outros presos. Na liberdade, era hábito ser detido pela manhã cedo ou à noite, quando saía ou voltava do trabalho, para ser levado ao QG no Mariano Procópio e, imediatamente solto. Professor universitário aposentado, é diretor da FUNDACENTRO (CRDF), órgão ligado ao Ministério do Trabalho.

- Luiz Antônio Sansão (LAS): Começou a militar com 16 anos atuando em movimentos na Igreja Católica e ingressou na JEC. Em 1970 foi cursar Ciências Sociais envolvendo-se com o movimento estudantil através da atuação no Diretório Acadêmico e DCE. Em 1971 transferiu-se para Belo Horizonte para estudar e envolveu-se profundamente com o ambiente político da cidade. Entre os primeiros do grupo da AP em Juiz de Fora a ser preso, quando tinha 21 anos, foi encaminhado da cidade ao DOI-CODI da capital mineira, onde foi muito torturado. Após os interrogatórios foi transferido para Juiz de Fora em janeiro de 1972, onde permaneceu na Penitenciária de Linhares. Segundo o fotógrafo profissional recorda, em março do mesmo ano estava em casa cumprindo prisão domiciliar.
- Jaime de Almeida (JA): Ingressou no curso de jornalismo na UFMG participando da passeata dos calouros, segundo relata, movimento precursor das passeatas estudantis na capital mineira. Mas foi se aproximar definitivamente da militância entre setembro, outubro de 1966, quando um colega lhe emprestou livros para ler, como um convite para conhecer a militância partidária. Aproximou-se do PCdoB, onde acabou se engajando, mas logo depois foi expulso. Articulou-se com outros membros afastados no Brasil numa dissidência conhecida por ALA VERMELHA do PCdoB,¹⁸ cuja influência seria a Revolução Cultural chinesa. Juntamente com outros companheiros, foi do movimento estudantil, já mais organizado, para a ação junto ao operariado. Em maio de 1969 foi preso panfletando em Contagem, durante a madrugada, processo que duraria 10 meses. 80% desse período foi no DOPS, acompanhado de sevícias, e depois foi transferido para a Penitenciária de Linhares, única entrada acusada no Registro de Matrícula de Presos da instituição. Foi solto por seu defensor, que conseguiu um alvará de soltura em fevereiro de 1970. Formou com ex-companheiros da Ala Vermelha uma organização político-militar com o nome provisório de MRM. Posteriormente adotaram o nome definitivo: OP-COR. Clandestino em São Paulo, foi preso novamente em abril de 1971 na cidade do interior paulista de Mauá. Devido à coincidência dessa segunda prisão com o processo da Ala Vermelha do PCdoB em Belo Horizonte – no primeiro, por panfletagem, foi absolvido à revelia – retornou à penitenciária de Juiz de Fora, por três a quatro dias, quando já estava com seis meses de prisão na capital paulista, para o julgamento e também foi absolvido. Em São Paulo, ficou preso na OBAN,

¹⁸ Fruto da rejeição à postura adotada em 1968, pelo PCdoB, contrária à guerrilha empreendida por outros grupos urbanos, que caracterizou como “foquismo pequeno-burguês”. Entre 1969 e 1970 sofre nova cisão gerando o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) e o Movimento Revolucionário Marxista (MRM), que posteriormente alterou seu nome para OP-COR (Organização Partidária-Classe Operária Revolucionária). Cf.: ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil Nunca Mais*. op. cit., pp. 98-99.

DEOPS, e depois foi para o Presídio de Tiradentes, quando reviu sua posição de militar politicamente no cárcere. Foi transferido para o Presídio do Hipódromo, quando o de Tiradentes foi esvaziado para demolição, e lá permaneceu até obter liberdade condicional em setembro de 1973. Sofreu quatro processos, sendo condenado, em apenas um deles, a quatro anos de reclusão, tendo posteriormente o STM reduzido a pena para dois anos. Por iniciativa própria, exilou-se na França, com apenas 25 anos de idade. Sobre a nova experiência declarou: “onde junto com o aprendizado da língua e da cultura, eu de certa forma, estava procurando a oportunidade de nascer de novo, de reorganizar a minha personalidade”. Leciona História da América na UnB, em Brasília.

- Gilney Amorim Viana (GAV): Ainda jovem, com 15 anos, despertou para a política a partir disputa presidencial com a campanha do general Henrique Lott, contrariando a tradição udenista familiar. Envolvido na fermentação político-social do pré-1964 aproximou-se do PCB, embora se identificasse com o grupo que defendia a luta armada. Com apenas 18 anos foi preso pela primeira vez, em Belo Horizonte, passando em apenas 14 dias pelo 12º RI, ID/4, DOPS, onde foi torturado, e Colônia Penal Magalhães Pinto. O processo acusatório sobre o seu envolvimento com o PCB foi arquivado. No intervalo entre a primeira prisão e a segunda, mais longa, afastou-se do Partidão e fundou com outros companheiros a CORRENTE Revolucionária de Minas Gerais. Em 1969 entrou na clandestinidade e com a repressão violenta sobre a CORRENTE em Minas Gerais, refugiou-se no Rio de Janeiro. Preso novamente por agentes do DOI-CODI, em março de 1970, foi levado para a sede da Barão de Mesquita e torturado por 38 dias. De lá, transferido para o DOPS do Rio de Janeiro e depois, para o presídio de Ilha Grande, quando finalmente veio para Juiz de Fora na Penitenciária de Linhares, em maio de 1970. Neste presídio permaneceria por quase sete anos, quando teve atendida a solicitação para a transferência para o Presídio Político da Frei Caneca, no Rio de Janeiro, onde cumpriu o resto de cerca dos 10 anos em que ficou preso. Durante a estada em Linhares foi levado ao Rio de Janeiro, entre 1972 e 1973, para audiências sobre o processo a que respondia naquela circunscrição relativo à ALN, e novamente torturado no DOI-CODI. Condenado a 25 anos somando os dez processos a que respondeu, teve a pena reduzida para 18 anos e nove meses de reclusão. Por não ter sido contemplado pela Lei da Anistia de agosto de 1979, e tendo rejeitado publicamente o indulto presidencial, saiu da prisão em 21 de dezembro de 1979 sob liberdade condicional.¹⁹ É Secretário de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio-Ambiente.
- Itamar Bonfatti (IB): Dentista e professor universitário aposentado, nunca teve militância partidária. Sua militância política começou dentro do Movimento Familiar Cristão, quando este assumiu a perspectiva do Concílio Vaticano II, e adota uma postura de oposição à ditadura militar na sociedade civil e na Faculdade de Serviço Social, onde lecionava. Optou por abrigar pessoas em trânsito que chegavam à Juiz de Fora para a militância, ou envolvidos com os presos políticos. Esse número de pessoas foi aumentando com a evolução repressiva. Foi levado preso por policiais civis, mas encaminhado ao QG, quando foi direcionado à Penitenciária de Linhares. Era janeiro de 1971. Sua casa foi invadida por cerca de oito oficiais e os livros considerados perigosos – de “capa vermelha” – foram

¹⁹ Pela escassez de tempo do entrevistado, optamos nessa entrevista por não realizar o levantamento da militância, muito tratado nos livros que publicou: VIANA, Gilney Amorim. *Glória Mãe de Preso Político*. São Paulo: Paz e Terra, 2000; e, do mesmo autor, *131D – Linhares: Memorial da prisão política*. Contagem, MG: História, 1979, passim.

confiscados. Ficou em Linhares por 10 dias incomunicável, não sendo indiciado para julgamento. Acredita que foi preso por atuar junto à sociedade civil, sabendo os militares da inexistência de sua atuação partidária.

- Waldo Silva (WS): Ainda em 1962, quando presidente da UJES, foi processado, acusado de assinar o manifesto da Frente Parlamentar Nacionalista. No ano do golpe civil-militar saiu de Juiz de Fora ameaçado pelo GAP (Grupo de Ação Patriótica), organização de extrema direita. Em Belo Horizonte, passou a atuar junto a movimentos sindicais e populares e em julho de 1966 foi preso durante 15 dias pelo DOPS, quando este invadiu a sede da UEE. Em 1967, foi preso pela Polícia Federal em Juiz de Fora, quando era presidente da UEE e, logo em seguida, também detido em Belo Horizonte pela mesma polícia, acusado de atuar no movimento estudantil. Ainda no segundo semestre deste mesmo ano, foi detido pelo DOPS. No final de 1967, quando terminou seu mandato na UEE, foi eleito presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia da UFMG. Em 1968, com prisões preventivas decretadas na 4ª CJM, passou à clandestinidade. Em outubro de 1968 foi detido no Congresso de Ibiúna e levado ao Presídio Tiradentes, em São Paulo. Retornou a Belo Horizonte sob escolta e ficou por dois meses preso no 12º RI, sendo depois transferido para o DOPS, onde esteve até fevereiro de 1969. De lá foi transferido para São Paulo, onde foi condenado, permanecendo no Presídio Tiradentes até dezembro. Transferido para Juiz de Fora, ingressou na Penitenciária de Linhares em dezembro de 69, também para cumprimento de pena por processo na Auditoria da IV RM. Não sabe precisar, mas teve duas condenações de 10 meses e um ano, cada uma, sendo que na 4ª CJM havia, juntamente ao seu processo, a solicitação de uma pena de 27 anos. Em junho ou julho de 1970 retornou ao presídio paulista com rápida passagem pela Academia Militar de Agulhas Negras, onde permaneceu até o mês de agosto. Militante da AP, retornou às ações junto ao movimento popular paulista e em seguida transferiu-se para o Rio de Janeiro, atuando clandestinamente no movimento estudantil. Retornou em 1971 a Belo Horizonte onde viveu até fins de 72, quando houve várias prisões de companheiros. Em 1973, com informações de que estava ameaçado de morte, exilou-se na França. Atualmente é presidente do PSB mineiro.
- Renê Gonçalves de Matos (RGM): Em 1965 começou a participar do movimento cristão, sob a liderança de padres dominicanos. Com o fim do movimento, em 1966, já estudante universitário, ingressou na JUC e iniciou a participação política no movimento estudantil. Cursava Farmácia e ingressou no DCE, onde teve contato com membros da JUC e AP. Em 1967 foi presidente do DA de sua Faculdade e, no ano seguinte, foi presidente do DCE. Possuía contato com integrantes da AP e do PCB, segundo ele, os grupos dominantes em Juiz de Fora, mas não desenvolvia participação política partidária. Considera 1969 um ano difícil para a manutenção da estrutura de militância formada junto aos universitários de Juiz de Fora, pois as faculdades foram povoadas por agentes da repressão. Em 1969 graduou-se e foi embora para Teófilo Otoni. Em 1971, quando amigos estavam presos, sentiu que a ameaça se aproximava. Foi detido por 21 dias, a partir de fevereiro de 1972, mas não chegou a ir para a Penitenciária de Linhares, por ser oficial da reserva, tendo permanecido no QG numa sala de material esportivo, onde nos interrogatórios experimentou a perseguição de setores ligados à Justiça Militar. Foi julgado juntamente com outros companheiros do processo da APML, sendo todos absolvidos. Foi reitor da UFJF, instituição onde também possui atuação como professor.

- Regina Lúcia Araújo de Matos (RLAM): Também teve contato com o movimento cristão, mas não chegou a militar efetivamente. Morava num apartamento vizinho a uma república estudantil, onde moraram os vários indiciados no processo da APM de Juiz de Fora. Devido ao contato com os amigos, guardava material mimeografado que circulava entre os estudantes da cidade, entre eles o *Documento de Linhares*. Houve uma batida policial no final de 1970 na casa dos estudantes, e na iminência de uma invasão na sua casa, destruiu todo o material “numa inocência danada”, pois transitava em frente a locais ocupados por policiais, possibilitando ser visualizada. Relembra os relatos de presos que chegavam a Juiz de Fora sobre as condições da tortura e constata as conseqüências da repressão em sua participação política: “foi assim um pedaço da vida da gente que de alguma forma a gente se anula. Não tinha como, o medo foi maior”.
- Ricardo Fontes Cintra (RFC): Em 1963 foi para o Rio de Janeiro estudar contabilidade e trabalhou como operário naval para manter os estudos, quando conheceu as primeiras organizações políticas através dos movimentos grevistas no estaleiro, embora não possuísse o nível de politização dos empregados mais antigos. Ao retornar a Juiz de Fora, em 1966, foi estimulado pelo irmão, estudante de Ciências Sociais, a fazer o vestibular para História. Ingresso na faculdade, foi levado pelo irmão a conhecer a AP, quando começou sua militância atuando no movimento estudantil. Esteve no Congresso de Ibiúna onde foi preso e, com outros vários estudantes, levado para o Presídio de Tiradentes, em São Paulo. Liberado, foi transportado para Belo Horizonte e depois retornou a Juiz de Fora, onde continuou atuando no movimento estudantil. Após o AI-5, considera que suas atividades foram mais visadas, e passou a ser detido por várias vezes pela Polícia Federal, por dois ou três dias. Sua prisão mais traumática, porém, ocorreu em frente ao cursinho onde lecionava, quando aproveitou para anunciá-la publicamente como garantia de vida, e foi levado para o QG no bairro Mariano Procópio. Interrogado, cumpriram-se as ameaças e foi transferido para Belo Horizonte. Lá, esteve no DOPS e DOI-CODI, tendo sido torturado em ambos os locais. Quando transferido para Juiz de Fora, ficou dois dias no QG antes de ser levado para a Penitenciária de Linhares, local em que chegou em dezembro de 1971. Ficou preso um total de 67 dias, sendo 18 ou 19 desses em Belo Horizonte. Após sua libertação foi para o Rio de Janeiro, mas continuou a receber intimações freqüentes para o comparecimento na Auditoria da IV RM. Fez parte do processo da APM de Juiz de Fora. No Rio de Janeiro lecionou História e, após sua aposentadoria, retornou a Juiz de Fora.
- Colatino Lopes Soares Filho (CLSF): Um dos primeiros presos políticos a chegar na Penitenciária de Linhares em 1969, foi presidente da UJES entre 1967 e 1968. Preso em 17 de agosto de 1968, em Juiz de Fora, teve a casa invadida pelo DOPS e Polícia Federal, quando a sobrinha de 5 anos ficou sob a mira de um revólver. Esteve desaparecido por três a quatro dias e depois teve a prisão preventiva decretada. Foi levado ao Quartel General e, no mesmo dia, conduzido à Polícia do Exército. Ficou preso por mais trinta dias e solto, mas em junho de 1969, foi preso novamente e transferido para Belo Horizonte, onde foi torturado. Enquanto militante do movimento estudantil, possuía contatos com membros da CORRENTE Revolucionária e do PCBR, e com a queda daquela organização em Belo Horizonte foi levado para a capital mineira. Em setembro deste mesmo ano foi julgado e condenado a seis meses de prisão. Em sua opinião, o julgamento inicialmente adiado, teve esse veredicto em função da retaliação repressiva ao seqüestro do

embaixador norte-americano, Charles Burke Elbrick, por guerrilheiros, pois ocorreu uma semana após este acontecimento. Foi levado para a Penitenciária Regional de Linhares onde permaneceu até cumprir a pena. Lá ingressou em setembro de 1969 e saiu em janeiro de 1970. Colatino passou nas prisões os aniversários de 18 a 20 anos.

- Maria José de Carvalho Nahas (MJC�): Ingressou na Escola de Medicina da UFMG, em 1966, e se aproximou dos debates políticos por empatia de colegas militantes. Viveu a efervescência daquele ambiente com os saraus organizados e o CEM (Centro de Estudos da Medicina). Foi imediatamente convidada a fazer o curso da POLOP, onde eram ministradas noções básicas de marxismo-leninismo. De acordo com o interesse demonstrado pela audiência no curso, havia o convite para o ingresso na organização. Foi convidada, mas perdeu o contato com as lideranças, somente retomando os encontros quando já havia a Organização, dissidência da POLOP mais tarde conhecida como COLINA. Participou de ações armadas contra bancos, juntamente com a organização, visando levantar recursos para a criação de um foco guerrilheiro. Presa no cerco ao “aparelho” do bairro São Geraldo, em Belo Horizonte no dia 29 de janeiro de 1969, foi levada ao DOPS, torturada, e logo depois à Penitenciária de Mulheres. Lá permaneceu por cerca de cinco meses trancafiada na “surda”, uma cela utilizada enquanto solitária, com o contato restrito com carcereiros da instituição. Da penitenciária feminina de Belo Horizonte foi levada para Linhares, onde chegou em outubro de 1969, juntamente com outras presas políticas, sob forte esquema de segurança. Em junho de 1970 foi exilada, trocada juntamente com outros 39 presos pelo embaixador alemão, Ehrenfried von Holleben. Sua última parada no exílio foi em Cuba, onde terminou o curso de medicina.
- Jorge Raimundo Nahas (JRN): Começou a militar logo após a entrada na Escola de Medicina da UFMG, em 1965, sendo membro da direção do DCE. Em 1966 foi processado por organizar um congresso da UNE. Entrou em contato com a POLOP e passou a militar clandestinamente. Com o aquecimento do movimento estudantil, a partir de 1967, começou a questionar os rumos da militância e partiu, juntamente com outros companheiros, para ações de luta armada, visando angariar recursos para desenvolver a guerrilha rural. Compõe a dissidência da POLOP que viria a ser a COLINA. Também preso na ação do bairro São Geraldo, em BH, acredita que só sobreviveu, juntamente com seus companheiros, por terem sido os pioneiros em enfrentamentos violentos desse tipo, quando “a ditadura também estava tateando”. Em Belo Horizonte, foi conduzido ao DOPS, depois Delegacia de Furtos e Roubos, tendo sido torturado com choques elétricos e palmatória. Transferido para a Colônia Penal Magalhães Pinto passou a estar à disposição dos militares sendo conduzido para interrogatórios no 12º RI, onde foi novamente torturado. Quando houve a transferência dos presos para o Rio de Janeiro, foi deixado no 4º RO, em Juiz de Fora, sendo depois levado para a Penitenciária de Linhares, em outubro de 1969. Retornou ao 4º RO quando a administração penitenciária do presídio de Juiz de Fora desejava separar as lideranças dentro da instituição, mas quando estava lá, teve um plano de fuga descoberto pelas autoridades, resultando em novo processo. Como todos os integrantes da COLINA que foram exilados, saiu antes da condenação, trocado pelo embaixador alemão. Atualmente é Secretário Municipal de Políticas Sociais na Prefeitura de Belo Horizonte (MG).

- Guido de Souza Rocha (GSR): Começou a militância em 1959, com o ingresso na Faculdade de Ciências Econômicas para cursar Sociologia e Política e Administração Pública. Votou em Lott para a presidência, que perdeu para Jânio Quadros. “A democracia nos parecia, então, desprezível. Acreditávamos na utopia de repetir a Revolução Cubana, que inflamava os corações de milhares de jovens latino-americanos”, relatou. Estava começando a POLOP, uma opção política, onde iniciou atuando junto a operários, para os quais lecionava marxismo. Também atuava na juventude do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e do PSB (Partido Socialista Brasileiro) e participou do Movimento dos Favelados. Chegou ainda a atuar pela reforma agrária junto à Liga Camponesa de Três Marias. Foi para Goiás trabalhar no Departamento de Pesquisas Sociais e Estudos Econômicos da Comissão Interestadual dos Vales do Araguaia e Tocantins, onde incorporou um grupo que atuava pela guerrilha. Foi surpreendido pelo golpe civil-militar, anterior ao processo revolucionário que pretendiam detonar, e após tentativas de resistir, escondeu-se em fazendas de Goiás disfarçado como camponês. Foi para o Rio de Janeiro, mas o apartamento onde estava, abrigava marinheiros procurados, e foram todos presos. Esteve no DOPS, porta-aviões Minas Gerais, Ministério da Marinha e Ilha das Cobras. Transferido para Belo Horizonte - em prisão domiciliar por ter sido operado do coração – tentou, a partir de contatos com amigos, rearticular a POLOP em Minas. Viveu o processo que chamou de “Esquerda Festiva” mas integrava um pequeno grupo que insistia na luta para assegurar a Constituição, contrariando a Direção Nacional da POLOP. Com a introdução de idéias foquistas na esquerda, a situação começou a ficar mais complexa na POLOP até o congresso realizado em Santos (SP), onde houve a divisão entre os que defendiam a luta armada imediata e um outro grupo que originou a POC (Partido Operário Comunista). Guido e dois companheiros não se viram em nenhuma das duas dissidências. Porém, continuou militando, mas, ao ver que todo o grupo era preso ou exilado, decidiu partir para Chile na tentativa de reorganizar os trabalhos. Ao tentar passar clandestinamente na Bolívia, em Puerto Soares, foi detido pela Operação Condor e transportado de volta para o Brasil. Entregue à polícia política, passou por Campo Grande e Corumbá (MS), em locais onde foi torturado, até chegar a OBAN, em São Paulo, onde acompanhou a morte de um preso político por torturas que sofreram. Já era o ano de 1971, quando foi transferido para o DOPS mineiro, e depois levado para a Penitenciária de Linhares, onde chegou em 14 de outubro de 1971, então com 38 anos, e permaneceu até 20 de abril de 1972. Foi absolvido em seu julgamento por falta de provas, e liberado da prisão, quando o artista plástico partiu para o exílio no Chile e na Suíça.
- Marco Antonio de Azevedo Meyer (MAAM): Iniciou seus contatos com a política através da participação na Igreja Católica no ano de 1964. Participou de missas de estudantes em que eram organizados rituais que passaram a expressar uma contestação ao regime militar, tendo de ser transferidos para diversas paróquias de Belo Horizonte até serem definitivamente extintos. Como secundarista teve sua militância intensificada no Colégio Estadual Central de onde foi expulso e sofreu seu primeiro processo na IV RM, acusado de ações subversivas estudantis na escola. Ligado à COLINA, por orientação da organização, retirou-se do ambiente estudantil da capital mineira e foi para o Rio de Janeiro. Nesta cidade continuou atuando, inclusive participando de ações de guerrilha armada, até que sua tia, dona da casa em que morava, foi presa pela repressão. Vendo o cerco se fechar assumiu a clandestinidade definitiva morando em diversos apartamentos, inclusive em Niterói. Quando tentava “puxar” um carro para uma ação, foi preso num tiroteio

com a polícia e levado para o DOPS do Rio de Janeiro, onde ficou cerca de um mês. Depois, foi levado para o presídio de Ilha Grande e, após um mês, foi transferido para a Polícia do Exército da Guanabara, onde foi muito torturado. No final de 1969 foi levado para Juiz de Fora, para a Penitenciária de Linhares, mas antes esteve rapidamente no 10º RI, onde sofreu uma experiência humilhante que o marcaria negativamente. Trocado pelo embaixador alemão, na saída ainda sofreu pequenos atritos com a repressão, que pretendia raspar seu bigode. Ao se recusar, juntamente com seu colega Angelo Pezzuti, acabou sendo liberado e pode viajar com seu bigode. Na Argélia, contou ter se surpreendido com a recepção dos militares locais que vieram abraçá-lo: “Eu tinha sido colocado no pau-de-arara e tinha sido arrebatado pelos militares no Brasil. E lá, os militares todos me abraçando, me dando vasos de flor, as crianças me beijando... Aí a gente vê que o mundo é essa dualidade. São duas faces, não é?”. É editor de livros infantis.

- Nilo Sérgio de Menêzes Macedo (NSMM): Ainda quando era estudante secundarista, iniciou a vida política na eleição do Jânio Quadros. Foi janista, “lá com a vassourinha”, sofrendo sua primeira decepção com a renúncia do presidente. Daí aderiu a Leonel Brizola e chegou a pertencer ao “Grupo dos 11” do Brizola, na época do golpe civil-militar, quando pretendeu a resistência armada. Nessa época era secundarista e estudava no Colégio Marconi, quando ingressou no movimento e foi presidente do grêmio estudantil. Possuía contatos com a AP e a JEC, mas no movimento estudantil conheceu a POLOP, e compôs o racha que formou a COLINA. Na organização integrou um grupo de expropriação em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro, tendo sido preso junto com os companheiros no bairro São Geraldo, quando tinha 24 anos. Passou então pelo DOPS mineiro, Delegacia de Furtos e Roubos, Colônia Penal Magalhães Pinto, até ser levado para o Rio de Janeiro, onde além de ser barbaramente seviciado, foi cobaia numa aula sobre métodos de tortura para oficiais das Forças Armadas, realizada dia 8 de outubro de 1969, em que teve que permanecer com os braços abertos, segurando pesos e se equilibrando numa perna. Após a Vila Militar da Guanabara, foi trazido de volta a Minas Gerais e levado à Penitenciária de Linhares para aguardar julgamento. Foi incluído na lista de presos a serem negociados pela liberdade do cônsul suíço, seqüestrado em dezembro de 1970 por guerrilheiros, mas teve seu nome rejeitado pelos militares. Transferido do presídio de Juiz de Fora, em 1972, para o Manicômio Judiciário Heitor Carrilho, no Rio de Janeiro, onde ficou oito meses convivendo com presos comuns e ameaças de morte, pelas condições que passou a viver. “Foi um drama terrível que eu enfrentei. E eu só consegui sair de lá porque eu tentei fugir. Me pegaram. Aí eles acharam que eu não tinha mais segurança também lá. Me levaram para cumprir pena na Ilha Grande”, conta. Foi neste presídio do Rio de Janeiro que encerrou os cinco anos em que esteve preso até ser libertado. Foi condenado a mais de 40 anos, mas teve a pena reduzida para 12 anos e depois, novamente, para os cinco anos que cumpriu.
- Angela Maria Pezzuti (AMP): Irmã de Carmela Pezzuti e tia de Murilo Pinto da Silva e Angelo Pezzuti da Silva, todos militantes da COLINA, sendo este uma das lideranças da organização. Começou a rotina de visitas a presos políticos, em 1969, quando passou a visitar os parentes presos. Durante certo período, quando estavam presos em cidades diversas, visitava-os simultaneamente: “Então eu ia para a Vila Militar, pegava a ordem, ia para Linhares de táxi, o táxi esperava e aí eu voltava e voltava para Belo Horizonte. E eu ia sozinha. Eu ia sozinha de ônibus daqui de Belo Horizonte, visitava, voltava. Eu ia no início da semana. Depois, no fim de

semana, eu ia ao Rio tentar visitar meus sobrinhos”, e intermediar suas transferências para prisões onde pudessem ficar em maior segurança. Após o exílio dos sobrinhos, em junho de 1970, que estavam na lista do embaixador alemão, e da irmã, trocada pelo cônsul suíço em dezembro do mesmo ano, passou à rotina dos exilados, mas sem abandonar a convivência com organizações que atuavam em prol dos presos políticos brasileiros. Ainda quando seus familiares estavam no Brasil, foi acusada de tentar introduzir documentos clandestinos na penitenciária, sendo condenada e, embora não tenha sido presa, foi proibida de realizar visitas na Penitenciária de Linhares.

- **Crítérios nas entrevistas:**

Para todos os depoimentos, procuramos estabelecer um questionário geral sobre a militância dos anos 60 e 70, organizado sob o enfoque de entrevistas temáticas, onde se opta por trabalhar o tema mais específico vinculado ao projeto de pesquisa, ao invés da reconstrução de toda a trajetória desses sujeitos.²⁰ Esse roteiro estava dividido em duas etapas, em que o entrevistado primeiro falava mais livremente sobre suas lembranças. Em seguida, íamos pontuando o diálogo com perguntas – acrescidas de acordo com a experiência individual de cada um -, com a cautela de não impor questões que poderiam influenciar o tipo de resposta dada.

A escolha pelas entrevistas temáticas deve-se a diversos fatores: a primeira, inegavelmente, porque o tema, por si só, possui diversos desdobramentos, sendo necessário centrarmos no nosso objeto de pesquisa para não incorreremos na perda do objetivo inicial. A segunda, determinante, refere-se ao quesito tempo, devido à situação particular dos entrevistados, influenciada por seus compromissos profissionais ou demais motivos pessoais. E também às nossas condições de deslocamento, visto que muitas entrevistas foram feitas em cidades alheias à de nossa residência.

No entanto, com o desenvolvimento da pesquisa, fomos percebendo que a necessidade de um entrevistado falar de sua infância, poderia ser recurso indispensável

²⁰ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História Oral: Memória, Tempo, Identidade*. Ed. Autêntica, 2006, pp. 21-22.

para a compreensão de eventos posteriores. Deixamos assim, liberdade para a expressão de cada um deles.

Enquanto alguns não se eximiram em narrar todos os momentos na prisão, muitos iniciaram o depoimento afirmando que não pretendiam expor a fase da tortura. Explicavam sua atitude por não estar esse tema vinculado à experiência deles na Penitenciária de Linhares e, também por não se sentirem à vontade em expressar repetidamente aquela fase da prisão, visto que muitos estão engajados em projetos autobiográficos. Deixamos todos à vontade, para falar ou calar.

Mas, ao longo da entrevista, alguns que antes pretendiam o silêncio, acabaram expondo fatos isolados da experiência nos interrogatórios, ou outros processos dolorosos relacionados à prisão. Situação semelhante àquela relatada por Silvia Salvatici em seu trabalho para os “Arquivos da Memória no Kosovo”, realizado no final da década de 1990.²¹

Para compreender a “contradição” existente em expressar aquilo que se desejaria conscientemente esquecer, a historiadora italiana aponta determinados dados. Segundo ela, o intenso desejo de amnésia de um sujeito não é suficiente para afastar os fatos que lhe foram marcantes. Além do mais, esse “não lembrar” um acontecimento significaria também esquecer os outros, “nivelando uma *tabula rasa* em torno deles, na qual eles podem se destacar ainda mais”. Por outro lado, analisa Silvia Salvatici, há que se considerar a postura assumida pelas vítimas da guerra no Kosovo, atores históricos que têm a construção da memória coletiva de seu grupo assumida como um dever social para a formação de uma identidade coletiva.²²

Ao analisarmos os depoimentos relativos às prisões políticas do presídio de Juiz de Fora, é forçoso relembrar um período da prisão vivido nessa cidade mineira do interior, o

²¹ SALVATICI, Silvia. “Narrativas de violência no Kosovo do pós-guerra”. IN: *História Oral*: revista da Associação Brasileira de História Oral, Volume 8, Número 1, Janeiro-Junho de 2005.

²² Idem, pp. 117-118.

que não é possível tomando a prisão enquanto fator isolado dos demais fatos da experiência prisional e pessoal dos entrevistados, que estão vinculados ao tema. Para que os acontecimentos em Linhares fossem revistos, foi necessária, portanto, a narrativa de momentos da militância e da detenção por vários entrevistados.

Além do mais, em um país que ainda vive um processo de disputa pela memória coletiva dos setores que se enfrentaram no período - onde muitas pessoas vítimas da repressão perderam amigos e parentes, que ainda não foram sequer enterrados -, a experiência dos entrevistados de Kosovo torna-se elucidativa, também no sentido da importância de se lembrar para tentar compreender os acontecimentos do passado.

Portanto, ao realizar a reunião das memórias de alguns presos políticos que passaram pela Penitenciária de Linhares, acabamos por produzir também histórias individuais do processo a que foram submetidos na repressão, visto que, todos os fatos estão interligados nas lembranças de nossos entrevistados. Além do mais, as experiências das variadas prisões foram definitivas ao marcar o comportamento assumido por eles, quando no presídio político em Juiz de Fora.

A transcrição das entrevistas baseou-se no *Manual de História Oral*, de Verena Alberti, que relata a metodologia de coleta e organização do acervo do Cpdoc (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas). Dessa forma, seguindo as orientações, atentamos para a transcrição segundo normas ortográficas e o desmembramento de palavras utilizadas para a interjeição, como “né” ou “tava”, bem como a omissão de expressões como “hã...”, que pudessem prejudicar a leitura. Gostaríamos de esclarecer ainda que, conforme a experiência anterior do Cpdoc, optamos por evitar “(...) mostrar a entrevista transcrita ao depoente (...)”, a partir de indicação da instituição, que revela ter o material constituído de entrevistas sofrido grande alteração no conteúdo final, quando se recorreu a esse processo. No entanto, deixamos as

testemunhas livres para solicitar a leitura do material antes de o utilizarmos,²³ o que foi feito por Guido de Souza Rocha, que procedeu às alterações em seu conteúdo final, entregando-nos um texto escrito mais detalhado, que passou a ser referência de seu depoimento.

Os desdobramentos possibilitados pela história oral, porém, não esgotam o assunto visto que, no caso da ditadura militar, muitas informações oficiais ainda estão censuradas, o que nos impede o conhecimento aprofundado do tema sob a ótica da repressão.

- **Outros tipos de fontes:**

Como os arquivos do presídio político de Linhares, vários outros referentes ao período são inacessíveis, ou até mesmo com destino desconhecido. Nos últimos anos o governo federal vem se esforçando por atuar no debate. Mas as ações têm sido consideradas ineficazes por grupos que têm o interesse na divulgação dessas informações. Estes consideram que as iniciativas do Executivo possuem lacunas, que repetem várias deficiências de governos anteriores, ao tratar deste caso.

Segundo o Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro, a Lei 11.111 sancionada em 2005 possui “artimanhas para a liberação de documentos tidos como sigilosos; somente aqueles pouco significativos para resgatar a história desse período virão à público.”²⁴ Enquanto isso, anuncia a União, os arquivos da ditadura podem ser declarados “arquivos históricos patrimônio da memória da humanidade” visando assegurar sua preservação.²⁵

Porém, vítimas e parentes da repressão não sabem nem ao menos a quem recorrer em situações como o da Penitenciária de Linhares em Juiz de Fora, cujas informações internas sofreram destino incerto. A questão apontada por este cenário é mais grave. Refere-se a uma posição das autoridades sobre o tipo de leitura a ser feita de nosso

²³ ALBERTI, V. *Manual de história oral*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005, pp. 177-178 e 228.

²⁴ MAGALHÃES, Mário. “ONU pede, mas União veta acesso a arquivos”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 de novembro de 2006, p.A-19.

²⁵ BARBOSA, Bia. “Banco de DNA vai ajudar na identificação”. *Agência Carta Maior*, 26 de setembro de 2006. <http://agenciacartamaior.uol.com.br/templates/materiaImprimir.cfm?materia_id=12356>, em 27 de novembro de 2006.

passado, o que forneceria argumentos para alterar certas ações do presente, então, favorecendo a contenção de prisões arbitrárias e de torturas nos interrogatórios.²⁶

Com relação à nossa dissertação, ao contrário do que supúnhamos no início, o acesso a outros tipos de fontes documentais escritas do período do regime militar, embora seja ainda muito limitado, não foi efetivamente impossível. Buscamos a alternativa de trabalhar com materiais alheios à instituição, que, no entanto, referem-se a ela.

A pesquisa conduzida na Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar, nos possibilitou o acesso à parte da riquíssima matéria-prima utilizada pelo Projeto Brasil Nunca Mais, que são os processos contra as organizações que tramitaram na IV Região Militar. Somente este material serviria como objeto e/ou fonte para pesquisas posteriores, que possuam maior tempo para serem desenvolvidas.

Especificamente sobre Linhares, esses processos nos forneceram informações sobre como a repressão enxergava os presos políticos da instituição, ao discorrer sobre o comportamento de determinados indivíduos e organizações consideradas terroristas pelo poder vigente. Informações sintomáticas desse comportamento nos foram fornecidas pelo processo 32/70 sobre a saída de documentos, tidos por subversivos pelos militares, da Penitenciária de Juiz de Fora. O documento nos possibilita compreender o desenvolvimento da evolução repressiva naquela prisão e, trata do comportamento de determinadas organizações e indivíduos, segundo a ótica da repressão, que eram considerados pelos agentes do sistema como incapazes de se adequar ao sistema disciplinar daquele local.

Essas fontes foram complementares à coleta de fontes orais que, no entanto, nos esclarecem a postura de algumas pessoas citadas pelas autoridades repressivas como líderes de organizações, e que insistiam em permanecer ativas mesmo no cárcere a partir

²⁶ <<http://web.amnesty.org/pages/bra-051103-summary-por>>, em 29 de novembro de 2006.

da mobilização dos detentos, postura intrínseca à disciplina dos presos políticos, conforme analisado por Jorge Ferreira sobre os comunistas da década de 30.

Ao apresentarmos nosso trabalho visando à obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em História da UFJF, visamos esclarecer algumas iniciativas adotadas no decorrer do texto. A primeira dentre elas, refere-se à utilização da terminologia para a referência ao período repressivo que dominou o País entre 1964 e 1985, quando foram realizadas eleições indiretas para presidente da República, com a vitória do civil Tancredo Neves, então aliado ao PMDB, juntamente com o vice, José Sarney, oriundo do PDS, remanescente da ARENA.

Segundo o *Novo Dicionário Aurélio*, o termo “ditadura” significa: “forma de governo em que todos os poderes se enfeixam nas mãos de um indivíduo, dum grupo, duma assembléia, dum partido ou duma classe”; “qualquer regime de governo que cerceia ou suprime as liberdades individuais”; “excesso de despotismo, tirania”.²⁷ Em nossa concepção esta terminologia se aplica ao regime que vigorou no País por 21 anos, motivo pela qual a adotamos ao citar os governos dos militares presidentes.

Há o conceito de ditadura, associando sua ocorrência à existência de “um ditador carismático ou a um partido que convença parcela significativa da sociedade”,²⁸ situação que excluiria o Brasil pela alternância de presidentes militares. Nesse sentido, colocar-se-ia em questionamento a característica final do regime militar brasileiro. Porém, o fato de os militares visarem à manutenção de uma suposta legalidade, numa postura ambígua com relação às instituições democráticas,²⁹ não exclui seu caráter ditatorial, expresso na

²⁷ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, s/d, pp. 486-487.

²⁸ AQUINO, Maria Aparecida. “Estado Autoritário brasileiro pós-64: conceituação, abordagem historiográfica, ambigüidades, especificidades”. IN: *SEMINÁRIO 40 Anos do Golpe de 1964* (2004: Niterói e Rio de Janeiro). 1964 – 2004: 40 anos de golpe: ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. (Trabalhos apresentados no Seminário 40 anos do Golpe de 1964, realizado no Rio de Janeiro, de 22 a 26 de março de 2004 no IFCS/UFRJ, ICHF/UFF e na FGV), p. 55.

²⁹ DELGADO, Ignacio Godinho. *Previdência Social e Mercado no Brasil*. São Paulo: LTr, 2001, p. 169, para a ambigüidade na relação com as instituições democráticas.

concepção do *Novo Dicionário Aurélio*, conforme ficará demonstrado ao longo deste trabalho, na perseguição aos indivíduos que se opõem ao sistema instituído.

Segundo Florestan Fernandes, o que implica em certas especificidades do regime brasileiro são as instituições militares procurarem não deter exclusivamente todo o poder, pois “(...) misturam a opressão despótica com a mudança social politicamente controlada”.³⁰ Portanto, a ditadura militar brasileira teria características específicas que inevitavelmente reproduzem as particularidades da sociedade brasileira, não devendo ser igualada aos outros sistemas ditatoriais dominantes na América Latina, durante a segunda metade do século XX.

Para Florestan Fernandes e Maria Aparecida Aquino, o correto seria referir-se às ambigüidades dos governos instalados no Brasil entre 1964 e 1985, tendo-se em conta esses fatores. Segundo esta última, para o regime militar brasileiro, “pode-se traçar um quadro de um Estado Autoritário ambíguo, profundamente repressor, fazendo questão de falar em nome da democracia”,³¹ sendo este o melhor termo a ser utilizado para definir a situação brasileira.

No entanto, as especificidades intrínsecas ao sistema autoritário brasileiro, não excluem o seu caráter de ditadura. Finalmente, corroboramos em nossa definição para o período, com o atual ministro da Defesa, Waldir Pires, ele mesmo um ex-presos político do regime militar, que declarou:

*Sempre uso a expressão “Golpe de 1964”, mesmo em reuniões de trabalho com generais. Não me importo que eles falem em “revolução”, mas o que houve no Brasil foi, justamente, o oposto de uma revolução. Foi um golpe que depôs o presidente da República e implantou uma ditadura militar.*³²

³⁰ FERNANDES, Florestan. *Circuito Fechado*: quatro ensaios sobre o “poder institucional”. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1976, p. 107.

³¹ Segundo Maria Aparecida Aquino, o conceito de autoritarismo utilizado seguiria a concepção de Juan Linz, segundo o qual perdeu no Brasil uma espécie dessa vertente tida como “regimes autoritários burocráticos-militares” em que há uma reunião de burocratas e oficiais, e um nível reduzido de participação popular. Cf. AQUINO, M.A. op. cit., p. 56.

³² PIRES, Waldir. “Revolução? Não. Golpe”. Entrevista de Waldir Pires, ministro da Defesa. *Carta Capital*, 21 de junho de 2006, p. 39. Entrevista concedida a Leandro Fortes.

Ainda sobre a redação final deste material apresentado, gostaríamos de pontuar o recurso às citações de depoimentos dos testemunhos coletados ao longo da pesquisa. Em nosso ponto de vista essa utilização mais acentuada deve-se à própria dinâmica de uma pesquisa com testemunhos orais, no que se refere à relação entre o ato de recordar das testemunhas desta pesquisa e a escrita final por nós elaborada.

Nossa preocupação remete mais uma vez ao historiador italiano Alessandro Portelli, esclarecedor também sobre esse aspecto. Ele enfatiza as diferenças entre a ação do narrador, que remete ao diálogo, e a forma final do texto histórico, que se caracteriza pelo monólogo. Dessa forma, alerta:

*Torna-se portanto fundamental que ao apresentar o resultado de um trabalho de história oral se consiga deixar traços das origens dialógica e narrativa dos nossos materiais. Também por isto, e não por mero escrúpulo documentário, os historiadores orais têm o hábito de citar mais amplamente as próprias fontes e recorrer mais à montagem do que a historiografia, que não o faz no geral (...)*³³

Para tornar a leitura mais facilitada, ao reportarmos os testemunhos orais, optamos pelo recurso às transcrições de forma distinta no texto. Dessa forma, quando estiverem entremeadas ao longo do texto corrido serão referenciadas por notas de rodapé. Porém, quando transcritas graficamente em destaque, em itálico e com o parágrafo em recuo, serão procedidas das iniciais do autor do testemunho em questão, entre parênteses. Caso o leitor não consiga identificar a quem se refere cada citação, poderá retomar esta Introdução, onde descrevemos um pequeno perfil de cada testemunha com seu nome e suas iniciais.

No âmbito deste trabalho visamos observar os caminhos que fazem referência à experiência dos presos políticos na Penitenciária Regional de Linhares, trabalhados em quatro capítulos.

Inicialmente consideramos importante compreender o contexto em que se desenvolve a experiência dos presos políticos da Penitenciária Regional de Linhares, entre

³³ PORTELLI, A. Un lavoro di relazione. Osservazioni sulla storia orale. <<http://libur.tripod.com/Portelli.htm>>.

1969 e 1972, no capítulo “Repressão e contestações urbanas: o ambiente revolucionário após o golpe de 1964”. Trataremos a evolução repressiva da ditadura militar contra os opositores e a constituição das características das organizações político-militares dos presos que entrarão na penitenciária a partir de 1969. Será nesse contexto a estruturação da instituição idealizada para ser um centro penal moderno num presídio administrado pelo Exército, ambiente em que se desenvolve o tema de nossa pesquisa.

No segundo capítulo, “A memorialística das prisões políticas durante o regime militar”, trabalhamos a construção da memória das prisões políticas do regime militar. É importante, para compreendermos a construção da memória das prisões políticas, tratar a disputa pela memória coletiva, onde permanecem embates de versões entre os militares e a esquerda, mas também entre vários setores da própria oposição. As memórias das prisões políticas apresentam uma distinção entre as fases da prisão detectadas pelo Projeto Brasil Nunca Mais, ao analisar o processo prisional, embora o objetivo primordial seja narrar as torturas. Nos relatos é possível detectar a diferença na transferência dos presos políticos para certos tipos de instituições e os relatos desse ambiente, entre os quais é apresentada a Penitenciária Regional de Linhares, em Juiz de Fora (MG).

O capítulo terceiro, “No purgatório: a experiência política dos presos na Penitenciária Regional de Juiz de Fora”, aborda as características internas da instituição no que se refere à repressão e ao comportamento dos presos políticos. Assim tratamos a partir dos depoimentos orais e documentos pesquisados, o funcionamento interno da administração carcerária. Esse elemento nos permite compreender a forma como se deu a organização dos presos políticos no sentido de permitir a sobrevivência desses indivíduos no cárcere. Essa etapa será marcada pelo controle dos bens materiais e o exercício constante de atividades ritualísticas com o intuito de reforçar a identidade do preso político. Em se tratando de um universo inevitavelmente plural, ocorrerá discordâncias dentro do próprio grupo, implicando em experiências traumáticas para alguns.

Finalmente, o capítulo final, “No núcleo da “célula comunista”: As ações dos presos políticos na Penitenciária de Linhares”, aborda especificamente a ação de um grupo do universo de presos políticos que propõe dar continuidade à luta revolucionária na prisão. Para compreender essas ações é necessário visualizar a relação entre o interior e o exterior da penitenciária. São relatados os casos e as artimanhas para o desenvolvimento de uma comunicação interna e as trocas de informação com o ambiente fora dos muros da penitenciária. O contato com exterior se estende posteriormente à saída de alguns presos da Penitenciária de Linhares, com conseqüências diretas ou indiretas na estadia dos que permanecem encarcerados.

Em nossa convicção, a formação de uma comunidade de presos políticos numa instituição com a estrutura da Penitenciária de Linhares, concentrados durante determinado tempo, possibilitou a criação de condições que contribuíram com versões questionadoras do discurso oficial, que afirmava não existir prisões políticas e torturas na época do regime militar.

1. REPRESSÃO E CONTESTAÇÕES URBANAS: O AMBIENTE REVOLUCIONÁRIO APÓS O GOLPE DE 1964

Neste capítulo buscamos delinear, em rápidas pinceladas, nas suas diversas seções, os elementos do contexto político, ideológico e, digamos, prisional, que emolduram a ação dos presos políticos no ambiente em que são analisados. Os anos 1960 e 1970 foram de expressiva ebulição na sociedade brasileira, - quando grandes movimentações na direita e na esquerda brasileiras são observadas. Compreender a experiência de presos políticos num contexto específico significa, inevitavelmente, apontar o que foi esse período. A postura repressiva sobre os indivíduos oponentes ao regime militar, bem como as perspectivas que atiçavam as ações destes, remetem aos fatos que implicaram na adaptação de instituições penais em prisões políticas. Estas também se constituem num objeto necessário de

investigação, para o estudo de detidos durante a ditadura militar na Penitenciária Regional de Linhares, em Juiz de Fora (MG), cidade sede da IV Região Militar.

1.1. A escalada repressiva após o golpe de 1964

O movimento militar deflagrado em 31 de março de 1964 foi a mais recente intervenção de caráter anti-democrático na política brasileira.³⁴ O anseio das instituições militares, que assumem o governo, pela organização a partir da eliminação de fatores que consideravam prejudiciais à nação, implicou na repressão contra os variados setores da sociedade civil e militar durante a constituição do cenário golpista.

Antes ainda de ser efetivada a deposição do presidente João Goulart, ocorreram as primeiras detenções daqueles considerados subversivos, isto é, os inimigos da Segurança Nacional. O objetivo foi realizar uma espécie de purificação em vários setores sociais e impedir a organização de uma resistência política e social à nova ordem. No dia em que iniciou o deslocamento das tropas saídas de Juiz de Fora (MG), comandadas pelo general Olympio de Mourão Filho, pessoas foram presas na cidade.

³⁴ Foge aos limites deste trabalho analisar as controvérsias relativas ao golpe de 1964. Conforme balanço efetuado por Lucília Neves, a literatura sobre o golpe de 1964 envolve quatro abordagens fundamentais. Em primeiro lugar, as obras que consideram as mudanças estruturais na sociedade brasileira, ocorridas no período anterior, os fatores decisivos para a eclosão da crise que levou ao golpe. Neste sentido, os dilemas associados à industrialização tardia, o antagonismo entre um padrão de acumulação nacional-desenvolvimentista e dependente-associado, que se afirma com o aumento da presença do capital externo na década de 1950, e os impactos sociais da industrialização, no sentido de aguçar as tensões internas ao “pacto populista”, são as variáveis mais relevantes. Em segundo lugar, ganham relevo as obras que enfatizam o caráter preventivo da intervenção militar, voltada para a contenção de um irresistível ascenso dos setores populares na cena política, num contexto de Guerra Fria, de dificuldades econômicas e de tensão nas relações entre o executivo janguista e as forças políticas de esquerda radicalizadas, que compunham sua base de sustentação. Em terceiro lugar, pontificam as formulações que destacam a conspiração efetuada por organismos ligados ao capital multinacional e associado, assim como aos EUA. Por fim, com nuances diversas, aparecem as formulações que enfatizam as debilidades do sistema institucional e aspectos conjunturais, ora destacando as condições que levam o governo Jango a um quadro de paralisia decisória, ora dando relevo à ausência de compromisso dos atores políticos com a democracia, que teria conduzido a sucessivas perdas de oportunidade, no sentido da conciliação entre democracia e reformas, proporcionando a polarização do cenário político. A propósito, ver: DELGADO, L.A.N. “1964: temporalidade e interpretações”. IN: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, Rodrigo Pato Sá (orgs) *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru/SP: EDUSC, 2004. Outra síntese das controvérsias relativas ao golpe de 1964, neste caso destacando o tipo de narrativa produzido sobre o evento, pode ser encontrada em: FICO, C. *Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2004.

O barbeiro Milton Fernandes, que fora ligado ao PCB, partido em que militou, quando esteve na legalidade, foi detido naquele mesmo dia, às 9 horas da manhã. Ao ser encaminhado ao QG encontrou outras pessoas presas, e todos foram levados a Belo Horizonte, para o DOPS e, posteriormente, a Penitenciária de Neves. Em sua primeira prisão, ficaria nessa instituição 47 dias recluso. Seria preso nos anos seguintes mais duas vezes, com passagens pelo 10º RI e a Penitenciária de Linhares, localizados na cidade de sua residência.³⁵

Segundo Geraldo Cantarino, documentos da embaixada britânica revelam que já eram mais de 3 mil presos políticos em abril de 1964.³⁶ Nessa primeira fase de rigor punitivo, os presos eram, na maioria, militares, sindicalistas e políticos, associados pelo regime instaurado, ao governo deposto.³⁷

Maria Helena Moreira Alves caracterizou o período da ditadura militar, que durou de 1964 a 1985, como o de implantação definitiva da Doutrina de Segurança Nacional, em que esta:

*... constitui um corpo orgânico de pensamento que inclui uma teoria de guerra, uma teoria de revolução e subversão interna, (...) tendo sido utilizada para justificar a imposição de um sistema de controle e dominação. (...) a Doutrina de Segurança Nacional efetivamente prevê que o Estado conquistará certo grau de legitimidade graças a um constante desenvolvimento capitalista e a seu desempenho como defensor da nação contra a ameaça dos “inimigos internos” (...).*³⁸

Segundo a autora, haveria uma formulação a partir da Escola Superior de Guerra, que previa a institucionalização de uma “forma autoritária de capitalismo de Estado”, articulando a perspectiva do desenvolvimento econômico à segurança interna,³⁹ o que

³⁵ Entrevista com Milton Fernandes em “O Comunismo: ameaça ou vítima em 1964?”. IN: ESPECIAL 64: 20 anos depois. *Tribuna de Minas*, 31 de março de 1984, p. 8. AH/UFJF.

³⁶ Documento da embaixada britânica no Brasil ao Foreign Office (8 de abril de 1964) n. 371/173762 - AB1015/57. Apud: CANTARINO, Geraldo. *1964 - A Revolução para inglês ver*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 109.

³⁷ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Perfil dos Atingidos* (Projeto Brasil Nunca Mais - Tomo III). Petrópolis: Vozes, 1988, p. 119.

³⁸ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil* (1964 - 1984). Petrópolis: Vozes, 1984, p. 26.

³⁹ Idem, p. 23.

denotaria a presença de projeto orgânico dos líderes do regime militar. Essa percepção seria acompanhada da dicotomia entre moderados e duros, presente na caracterização de grupos antagônicos e sucessórios na disputa pela alta hierarquia militar de diversos estudos sobre o regime, que apontam apenas a existência de diferentes padrões de exercício da autoridade ditatorial, não obstante o projeto comum.

No entanto, a versão sobre a coesão, nos governos militares, em que diferentes correntes se revezariam no poder, em torno de um projeto único, vem sendo questionada com frequência na literatura sobre o período, postura esta acentuada com os debates que acompanharam a passagem dos 40 anos do golpe de 1964.⁴⁰

Abordagens mais recentes revelam que no interior dos governos militares havia uma intensa disputa entre propostas, não obstante a “institucionalização dos desmandos” em prol de promessas de abertura política.⁴¹ Apesar das diferenciações possíveis entre os militares, em seu conjunto agiam inspirados por uma “utopia autoritária” que via a possibilidade do desenvolvimento nacional a partir da eliminação de fatores que consideravam entraves ao progresso brasileiro.⁴² Esses impedimentos seriam a corrupção, a ameaça comunista e a subversão, praticados por aqueles considerados o inimigo interno e contra a Segurança Nacional. Assim, seria necessária uma “operação limpeza”, até mesmo

⁴⁰ De fato, Carlos Estevam Martins e Sebastião Velasco, já no início da década de 1980, sinalizavam para a complexidade da trajetória do regime, observando que, apesar de a inauguração de seus elementos autoritários comuns ter ocorrido no governo Castelo Branco, sua evolução posterior seria marcada pela influência de fatores diversos, como as tensões entre as correntes militares, a relação com as oposições, o contexto internacional e a proximidade e/ou distanciamento em relação a setores sociais que se encontram em sua base de sustentação, como os empresários. Ver: CRUZ, S. V. e MARTINS, C. E. “De Castelo a Figueiredo: uma incursão na pré-história da ‘abertura’”. Passim. IN: SORJ, B. e ALMEIDA, M. H. *Sociedade e Política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

⁴¹ FICO, C. *Como eles agiam: Os subterrâneos da Ditadura Militar: Espionagem e Polícia Política*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 19.

⁴² A idéia de uma “utopia autoritária”, formulada por Celso Castro, Maria Celina D’Araujo e Gláucio Ary Dillon de Castro, é retomada por Carlos Fico no sentido de indicar elementos de unificação nas concepções e comportamento dos militares no poder, não obstante a eventual ausência de um projeto orgânico, a modo das formulações de Maria Helena Moreira Alves. Para os fins deste trabalho, não é possível proceder a uma extensa revisão e análise desta disjuntiva: projeto orgânico ou diversidade de orientações, sob o fundo comum da utopia autoritária. Do ponto de vista da ação repressiva do regime, esta questão não nos parece tão relevante, uma vez que, nas duas situações, tratava-se de conter a ação de setores diversos da sociedade civil, especialmente os ligados ao *antigo regime* e à esquerda. Sobre o assunto ver: FICO, C. *Além do Golpe*: op. cit., p 112. A noção de “utopia autoritária” encontra-se em: D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, C. (Int. e Org.). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumarã, 1994.

eliminando a ameaça subversiva, ou a aplicação de um projeto que extinguisse as deficiências presentes nas instituições nacionais.⁴³ Nesse sentido, alerta Celso Castro, que: “Mesmo *desunidos* internamente em muitos momentos, os militares demonstrariam um considerável grau de *união* sempre que vislumbravam alguma ameaça "externa" à "Revolução", vinda da oposição política”.⁴⁴

Em relação ao formato institucional adquirido pelo regime, deve-se destacar ainda, a complexa relação que “articulava o núcleo autoritário em que era confinado o processo decisório (...)”, à burocracia civil tecnoburocrática, mediada, principalmente, pelo Conselho de Segurança Nacional, - bem como a relação entre as elites econômicas e os governos, efetuadas através de canais diversos.⁴⁵ Estes envolviam tanto organismos como o Conselho Monetário Nacional, quanto os diversos “anéis burocráticos” de que falava Fernando Henrique Cardoso.⁴⁶ Nesse sentido, aponta Ignacio Delgado, enquanto a política econômica esteve a cargo fundamentalmente da elite tecnoburocrática, em colaboração com setores empresariais, os militares, ainda que envolvidos também na gestão econômica, eram primordialmente responsáveis por assuntos referentes à informação e à segurança.⁴⁷

⁴³ FICO, C. *A Ditadura mostra a sua cara: imagens e memória do período (1964-1985)*. Disponível em <www.history.umd.edu/HistoryCenter/2004-05/con/Brazil64/papers/cficoport.pdf>, em 25 de maio de 2005, pp. 08-09.

⁴⁴ CASTRO, C. *O golpe de 1964 e a instauração do regime militar*. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_fatos_imagens/htm/fatos/Golpe64.htm>, em 23 de fevereiro de 2007.

⁴⁵ DELGADO, I.G. op. cit., p. 168.

⁴⁶ CARDOSO, F.H. *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, passim.

⁴⁷ DELGADO, I.G. op. cit., p. 168. Não é decisivo para esta dissertação discorrer sobre a ação do regime no plano econômico, vinculada, para alguns, ao “aprofundamento do capitalismo dependente e associado”, sob a égide do capital multinacional que exigiria, para esse intento, a eliminação da cena política das forças que almejavam tanto a consolidação de uma ordem capitalista autônoma no País, quanto daquelas que projetavam a ocorrência de uma ruptura com a ordem capitalista. Neste sentido, conferir, dentre outros: CARDOSO, F.H. & FALLETO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979; e, O’DONNEL, G. “Sobre o corporativismo e a questão do Estado”. IN: *Cadernos DCP*, Belo Horizonte, 3, março de 1976. Avaliações críticas do suposto *economicismo* das concepções que associam o golpe de 1964 a uma crise do modelo de acumulação anterior e/ou a uma crise estrutural do capitalismo no Brasil, bem como vinculam a forma do regime militar à natureza adquirida pelo processo de acumulação capitalista, com o aprofundamento da industrialização dependente e associada, foram efetuadas por: SERRA, J. “Três Teses Equivocadas relativas à ligação entre Industrialização e Regimes Autoritários” e HIRSCHMAN, Albert. “A Mudança para o Autoritarismo na América Latina e a Busca de suas Determinantes Econômicas” ambos em COLLIER, David (org.) *O Novo Autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. Para um apanhado das políticas econômicas desenvolvidas pelos governos militares, conferir os artigos pertinentes contidos na obra de: ABREU, Marcelo de Paiva (org). *Ordem do Progresso: cem anos de política republicana - 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CONTREIRAS, Helio. *AI-5: A opressão no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2005, p. 64.

O projeto político e econômico, capitaneado pelos governos dos generais que assumem o controle institucional após a deposição de João Goulart, expressa-se no recrudescimento da repressão a diversos setores sociais. Com o cerceamento à disputa eleitoral e à atuação partidária, e o controle de instituições representativas e de direitos trabalhistas, os caminhos democráticos de inserção popular tornavam-se obscuros.

Entre as novas medidas, a manipulação de leis para assegurar o projeto militar, considerado revolucionário pelo governo golpista. Assim, em outubro de 1965, é promulgado o Ato Institucional de número 2. O texto é iniciado com a exaltação do papel desempenhado pelo movimento, tido por vitorioso contra “uma situação e governo que afundavam o País na corrupção e na subversão”, e alega a necessária continuidade daquele processo. Segundo depoimento do general Octávio Costa na obra de Hélio Contreiras, *AI-5: A opressão no Brasil*, “A partir do AI-2, evidenciou-se a tendência que iria predominar (...)”.⁴⁸

Paralelamente, estivessem empenhadas na consolidação a implantação da Doutrina de Segurança Nacional ou embaladas pela utopia autoritária, as Forças Armadas lideravam um regime em que, até o início da década de 1970, a repressão se agravava. O AI-2 decretou que o processo e julgamento de indivíduos enquadrados em crimes previstos na Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953 aconteceria em foro militar.⁴⁹ A Lei, que definia os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social,⁵⁰ penalizava os indivíduos considerados culpados por subversão. A Constituição Federal de 1967 viria a ratificar as premissas do AI-2. Em março deste mesmo ano, porém, um novo Decreto-Lei de Segurança Nacional, mais rigoroso ainda, seria editado. Consolidava-se, reforçado pelo DL

⁴⁸ Ibidem.

⁴⁹ ATO INSTITUCIONAL 2, de 27 de outubro de 1965. Trechos: À Nação e Parágrafo 1º do Artigo 7º. IN: <http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao_3.htm>, em 10 de agosto de 2005.

⁵⁰ LEI 1.802 (5 de janeiro de 1953). Apud: BICUDO, Hélio. *Segurança Nacional ou Submissão*. Petrópolis: Paz e Terra, 1984, p. 174.

314/1967, o perfil cada vez mais autoritário do novo governo. Característica esta, que só seria assumida por completo nos anos finais da década de 1960.⁵¹

Esses instrumentos de repressão geraram o preso político da ditadura militar brasileira, pessoas detidas por serem suspeitas de condutas contra a segurança nacional. Segundo Maria Cristina Soto a terminologia crime político é um conceito que deve ser empregado historicamente, pois sofre transformações em cada recorte temporal e espacial. A enunciação desse termo foi definida entre o final dos séculos XVIII e XIX, quando os sistemas jurídico-penais sofrem transformações à luz das idéias iluministas. A noção de lesa-majestade seria então, alternada pela de lesa-nação, “mais abrangente e igualmente imprecisa”.⁵²

No contexto dos governos militares brasileiros é necessário especificar a origem da identificação do grupo a partir de dois vetores opostos, os que referendam ou questionam a ordem instituída. Porém, esse conceito será amplo também no cenário punitivo que se instala no país na segunda metade do século XX, englobando as mais variadas situações que envolvam uma ameaça ao *status quo*, à medida que ocorreu o desenvolvimento do aparelho repressivo.

Com a evolução dos organismos que asseguram a implementação da Doutrina de Segurança Nacional, ou expressam a exacerbação da disposição punitiva radicada na utopia autoritária, o regime instituído após o golpe de 1964, imbuído de uma noção de

⁵¹ AQUINO, M.A. op. cit., p. 62. Não importa, para os propósitos deste trabalho, efetuar uma descrição detalhada dos “pilares básicos” da repressão durante o regime militar que, segundo Carlos Fico, envolviam a polícia política, a espionagem, a censura às diversões públicas, a censura à imprensa, o julgamento sumário dos adversários e a propaganda política. Não nos deteremos, também, nas inúmeras controvérsias relativas à relação entre repressão legal e ilegal, ao papel dos aparatos de informação e de segurança, à organicidade ou não do aparato repressivo e à responsabilidade das chefias militares por práticas como a tortura. Nosso foco é o sistema prisional e, secundariamente, a ação da Justiça Militar e do aparato repressivo *stricto sensu* - isto é, a atuação dos organismos que integravam o “sistema de informações”, que tinha como epicentro o SNI, e o “sistema de segurança”, que, ao lado dos organismos de informação e de operação direta na atividade repressiva das três armas, envolvia o DOPS, a OBAN e o esquema DOI-CODI, e outros aparatos responsáveis pela espionagem, perseguição e detenção, legal ou ilegal, dos adversários do regime no período em tela na nossa dissertação. Para uma súpula desses debates e da operação do aparato repressivo como um todo ver: FICO, C. *Além do Golpe*: op.cit., pp. 77-122.

⁵² SOTO, Maria Cristina Martinez. “Crime Político, Crime Comum: leituras cruzadas”. IN: *Seminários: Crime, criminalidade e repressão no Brasil república*. São Paulo, Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, novembro/2002, n. 1, pp. 09 e 12.

guerra interna,⁵³ irá forjar sua afirmação a partir da oposição⁵⁴ ao inimigo interno. O inimigo será inicialmente relacionado àqueles setores da sociedade identificados com o governo deposto e o conjunto da esquerda, em especial aquela parte que irá envolver-se com a luta armada.

De maneira mais generalizada, o perfil de presos políticos irá possuir características específicas de setores mais visados ao longo do processo ditatorial, embora não sejam excludentes. Assim, alguns militares, políticos e líderes sindicais, considerados subversivos, serão detidos pelas Forças Armadas no ambiente deflagrado pelo golpe. Com o incremento das manifestações estudantis, o perfil do inimigo molda-se segundo o dos estudantes da classe média brasileira, coincidindo também com a fase de maior repressão.

Segundo o Projeto Brasil Nunca Mais, 38,9% das pessoas citadas nos processos são menores de 25, e até mesmo de 18 anos. O material ainda revela a predominância de moradia nas cidades, enfatizando que “a resistência foi um fenômeno predominantemente urbano”, embora a maior parte dos estudantes não fosse nascido nas capitais. Refere-se também à maioria dos indiciados, nos processos estudados, oriundos da classe média, com número significativo de universitários.⁵⁵

Isso significa afirmar que o perfil sócio-econômico predominante entre os presos políticos seria um fator determinante para a identificação do grupo enquanto tal. No entanto, ocorre ainda o que Roberto Oliveira caracteriza como os mecanismos assumidos a partir da identidade em processo.⁵⁶ A identidade do grupo por nós estudado não será somente forjada pela origem dos membros que o compõem mas, visto que esses estão em

⁵³ ALVES, M. H. op. cit., p. 26.

⁵⁴ RAJAGOPALAN, K. “A construção de identidades e a política de representação”. IN: FERREIRA, Lúcia M. A. e ORRICO, Evelyn G. D. *Linguagem, Identidade e Memória Social*. Rio de Janeiro, DP&A, 2002., pp. 83-84.

⁵⁵ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil Nunca Mais*. op. cit., pp. 85-86.

⁵⁶ OLIVEIRA, Roberto C. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Pioneira, 1976, p. 05.

contato com outras camadas sociais e percepções da realidade, ela agrega novos valores num cenário onde predomina a pluralidade de culturas políticas.⁵⁷

Os presos políticos serão enquadrados em crimes descritos na Lei 1802/53 que definia os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social.⁵⁸ Em 1967, o Decreto-Lei de Segurança Nacional 314, destaca a preservação da segurança contra a “guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva” com medidas repressivas.⁵⁹ A partir de então, relata os casos possíveis de pena definindo o perfil do inimigo a ser combatido.

Assim, a ditadura militar constrói para si uma identidade, contra-revolucionária, em oposição aos grupos de esquerda que contestam o regime militar. É importante ressaltarmos que “todos os generais presidentes assumiram e discursaram, ao longo de seus governos, sempre falando em nome da Democracia que permaneceu como ideal retórico”.⁶⁰

Associado à origem dos presos por nós estudados, está a classificação do grupo segundo a perseguição imposta pela Justiça Militar nos inquéritos e processos formulados. No entanto, outros elementos contribuem para a caracterização do grupo como de presos políticos. Em 1969, a partir do Decreto-Lei 898, o grupo será preenchido por indivíduos acusados de crimes, que não necessariamente aqueles cometidos com intenções políticas. A medida é adotada após a onda de ações armadas em bancos, utilizadas pela luta armada como meio para aquisição de fundos e com objetivos de propaganda revolucionária. A Lei de Segurança Nacional passará então a caracterizar todo o tipo de assalto a banco como crime contra o Estado.

Os presos penalizados por essa Lei serão conhecidos como “Os Lei de Segurança”.⁶¹ Em Juiz de Fora, o assaltante de bancos Dino Valesi, acusado de assaltos na

⁵⁷ BERNSTEIN, Serge. “A Cultura Política”. IN: RIOUX, J. P. e SIRINELLI, J. F. *Para uma história cultural*. Lisboa, Estampa, 1988, p. 357.

⁵⁸ LEI 1.802 (5 de janeiro de 1953). Apud: BICUDO, H. op. cit., p. 174.

⁵⁹ DECRETO-LEI n. 314, de 13 de março de 1967. Capítulo I, Artigo 3º. Apud: idem, pp. 154-155.

⁶⁰ AQUINO, M.A. op. cit., p. 62.

⁶¹ BORGES, André. *Da Ilha Grande ao Poder - Trajetória de um revolucionário que passou 21 anos no cárcere*. Rio de Janeiro: Contemporânea, 1984. Apud: SÁ, Geraldo Ribeiro de. *O prisioneiro: um processo de qualificação e requalificação*. (Doutorado). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1990, p.366.

região, será encaminhado para a detenção no presídio político da região, em Linhares.⁶² Seu registro de matrícula na instituição, número 593, data de 23 de maio de 1972. Esse fenômeno irá proporcionar um convívio de diferentes valores, cujo efeito mais conhecido foi o contato entre presos comuns e presos políticos no Instituto Penal Cândido Mendes, em Ilha Grande, o que teria originado a Falange Vermelha.⁶³

Porém, até 1968, o processo repressivo não vinha sendo considerado satisfatório por setores militares de linha dura. Estes, contrariados com determinações como a necessidade de comunicar as prisões ao auditor militar, acreditavam que os resultados obtidos pelos inquéritos eram inexpressivos para os objetivos da Revolução, apesar da “(...) deformação da Justiça brasileira, imposta por sucessivos atos institucionais e restante legislação repressiva (...)”.⁶⁴

De fato, a linha-dura do regime militar somente teve seus anseios atendidos com o advento do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968. “Era a ditadura sem disfarces.”⁶⁵ Com o AI-5, o Congresso e várias sedes do poder legislativo estadual e municipal foram colocadas em recesso. Pessoas acusadas de infrações prescritas pela Lei de Segurança Nacional, perderam o direito ao *habeas-corpus*. O AI-5 representaria, ainda, a oficialização do terrorismo de Estado, praticado no interior da instituição militar.⁶⁶

O AI-5 cerceou manifestações, reuniões e produções de caráter artístico e intelectual, bem com manifestações sindicais, políticas e religiosas e do direito de defesa, segundo aponta Hélio Contreiras. O jornalista também destaca a censura a qualquer forma de expressão pública e a adoção do atestado de ideologia, que passou a ser exigido em variadas instâncias da sociedade. Teve ainda como resultado a intensificação da tortura nos interrogatórios e serviu como estímulo ao arbítrio. Incentivou a prática da delação e

⁶² “SÃO 17 processos contra Dino Valesi”. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 03/10/1972, p. 06. SM/BMMM.

⁶³ AMORIM, Carlos. *Comando Vermelho a história secreta do crime organizado*. Rio de Janeiro: Ed Record, 1993, passim.

⁶⁴ FICO, C. *Como eles agiam*: op. cit., pp. 112-113.

⁶⁵ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil Nunca Mais*. op. cit., p. 62.

⁶⁶ GORENDER, J. op. cit., pp. 162-165.

impediu o direito à privacidade. Aniquilou a autonomia universitária e do judiciário e implicou no estímulo à corrupção com a impunidade, desperdício de verbas, cabides de emprego e articulações políticas de caráter duvidoso.

Ainda citando Contreiras, o AI-5 também teve por consequência o “comprometimento da profissionalização das Forças Armadas”, cujas promoções de oficiais-generais se deram por caráter político e cujo meio foi marcado pelo “envolvimento dos militares e das Forças Armadas com a atividade policial”.⁶⁷

A repressão se formalizava, segundo um aparelhamento metodológico, em que as Forças Armadas cada vez mais adotavam as técnicas de policiais civis, que foram sendo adquiridas ao longo do período repressivo.⁶⁸ Eram diligências e interrogatórios marcados pela arbitrariedade, onde prevaleceria a força policial sobre qualquer alternativa legal dos cidadãos.

Um dos presos políticos de Linhares, detido em São Paulo pelo DEOPS, em frente ao seu local de trabalho, ainda em 1969, presenciou uma cena que ilustra bem a intolerância dessas ações da polícia, cujas táticas passaram a ser adotadas pelos militares como técnica de interrogatório, no momento em que era transportado ao local:

Era um carro da polícia, tipo camburão, mas as pessoas não sabiam o que era. Parecia um carro comum. Quando a gente estava quase em frente ao DEOPS, um taxista, não sei por que, xinga o cara que estava me levando. Aí o pessoal vai lá e prende o cara. E leva o cara. Quebraram o cara todo! Num outro dia, os colegas da cela me contaram que o cara estava todo quebrado. (...) (JSF)

Com a radicalização do processo repressivo, a partir de 1969, os inquiridos policiais de presos políticos dividem-se extra-oficialmente em duas fases, segundo *Brasil Nunca Mais*. Na primeira, a fase preliminar, os presos eram submetidos à incomunicabilidade e às

⁶⁷ CONTREIRAS, H. *AI-5*. op. cit., pp. 205-210.

⁶⁸ FICO, C. *Como eles agiam*. op. cit., p 128.

servícias. Nesta fase, a comunicação da detenção à Justiça Militar por vezes não ocorria ou então acontecia com a data da prisão alterada.⁶⁹

Dessa maneira, o preso estava exposto a todo o tipo de arbitrariedades, visto que seu paradeiro era desconhecido pelos familiares e advogados. Segundo nos contou um preso, exemplificando o desamparo em que viviam, quando esteve nessa situação em Belo Horizonte:

Eles chamaram um cara para ver o jogo. O cara estava torturando e era a decisão do campeonato brasileiro, que era Atlético e Botafogo. Eu sou Botafogo fanático. Aí o cara virou para mim e falou assim: “Irmão! Se o meu Galo for campeão, eu vou te dar bife com batata frita, que eu sei que você está com fome. Agora, se o meu Galo perder, eu vou te matar de pancada.” Acho que nunca torci tanto contra o Botafogo (risos). E pior: o cara chegou me abraçando como se eu fosse amigo dele. Me agarrando. E eu assim... Ele falou: “Calma cara! Já acabou o meu expediente. Não tem mais”. (RFC)

A repressão operava por meios ilegais. Ignorando as leis constitucionais elaboradas pelos próprios militares, as prisões ocorriam, via de regra, sob a forma de seqüestro. Sem mandato judicial e sob um clima de horror que implicava a todos aqueles que possuíssem algum tipo de relação com o detido. A primeira fase das prisões era geralmente acompanhada de torturas precedendo ao interrogatório formal.⁷⁰

Assim, quando as informações obtidas dos presos políticos eram satisfatórias para os órgãos de informação, iniciava-se a fase de formalização dos inquéritos, quando a Justiça Militar era comunicada da prisão. Após a sua elaboração, os inquéritos eram encaminhados às Auditorias Militares para que o procurador militar fizesse a denúncia. Então o acusado teria o direito a um advogado e seria submetido a novo interrogatório.⁷¹

Em 1969, a ação repressiva tem o seu auge operacional com a criação da OBAN, desenvolvida em São Paulo e fruto de anos de discussão nos órgãos militares. Ela

⁶⁹ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil Nunca Mais*. op. cit., p.173.

⁷⁰ Idem, pp. 77-82.

⁷¹ Idem, pp. 176-177.

funcionaria como o órgão centralizador das ações repressivas do Estado,⁷² num misto de entidade policial e militar, com recursos oficiais e de empresários.

A sofisticação do sistema repressivo, porém, culmina na criação dos Centros de Operações de Defesa Interna (CODIs) compostos por representantes das forças militares, da polícia e do próprio governo. E com a criação dos Destacamentos de Operações de Informações (DOIs) cuja equipe especializada em operações estava subordinada aos CODIs e funcionava como o “braço armado da Inquisição”, segundo expressão do general Fiúza de Castro. Ambos os órgãos estavam “sob o comando do chefe do Estado Maior do comandante de cada um dos exércitos”, que tinha a função de planejar, controlar e executar medidas de defesa interna em ligação com todos os órgãos de segurança.⁷³

Com efeito, “havia em 1971, segundo relatórios das ONGs, cerca de 5 mil presos - detidos por meses e, às vezes, por anos - esperando julgamento no Brasil”.⁷⁴ Mas, curiosamente, o regime não reconhecia a existência de presos políticos e simulava um clima de legalidade. A “avalancha de prisões”,⁷⁵ denotaria o perfil global de presos políticos, que embora delineado por características do que o regime militar considerou o inimigo nacional em fases distintas, abarcava qualquer cidadão considerado ameaçador.

Segundo dados recentes divulgados pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, os dados refletem essa perseguição. Cerca de 50 mil presos nos anos iniciais da ditadura. 7.367 pessoas acusadas e 10.034 envolvidas na fase de inquérito em 707 processos, segundo levantamento do Projeto Brasil Nunca Mais. Desses, 4 foram condenados à morte, 4.862 cassados, 6.592 militares prejudicados e 130 brasileiros foram banidos do território nacional. Ainda não há estimativas do número de exilados.⁷⁶

⁷² CARVALHO, Luis Maklouf & SERRA, Cristina. “Anos de Terror: A repressão política no Brasil (1964 a 1976)”. IN: *RETRATO do Brasil*. São Paulo: Ed. Política, 1984, p. 195.

⁷³ D’ARAÚJO, M.C., SOARES, G.A.D., CASTRO, C. (Int. e Org.). op. cit., pp. 17 e 18.

⁷⁴ CARVALHO, Annina Alcantara de. “A Lei, ora, a lei...” IN: FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J. A. de Granville (org.). *Tiradentes: um presídio da ditadura*. São Paulo: Scipione Cultural, 1997, p. 404.

⁷⁵ Termo utilizado por Jacob Gorender em: GORENDER, J. op. cit., p. 245.

⁷⁶ BARBOSA, B. op. cit

1.2. Idéias e mentes: o preso político na ditadura militar brasileira

Argélia, Cuba, Vietnã. Na visão das esquerdas brasileiras dos anos 60, modelos de resistência e de luta contra o imperialismo opressor que, vitoriosos, inspirariam o pipocar de grupos que tinham como inevitável o advento do socialismo, impulsionado por uma “vanguarda revolucionária”.⁷⁷ Segundo Marcelo Ridenti:

*A utopia revolucionária romântica do período valorizava acima de tudo a vontade de transformação, a ação dos seres humanos para mudar a História, num processo de construção do ‘homem novo’ nos termos do jovem Marx recuperados por Che Guevara.*⁷⁸

E o que seria o “homem novo”? Em seus escritos, Ernesto Che Guevara enuncia *A formação do Homem Novo*⁷⁹, baseado no relato da experiência cubana. Uma nova atitude humana surge paralelamente à implementação da sociedade socialista e, somente neste contexto seria possível para o guerrilheiro a transformação do homem. Guevara caracteriza esta etapa como um processo, às vezes árduo, mas que se desenvolve a partir da educação e conscientização dos membros daquela sociedade enquanto elementos de um corpo orgânico. A execração dos valores capitalistas está sintetizada na superação do homem-mercadoria pelo homem verdadeiramente livre:

O importante é que os homens adquirem a cada dia uma maior consciência da necessidade de sua incorporação na sociedade (...). Eles não avançam mais completamente sós, através de caminhos tortuosos na direção de seus desejos longínquos (sic.). Seguem sua vanguarda constituída pelo partido, os trabalhadores de vanguarda, pelos homens que avançam ligados às massas em estreita comunicação com elas. As vanguardas têm o olhar fixo no futuro e em sua recompensa, mas esta não é vista como qualquer coisa de individual. Sua recompensa é a nova

⁷⁷ RIDENTI, M. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. op. cit., p. 54.

⁷⁸ Idem. *Em busca do povo brasileiro: artistas da Revolução*, do CPC à era da tv. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 24.

⁷⁹ GUEVARA, Ernesto Che. “A Formação do Homem Novo”. IN: Idem. *O Socialismo e o Homem Novo*. Jornalivro. Ano VI, julho/1986, n. 10.

*sociedade onde os homens serão diferentes: a sociedade do homem comunista.*⁸⁰

Esta passagem ilustra a predisposição assumida por membros das esquerdas nacionais nos anos 1960 e 1970, a maioria jovem, que impulsionada por um desejo de transformação radical de mundo, assumiu para si o dever de realizá-la. Uma busca de resposta aos problemas da sociedade global.⁸¹ Este grupo passará a atuar com maior intensidade a partir de 1968 quando, após as grandes manifestações de massa e confrontos entre o movimento estudantil e a polícia repressiva, muitos imergem na luta armada.

O homem novo, elemento do processo revolucionário, viria do povo e teria sua origem no meio rural. Portanto, a guerrilha iniciaria nas áreas rurais e se espalharia contagiando a população urbana. Paralelamente à guerrilha rural, os militantes do final dos anos 60 e início da década de 70, realizariam expropriações nas cidades com o objetivo de reunir financiamento para os treinamentos. Com o tempo, estas ações adquirem o caráter de propaganda de um projeto revolucionário de esquerda.⁸²

Alguns momentos são significativos do envolvimento desse setor, e são citados com frequência no ato de rememorar dos indivíduos envolvidos nos caudalosos acontecimentos de fins da década de 60. O ano de 1968 iniciou com os estudantes nas ruas em protestos contra a política educacional do governo. No Rio de Janeiro, secundaristas bradavam contra a situação em que estava o restaurante Calabouço, que freqüentavam. No dia 28 de março seria o choque mais violento. Quando se preparavam para novas passeatas, o restaurante foi invadido pela tropa de choque da Polícia Militar que, entre vaias dos estudantes e tiros de policiais, resultou na morte de Edson Luís.

O assassinato do jovem foi o estopim para as manifestações de protesto. Seu corpo foi levado para a Assembléia Legislativa e, no dia seguinte, 50 mil pessoas saíram às ruas

⁸⁰ Ibidem.

⁸¹ BERNSTEIN, S. op. cit., p. 353.

⁸² RIDENTI, M. *Em busca do povo brasileiro*, op. cit., p. 24.

para o enterro, sem a presença da polícia. No mês seguinte, a missa de sétimo dia da morte de Edson Luís seria marcada por novos enfrentamentos entre a população e a polícia militar. Os próximos meses, com picos de mobilização e enfrentamento ou um refluxo dos estudantes visando à estruturação de novos protestos, eram o prenúncio de movimentos com auges de adesão popular, como a passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro, realizada em 26 de junho.

Os acontecimentos, porém, não se deram somente no Rio de Janeiro. Mas se espalharam por diversas capitais brasileiras, mobilizando estudantes em várias escolas e universidades, artistas, intelectuais e religiosos, muitos deles com a simpatia da população. “Criar um, dois, três, muitos Vietnãs”, era o mote que embalava a juventude revolucionária.

Em Belo Horizonte, com a morte de Edson Luís, os estudantes tomaram as ruas.⁸³ A ocupação virou inquérito e processo contra as lideranças na 4ª CJM. Jorge Batista Filho, à época presidente do DCE da UFMG, declarava na rádio sobre os acontecimentos do Calabouço: “(...) Achamos que êsse crime aí é a comemoração do 4º aniversário do golpe de estado covardemente levado a efeito nêste país há quatro anos atrás. É a comemoração pelo sangue, é a comemoração pela violência”. E estudantes secundaristas distribuíam panfletos instigando a população à oposição ao regime:

⁸³ Apontamos os questionamentos surgidos, ao longo deste trabalho, sobre as ações das esquerdas que militaram nos anos 1960 e 1970 em Minas Gerais, inclusive, qual seria a inserção de Juiz de Fora nesse contexto. Com as leituras das fontes primárias, percebemos uma intensa organização do movimento estudantil em Belo Horizonte, como por exemplo, quando os estudantes ocuparam as ruas da capital mineira para protestar contra o assassinato do secundarista Edson Luís, ocorrido no Rio de Janeiro. Muitos entre os retratados meticulosamente pela repressão, durante a manifestação, estariam meses depois na Penitenciária de Linhares, respondendo a inquéritos por crimes de subversão. Em *Companheira Carmela*, Maurício Paiva afirma que o movimento estudantil em Belo Horizonte era extremamente ativo. Por suas lembranças sobre essa ebulição, entre os secundaristas e os universitários da capital mineira, considera que o movimento estudantil na capital mineira, “(...) era, efetivamente, a vanguarda das lutas de massas -, assim como as organizações políticas de esquerda, eram mais fortes do que em qualquer outro lugar do país”. Se os dados contidos nessa afirmação merecem ainda ser objetos de pesquisas, para serem constatados, é fato que a recorrência de determinados setores estudantis nos processos que tramitaram na 4ª CJM, e a que tivemos acesso, são um estímulo para os estudos sobre as ações de organizações, como a Ação Popular (AP), o Comando de Libertação Nacional (COLINA) e a Corrente Revolucionária de Minas Gerais (CORRENTE), dentro das fronteiras mineiras. Sobre a afirmação de Maurício Paiva, ver: PAIVA, Maurício. *Companheira Carmela. A história da luta de Carmela Pezzuti e seus dois filhos na resistência ao regime militar e no exílio*. Rio de Janeiro: Mauad, p. 24.

Ao Povo
(...) *A ditadura assassinou estudantes e operários quando lutaram contra ela; prendeu e espancou milhares de brasileiros, proibiu eleições e entrega o país aos americanos. (...)*
A Ditadura se desmascarou.
Cabe agora ao povo continuar a luta para derrotá-la.
O POVO ORGANIZADO DERRUBA A DITADURA.
*Os estudantes*⁸⁴

Em outubro de 1968, outro acontecimento mobilizaria os estudantes e marcaria as lembranças daquela época: a realização do XXX Congresso da UNE em Ibiúna, onde foram presas várias lideranças estudantis. Segundo Daniel Aarão Reis esse número foi de 700 pessoas,⁸⁵ mas muitos entrevistados por nós citam em suas memórias um número que varia de mil a 1.200 detidos, o que reflete o impacto desse acontecimento nos relatos sobre o movimento estudantil.

Os militantes estavam imbuídos de um sentimento de luta, rebeldia e transformação que dominou o ano de 1968. A crença de que um mundo melhor era possível impulsionou manifestações populares em várias partes do globo terrestre. Nas palavras de Eric Hobsbawn, “(...) uma onda varreu os três mundos, ou grande parte deles, levada essencialmente pela nova força social dos estudantes (...)”.⁸⁶ Segundo Daniel Aarão Reis Filho:

*1968 é um redemoinho de imagens – atravessando a neblina do tempo. Um mundo em movimento, conflitos, projetos e sonhos de mudanças, gestos de revolta, lutas apaixonadas: revolução nos costumes, na música, nas artes plásticas, no comportamento e nas relações pessoais, no estilo de vida, e nas tentativas novas não apenas de derrubar o poder vigente mas de propor uma relação diferente entre a política e a sociedade.*⁸⁷

⁸⁴ Ver Processo 51/68 (9 volumes e 2 anexos), sobre a panfletagem nas escolas e universidades de Belo Horizonte (MG). Especificamente sobre a declaração de Jorge Batista Filho, ver no mesmo processo a transcrição da fita magnética gravada no programa da Rádio Itatiaia de Belo Horizonte, dia 29 de março de 1968, às 12 horas, p. 20. Sobre panfleto, p. 97 do mesmo processo. 4ª CJM.

⁸⁵ REIS FILHO, D. A. & MORAES, Pedro de. *1968 A paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988, p. 212.

⁸⁶ HOBBSBAWN, Eric. *Era dos Extremos: O Breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 431.

⁸⁷ REIS FILHO, D.A. “O ano mágico”. IN: Idem; e MORAES, P. op. cit., p. 11.

No Brasil, essa “relação diferente” visava ao desenvolvimento nacional inclusivo. Para os arautos da proposta, ela somente seria realizável numa sociedade onde vigorasse o regime socialista. Além do combate ao imperialismo, sustentavam a tese da estagnação econômica como consequência de um regime anti-democrático.⁸⁸

A intervenção dos EUA contra a ameaça comunista, no contexto da Guerra Fria, esteve intimamente associada aos regimes militares que se desenvolveram na América Latina. Assim, impulsionados pelas palavras de Ernesto Guevara, as “vanguardas têm o olhar fixo no futuro e em sua recompensa”, milhares de jovens abandonaram a rotina de suas vidas familiares pelo ideal revolucionário.

Nesse sentido, a identidade do militante forjava-se dentro de uma cultura global revolucionária. Em que nações oprimidas se rebelavam, com resultados vitoriosos, contra aquele considerado o inimigo das esquerdas: o sistema capitalista representado pelo imperialismo norte-americano.

Mas também numa conjuntura, onde o próprio movimento militar deflagrado com o deslocamento das tropas, saídas da IV RM, em 31 de março, representava uma intervenção preventiva anti-comunista. Isso significa afirmar que as posturas assumidas pelo grupo que contestava a ditadura militar, e todos os valores que ela implicava, foi o produto de um contexto histórico específico, onde o ideal revolucionário, ou anti-revolucionário, predominou em todas as instâncias.

Assim, a identidade formada e, posteriormente, assumida pelo grupo preso político enquadra-se em duas disparidades a partir das coletividades, ou seja, a oposição “terrorista” e “revolucionário popular”. Mas a identificação do grupo enquanto vanguarda revolucionária não se adequava à realidade, cabendo ao grupo de esquerda, um progressivo isolamento das massas populares, estas acudadas pela repressão do sistema.

⁸⁸ RIDENTI, M. *O Fantasma da Revolução Brasileira*, op. cit., p. 54.

Parte da população, satisfeita com os resultados do milagre econômico, a partir do governo Médici, auge da repressão, não reclamava uma transformação social. De fato, ela mesma apoiara a intervenção militar de 1964 amedrontada pelo que os setores conservadores da sociedade brasileira propagavam como o discurso subversivo, identificado com grupos de esquerda e o governo de João Goulart, naquela época vigente.⁸⁹

O liame ideológico dos militantes de esquerda em fins dos anos 60 está relacionado com as teorias nacionalistas e rebeldes de transformação do Estado segundo concepções marxistas-leninistas. Assim o grupo assumia os mesmos códigos segundo interpretações comuns do contexto vigente, baseado em obras de referência.

Havia neles “uma leitura comum e normativa do passado histórico”⁹⁰ como injusto e excludente. Adotavam os mesmos referenciais teóricos. Além dos textos de Guevara, Li-Bom e Régis Debray, liam Caio Prado Jr., Octavio Ianni, Celso Furtado e assistiam a Glauber Rocha,⁹¹ numa tentativa de adaptar a realidade brasileira a modelos internacionais.

É patente nos grupos que assumiram um projeto de transformação da sociedade brasileira, desencadeado pela luta armada, a disputa pelo papel de vanguarda revolucionária. Porém, apesar das divergências, possuíam em comum, inclusive com o Partidão (PCB), uma análise da revolução, em que consideravam empecilhos à modernização, fatores como o imperialismo e o latifúndio.⁹²

O mote estava na negação dos valores daquela época. Negava-se tudo, sob inspiração de uma ótica de superação de um modelo fadado ao fracasso. Negava-se até mesmo o histórico partido da esquerda, o PCB, acusado de imobilismo e apatia perante o processo implementado pelo golpe civil-militar de 1964.⁹³ Um antigo militante do PCB,

⁸⁹ Citamos a título de exemplo a manchete do jornal *Diário da Tarde*, de 04 de abril de 1964, que dizia: “Minas mais uma vez sai em defesa da liberdade restituindo ao Brasil, em 36 hs., a paz e a democracia”. IN: DIAS, Renato. Especial 64: 20 anos depois. *Tribuna de Minas*, 28 de março de 1984, p. 08. AH/UFJF.

⁹⁰ BERSTEIN, S. op. cit., p. 351.

⁹¹ GORENDER, J. op. cit., pp. 88 e 92.

⁹² RIDENTI, M. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. op. cit., p. 34.

⁹³ Idem, p. 64.

em Belo Horizonte (MG), no início dos anos 1960, sofreu essa mudança, que se transformou em atitude questionadora sobre os rumos do Partidão.⁹⁴ Segundo narra:

Sou da geração de 62/64, que viveu o ascenso do movimento de massas 61/64, sobreviveu ao golpe, perdeu as ilusões reformistas e pacifistas, se temperou na luta interna e na reconstrução da Esquerda, e abriu novas esperanças com o projeto da luta armada. Mas essa tentativa não se concretizaria sem o afluxo da geração de 66/68, que emergiu politicamente no pós-golpe, tentando respirar um pouco de liberdade e recebendo em troca os golpes da polícia nas ruas.

*Começamos antes de ter armas: quando no convencemos realmente não apenas da necessidade da luta armada, mas que nós é que tínhamos que fazê-la. Foi difícil, mas decisivo.*⁹⁵

Na opinião dos novos guerrilheiros a revolução socialista era necessária, segundo uma concepção militarista e foquista, com base nos textos de Guevara e Régis Debray. Também foram importantes para o grupo que aderiu às ações armadas, os escritos de Lin-Bao que informava sobre a concepção chinesa de guerra popular, e embora com diferenças relativas à importância do partido e ao socialismo como objetivo imediato, reforçava o aspecto belicista das organizações de esquerda.⁹⁶

Segundo Jacob Gorender, “(...) o foquismo era a teoria oficial da Revolução Cubana”. Essa noção considerava o processo revolucionário como inevitável em todo o continente latino-americano, ou seja, argumentava que estavam formadas as condições objetivas para a revolução. Faltavam as condições subjetivas, implícitas no desejo das massas em promover essa transformação. No entanto, estas poderiam ser criadas pela ação do foco guerrilheiro que, “funcionava como o pequeno motor acionador do grande motor – as massas”. Além disso, segundo concepção militarista, o aspecto militar seria predominante em relação ao político, através da promoção de ações armadas como

⁹⁴ VIANA, G. A. *131-D*, op. cit., p. 12.

⁹⁵ *Ibidem*.

⁹⁶ GORENDER, J. op. cit., pp. 83 e 91.

propaganda,⁹⁷ parte da “agit-prop”, proposta que se acentuaria, comandando a rotina militante.⁹⁸

Mas nem todos os militantes de esquerda que pretendiam a revolução, intentavam o mesmo caminho. Existiam os grupos que, embora pretendessem a guerrilha rural, como os militaristas, sofreram em suas trajetórias o dilema imposto pela proposta de uma atuação mais decisiva junto às massas, em paralelo ao desenvolvimento de ações armadas. Eram os “massistas”.⁹⁹

Segundo nos narrou José Salvati Filho, sua ida de Minas Gerais para São Paulo foi suscitada pela necessidade da organização a que pertencia em estar atuando dentro do movimento operário. Assim foi trabalhar numa empresa do ABC paulista: “Porque a *Philco* era prioridade do partido.”¹⁰⁰ Ele pertencia à AP, partido que logo após o golpe sofreu atrações pela luta armada, mas que após um período de reestruturação interna, a partir de 1967, aproxima-se efetivamente das teorias maoístas, rechaçando aquela opção.¹⁰¹

Além disso, “(...) visava a eliminar a distância entre o trabalho intelectual e o trabalho manual”, introduzindo seus militantes em fábricas, para o conhecimento dessa realidade, e também, segundo Salvati, para a organização de núcleos com a presença operária, pela organização das massas. A noção de “guerra prolongada” era associada aos propósitos cristãos internos à organização, com grande número de pessoas vinculadas à Igreja, como demonstra o próprio perfil dos autores dos testemunhos a nós concedidos, e que está na “Introdução” deste trabalho. Sobre o assunto cabe o depoimento de Ricardo Cintra, exceção à regra:

Outra coisa assim, que para mim foi muito diferente dos outros, é o seguinte: a Ação Popular é uma organização surgida dentro da Igreja Católica, mas a minha família era toda evangélica, não é? Então eu não

⁹⁷ Idem, pp. 88 e 92.

⁹⁸ REIS FILHO, D. A. *A Revolução faltou ao encontro*: Os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990, pp. 127-128.

⁹⁹ RIDENTI, M. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. op. cit., p. 57.

¹⁰⁰ Depoimento de José Salvati Filho.

¹⁰¹ GORENDER, J. op. cit., p. 122.

conhecia mesmo alguns, eu entrei na faculdade dentro da organização. O pessoal já vinha de JEC, JOC... Então quando eles me perguntavam em Belo Horizonte (no DOPS) sobre os dominicanos, e eu falava que eu não conhecia, os caras não acreditavam que eu não podia conhecer.(RFC)

Contudo, é importante verificar que a distinção de propostas entre as tendências, deve ser avaliada com cuidado na prática, não implicando a opção pela penetração junto às massas, na sua concretização.¹⁰² Além do mais, no dia-a-dia do militante, no exercício de seu papel revolucionário, o termo “massista” poderia adquirir, em alguns grupos, conotação pejorativa, ao ser externado em sessões de crítica e autocrítica dentro das organizações, que contribuíam para envolver o militante num “massacre de tarefas”, que se apresentava como uma roda-viva.¹⁰³

No entanto, cabe ressaltar, que apesar das divergências que os grupos de esquerda possuíam entre si, pois “competiam ardentemente pela vanguarda do processo revolucionário”,¹⁰⁴ os traços que os unificavam são irrefutáveis para justificar a postura da maioria: a sensação iminente da revolução socialista no País e a vontade em se lançar no empreendimento dessa idéia. Os caminhos que levariam o Brasil até lá, porém, passariam por variadas rotas que, mais tarde, na prisão dos militantes, possibilitariam o intenso debate de propostas.

1.3. A transformação da Penitenciária Regional de Juiz de Fora em presídio político da IV Região Militar

Em fins de março e início de abril de 1967 a Polícia Militar mineira deteve 16 homens do MNR que faziam operações de guerrilha na Serra do Caparaó, localizada na

¹⁰² Idem , p. 57.

¹⁰³ REIS FILHO, D.A. *A Revolução faltou ao encontro*. op. cit., p. 128.

¹⁰⁴ RIDENTI, M. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. op. cit., p. 43.

fronteira entre Minas Gerais e o Espírito Santo.¹⁰⁵ Devido à entrada do Exército nas buscas aos guerrilheiros e ao IPM instaurado na 4ª CJM, os presos foram transferidos para a sede da IV Região Militar, em Juiz de Fora (MG).

Com a remoção dos guerrilheiros de Caparaó, a Penitenciária Regional localizada na cidade, onde estava o comando da IV RM, passa a funcionar como um presídio político da ditadura. Tornava-se, a partir de então, “uma prisão política, sob controle militar”.¹⁰⁶ A instituição foi assumida pelo Exército para receber os presos processados nessa Circunscrição, ou aqueles que ainda respondiam aos interrogatórios, por crimes contra a Lei de Segurança Nacional praticados nessa jurisdição.

Para abrigar os guerrilheiros do MNR presos e outros dois integrantes do movimento, denunciados no processo instaurado na Auditoria Militar, foi isolada a ala “A” da Penitenciária Regional de Juiz de Fora. Construída para funcionar enquanto instituição penal agrícola, possuía difícil acesso. O trecho de terras da Fazenda do Young¹⁰⁷ desapropriado no bairro Linhares - área de encostas íngremes e que dista cerca de cinco quilômetros do centro da cidade - implicaria na alusão à instituição, pelos seus detentos e a população de Juiz de Fora, com o nome de Penitenciária ou presídio de Linhares.

A Penitenciária Regional José Edson Cavalieri, ou Penitenciária de Linhares, foi inaugurada em Juiz de Fora um ano antes de se tornar um presídio político, em 22 de janeiro de 1966.¹⁰⁸ A sua instalação na cidade mobilizou a opinião pública que, em repúdio, chamava o local de “presente de grego”. No entanto, na concepção de seu primeiro diretor,

¹⁰⁵ Sobre a Guerrilha de Caparaó ver: REBELLO, Gilson. A Guerrilha de Caparaó. Ed. Alfa-Omega, s/d; e BOITEUX, Bayard Demaria. A guerrilha de Caparaó e outros relatos. Rio de Janeiro: Inverta, 1998.

¹⁰⁶ VIANA, G.A. *Glória Mãe de preso político*. op. cit., p. 90.

¹⁰⁷ VALADÃO, João. Projeto de Lei 69 de 05 de setembro de 1957, “Autoriza - Prefeito Municipal autorizado a doar ao Estado de Minas Gerias até 20 alqueires de terra ...”. Processo 310/48, 1º. Volume, caixa 097. SD/CMJF.

¹⁰⁸ “PENITENCIÁRIA de Linhares poderá funcionar logo”. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 04 de janeiro de 1966, s/p. SM/BMMM.

Silvio de Andrade Abreu, a penitenciária de Juiz de Fora funcionaria como “órgão técnico de recuperação de delinqüentes”.¹⁰⁹

A polêmica envolvendo a inauguração da Penitenciária Regional reflete o longo debate, iniciado em 21 de julho de 1948, que acompanhou a sua construção. Foi quando a Câmara Municipal de Juiz de Fora fez circular entre 312 municípios mineiros um ofício, assinado pelo presidente do legislativo municipal, o vereador João Felício Fernandes Júnior, que solicitava a todos os municípios pressionar o Estado a construir novas penitenciárias “dentro das técnicas modernas”, bem como a melhoria das cadeias públicas.

Segundo o documento original, o objetivo da solicitação por novas instituições penais seria a melhoria da condição de vida dos detentos. A expectativa dos vereadores era a de que a construção de novas penitenciárias pudesse evitar “a promiscuidade de criminosos primários com os costumazes (sic.)”¹¹⁰ a partir de uma organização mais asséptica e disciplinar da prisão. Cinco anos após, em 1953, o vereador Adão Barbosa Lima reivindicava a urgente adequação do sistema penal aos avanços e à realidade local de “um dos centros mais adiantados e populosos do Estado”.¹¹¹

Nesse sentido, a nova instituição deveria funcionar para a reclusão e a recuperação dos infratores. Ao mesmo tempo, debatia-se na Câmara a utilização do trabalho de presos da cadeia pública local nas terras da Prefeitura Municipal, sendo o lucro dos serviços dividido entre o poder público e os detentos. Dessa forma, esperava-se associar a melhoria do abastecimento local de produtos rurais ao fim da ociosidade dos presos.¹¹²

Convém ressaltar que pessoas consideradas criminosas, infratoras ou subversivas, ao romperem com determinadas expectativas normativas, são estigmatizadas pela

¹⁰⁹ “ESTADO terá dificuldade para amenizar o presente de grego da penitenciária de JF”. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 25 de janeiro de 1966, p. 05. SM/BMMM.

¹¹⁰ JÚNIOR, João Felício Fernandes (presidente Câmara. Municipal Juiz de Fora). Circular 430 de 21 de julho de 1948 a todos os presidentes das Câmaras Municipais de Minas Gerais. Assunto: Criação de novas penitenciárias. Processo 310/48, 1º. Volume, caixa 097. SD/CMJF.

¹¹¹ LIMA, Adão Barbosa. Indicação 138 de 05 de agosto de 1953. Processo 310/48, 1º. Volume, caixa 097.

¹¹² ALTAF, Jamil. Requerimento 63 de 17 de junho de 1953. Processo 310/48, 1º. Volume, caixa 097. SD/CMJF.

sociedade enquanto seres desqualificados para o convívio social.¹¹³ Enquanto o poder público, responsável por assegurar a ordem, ao reproduzir a convicção do grupo a que serve, prega contra certos comportamentos físicos ou morais, considerados uma ameaça subversiva, e desenvolve os locais para o isolamento de indivíduos associados a eles.

Assim, torna-se necessário o encaminhamento do infrator a instituições responsáveis por sua guarda permanente ou que promovam a sua ‘recuperação’ para ser reincorporado à sociedade. Para esse objetivo existem, segundo o conceito de Erving Goffman, as “instituições totais” que são responsáveis por isolar e definir a identidade que o indivíduo possa ter.¹¹⁴

Na definição de Erving Goffman, um estabelecimento social que funcione como instituição total é “ (...) um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”. São os hospitais psiquiátricos, escolas, conventos, quartéis militares e outros. Entre os vários tipos de instituições totais também estão os presídios e penitenciárias, que objetivam resguardar a sociedade de ameaças que subvertam a ordem.¹¹⁵

Nesses locais, uma série de condutas é adotada após a internação do indivíduo visando à adequação de seu comportamento aos objetivos funcionais da instituição. As prerrogativas são aplicadas com o intuito de despojar o detento de sua consciência civil, o que possibilitaria o seu enquadramento segundo os padrões normativos vigentes. São atividades variadas, definidas de acordo com os objetivos funcionais da instituição total em questão, que serão desenvolvidas sob o comando de uma autoridade sobre o grupo de indivíduos com características comuns - no caso da Penitenciária de Linhares, a partir de determinado momento, sobre os presos políticos.

¹¹³ GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1988, p.13.

¹¹⁴ Idem. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Ed Perspectiva, 1996, p. 153.

¹¹⁵ Idem, pp. 11 e 17.

Todas essas técnicas constituem a prática nas instituições totais de “mortificação do eu”, descrita por Erving Goffman, onde se busca aniquilar o indivíduo afim de submetê-lo sem resistência ao rigor das tarefas carcerárias. Nesse sentido, segundo este teórico, uma instituição total, como a Penitenciária de Linhares, atua para o controle dos homens, trabalhando a destruição do “mundo doméstico” do sujeito detido, que sofrerá no interior deste local a constante tensão com a imposição do “eu padronizado”.¹¹⁶

Dessa forma, explica Goffman, de acordo com as expectativas de conduta social, o sucesso da recuperação ou reeducação ocorreria com a adesão do detento às normas da instituição, visto que:

*Adiantar-se nas atividades prescritas, ou delas participar segundo formas não-prescritas ou por objetivos não-prescritos, é afastar-se do eu oficial e do mundo oficialmente disponível para ele. Prescrever uma atividade é prescrever um mundo; eludir uma prescrição pode ser eludir uma identidade.*¹¹⁷

Essa eficácia poderia ser obtida com a aplicação do que Michel Foucault denomina “disciplina”, ou seja, o domínio do corpo de um indivíduo pelo trabalho de coerção constante e ininterrupto que “o torna tanto mais obediente quanto mais é útil”.¹¹⁸

Assim, a proposta para a construção de uma nova instituição em Juiz de Fora estava associada à idéia de uma colônia penal agrícola, segundo a proposta defendida na Câmara dos Vereadores ainda na década de 1950. Dessa forma, o projeto da Penitenciária Regional na cidade deveria reunir o intuito de disciplinar o preso adequando-o ao modelo exigido pela sociedade vigente e, ao mesmo tempo, obrigá-lo à realização do trabalho braçal que renderia dividendos ao município, não implicando em despesas maiores do Estado com indivíduos tidos pela sociedade como marginais.

¹¹⁶ Idem, pp. 17-24.

¹¹⁷ Idem, p. 157.

¹¹⁸ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1998, pp. 126-127.

Com o golpe civil-militar de 1964 e a repressão aos que se opunham ao novo sistema político instalado, os variados tipos de instituição total passam a atender também aos anseios da polícia política. Com relação à Penitenciária José Edson Cavalieri, localizada em Juiz de Fora, definimos três fatores que, acreditamos, tornaram a instituição útil para a ditadura militar.

De acordo com a reprodução de um documento do SNI em *Como eles agiam*, de Carlos Fico, eram necessários locais que impedissem a fuga de prisioneiros ao isolá-los do convívio social. A punição deveria envolver “a organização de colônias penais-agrícolas para recuperação de subversivos e assaltantes comuns, localizadas, preferencialmente, em ilhas (...)”.¹¹⁹

Distante do centro da cidade mineira de Juiz de Fora e com o acesso difícil, a Penitenciária Regional de Linhares corresponderia a essa intenção dos militares, mesmo não estando numa ilha, por se constituir numa instituição isolada da realidade social local. Sua localização marcou as memórias dos que passaram por lá, enquanto funcionou como presídio político. Segundo um preso: “Linhares era o fim do mundo. A estrada era de terra, era difícil o acesso”.¹²⁰

A distância tornava-se ainda maior numa época marcada pelo medo em que as pessoas desconfiavam uma das outras e eram apreensivas ao conversar sobre determinados assuntos. As informações sobre presos políticos não eram amplamente debatidas perante a opinião pública. Quando determinados grupos tinham o conhecimento de alguns fatos, era um “material que chegava atravessado”, conforme lembrou um antigo militante do movimento estudantil. Analisando as notícias que recebia sobre a movimentação da esquerda e as ações da repressão no período, ele constatou que:

Na verdade, nós tínhamos muito pouca informação. A imprensa não falava e não tinha forma de você ter a informação exata do que estava se

¹¹⁹ Apud: FICO, C. *Como eles agiam*: op. cit., p. 74.

¹²⁰ Depoimento de Ricardo Fontes Cintra.

passando. A coisa funcionava muito mais no sistema de informação boca-a-boca e a gente nem podia acreditar em tudo que acontecia. Outro dia nós estávamos comentando sobre isso, eu e a Regina, como que fatos, que depois você confirmava que eram reais, você não acreditava. Por quê? Você não lia, a coisa parecia que era tudo em tom de fofoca (...)(RGM)

Aliada ainda à sua localização na zona rural de Juiz de Fora, a estrutura da Penitenciária possibilitava impor o rigor carcerário. Linhares havia sido idealizada para evitar o contato dos presos, ou seja, a “promiscuidade” entre detentos, motivo de preocupação do vereador que, em 1948, iniciou a campanha na cidade pela construção de uma penitenciária. Mas, na realidade, uma instituição desse tipo possui funções que extrapolam a aparente preocupação com o bem-estar dos presos.

Segundo os presos políticos que estiveram na Penitenciária Regional de Juiz de Fora, o local tinha o formato da letra “U” e estava dividido em alas, sendo que uma delas ficou destinada ao isolamento daqueles que ingressavam na instituição. A ala feminina possuía o pátio reservado e a convivência das mulheres era isolada dos demais. As celas eram todas individuais e com portas de ferro com uma pequena entrada com frestas. Possuíam uma privada turca com uma pequena torneira acoplada no cano. A janela para o pátio era um buraco pequeno e gradeado, com as laterais em aclave, dificultando a visão.¹²¹

Na análise de Michel Foucault, uma das garantias para o sucesso do poder disciplinador das instituições penais na sociedade contemporânea estaria relacionada à eficaz distribuição dos indivíduos no espaço, baseada na divisão dos detentos em celas individuais e na dissolução dos grupos. Nesse sentido, seria possível romper a comunicação inútil e favorecer, por meio da decomposição, a informação útil para controle.¹²²

¹²¹ Segundo detalhes coletados nos depoimentos de Jubel Barreto, Jaime de Almeida, Gilney Amorim Viana, Luiz Flávio Rainho Thomaz Ribeiro, Ricardo Fontes Cintra e Colatino Lopes Soares Filho. Ver ainda as ilustrações de Guido de Souza Rocha em Anexos.

¹²² FOUCAULT, M. op. cit, pp. 130-131 e 153.

Foucault baseia-se no panóptico, idealizado por Jeremy Bentham no século XVIII. Bentham associava a capacidade de “correção dos prisioneiros” à “uma simples idéia de arquitetura”. Sugeriu um tipo de construção das celas em circunferência com uma torre no centro, onde permaneceria a vigilância. Na sua opinião, a contribuição deste sistema estava na possibilidade de vigiar sem ser visto. Para ele, esta era a possibilidade das prisões funcionarem como locais para a reeducação de indivíduos, visto que, segundo escreveu, “Cuidar da educação de um homem é cuidar de todas as suas ações: é colocá-lo numa posição onde se possa influenciá-lo como se deseja, pela escolha das coisas que o rodeiam e das idéias que nele se quer germinar”.¹²³

Mas, além desses dois aspectos, a instituição ainda seria de enorme praticidade para comportar o grande número de indiciados na 4ª CJM, o que gerou uma grande movimentação de presos políticos na Penitenciária de Linhares, principalmente a partir de 1969, com várias entradas e saídas, um fato lembrado por alguns:

Eu passei por Linhares uma segunda vez, na minha segunda prisão. Aí eu já estava com uns seis meses de prisão lá (em São Paulo), depois de ter passado quase um ano livre, na clandestinidade. Mas aí estava acontecendo finalmente o julgamento dos meus colegas de militância da Ala Vermelha do PCdoB de Belo Horizonte, que tinham sido presos pouco depois que eu tinha voltado à militância. (...) Então eu fui levado a Juiz de Fora para participar desse julgamento que também resultou em absolvição. (...) E eu devo ter ficado lá uns três ou quatro dias.(JA)

Esse trânsito de pessoas na instituição, relacionado ao grande número de processados na Auditoria Militar da IV RM, está associado, na opinião de presos políticos, ao trabalho incessante do promotor militar, segundo as perspectivas repressoras do governo vigente:

Um fator que eu acho que pesou também é que a Auditoria Militar de Juiz de Fora, por causa do (Joaquim) Simeão de Faria (promotor militar), virou uma engrenagem, uma máquina de julgar e condenar preso político. (...)

¹²³ BENTHAM, Jeremy. “Panóptico – Memorial sobre um novo princípio para construir casas de inspeção e, principalmente, prisões”. IN: REVISTA Brasileira de História. São Paulo, volume 7, n. 14, março/agosto, 1987, (Apresentação de Maria Stella Bresciani), pp. 200-201.

Tanto que haviam presos de outros lugares, que a Auditoria daqui requeria que viessem pra cá. (LFRTR)

De fato, as ações do promotor militar foram sempre enfáticas na perseguição aos elementos que considerava como subversivos. Ainda em 1967, o Superior Tribunal Militar interferiu várias vezes nos trabalhos da Auditoria da 4ª CJM, por considerar que certos denunciados não estavam sendo acusados por “justa causa”¹²⁴, por Joaquim Simeão de Faria, quando ele ainda era substituto de promotor. Entre os casos revistos pelo STM está o de uma jovem indiciada por ter sido noiva de um estudante de jornalismo que, em dezembro de 64, insistiu junto a sua turma de formandos para que o jornalista Carlos Heitor Cony fosse o paraninfo.¹²⁵

O comportamento desse promotor figura também como uma demonstração mais explícita da intransigência de setores associados à Justiça Militar, que passam a exercer suas tarefas, em vários momentos, segundo perspectivas de caráter pessoal. Muitas vezes essas posições se materializaram nos interrogatórios, conforme o relato que segue sobre um que foi realizado em Juiz de Fora:

(...) Um major era responsável pelo inquérito. Mas na verdade quem fazia toda a parte jurídica e a parte, vamos chamar de moral, era o promotor, que depois veio a participar do julgamento da gente. Ele acompanhava tudo, inclusive, com as ameaças que fazia constantemente à gente: “Nós vamos mandar vocês para Belo Horizonte. Aqui não acontece nada, mas lá em Belo Horizonte vocês sabem que o bicho pega.” (...) No primeiro dia, eu já de saco cheio, duas horas da manhã, eles me inquirindo, eu virei e falei assim: “Gente, eu não tenho nada a ver com isso aí. Vocês estão procurando chifre em cabeça de cavalo”. Ele virou para mim, duro, falou assim: “Eu sei disso, mas eu sempre fui seco para te pegar. Agora eu consegui”. Depois que o cara fala um negócio desse, você fala assim: “O que eu vou fazer? O que cabe a mim dizer?” (...) (RGM)

¹²⁴ “STM exclue civis de processo”. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 14 de abril de 1967, Página 1. SM/BMMM.

¹²⁵ “SUPERIOR Tribunal militar exclue 155 estudantes de processo”. *Diário Mercantil*. Juiz de Fora, 02 de junho de 1967. SM/BMMM.

Assim, com a intensificação repressiva, a Auditoria Militar da IV RM será uma amostra da “avalancha de prisões” que passa a vigorar no País, principalmente após o AI-5 que impediu o direito ao *habeas-corpus* dos presos prescritos na Lei de Segurança Nacional. Toda essa perseguição às pessoas consideradas subversivas, implicou numa grande movimentação de presos nas instituições, que cumpriam a parte legalizada da repressão associada à Justiça Militar.

A partir de 1969, chegaram ao presídio os guerrilheiros urbanos de diversos movimentos e que possuíam IPMs instaurados na 4ª CJM. Foi quando ocorreu uma inversão estrutural na distribuição de presos na instituição, com as suas demais alas todas ocupadas por presos políticos.

Entre essa nova população de presos, pessoas de variadas idades e origens sociais. A heterogeneidade no perfil de presos refletia-se até mesmo na diferença do motivo que os levava à prisão, ou seja, havia desde pessoas processadas na Justiça Militar por envolvimento com a luta armada até outros denunciados por tentativas de organizar células partidárias, sem comprometimentos com ações de guerrilha. No entanto, a maioria esmagadora era representada por jovens de classe média.¹²⁶

(...) Mas estou certo de não exagerar se disser que a sociedade brasileira estava ali bem representada em diversos aspectos da sua heterogeneidade: homens e mulheres; brancos, negros e mestiços; jovens, velhos e de meia-idade; profissionais liberais, intelectuais, estudantes, pequenos proprietários, operários e camponeses; cultos e semi-analfabetos; pobres e remediados... Como não podia deixar de ser, já que éramos presos políticos, compúnhamos-nos principalmente de brancos, jovens, estudantes, naturalmente oriundos basicamente das classes médias.(...)¹²⁷

Esse perfil de presos composto pelos novos setores, alvos principais da polícia política após a intensificação do movimento estudantil em 1968, irá caracterizar a população carcerária da Penitenciária de Juiz de Fora a partir de 1969. Embora o local continuasse a receber presos comuns, a entrada de presos políticos tornou-se significativa

¹²⁶ Ver perfil dos entrevistados para este trabalho, uma amostra que acabou por refletir essa característica.

¹²⁷ PAIVA, M. *O Sonho Exilado*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2004, p. 75

até os primeiros anos da década de 1970, dando a Linhares a característica de um grande presídio político. Perfil que perdurou até 1980,¹²⁸ porém nessa época com um reduzido número de presos.

Segundo dados do livro “Registro de Matrícula de Presos do Centro de Reclusão de Juiz de Fora” - a única fonte documental do período, oriunda da penitenciária, a que tivemos acesso -, e que controla a entrada de detentos na Penitenciária desde a sua inauguração, podemos afirmar que 1969 foi um ano marcado pela entrada da maior quantidade de presos. Foram 104 a 105 aceitos naquela instituição contra o registro de apenas 18 ou 19 presos no ano anterior. O número cai para 47 no ano seguinte e chega a 32 em 1972.¹²⁹

Porém, é importante explicarmos certas características dessa fonte, que prejudicam uma análise mais apurada. Inicialmente, ressaltamos que certos registros estão escritos de forma dúbia, como o número 372, com o nome Arly da Costa Pimenta, que não esclarece se sua entrada ocorreu no final de 1968 ou início de 1969, impossibilitando-nos de ter o exato número de registros nesses dois anos.

Um outro dado que observamos é sobre a entrada de mulheres. O início destes registros data de 01 de outubro de 1969, e a partir do número 554 não existem mais nomes de mulheres anotados. Mas é possível verificar que o último registro feminino coincide com o início do mês de setembro, quando a ala das mulheres em Linhares foi extinta, com a transferência de todas as presas políticas para outros locais.

Mas, alguns registros, principalmente em 1969, não seguem uma ordem cronológica, e outros possuem rasuras. Por exemplo, encontramos neste ano, a entrada de Maria José de Carvalho Nahas, com o número 403, no dia 01 de outubro. Em seguida, vêm anotações de nomes com a data de entrada de forma cronológica seguindo até o dia 31 de

¹²⁸ VIANA, G. A. *Glória*, Mãe de preso político. op. cit., p. 91.

¹²⁹ Cópia do livro de Registro de Matrícula de Presos do Centro de Reclusão de Juiz de Fora, aberto em janeiro de 1966. Arquivo pessoal de José Salvati Filho.

outubro. Porém, no número 433, retorna-se à data do dia 01 deste mês, com registros aleatórios, que apresentam até entradas em setembro, como a partir do número 456. Há inclusive, nesse meio, um registro de 06 de novembro de 1968, o de número 435.

A falta de seqüência dos registros de matrícula na Penitenciária de Linhares nos aponta variados questionamentos, impossíveis de serem efetivamente respondidos, pela ausência de outras fontes documentais do presídio. Uma das hipóteses levantadas é a de erro no credenciamento desses nomes e datas. Porém, tratando-se de um presídio utilizado por um regime de exceção, outras hipóteses também vêm à tona. Até que ponto o registro de entrada desses presos não foi forjado em determinada seqüência, sem que no entanto eles tenham sido encaminhados diretamente para a penitenciária, onde eram aguardados, sendo obrigados a passarem por instituições onde foram interrogados, enquanto “seqüestrados”?

Um outro elemento a destacar, relativo a esse livro da Penitenciária de Linhares é que certos nomes possuem determinadas marcas aleatórias, que, conforme explicação dada a um preso político que lá esteve anos mais tarde, buscando documentação sobre o período em que esteve detido, serviriam para identificar aqueles que eram presos políticos.¹³⁰ Porém, o argumento não procede, pois encontramos nomes de pessoas conhecidas na bibliografia como presos políticos, cujo nome não possui nenhum registro desse tipo, como o de Jorge Raimundo Nahas, número 446.

Demonstramos ainda a ausência de registro da saída desses presos, ou da sua reentrada, conhecida por nós através do relato. Por exemplo, Jaime de Almeida passou duas vezes pela Penitenciária de Linhares conforme declarou, sem que esse dado fosse registrado.¹³¹ Outros nomes, contudo, possuem o registro dessa segunda entrada. É o caso de Erwin Rezende Duarte, cujo registro 410 de 01 de outubro de 1969, traz ao lado, entre parênteses, a data da sua reentrada.

¹³⁰ Essa informação foi-nos concedida por Marcélia Guimarães, esposa de José Salvati Filho.

¹³¹ Ver depoimento de Jaime de Almeida sobre sua reentrada na p. 57.

Visto que todo o documento é monumento, conforme avalia Jacques LeGoff, deve ser lido criticamente, segundo o contexto dos dados.¹³² Em nossa análise, a menor quantidade de registros de presos que passaram pela Penitenciária no início da década de 70 não significa, necessariamente, uma menor entrada deles. É importante lembrar que nesse período a repressão atuava de forma mais efetiva e violenta contra os grupos de esquerda a partir da instalação definitiva dos DOI-CODI. Isso significaria uma intensificação da ação não-legalizada do sistema repressivo na fase do interrogatório, em detrimento de uma intenção punitiva regeneradora dos indivíduos classificados pelo regime como subversivos.

Esses dados também podem estar relacionados ao excesso de prisões ocorridas em 1969, período exatamente após o AI-5 e quando ocorre a decretação da nova Lei de Segurança Nacional, ainda mais ampla e rigorosa. Além do mais, conforme já demonstramos, presos saíram e retornaram à instituição em anos posteriores sem que sofressem nova identificação nesse livro. Essa indicação será expressa principalmente nas memórias, sendo que alguns revelam ações de seqüestro dentro de Linhares para o retorno a locais como o DOI-CODI.

Portanto, ao ser ocupada pelo Exército, a Penitenciária inicialmente projetada para possibilitar aos presos comuns das repartições policiais da região o cumprimento da pena nos parâmetros do direito moderno, segundo padrões de “humanidade”, com o objetivo de centro de reeducação de sujeitos infratores, foi utilizada para outros fins.

Sofreria ainda novas alterações para se adequar ao tipo de funcionamento de uma instituição penal política. Foi transformada também em presídio, ou seja, além de receber os presos já condenados enquanto penitenciária, também passou a partir de 1967, a abrigar aqueles que aguardavam julgamento e respondiam a processos na Auditoria Militar da IV RM.

¹³² LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2003, p. 10.

É importante para nós termos a noção da diferença entre os conceitos de presídio e penitenciária para que essa distinção possa ser estabelecida. Nesse sentido podemos definir, segundo o advogado criminalista Augusto Thompson, que uma penitenciária:

*(...) tendo por alvo punir retributivamente, prevenir pela intimidação e regenerar através da ressocialização, exige a lei que propicie aos convictos: isolamento, o repouso noturno, e trabalho remunerado – o que implica, ipso facto, a obrigação de dispor de cubículos individuais, quanto a acomodações, e permissão de circulação intramuros, para os internos, quanto ao regime de operação.*¹³³

Mas ao assumir ainda a condição de presídio, a Penitenciária Regional de Juiz de Fora passaria também a funcionar segundo algumas características deste tipo de instituição.

Segundo August Thompson, um presídio:

*Abrigando pessoas sobre as quais a Justiça ainda não proferiu decisão e que, por isso, gozam da presunção de inocência comum a todos os réus não definitivamente condenados, têm finalidade meramente custodial. Cabia-lhes oferecer conforto, no que tange a acomodações, e um regime liberal de funcionamento, em consideração à situação peculiar de sua população.*¹³⁴

As transformações no interior da instituição serão significativas para os presos políticos. Ao tratar Linhares enquanto penitenciária e presídio, a ditadura militar estará descaracterizando qualquer sentido que se possa dar a ambas as espécies de instituição. Obviamente, não será levada em conta a noção de que o réu é supostamente inocente até que se prove o contrário. Muitos detentos que chegam à Penitenciária durante esse período vêm de experiências traumáticas sofridas em interrogatórios realizados em lugares como o DOPS ou DOI-CODI, onde foram obrigados sob torturas a assinarem declarações forjadas por seus algozes.¹³⁵ Dessa forma, mesmo quando não condenados, eram submetidos ao rigor carcerário de uma penitenciária.

¹³³ THOMPSON, Augusto. *A questão penitenciária*. Rio de Janeiro: Forense, 1980. pp. 96-97.

¹³⁴ Ibidem. (Grifo nosso).

¹³⁵ É comum encontrarmos nos Termos de Inquirição de Testemunha nas audiências públicas realizadas nas Auditorias Militares, perante o Juiz Auditor, Promotor e Advogados de Defesa, declarações de presos políticos afirmando terem sido coagidos a assinar as falsas declarações que constituem os inquéritos originários de seus processos. A obra *Brasil Nunca Mais* dedica o capítulo “Confissões falsas” ao assunto. ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil Nunca Mais*. op. cit., pp. 211-214.

Assim, estruturalmente, a instituição cumpriria em parte a função enquanto penitenciária visto que também recebeu ao longo dos anos alguns detentos que cumpriam suas penas. Além disso, as celas - chamadas pelos presos de “cubículos”¹³⁶ - eram de fato individuais. Os presos, fora do regime de isolamento, também tiveram acesso à convivência no pátio, mesmo que em diversos momentos ela tenha sido cerceada pela administração carcerária como forma de punição, que de fato é aplicada nas instituições totais.

No entanto, os presos políticos não realizaram atividades remuneradas na instituição. Somente passaram a ter acesso a um trabalho que rendesse algum dinheiro quando, por iniciativa do próprio grupo, desenvolveram o artesanato que era revendido pelos familiares e amigos fora da Penitenciária.¹³⁷ Dessa forma, é importante ressaltar que os presos que freqüentaram Linhares terão acesso, principalmente, à dimensão cerceadora da instituição - elaborada em regimentos militares. Ao contrário, as garantias de direitos dadas aos presos, previstos na lei, foram freqüentemente descumpridas pela administração carcerária.

Nesse cenário de intolerância da ditadura, a Penitenciária Regional de Juiz de Fora serviu como local para forjar as circunstâncias em que ocorreu a morte de um guerrilheiro pela repressão, ainda no início de seu funcionamento como presídio político. Após uma longa noite de interrogatório conduzido pelo major Ralph Grunewald Filho no Quartel General da IV RM, o guerrilheiro preso na Serra de Caparaó, Milton Soares de Castro, apareceu morto na manhã de 28 de abril de 1967 numa cela da penitenciária.

Segundo alegação oficial, o jovem teria se enforcado com uma peça da roupa de cama ou um cinto amarrado ao cano de água do cubículo. Na nota divulgada pela IV RM sobre a morte do guerrilheiro, ele teria sido encontrado ainda vivo “no banheiro existente no recinto em que se encontrava detido” e levado para o Pronto Socorro municipal, aonde

¹³⁶ Depoimento de Gilney Amorim Viana.

¹³⁷ Idem.

chegou morto. A comunicação do Exército ainda alegava que estavam sendo tomadas as medidas necessárias “para a remoção do corpo e entrega à família na localidade de sua residência”.¹³⁸

Mas o corpo foi enterrado às pressas numa vala comum do Cemitério Municipal de Juiz de Fora e a morte comunicada à família em Porto Alegre (RS) por telegrama.¹³⁹ E a versão, construída pela repressão para a morte do guerrilheiro, provocou suspeitas imediatas na família e seus companheiros de prisão pela falta de consistência dos dados.

Como é possível alguém morrer por enforcamento amarrado a um cano que deveria estar à altura da sua cintura? Esse questionamento foi levantado pelo jornal *Última Hora*, do Rio de Janeiro, que alegou que para cometer o suicídio o preso “(...) teve de ajoelhar-se e fazer muito esforço com a cabeça (...)”.¹⁴⁰ Outro elemento que contribuiu para obscurecer o caso foi a negativa constante do Exército em permitir à mãe de Milton Soares o acesso aos seus restos mortais, apesar de ter afirmado o contrário em nota oficial. Além do mais, a certidão de óbito que indicou morte por suicídio relatou ocorrência de manchas nos joelhos decorrentes de sessões de torturas.¹⁴¹

Havia portanto a suspeita de que a morte ocorreu durante os interrogatórios e foi forjada numa das celas da penitenciária, com a repressão tendo como suporte a própria estrutura da instituição que isola os presos fora do horário de convívio.

O fato não chegou a ser questionado localmente. A opinião pública juizforana silenciou sobre o assunto que foi tratado no jornal *Diário Mercantil* somente através da

¹³⁸ CARVALHO, Chielderico Fernandes (Tenente Coronel – Chefe da Seção de relações Públicas). “Nota oficial da 4ª RM comunica suicídio de prêso na Penitenciária”. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 29 de abril de 1967, página 1. SM/BMMM.

¹³⁹ REBELLO, G. op. cit, pp. 125 e 127.

¹⁴⁰ “MÃE do guerrilheiro enforcado pede o cadáver do filho: ele não se matou”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 05 de maio de 1967. Apud: idem, p. 126. Ainda segundo relato de Avelino Capitani, em *A Rebelião dos Marinheiros*, o cano possuía “(...) 1m de altura por 0,50 de comprimento sobre o vaso sanitário”. Apud: MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos. *Dos Filhos deste Solo* Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999, p. 467.

¹⁴¹ Idem, p. 468.

comunicação enviada pela Seção de Relações Públicas da IV Região Militar, tendo sido o seu texto reproduzido integralmente pelo periódico.

Somente 35 anos depois da morte de Milton Soares de Castro, em 2002, a cova 312 onde ele estava, foi localizada. O trabalho de investigação realizado pela jornalista da *Tribuna de Minas*, Daniela Arbex,¹⁴² provocou grande mobilização em variados setores da sociedade civil interessados em desvendar as circunstâncias do crime. Na cova foram encontrados o cadáver do guerrilheiro e os de outras cinco pessoas enterradas nos últimos anos.

O acobertamento da morte de Milton Soares de Castro nas instalações da Penitenciária de Linhares é a marca característica das regras de uma instituição, utilizada pela repressão de um sistema de exceção. Nos anos seguintes, a penitenciária não deixará de reprimir seus presos com torturas psicológicas, ações típicas de uma instituição total funcionando enquanto cárcere político. Apesar de tudo isto, outras conseqüências serão registradas no seu interior, enquanto local de reclusão para os presos políticos e que, futuramente, terão reflexos na sustentação da memória oficial do regime militar.

É importante levarmos em conta a observação de Erving Goffman sobre as instituições totais, ao tratá-las como uma idealização, impossível de ser efetivamente concretizada empiricamente.¹⁴³ O teórico enfatizou em seus estudos que “o real é fragmentado e confuso”, razão pela qual os tipos ideais elaborados não são a garantia de sucesso na prática.¹⁴⁴ E previu a possibilidade de certos detentos negarem seguir as condutas normativas ditadas nas prisões, em reação ao sistema a que estariam submetidos.

De fato, o período inserido entre os anos de 1969 a 1972 irá representar uma superpopulação carcerária de presos políticos na Penitenciária Regional mais significativa

¹⁴² ARBEX, D. “TM encontra cova de desaparecido, e termina drama da família sem corpo para velar. Fim de um segredo de 35 anos”, e, “Arquivos secretos: Cova de militante desaparecido é encontrada em JF”, *Tribuna de Minas*, 28 de abril de 2002, respectivamente, Capa e p. 03. SM/BMMM.

¹⁴³ SÁ, G. R. op. cit., p. 73.

¹⁴⁴ Análise da obra de Erving Goffman. Cf.: idem, pp. 73-74.

do que os outros anos. Essa realidade implicará em conseqüências para os presos políticos e o sistema carcerário, facilitando uma organização consciente dos detentos em ações dentro da instituição contra o sistema vigente.

A concentração desses militantes de esquerda na instituição será definitiva para eles próprios. Com a diminuição do número de presos políticos na Penitenciária Regional, a organização se torna mais difícil, conforme nos relatou um deles:

(...) Então nesse período de 72 até 74, 75 foi também muito difícil porque foi diminuindo o número dos presos (políticos) e nós fomos ficando isolados. Porque diminuía o número de visitação. Então foi um período muito duro. Foi quando nós fizemos a luta para a transferência. Principalmente 74, 75, 76, fizemos uma luta muito grande para a transferência. Depois, o número foi reduzindo muito. Aí em 76 onde tinham somente duas galerias com presos políticos. (...) Depois praticamente unificou todo mundo, quer dizer, era um número pequeno, menos de uma dezena e só.(GAV)

Esse esvaziamento está também associado a fatores da conjuntura nacional como o exílio forçado dos militantes, que são banidos do País ao serem trocados por representantes diplomáticos de outras nações que foram seqüestrados em ações políticas realizadas a partir de 1969. E, até mesmo, a diminuição desse perfil de detento nas instituições está pautada no próprio aniquilamento pela repressão dos grupos urbanos de esquerda com as prisões, torturas e os assassinatos de militantes.

Mas o que é necessário vermos para a compreensão desse estudo é como a perseguição a setores, considerados inimigos da ordem social em fins dos anos 1960 e início da década de 70, irá inflar a possibilidade de mobilização dos próprios grupos perseguidos, dentro da instituição formulada para a sua desestruturação.

Apesar de todas as dificuldades, forma-se uma rede de comunicação informal dos presos com outras pessoas que militavam fora das prisões, e que passam a contribuir gradualmente para o conhecimento de versões paralelas àquelas construídas pela ditadura, entre os simpatizantes dos movimentos contrários ao regime militar: “Eu tinha muito relato

de presos que já estavam chegando aqui em Linhares, o estado que eles estavam chegando aqui e tudo o mais”.¹⁴⁵

Iniciava-se dentro dos cárceres da repressão a disputa pela versão do que acontecia nas prisões do regime militar, e que posteriormente, principalmente durante a campanha pela Anistia, ilustraria uma postura mais formalizada de contestação aos arbítrios promovidos desde o golpe de 1964.

¹⁴⁵ Depoimento de Regina Lúcia Araújo de Matos.

2. A MEMORIALÍSTICA DAS PRISÕES POLÍTICAS DURANTE O REGIME MILITAR

Nosso objetivo primordial, nesta pesquisa, não é analisar detidamente a memória formulada ao longo desse momento histórico, ou estudar a tortura nas prisões e os elementos relacionados a ela. No entanto, acreditamos que uma breve dissertação sobre esses fatos contribui para referenciar a construção da memória, determinada pelo contexto em que ela se insere. Sob esse aspecto, optamos por abordar a construção da memória do período, permeada por disputas sobre as versões dos acontecimentos, para posteriormente compreendermos o processo de elaboração memorialística das prisões políticas, tema incluído em nossa análise.

2.1. A disputa pelo espaço da memória

O espaço de disputa, protagonizado por setores da esquerda e as forças da repressão, durante o regime militar brasileiro, refletiu-se na produção de uma extensa bibliografia. Esses livros são o resultado de relatos posteriores em obras jornalísticas, biográficas ou autobiográficas,¹⁴⁶ e se constituem na memorialística do período.

Existem também os textos produzidos ainda durante aquele processo que, segundo Ângela de Castro Gomes, representam um tipo de produção conhecida como “escrita auto-referencial”. São as obras “(...) englobando um diversificado conjunto de ações, desde aquelas mais diretamente ligadas à escrita de si propriamente dita – como é o caso das autobiografias e dos diários – até a da constituição de uma memória de si (...)”, com um

¹⁴⁶ ROLLEMBERG, Denise. “Esquerdas revolucionárias e luta armada”. IN: FERREIRA, J. e DELGADO, L.A.N. (Org.). *O Brasil Republicano*. O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003, p. 45.

caráter de coleção dos dados que formam a memória de um período, na construção da identidade pelo indivíduo.¹⁴⁷

A escrita de si é formada por correspondências, autobiografias ou diários, ou mesmo produções literárias que expressam a experiência dos sujeitos históricos que atuaram na época do registro. Ao passo que a iniciativa posterior, de se produzir a reconstituição dos fatos vivenciados pelos autores de relatos memorialísticos, representa a construção da “memória de si”.¹⁴⁸ Todo esse material resultou numa extensa contribuição para a compreensão do regime militar sob diversos enfoques.

Quando ainda vigorava a ditadura, surgiram as primeiras publicações narrando os acontecimentos da época segundo pontos de vistas específicos. Eram, não somente versões militares, mas também de setores que se opunham ao sistema vigente. Entre estas, livros contendo denúncias de torturas nas prisões a partir de relatos de presos políticos no Brasil ou no exílio. Com o movimento pela Anistia, também são publicados os depoimentos de presos políticos ou até mesmo as suas crônicas, poesias e cartas escritas no cárcere.

O material tornou-se um rico campo de trabalho sobre aquele período, que passou a ser explorado, principalmente por jornalistas e sociólogos. De fato, afirma Carlos Fico, “não foram os historiadores os primeiros a se debruçarem sobre o tema da ditadura militar”.¹⁴⁹ Porém, independentemente do tipo de abordagem metodológica, os relatos memorialísticos constituem-se num material decisivo para a leitura do período.

No entanto, formam um agrupamento complexo, com argumentações que, por vezes contraditórias, estabeleceram um espaço de disputa sobre o que foram aqueles anos de chumbo, em que versões diversas dos acontecimentos pretendem se sobrepor aos dados, que foram considerados ‘verdade’ em determinado momento. Esse embate envolve especificamente relatos sobre o enfrentamento entre as forças antagônicas daquele período,

¹⁴⁷ GOMES, Ângela de Castro. “Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo”. IN: Idem (org.) *Escrita de si, Escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 11.

¹⁴⁸ Ibidem.

¹⁴⁹ FICO, C. *A Ditadura mostra a sua cara*. op. cit., p. 02.

ou referentes à luta armada. São variadas temáticas e debates que se apresentam, visando definir ou rever memórias que, inevitavelmente, estão atreladas a ressentimentos.¹⁵⁰

2.1.1. A memória oficial nos anos de chumbo

Ao longo do processo ditatorial que se instalou no Brasil, após o golpe civil-militar de 1964, setores relacionados às três Armas trabalharam a construção de uma memória oficial, marcada pelo encobrimento de determinados fatos. Ao mesmo tempo em que realizavam as prisões políticas, em grande parte acompanhada de torturas, negavam publicamente as ilegalidades contidas no fato.¹⁵¹ Segundo a versão oficial, inexistiam torturas e presos políticos no Brasil,¹⁵² afirmação que somente viria a complicar a condição destes, que se viam reféns da ilegalidade em prisões realizadas sob a forma de seqüestro.

Ainda em 1964, Ernesto Geisel, então chefe do Gabinete Militar, foi enviado ao Nordeste, juntamente com o general Olympio de Mourão Filho, a mando do governo, para investigar torturas. Entre outros casos, o do líder comunista Gregório Bezerra que foi barbaramente seviciado a mando do coronel Villoc do Exército, quando foi espancado com um cano de ferro, pisoteado, e teve os cabelos arrancados com um alicate. Como se esse nível de sadismo não bastasse, Gregório Bezerra se viu obrigado a pisar numa poça de ácido de bateria e, amarrado a cordas, foi arrastado pelas ruas de uma cidade do interior de Pernambuco.¹⁵³ Mas os acontecimentos dessa espécie foram considerados, pelo general Geisel, como “excessos naturais que se seguem à vitória de qualquer movimento armado”, amainando as denúncias.¹⁵⁴

¹⁵⁰ ANSART, Pierre. “História e Memória dos Ressentimentos”. IN: BRESCIANI, Silvia e NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res)sentimento*. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2004, p. 32.

¹⁵¹ CARVALHO, A.A. op. cit., p. 404.

¹⁵² Segundo nota oficial divulgada pelo Palácio do Planalto e publicada no Jornal do Brasil em 14 de maio de 1970. Apud: GASPARI, Elio, *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 287.

¹⁵³ BEZERRA, Gregório. *Memórias* (Segunda parte: 1946 – 1969). Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1980, pp. 193 – 204.

¹⁵⁴ CARVALHO, L.M. e SERRA, C. op. cit., p. 194.

Com o tempo, os presos políticos foram associados ao terrorismo. Seus rostos eram anunciados em cartazes com os dizeres: “Ajude-nos a proteger sua própria vida e a de seus familiares”.¹⁵⁵ O regime militar criava um clima de combate ao “terrorismo” pelas Forças Armadas, para a garantia da segurança e da ordem nacional. Visto que os presos políticos estavam associados à ameaça, o que lhes acontecia na prisão poderia ser visto por algumas pessoas como a punição por seus atos, não lhes importando as conseqüências de fatos que ignoravam.

Segundo Maurice Halbwachs, não é possível haver uma memória do indivíduo pois os seus comportamentos pessoais são reflexos do meio que os produzem. A visão de um acontecimento, portanto, não poderia ser tida como algo elaborado isoladamente, posto que ela está carregada de sinais que a marcam, segundo o contexto em que foi produzida.¹⁵⁶ Na cidade mineira de Juiz de Fora, por exemplo, alguns setores da imprensa contribuíam para a construção da memória oficial, através de reportagens que reproduziam informações divulgadas pela repressão. Os meios de comunicação, que exaltaram a cidade como “a capital revolucionária”,¹⁵⁷ publicavam quase diariamente a qualificação, pela Auditoria da 4ª CJM, dos “subversivos”.¹⁵⁸

Desse modo, vigorou em vários setores da sociedade, o desconhecimento das práticas repressivas nos cárceres da ditadura ao longo dos anos dos governos militares. A presa política Jessie Jane Vieira presenciou um militar, pai de uma presa política, que se negou a acreditar no relato da filha sobre as torturas, sofridas no DOI-CODI, ao visitá-la na prisão.¹⁵⁹ Para muitos, a descrença nos atos praticados pela repressão chega a ultrapassar

¹⁵⁵ Foto de cartaz publicada. GORENDER, J. op. cit., Seção “Imagens e Personagens”, s/p.

¹⁵⁶ HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004, pp. 41 e 55.

¹⁵⁷ “Aqui fala Juiz de Fora, capital revolucionária do país”. Noticiarista T9, na manhã de 01 de abril de 1964, de um alto falante no prédio das rádios Difusora e Industrial. Cf. MIRANDA, Ricardo. “Decisão isolada em JF dá início a golpe e abre caminho para a ditadura no país”. *Tribuna de Minas*, Juiz de Fora, 28 e 29 de março de 2004, Política, pp. 04 e 05. SM/BMMM.

¹⁵⁸ *Diário Mercantil*. Edições pesquisadas a partir de janeiro de 1966. SM/BMMM.

¹⁵⁹ VIEIRA, Jessie Jane Vieira. “SOBREVIVÊNCIA no intestino do monstro”. Depoimento. Olhares sobre 1964. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 de abril de 2004, p. 56. (Série de sete capítulos publicados no *Jornal do Brasil* e Conferência realizada na Academia Brasileira de Letras em 29 de março de 2004).

décadas, conforme nos relatou um ex-presos político, que militava em movimentos da Igreja Católica: “Eu me lembro de uma pessoa ligada à Igreja que definitivamente não acreditava de jeito nenhum que havia tortura.”¹⁶⁰

O domínio da memória coletiva está frequentemente associado à luta pelo poder, conforme explica Jacques Le Goff. Portanto, é instrumento da disputa no interior de variadas sociedades, por ser elemento constitutivo de uma identidade. Dessa forma, o golpe civil-militar que estaria, segundo versão oficial, relacionado a uma “revolução democrática”, não poderia permitir transparecer publicamente a repressão.

Com o tempo, a ocultação desses fatos também contribuirá para informar sobre os arbítrios daquele período, visto que, “os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva”.¹⁶¹

2.1.2. A memória clandestina

A versão oficial forjada nos anos militares, com base em informações relacionadas ao setor dominante, mascarava acontecimentos mais graves, que eram expressos no que Michael Pollak caracterizou como uma memória “proibida”, “clandestina”. A falta de espaço para se expressar naquele sistema vigente,¹⁶² não significava que essa memória inexistisse.

Ainda nos anos iniciais da ditadura, outras versões estabeleceram uma disputa pelo espaço. Segundo o historiador Carlos Fico: “Havia a imprensa, por certo, que em alguns momentos produziu matérias reveladoras, no arrebatamento de campanhas indignadas, como as de Carlos Heitor Cony, Marcio Moreira Alves ou Edmundo Moniz”.¹⁶³ Além da iniciativa de jornalistas nos anos iniciais do regime, outros veículos de comunicação

¹⁶⁰ Depoimento de Itamar Bonfatti.

¹⁶¹ LE GOFF, J. op. cit., p. 422.

¹⁶² POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. IN: *ESTUDOS Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.

¹⁶³ FICO, C. *A Ditadura Mostra a Sua Cara..* op. cit., p. 02.

também abordariam o assunto, principalmente a partir de 1969. Como a revista *Veja*, que trouxe na capa o tema com o título em letras grandes: TORTURAS.¹⁶⁴

E mesmo com dificuldades, não deixaram de aparecer algumas informações sobre os acontecimentos nas prisões da ditadura, produzidas pelos presos políticos. Em *A Ditadura Escancarada*, Elio Gaspari refere-se aos relatos de uma mulher - que em agosto de 1969 acabara de sair da prisão em Belo Horizonte - sobre sua colega de cela, submetida a choques e estuprada, e que resultaria numa série de reportagens para a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.¹⁶⁵ Naquele mesmo ano, aconteceram também denúncias no exterior, feitas por exilados, que começavam a sair das prisões diretamente para outros países, com as marcas das torturas, e com documentos divulgados nos Estados Unidos e Europa.¹⁶⁶ Eram relatos que exprimiam a brutalidade e a frieza dos torturadores, como o que segue:

Em setembro de 1969 foram submetidos a tortura na P. E.: Murilo Pinto da Silva, descargas elétricas, socos e pontapés durante quatro horas seguidas. Torturadores: Major Enio de Albuquerque Lacerda (Comandante da P. E.), Capitão João Luís (Cavalaria CIG), Tenente Haylton (P. E. GB), Sargento Oliveira, Sargento montes, na presença do Sargento Rangel e Tenente Coronel Ary (presidente da investigação). Durante as torturas, o Tenente Haylton introduziu na sala um menino de oito anos aproximadamente. Os torturadores se detiveram por um momento, mas o Tenente Haylton disse: “Não tem problema, podem continuar, ele (se referia à criança), necessita se acostumar a isso.”

Ángelo Pezutti da Silva, torturado com descargas elétricas e com palmatória. Em um determinado momento, Ângelo não suportou mais e se jogou até a janela de vidro da sala se cortando em várias partes do corpo e perdendo o sentido. Foi levado a um hospital militar onde recebeu vários pontos de sutura no ombro e no braço ferido, sendo registrada sua entrada nesse hospital. Os torturadores foram os cabos Mendonça e Povoreli a mando do Tenente Haylton.¹⁶⁷

¹⁶⁴ Capa da revista *Veja* de 10 de dezembro de 1969. (Acervo Iconographia). ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares & Weis, Luiz. “Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar”. IN: SCHWARCZ, Lilia M. (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 340.

¹⁶⁵ GASPARI, E. *A Ditadura Escancarada*. op. cit., p. 225.

¹⁶⁶ Idem, pp. 271-273.

¹⁶⁷ Na língua original: “En septiembre de 1969 fueron sometidos a tortura em la P. E.: Murilo Pinto da Silva, descargas eléctricas, puñetazos y puntapiés durante cuatro horas seguidas. Torturadores: Mayor Enio de Albuquerque de Lacerda (Comandante de la P. E.), Capitán João Luis (caballería CIG), Teniente Haylton (P. E. GB), sargento Oliveira, Sargento montes, em la presencia del sargento Rangel Y Teniente Coronel Ary (presidente de la investigación). Durante las torturas, el Teniente Haylton introdujo en la sala a un niño de 8

A tendência seria o aumento de depoimentos do tipo no exterior, à medida que ali chegavam novos presos políticos, considerados “banidos” pelo governo brasileiro. Muitos dos que eram expulsos do País carregavam consigo informações sobre o interior dos cárceres, denunciando a realidade a que estavam sujeitos. Eram documentos de presos em várias partes do Brasil, com referência à institucionalização dos métodos da tortura. Outras informações ainda foram repassadas secretamente aos movimentos de direitos humanos por funcionários do Itamaraty¹⁶⁸ e por ações de grupos religiosos.

2.1.3. Quando a versão oficial passa a ser questionada por setores mais amplos

Após as mortes de Vladimir Herzog e de Manoel Fiel Filho, nas dependências do DOI-CODI paulista, tornava-se impossível negar o inegável. A simulação de suicídio de Herzog, em outubro de 1975, foi desmascarada por fatores contraditórios, envolvendo testemunhas e o questionamento da posição em que, supostamente, o jornalista teria se matado em sua cela. Segundo Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, a morte do jornalista motivou o primeiro grande protesto contra a tortura seguida de morte em presos políticos no país.

Três meses depois, em janeiro de 1976, o operário Manoel Fiel Filho foi morto sob torturas. Outra vez a alegação de suicídio não foi eficaz, sendo desmascarada pelas provas e depoimentos de testemunhas. O resultado da série de mortes do tipo ocorridas no DOI-CODI em São Paulo implicou na demissão do general Ednardo D’Ávila Mello,

(ocho) años aproximadamente. Los torturadores se detuvieron por un momento, pero el Teniente Haylton dijo: “No hay problemas, pueden seguir, él (se refería al niño), necesita ir acostumbándose a eso”. “Angelo Pezutti da Silva, torturado con descargas eléctricas y con palmeta. En un determinado momento, Angelo no soportó más y se lanzó hacia la ventana de vidrio de la sala, cortándose varias partes del cuerpo y perdiendo el sentido. Fue llevado a un hospital militar donde recibió varios puntos de sutura en la espalda y en el brazo herido, quedando registrada su entrada en ese hospital. Los torturadores fueron los cabos Mendonça y Povoreli al mando del Teniente Haylton.” COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. Organización de los Estados Americanos. *Informe Anual 1973 – Sección Primera, Parte III Brasil (a)*. IN: <www.cidh.org/annualrep/73sp/sec.1.Brasilia.htm>, em 01 de novembro de 2004. Esse material, pela identificação do conteúdo, baseia-se no *Documento de Linhares* divulgado por um grupo de presos da Penitenciária Regional de Juiz de Fora. Sobre este documento, ver capítulo 4.2.

¹⁶⁸ GASPARI, E. *A Ditadura Escancarada*. op. cit, p. 273, para informações passadas por funcionários do Itamaraty.

comandante do II Exército, embora o IPM instalado, para averiguar o caso, tenha sido direcionado para atestar que o preso era o responsável por sua própria morte.¹⁶⁹

Nos anos seguintes, inicia-se um processo de desmoralização das instituições autoritárias, associado ao desgaste da política desenvolvida pelos governos militares. O movimento pela libertação dos militantes de esquerda presos e pelo retorno dos exilados alcança proporções maiores, difíceis para a compreensão de algumas pessoas que atuavam nessa luta já há alguns anos. Segundo relatou em suas memórias, a mãe de um preso político:

*Eu não sei explicar, só sei que a luta em favor dos presos políticos saiu das nossas mãos, das mães e dos parentes dos presos políticos, e foi assumida por estudantes, intelectuais e políticos; de repente, não bastava lutar por transferência ou melhoria das condições carcerárias dos presos políticos, começou-se a lutar pela sua libertação.*¹⁷⁰

O espaço para o questionamento da memória oficial militar somente surgiu dentro de um novo contexto contrário ao regime vigente, embora essa versão paralela já existisse antes, junto a setores relegados à margem, como os próprios presos políticos. Mas este cenário ainda era restrito para a denúncia desses grupos, que se assemelham àquelas “(...) sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral, ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita (...)”, ainda citando Le Goff.¹⁷¹

Em 1984, um jornal da cidade mineira de Juiz de Fora produziu um retrospecto dos fatos acontecidos a partir de 1964, e deflagrados pelo deslocamento das tropas do comando militar, então sediado nesta cidade. Na série de reportagens ainda evitou-se o termo “golpe”, substituído por palavras mais amenas como movimento, ou até mesmo, por “revolução”. A palavra golpe foi utilizada abertamente apenas por aqueles que se opuseram aos acontecimentos desde o princípio e foram vítimas de suas posições políticas.

¹⁶⁹ MIRANDA, N. e TIBÚRCIO, C. op. cit., p. 343.

¹⁷⁰ VIANA, G. A. *Glória*, Mãe de preso político. op. cit., p. 116.

¹⁷¹ Idem, p. 470. Ainda sobre esse assunto, é importante retomar, a título de ilustração, o relato de Renê Gonçalves de Matos, p. 55, e de Regina Lúcia Araújo de Matos, p. 67, sobre a passagem de informações clandestinas em Juiz de Fora (MG), sede da IV RM.

No entanto, pessoas que apoiaram a destituição de João Goulart vinte anos antes, analisavam suas posturas como fruto de ilusões. Um dos entrevistados declarou decepção com os militares por não cumprirem os “princípios da Revolução”. Entre os fatores que contribuíam para essa descrença estavam os atos praticados pela polícia política e que foram oficialmente acobertados. O entrevistado citava seu desgosto com as notícias das prisões e a censura que, na sua opinião, negavam uma “revolução que se dizia democrática”.¹⁷²

A reação desse entrevistado não era provocada somente pelas denúncias de torturas visto que, ainda em 1964, o general Ernesto Geisel aliara esses fatos aos acontecimentos a que estava suscetível um processo revolucionário, como o golpe fora designado naquele momento por seus articuladores. De fato, não poder-se-ia nem ao menos alegar desconhecimento sobre essa declaração por parte desse entrevistado visto que, enquanto jornalista e editor de um jornal, teria fácil acesso à informação sobre o procedimento governamental diante dos atos de sevícias divulgados. Conforme relatado, os casos de tortura no Nordeste denunciados após o golpe foram investigados pelo general, que depois virou presidente, juntamente com o chefe da IV Região Militar em 31 de março de 1964, sediada em Juiz de Fora, o general Olympio de Mourão Filho.

Uma outra questão que destacamos foi a ausência de questionamento, por parte desses setores locais formadores da opinião pública, da morte do guerrilheiro Milton Soares de Castro, em 1967, forjada como suicídio na Penitenciária de Linhares. Esse fato foi mascarado pelas autoridades militares de forma semelhante às mortes de Herzog e Manuel Fiel Filho. Porém, naquele contexto específico, antes do AI-5, em que o regime ainda não estava associado a torturas pela maioria, acabou sendo omitido.

¹⁷² “OS princípios da Revolução não foram cumpridos. Toda população foi traída.”, Depoimento de Lonir Cardoso, *Tribuna de Minas*, Especial 64 : 20 anos depois, Juiz de Fora, 29 de março de 1984, p. 08. AH/UFJF.

A atitude arrependida do jornalista, sobre o apoio aos militares, reflete um comportamento de transformação das posturas que caracterizava o período pós-Anistia. A posição do jornalista juizforano exemplifica um comportamento comum a brasileiros, com maior acesso às informações, na construção da memória do regime nos anos da redemocratização, se tomarmos por parâmetro as análises de Daniel Aarão Reis sobre o assunto.

Segundo o historiador é comum a rejeição de um período anterior quando uma sociedade sofre transformações em suas instituições. Nesse ínterim, afirma ele, “há problemas de memória, resolvidos por reconstruções mais ou menos elaboradas, quando não pelo puro e simples esquecimento”. Daniel Aarão analisa o período da redemocratização dentro de um contexto de conciliação. Seguindo esse cenário, teria ocorrido uma ‘absolvição’ dos civis da direita e esquerda, onde ambos tornar-se-iam parte da resistência à ditadura dos militares, ao mesmo tempo em que, estes últimos se tornaram os únicos responsáveis pelos anos de autoritarismo, estigmatizados enquanto “gorilas”.¹⁷³

Seguindo a mesma linha, Denise Rollemberg utiliza essa interpretação para analisar o uso de termos como ditadura militar, regime militar, golpe militar. E não movimento civil-militar, o que indicaria a participação de vários setores da sociedade civil, conforme ficou demonstrado na análise de René Dreifuss em *1964: A conquista do Estado*.¹⁷⁴

Dessa maneira, critica-se não somente a forma como vem sendo parcialmente construída a memória militar, mas também a dos civis. É possível observar que no contexto do desgaste do regime militar e da ânsia pela retomada do poder pelas instituições democráticas, ocorre a “reviravolta da visão da história” implicando na “destruição dos signos e símbolos” que remetiam a um fato até então consagrado.¹⁷⁵ Assim, substituiu-se

¹⁷³ REIS, D.A. “Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória”. IN: *SEMINÁRIO 40 Anos do Golpe de 1964*. op. cit., pp. 134-135.

¹⁷⁴ DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

¹⁷⁵ POLLAK, M. op. cit.

uma noção de “ordem” impingida pelos militares durante o governo, pela marca da tortura que caracterizou o trabalho da polícia política.¹⁷⁶

Nessa disputa pela versão histórica dos fatos, o grupo que foi vítima da repressão de Estado impõe-se como principal protagonista. Assume uma postura política e de denúncia dos acontecimentos por ele vivido, com o objetivo de desmistificar uma memória oficial, forjada nos anos do regime militar pela estrutura dominante. Segundo Alfredo Sirkis, na apresentação de suas memórias, sua máquina de escrever “revelou-se arma mais eficaz na luta pelas idéias do que o velho 38 de cabo anatômico daqueles tempos”.¹⁷⁷

De fato, houve uma inversão na construção da memória pelos vencidos, no cenário da ditadura. Assim, segundo análise da opinião dos militares sobre aquele período, em *Os anos de chumbo*:

*Implícito nesse ponto está a avaliação de que, se venceram a guerra contra as organizações da esquerda revolucionária, foram derrotados na luta pela memória histórica do período (...). Se normalmente a história esquecida é a dos vencidos, na questão do combate à guerrilha haveria como que um movimento perceptivo inverso - a história seria a dos vencedores. Dessa forma, para os militares, teria predominado uma situação peculiar em que o vencido tornou-se o “dono” da história.*¹⁷⁸

Os militares assumiram uma postura defensiva em suas memórias contemporâneas, que buscam relacionar as torturas a excessos, cometidos por determinados grupos sem o conhecimento de membros do comando superior.¹⁷⁹ Essa visão é frequentemente associada, segundo Carlos Fico, à designação distorcida “porões da ditadura”.¹⁸⁰ Significaria dizer que as torturas ocorriam de maneira oculta, com o desconhecimento dos altos escalões das

¹⁷⁶ FICO, C. *A Ditadura mostra a sua cara*. op. cit., p. 06.

¹⁷⁷ SYRKIS, Alfredo. “Pré(pós)fácio”. IN: Idem. *Os Carbonários: Memórias da Guerrilha Perdida*. São Paulo: Global, 1981, p. 12.

¹⁷⁸ D’ARAÚJO, M.C.; SOARES, G.A.D; CASTRO, C. (Int. e Org.). op. cit., p. 13.

¹⁷⁹ Essa concepção surge com frequência nos depoimentos militares prestados a Hélio Contreiras. CONTREIRAS, H. *Militares: Confissões: Histórias Secretas do Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

¹⁸⁰ FICO, C. “A pluralidade das censuras e das propagandas da Ditadura”. IN: *SEMINÁRIO 40 Anos do Golpe de 1964* op. cit., pp.71-72. Daniel Aarão Reis também contesta a versão da terminologia “porões da ditadura”. Segundo ele: “Já há muitos anos não é mais possível sustentar a metáfora dos porões para designar os “órgãos” repressivos. Eles atuavam na “sala de visitas” da ditadura, pois a tortura era uma política de Estado.”. REIS, D.A. “Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória”. IN: REIS, D.A; RIDENTI, M; MOTTA, R.P.S. (Orgs.) op. cit, p. 42, nota 19.

Forças Armadas, justificando a alegação de que esses acontecimentos foram o resultado de exageros. Porém, os próprios documentos produzidos nos cárceres, ainda durante a repressão, mostrariam que a tortura era um método já institucionalizado.

Com o *boom* memorialístico foi aberto o espaço para a “memória subterrânea” das prisões que, ocultada no contexto pretensamente totalizante da ideologia de poder, encontrou o momento para a expressão. Como a memória clandestina da Rússia pós-stalinista relatada por Michael Pollak, a memorialística dos ex-presos políticos do período ditatorial brasileiro serviria como “reforço à corrente reformadora contra a ortodoxia”¹⁸¹ imprimida nos anos finais do regime.

2.1.4. A construção memorialística de uma resistência

O tema da memória da resistência gera imensos debates apoiados nas posturas típicas relacionadas à memória e aos ressentimentos, como é o caso de toda a memorialística do período. No entanto, esses discursos envolvem algo mais tenso e questionador, ao colocar no centro do dilema, a própria memória da luta armada, que advém da “rememoração”, quando ainda presos políticos procuravam cultivar suas versões dos fatos, para serem divulgadas no momento oportuno.

Daí, passou-se às “revisões”, ainda em curso, com os intensos debates sobre o que foram os acontecimentos daquele período, em que algumas posturas assumiriam o caráter de “intensificação”. Esta se caracteriza, segundo definição de Pierre Ansart, enquanto “reiteração ou exasperação do ressentimento” resultando no desejo de vingança.¹⁸²

No filme “Ação entre Amigos”¹⁸³ é narrada a história em que três ex-militantes reencontram seu antigo torturador. O enredo se desenvolve a partir do desejo de revanche expresso por um deles, que se recusa a silenciar sobre os momentos vividos na prisão. O filme trata então do dilema dos amigos desde o período da luta armada, que carregavam

¹⁸¹ POLLAK, M. op. cit.

¹⁸² ANSART, P. op. cit., pp. 31-33.

¹⁸³ *Ação entre amigos*. Direção de Beto Brant. Riofilme, 1998. VHS, col., son. Port.

consigo atitudes diversas perante àquela memória. Tem relevo a disputa travada nesse sentido, quando a necessidade de um deles em lembrar a prisão vai de encontro ao desejo de outro companheiro em silenciar, pois este não queria conviver com o fato de ter sido delator.

De fato, as lembranças de um mesmo grupo não se constituem enquanto setor homogêneo, característica que está impressa na diversidade de opiniões que, por vezes, beiram à “tentação do esquecimento”, conforme Pierre Ansart. Segundo ele, “freqüentemente, o indivíduo tem a tendência a evitar seus próprios ódios quando a história os tornou caducos”.¹⁸⁴

A extrema pluralidade na construção dessa memória das esquerdas é, portanto, complexa ao abordar as ações da luta armada, pois representa uma disputa das versões dos acontecimentos entre os sujeitos que enfrentaram a repressão no período. Ela extrapola a disputa pela memória que opõe membros dos governos militares e da oposição. E gera polêmicas entre os próprios militantes de esquerda, onde as versões conciliadoras se sobrepõem às demais junto à opinião pública.

Segundo Daniel Aarão Reis, certas versões, como *O que é isso companheiro?* de Fernando Gabeira e *1968: o ano que não terminou* de Zuenir Ventura, foram adotadas num cenário em que se busca interpretar os anos 1960 como uma grande aventura.¹⁸⁵ Para Daniel Aarão Reis esse fato se dá a partir do próprio contexto da Anistia, que não foi ampla, nem geral e nem irrestrita para os presos políticos. Segundo o historiador, as conseqüências da forma como o processo foi conduzido, para a construção de uma memorialística do período, estão associadas a essa contradição de uma Anistia recíproca para um período em que se busca “recordar esquecendo, esquecendo a dor”.¹⁸⁶ Nesse sentido, certas versões sobre o processo de luta armada assumiram os discursos mais

¹⁸⁴ ANSART, P. op. cit, p. 31.

¹⁸⁵ REIS, D. A et al. *Versões e Ficções: O Sequestro da História*. 2ª. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997, p. 34.

¹⁸⁶ Idem, p. 35.

convenientes, em prol de outras abordagens - o próprio historiador avaliou os acontecimentos segundo uma ótica que incomodou vários setores da “resistência”, ao qualificar que o projeto pretendia derrubar o regime militar, visando à instalação de outro sistema de governo.¹⁸⁷

Aliada a um tratamento, assumido atualmente por parte das esquerdas, de que haveria uma resistência ao regime militar na luta pela democracia, enquanto na ação dos que se engajaram na luta armada,¹⁸⁸ está a posição obscura de certos setores da sociedade civil, que passaram também a figurar nessa disputa, lutando por uma versão dos fatos, em que atores diversos, em seus objetivos e métodos, seriam igualmente incorporados aos relatos da resistência aos militares.

Por outro lado, o silêncio, nesse cenário da construção da memória pelas esquerdas, também reflete um tipo de memória, e os sinais contidos em sua produção indicam dores e ressentimentos fabricados pelo ato que os produziu. A sobrevivência ocorre pela tentativa em se evitar um passado que por vezes pulula nas lembranças, mas que procura ser ignorado. De fato, ex-presos políticos no Brasil e Uruguai, o jornalista Flávio Tavares desabafou em seu livro com o sugestivo título de “Memórias do Esquecimento”:

São 30 anos que esperei para escrever e contar. Lutei com a necessidade de dizer e a absoluta impossibilidade de escrever.

(...)

Esquecer? Impossível, pois o que eu vi caiu também sobre mim, e o corpo ou a alma sofridos não podem evitar que a mente esqueça ou que a mente lembre. Sou um demente escravo da mente.¹⁸⁹

¹⁸⁷ Ver REIS FILHO, D.A. *A Revolução faltou ao encontro*. op. cit., passim.

¹⁸⁸ O tema vem sendo objeto de debates em encontros sobre o período. Recentemente, Marcelo Ridenti dissertou sobre o assunto, analisando que as ações de grupos guerrilheiros configurou-se sim enquanto resistência, embora não pudesse ser considerada “resistência democrática”. No entanto, adverte Ridenti, o debate vem sendo freqüentemente utilizado, por alguns grupos, de forma descontextualizada para mitigar o papel violento das Forças Armadas, que abordaria os acontecimentos como “faces da mesma moeda”. RIDENTI, M. “Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura”. IN: REIS, D.A; RIDENTI, M.; MOTTA, R.P.S. (Orgs.). op. cit., pp. 53-65.

¹⁸⁹ TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. São Paulo: Ed. Globo, 1999, pp. 11 e 13. Sobre o assunto ver também: *Que bom te ver viva*, filme de Lúcia Murat (1989) que, entre outros assuntos relacionados às prisioneiras políticas da ditadura militar, demonstra o desejo da personagem vivida por Irene Ravache de não ser mais lembrada associada a esse período.

Essa tendência a silenciar extrapola os grupos sociais que são as vítimas e, muitas vezes, domina uma sociedade também marcada por ter convivido tanto tempo com a violência contra alguns de seus membros. Em 2004, quando se relembavam os 40 anos de golpe civil-militar – nessa época já se utiliza a palavra golpe num contexto de enfrentamento entre os militares e a “resistência” -, as informações ainda desconhecidas eram incentivadas a cair no esquecimento.

Em entrevista sobre aquela data, o presidente Luís Inácio Lula da Silva afirmou que o golpe é um “episódio encerrado”.¹⁹⁰ Em Juiz de Fora (MG), o então prefeito Tarcísio Delgado, disse que “quanto mais esquecermos melhor”.¹⁹¹ Essas afirmações são contraditórias, se levarmos em conta a própria iniciativa do poder público à época, que anunciava, desde então, não medir esforços para reunir e disponibilizar todo o acervo sobre o período, que ainda se encontrava em poder das Forças Armadas.

Mais recentemente, em 2006, o julgamento de Carlos Alberto Brilhante Ustra reacendeu em alguns setores o debate sobre o período e a expectativa de uma abordagem séria relativa aos crimes cometidos contra presos políticos no regime militar pelas Forças Armadas. O comandante do sistema DOI-CODI de São Paulo, entre 1970 e 1974, responde na 23ª Vara Cível de São Paulo por danos físicos e morais praticados contra a família Teles, iniciativa inédita no Brasil. A ação exige apenas o reconhecimento oficial das torturas praticadas pelo militar. Segundo declarou em entrevista a Paulo Henrique Amorim, a especialista em direitos humanos, professora de direito constitucional, Flávia Piovesan, esse acontecimento representa um “reconhecimento histórico”, ao contribuir para a construção de uma memória coletiva que reconheça os crimes de tortura, possibilitando atitudes mais claras com relação ao tema no presente.¹⁹²

¹⁹⁰ MIRANDA, Ricardo. “Episódio está encerrado para Lula”, *Tribuna de Minas*, Juiz de Fora, 01 de abril de 2004, Política, p. 06. SM/BMMM.

¹⁹¹ Idem. “Silêncio marca passagem dos 40 anos em JF”, *Tribuna de Minas*, Juiz de Fora, 01 de abril de 2004, Política, p.06. SM/BMMM.

¹⁹² “BRASIL é o único país da América Latina que não reviu Lei da Anistia”. Conversa Afiada, Blog de Paulo Henrique Amorim, 24 de novembro de 2006, 16hs28min. <[http://conversa-](http://conversa-afiada.blogspot.com/2006/11/brasil-e-o-unico-pais-da-america-latina-que-nao-reviu-lei-da-anistia.html)

No limite, ao se tratar a memória de fatos relacionados à violação dos direitos humanos numa determinada época, põe-se em questão para a sociedade brasileira, não somente o sofrimento dos indivíduos que foram expostos à tortura e às prisões arbitrárias, mas também o constrangimento de vários grupos diante da postura condescendente com os acontecimentos passados. Inclusive porque, conforme Daniel Aarão Reis, o tipo de leitura que se fizer do passado implicará nas posturas dos sujeitos sociais no presente. Dessa forma, para os indivíduos reprimidos:

*Apropriar-se deste passado, monopolizar, se possível, a sua memória, passa a ser um objetivo crucial para os que vivem e estão em luta no presente. Inclusive porque, em larga medida, o controle do futuro passa, como se sabe, pelo poder sobre o passado, dado, por sua vez, aos que imprimem na memória coletiva a 'sua' específica versão dos acontecimentos.*¹⁹³

Mas é importante frisar que apesar da polêmica que envolve as interpretações, principalmente referentes à luta armada, houve mudanças no tratamento de parte da sociedade com relação aos presos políticos da ditadura, mesmo que essa transformação tenha conseqüências que se desenrolam num processo lento. Pois apesar de vários setores sociais estarem mais esclarecidos sobre a existência de presos políticos durante a ditadura militar, a construção memorialística daquele período ainda não implicou efetivamente na punição dos torturadores, o que poderá mudar com o desenrolar da ação contra o coronel Brilhante Ustra, em São Paulo.

2.1.5. As memórias publicadas como recurso para o estudo das prisões políticas

Segundo o historiador Carlos Fico esse conjunto de publicações memorialísticas

“(…) constitui-se ao mesmo tempo em fonte e objetos históricos”.¹⁹⁴ Em nossa opinião, afiada.ig.com.br/materias/402001-402500/402044/402044_1.html>. Para esclarecer: A família Teles, composta pelo casal César Augusto e Maria Amélia de Almeida, os filhos Janaína e Edson, e Criméia Schmidt de Almeida, irmã de Maria Amélia, grávida, foram presos em dezembro de 1972 e levados ao DOI-CODI, onde sofreram torturas que depois foram expostas às crianças Edson e Janaína, então com 5 e 7 anos. No local, César e Maria Amélia, militantes do PCdoB, presenciaram ainda o assassinato de Carlos Nicolau Danielli.

¹⁹³ REIS FILHO, D. A. et al. *Versões e ficções*: op. cit., p.33.

¹⁹⁴ FICO, C. *A Ditadura mostra a sua cara*. op. cit., p. 06.

fornece elementos para o estudo de diversas temáticas relacionadas, que no caso das esquerdas, vão desde a ação da guerrilha urbana até o desenrolar das prisões e o exílio, visto que estudar um aspecto não significa esgotar todas as possibilidades, cabendo releituras do mesmo material, com enfoque em variadas referências.

A leitura das memórias das esquerdas do período, principalmente nas décadas de 1980 e 1990, enfocou predominantemente as ações armadas, e estaria associada, até mesmo, à própria necessidade de ex-militantes de esquerda compreenderem a imersão na guerrilha e os desdobramentos desse processo.

No entanto, alguns historiadores chegaram a afirmar que a memorialística possa já ter sido demasiadamente explorada, enquanto fonte para pesquisas. Neste sentido, Carlos Fico diz concordar com Jacob Gorender, e sugere ao historiador o estudo com fontes primárias documentais, pois desde a década de 90, os arquivos do período vêm sendo paulatinamente disponibilizados. Ele mesmo realizou o trabalho que resultou no livro *Como eles agiam*, referência bibliográfica indispensável à pesquisa que desenvolvemos. Segundo ele, “embora sempre haja maiores esclarecimentos por se fazer, dificilmente se encontrarão maiores revelações no campo da memorialística de esquerda ou da crônica política”.¹⁹⁵

Mas não é esse dado que a memorialística nos revela. Esta se constitui como recurso inesgotável para aqueles que interpretam a abordagem dos problemas históricos a partir de questões formuladas no presente. O foco nessa fonte foi transferido aos poucos para outras vertentes, de acordo com as novas demandas de setores da sociedade. Dessa maneira, o texto tem que ser pensado em sua relação com o mundo, até porque o próprio contexto do mundo é textualizado de diversas maneiras.¹⁹⁶

¹⁹⁵ FICO, C. “Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão”. IN: FERREIRA, J. & DELGADO, L. A. N. (org.). op. cit., p. 173.

¹⁹⁶ LACAPRA, Dominick. “História Intelectual: repensar a história intelectual e ler textos”. IN: PALTÍ, Elías José. “Giro lingüístico” e *historia intelectual*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, p. 240.

Sob esse aspecto, apontamos para o início da década de 1990, quando parlamentares vinham lutando pelo reconhecimento, pelo Estado brasileiro, da responsabilidade pelos mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar. Essa intenção foi efetivada em dezembro de 1995, com a Lei 9.140/95, que confirmou de imediato a culpa por 136 mortos e desaparecidos por motivação política. Além disso, foi criada uma Comissão Especial para avaliar outras denúncias de casos implicando no aparecimento de mais 148 nomes até maio de 1998.¹⁹⁷

O objetivo da proposta da Lei seria mais amplo, conforme relataram os autores de *Dos filhos deste solo*. No entanto, vários entraves apresentados por setores governamentais dificultaram essa abrangência, entre eles a obrigação das famílias em recolher as provas necessárias para o processo. Porém, a pesquisa sobre as condições exatas em que ocorreram as mortes, das pessoas perseguidas por motivos políticos pela repressão, resultou num aquecimento do debate sobre as ações da polícia política. Fatos das memórias sobre a prisão, até então publicadas, puderam ser confirmados com a análise por técnicos de corpos exumados, de fotos e laudos cadavéricos. E foram associadas a informações desconhecidas até mesmo pelos familiares e militantes da luta pelos direitos humanos.¹⁹⁸

Esse dado serve para exemplificar como a memorialística, que antes vinha sendo utilizada para o debate sobre os rumos da luta armada, possibilita agora outras abordagens. Assim, o que propomos é o enfoque desse material, sobre o período das prisões, visando analisar o que revelam os relatos.

As narrativas predominantes sobre a tortura abordam mais informações do que se pretende conscientemente. Nelas as sevícias são objeto das memórias de presos que propõem o desabafo e o registro da ilegalidade dos governos militares. A memória produzida na dor comandará o ritmo das obras que encontram, na construção de um sistema que se pretenda realmente democrático, o espaço para se expressar.

¹⁹⁷ MIRANDA, N. e TIBÚRCIO, C. op cit., pp. 13-17.

¹⁹⁸ Ibidem.

2.2. O reflexo das variadas prisões na construção da memória: distinção entre instituições de interrogatório e instituições de reclusão

A detenção das pessoas, consideradas subversivas pelos governos militares, possui peculiaridades que devem ser aqui recuperadas. Conforme já demonstramos, segundo *Brasil Nunca Mais*,¹⁹⁹ as prisões eram realizadas sem mandado judicial e foram geralmente acompanhadas de torturas precedendo ao interrogatório formal.

Assim podemos considerar os inquéritos policiais de presos políticos divididos em duas fases. Na fase preliminar, os presos eram submetidos à incomunicabilidade e portanto, estavam sujeitos à tortura. Após um período de interrogatórios ilegais que rendessem acusações, consideradas satisfatórias para a repressão, ocorria a comunicação da detenção à Justiça Militar, quase sempre com a data da prisão alterada.

2.2.1. O relato da fase das torturas: a marca pelo sofrimento

O objetivo da narrativa da prisão na maioria da memorialística sobre o período não é realizar uma diferenciação do processo. O material existente pretende principalmente narrar a brutal experiência sofrida pelos presos políticos nas mãos da repressão. Nesse caso, o sofrimento causado pelas sevícias produziu um acordo nos relatos sobre a brutalidade do regime. Embora realizados isoladamente pelos indivíduos, em temporalidades diversas, as opiniões não se contradizem ao demonstrar a violência dos interrogatórios. Essa perspectiva na memorialística distingue-se do que ocorre com as memórias relativas à luta armada, entre os mesmos protagonistas das narrativas.²⁰⁰

As memórias são adquiridas numa situação de emoção intensa. É o tipo de impacto produzido por este sentimento que implica numa recordação ou esquecimento, ao nível

¹⁹⁹ ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil Nunca Mais*. op. cit., pp. 77-79 e pp. 173-175.

²⁰⁰ Refiro-me, por exemplo, a *O que é isso companheiro?*, de Fernando Gabeira, que tem uma abordagem dispare de outras memórias da luta armada, mas cujo relato sobre a fase do interrogatório assemelha-se aos demais, sobre a mesma experiência.

fisiológico.²⁰¹ Um dos temas predominantes nos relatos está relacionado ao sofrimento, principalmente às torturas físicas. Nesses depoimentos, as sevícias surgem sob um aspecto onde o suplício ocorre dentro de uma prática inquisitorial, que marca o corpo do indivíduo torturado, visando com esta intervenção representar o seu crime, o que remete a uma prática punitiva conduzida até o século XVIII.²⁰² Assim, relata um preso no Paraná sobre o seu suplício, como exemplo do que viveram os perseguidos pela ditadura militar, com os métodos da tortura:

Atordoado, ouvindo gritos e palavrões, procurei controlar o meu sistema nervoso, lembrando-me de minha iniciação maçônica na Loja Alfenas Livre. Cheguei mesmo, em determinados momentos, a pensar que toda aquela gritaria era simulada pelos agentes do DOI-CODI para me meter medo. Não poderia aceitar como real o que presenciava, mesmo metido naquele capuz negro. Perdia-me nas fantasias do mundo do terror quando aproximou-se de mim, sorrateiramente, um torturador e me aplicou, com toda violência, um “telefone”. Senti-me perdido na escuridão de um ambiente infernal e indescritível. O monstro me agarrou com toda a brutalidade, sacolejou-me e com voz dos espíritos quimbandeiros me advertiu:

- Se você não abrir o bico, vou acabar com a sua vida, filho da puta! Tentei manter a serenidade e dialogar com o torturador que me apavorava. Mas ele retrucou, sacolejando-me outra vez:

- Cale a latrina, comunista de bosta. Em primeiro lugar eu quero ver os nomes dos comunas na sua caderneta de endereços.

(...)

Os minutos representavam para mim, na Cela dos Horrores, eternidade. Minhas pernas tremiam e, de quando em vez, bambeavam. Esforcei-me para não urinar nas calças. (...)

Nesse ínterim, outro agente do DOI aproximou-se de mim e disse aos seus companheiros de terror:

- O moleque que está com a gente é filho deste puto aí. Eu vou enfiar um cacete com pimenta no cu daquele merda. Ele está de gozação comigo e não quer entregar o pai. (...)²⁰³

O filho havia sido preso juntamente com o pai e ainda era estudante da Escola Técnica.²⁰⁴ O “telefone”, citado pelo preso político, foi um dos métodos utilizados nos

²⁰¹ IZQUIERDO, I. *A arte de esquecer*. Cérebro, Memória e esquecimento. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2004, pp. 36 -37.

²⁰² FOUCAULT, M. op. cit., p. 43.

²⁰³ VIEIRA, Ildeu Manso. *Memórias torturados (e alegres) de um preso político*. Curitiba, PR: SEEC, 1991, p. 20.

²⁰⁴ Idem, p. 25.

interrogatórios pela repressão. Os tapas eram direcionados no ouvido de forma a atordoar o interrogado. Muitas pessoas vítimas dessa técnica ficaram surdas, como o próprio autor deste relato. No entanto, as sessões de tortura não incluíram somente essa tática. Além de golpes físicos e da tortura psicológica como a ameaça de agressão ao filho por exemplo, Ildeu Manso Vieira conta o resultado das sessões de choques elétricos a que foi submetido:

*Recebi mais uma vez, no cérebro, a carga elétrica e beijei de novo o chão. Senti a frieza do cimento, vi o teto rodar em todos os sentidos e lembrei-me de Luigi Galvani e de Benjamim Franklin. As algemas cortavam meus braços, os olhos ardiam e as narinas apertavam, a boca amargava como fel e os rins pareciam podres. Contorcia-me de dor, no piso gelado da prisão, e eles zombavam da minha fragilidade. (...)*²⁰⁵

O sofrimento dá o tom do relato, como em todas as memórias da prisão envolvendo os presos políticos. A necessidade de desabafo por parte de alguns é o recurso utilizado como postura política dos presos, no sentido de se apropriarem dessa memória do período em contraposição à repressão.

Isso não significa dizer que a intensidade do sofrimento tenha sido apreendida de forma equitativa por todos os presos diante dos mesmos métodos. A dor assume aqui significações mais complexas em que as reações a ela dependem de características subjetivas. São comuns nos relatos dos presos políticos reações que visam medir o potencial do sofrimento a que foram submetidos, minorando as próprias experiências particulares em relação às outras, como se houvesse uma escala do sofrimento.

Mas não é somente o tipo de violência a que foi exposto o indivíduo que poderia caracterizar esse processo. Ao tratarmos a memória dos presos políticos, durante a vivência na prisão, é inevitável termos em conta a intrincada relação de fatores que influenciam a reação do sujeito ao processo doloroso que sofreu.

²⁰⁵ Idem, p. 24.

A palavra dor tem origem no latim e significa “dor física, sofrimento, dor moral, pena, desgosto, tormento e aflição, tristeza”. Mas ela pode ser definida em várias dimensões que ultrapassam a experiência biológica e fisiológica, devendo-se levar em conta também os fatores psíquicos e sociais que influem na manifestação da dor. Nesse sentido, caracterizando a dor em vários componentes, o termo mais recomendável para tratarmos a experiência dos indivíduos na prisão é o sofrimento, que “refere-se aos muitos modos e significados, particulares, únicos, históricos e idiossincráticos, descritos individualmente para a dor.”²⁰⁶

Dessa forma, a reação de indivíduos particulares à dor é subjetiva e se manifestará a partir da experiência individual do sujeito. Por esse motivo é possível encontrar relatos de pessoas que apresentaram determinado tipo de comportamento na fase de interrogatório diferentemente de outras acusadas de “abrir”, ou seja, de fornecer informações à repressão. Nesse aspecto, devemos levar em conta também a questão do relato memorialístico como uma construção histórica, conforme já trabalhamos anteriormente. Isso significa enfatizar que os depoimentos dos sujeitos individuais sobre suas experiências na prisão estarão carregados de sentido propiciados pelo contexto que os circunda no momento em que os produzem.

No entanto, além da narrativa intensa sobre a violência das prisões da ditadura, a memorialística apresenta outras informações relevantes. É possível observar que as memórias dos presos políticos denotam uma diferença relacionando a fase mais violenta às instituições de interrogatório, geralmente associadas a locais como o DOPS, a alguns Quartéis Militares e, principalmente, ao DOI, comparando-as com uma outra etapa da prisão, em presídios e penitenciárias.

2.2.2. A diferenciação no processo prisional: ida para instituições de reclusão

²⁰⁶ PERISSINOTTI, Dirce Maria Novas. *Compreendendo o processo doloroso*. A dor como traição. 26 de maio de 2002, s/p.

Jacob Gorender define essa diferença ao narrar sua própria experiência em duas instituições a partir de 1970, o DEOPS paulista e Presídio Tiradentes (SP). Sobre a primeira espécie, Gorender narra as torturas prévias ao interrogatório: telefones, choques, afogamento, pau-de-arara e perguntas envolvidas em torturas psicológicas, a tentativa de suicídio ao cortar os próprios pulsos, o retorno à sessão de suplícios no dia seguinte com a aplicação de choques. E, relaciona a transferência para o presídio a uma mudança qualitativa da prisão:

No porão do DEOPS, todos os encarcerados se achavam sujeitos à tortura. Quando soava, a campainha da carceragem produzia taquicardia generalizada. Tanto podiam ser presos recém-chegados ou tiras que vinham buscar algum prisioneiro para interrogatório no terceiro andar. O Presídio Tiradentes significava proteção judicial, uma vez que só então a detenção deixava de ser sigilosa e incomunicável e se formalizava na Auditoria Militar.²⁰⁷

Assim, Jacob Gorender define, em *Combate nas Trevas*, baseado em suas memórias da prisão que:

(...) grosso modo, porém com a relatividade já mencionada as prisões políticas daquela época dividiam em dois tipos. O primeiro era o das instituições de interrogatório e formalização dos processos da fase policial (...) /e o/ segundo tipo abrangia as instituições de reclusão onde os detentos aguardavam julgamento ou cumpriam pena.²⁰⁸

Apesar dessa diferença entre os tipos de prisão ter sido definida pelo próprio Gorender como algo relativo e generalizante, ela ficará patente em vários depoimentos. De fato, a transferência de uma instituição de interrogatório para uma instituição de reclusão significava o fim da situação de ‘desaparecido’ do preso político, o que representava maiores chances de sobrevivência e o seu reconhecimento sob a guarda do Estado.

Essa constatação surge em depoimentos que expressam o sentimento do preso político, quando transferido para variadas instituições de reclusão, em diversas localidades brasileiras, como na Bahia, por exemplo:

²⁰⁷ Idem, pp. 246 - 249.

²⁰⁸ GORENDER, J. op. cit., p. 250.

As necessidades humanas dependem das circunstâncias. Eu acabara de chegar do Quartel do Barbalho. Junto com Wellington, Dirceu, Theodomiro e Paulo Pontes. Quando fomos retirados das celas no Barbalho não tínhamos idéia do nosso destino. Era sempre assim: eles gritavam os nossos nomes, e lá íamos nós sem saber o que nos esperava. Dessa vez, a surpresa foi boa. E que ninguém se engane: às vezes, naquela situação, uma simples mudança de local podia ser uma boa notícia. Como também muito ruim. Ir para a Penitenciária Lemos de Brito, naquele janeiro de 1971, era quase uma felicidade. Não, não era quase. Quando cheguei à Lemos de Brito, estava feliz.²⁰⁹

Ou então em São Paulo, em que o relato da transferência para uma instituição de reclusão é associado à sensação de alívio, como uma experiência contraditória, visto tratar-se de uma prisão, expressa pela própria testemunha:

É um paradoxo pensar que um presídio possa ser um alívio - salvo se for um pensamento de um masoquista -, mas o presídio Tiradentes nos anos negros da ditadura, foi para mim, e para muitos que lá estiveram, uma espécie de alívio.²¹⁰

E mesmo em Minas Gerais, quando vários presos foram seviciados nas dependências policiais da capital mineira, ou foram levados ao Rio de Janeiro, para serem interrogados sob torturas pelo Exército, e puderam buscar uma sensação de ‘segurança’ na Penitenciária Regional de Juiz de Fora.

As memórias de Carmela Pezzuti revelam que ela “Sentiu-se aliviada e até feliz por haver retornado a Linhares. Ali, pelo menos, não havia tortura”.²¹¹ Segundo Angela Pezzuti, sua irmã, na quarta prisão de Carmela, a Penitenciária de Linhares localizada em Juiz de Fora seria a alternativa encontrada para a sua sobrevivência, devido às torturas sofridas na Vila Militar do Rio de Janeiro:

(...)Fui atrás do dr. Mauro (Seixas Telles, Juiz da 4ª CJM) para marcar o depoimento dela aqui. E aí então o advogado falou “Não tem jeito dela ficar aqui. Ela vai depor e então vai voltar para o Rio”. Eu falei: “Mas não tem condições. Ela vai para a Barão de Mesquita. Não tem condições. Ela vai acabar morrendo lá”. Aí ele falou “Nós vamos pedir ao promotor para pedir a prisão preventiva dela aqui. Aí segura ela aqui.”. Juntaram todos

²⁰⁹ JOSÉ, Emiliano. *Galeria F: lembranças do mar cinzento*. São Paulo: Casamar, 2000, p. 14.

²¹⁰ GOMES, Guilherme Simões. “A longa viagem”. IN: FREIRE, A.; ALMADA, I.; PONCE, J. A. G (orgs.). op. cit., p.176.

²¹¹ PAIVA, M. *Companheira Carmela*. op. cit, pp. 81-82.

os advogados e o promotor falou: “Eu não, não vou pedir prisão preventiva dela não. Eu pedi a prisão preventiva dela, depois o encarregado do inquérito mandou relaxar a prisão. Não vou pedir prisão preventiva dela de jeito nenhum”. Juntaram todos os advogados. Todo mundo chorando, vendo o estado dela. Ele falou, eu lembro direitinho dessa frase do promotor: “Meritíssimo Juiz, dona Carmela burlou a liberdade condicional dela e eu julgo que ela ainda é um perigo para a segurança nacional. Então eu peço a prisão preventiva dela”. (Angela grita:) Uhh! Aí todo mundo gritou. A Carmela, já estava o carro da prisão: “Agora eu estou voltando para casa! Tchau! Não se preocupa mais comigo, não. Agora eu estou voltando para casa!”. Ela estava indo presa para Linhares. Então para você ver que, de horrores no outro lugar, Linhares acabou sendo um refúgio para alguns.(AMP)

Segundo Jacy Alves de Seixas, o termo memória deve ser tratado no plural visto que “ocupam *lugares* diferentes nos diversos *planos* que constituem a memória em seu percurso.”²¹² Assim, ela define a oposição de uma memória voluntária, “uniforme”, e a memória involuntária, que “rompe com todo o esforço vão de busca e captura intelectual do passado”.²¹³ Nesse sentido, a memória involuntária está carregada de afetividade, rompe com o ato, não é o produto de um estímulo racional.

O preso político, ao realizar o relato da tortura vivenciada nos órgãos da repressão, traz à tona a ida para as instituições de reclusão para demonstrar algo mais que a mudança dos rumos do processo da detenção. Essa transformação está relacionada ao sentido de sobrevivência, de que mesmo após todo o terror sofrido no próprio corpo e do sofrimento dos outros companheiros, a vida continua. E essa possibilidade se daria longe da convivência cotidiana com a morte.

Dessa forma, podemos caracterizar as memórias como o resultado da “repressão voluntária ou involuntária de sua expressão”.²¹⁴ Em um relato desse tipo nem sempre se diz o que se pretende dizer. Elementos que não fazem parte do discurso objetivo surgem como informações amplas para a compreensão do desenvolvimento de um processo estudado

²¹² SEIXAS, Jacy Alves de. “Percursos de memórias em terras de História: problemáticas atuais”. IN: BRESCIANI, S. e NAXARA, M. op. cit., p. 45.

²¹³ Idem, p. 46.

²¹⁴ IZQUIERDO, I. op. cit., p. 39.

mediante este recurso. Dessa maneira, os relatos das torturas predominantes nas memórias das prisões políticas do período, nos fornecem elementos que ultrapassam essa intenção ao nos possibilitar o porquê da diferenciação entre os locais da prisão, fazendo com que uma pareça menos cruel que a outra.

Um outro caso a ser relatado, para a distinção entre os tipos de experiência na prisão política, são as memórias de Maurício Paiva, preso que vivenciara o “inferno” na Vila Militar no Rio de Janeiro. Lá um preso escutou de seu torturador: “(...) Deus não entra. Se entrar, a gente dependura no pau-de-arara! Você conhece o inferno?... O inferno é aqui!”.²¹⁵ Nesse mesmo local, Maurício e seus companheiros foram submetidos a torturas em aula expositiva sobre as técnicas e o método de interrogatório para oficiais das Forças Armadas.²¹⁶

Após dias de convívio com o horror, sentido na própria pele e através dos gritos incessantes de colegas torturados, Maurício Paiva e seus companheiros foram transportados num camburão para um destino onde a ausência de torturas dá o tom da mudança qualitativa, expressa segundo a experiência de sofrimento do preso. “Estávamos num quartel do Exército, em Juiz de Fora. No xadrez havia até beliches com colchões, lençóis e cobertores. (...) Pensando bem, estávamos no paraíso”.²¹⁷ A referência se dá pela experiência anterior na prisão, onde além das torturas físicas, eram jogados em celas onde dividiriam o espaço imundo com percevejos, pulgas, baratas e ratos esfomeados.

O alívio de Maurício Paiva reflete a influência dos estados humanos nas sensações que implicam em narrativas de um evento. Seria inconseqüente tratar certos tipos de prisão como um “paraíso”, conforme expresso, visto que essa caracterização se dá por comparação ao momento anterior de extremo sofrimento. Como também os relatos das prisões, agravadas pela intensificação da atuação repressiva a partir de 1968, não deixam

²¹⁵ PAIVA, M. *O Sonho Exilado*. op. cit., p. 61.

²¹⁶ Idem, p. 68.

²¹⁷ PAIVA, M. *O Sonho Exilado*. op. cit., p. 73.

de ser significativos para a distinção e caracterização de certas instituições da repressão como um local menos aterrorizador, um “purgatório”²¹⁸ como denominam os presos nas memórias.

Somente os ingênuos acreditariam que um presídio ou penitenciária seja um bom lugar, embora a memória daqueles que passaram pelas prisões sob forma de seqüestro, às vezes demonstre o contrário. Mas o que fica patente nessa distinção proporcionada, pela leitura da memorialística da esquerda sobre as prisões da ditadura militar, é a caracterização dos locais pela presença ou ausência da prática das torturas físicas.

Estudiosos da dor e seus componentes explicam que “a obtenção de respostas diferentes, novas, dependem (sic.) do que já fora percebido, do conteúdo mnêmico e da disponibilidade desse conteúdo para que novas possibilidades de respostas sejam dispostas”.²¹⁹ Isso representa uma reação à dor, expressa no sofrimento, de acordo com as experiências anteriores subjetivas dos presos políticos. Aquele preso que teve um sofrimento maior na fase de interrogatório poderá considerar uma experiência menos desagradável ir para um presídio ou penitenciária. Ao contrário, o que foi conduzido diretamente a essas instituições poderia vivenciar, dependendo de sua história individual, o sofrimento pelo cerceamento de sua liberdade.

2.2.3. Elementos que contribuem para estabelecer uma mudança

Em *Tiradentes, um presídio da ditadura*, obra organizada por Alípio Freire, Izaías Almada e J. A. de Granville Ponce, reunindo memórias de 35 presos políticos que estiveram no presídio paulista, a mesma distinção qualitativa das fases é revelada. E expõe a barbaridade da fase precedente, pois a caracterização da ida para o presídio como “alívio de ir para o Tiradentes atesta, na verdade, o grau de terror e selvageria dos primeiros momentos da prisão”.²²⁰

²¹⁸ Idem. *Companheira Carmela*: op. cit., p. 82.

²¹⁹ PERISSINOTTI, D.M.N., op cit.

²²⁰ FREIRE, A; ALMADA, I; PONCE, J.A.G (orgs.). op. cit., p. 27.

Esse momento inicial da prisão está associado ao seqüestro, quando os presos políticos estão ‘desaparecidos’ e a transferência constante de uma instituição para outra dificulta a sua localização por familiares, advogados e membros da luta pelos direitos humanos. Normalmente é quando o preso é mais constante e violentamente submetido às torturas pela repressão, que possui urgência por informações rápidas que localizem os “pontos”, isto é, os locais de encontro dos militantes das organizações de esquerda.

Assim, a pressa dos agentes da repressão em obter dados que sejam eficazes à sua ação, aguça a prática para desmobilizar o preso, procurando fazer com que ele entregue o que sabe. Embora um tanto extenso, o relato que segue sobre a prisão no DEOPS paulista de um militante da AP, José Salvati Filho, ilustra esse enfoque:

A primeira coisa que eles me fizeram: porque eles me pegaram com uma porção de pontos! Ponto você não conhece o que é, não!? Pontos são os encontros que a gente tem, os militantes. Porque eu era dirigente de uma célula do partido. E aí eu tinha que encontrar com esse pessoal da célula, não é? Tinha que encontrar com o pessoal do comitê lá de dentro da fábrica. Mas tudo isso era feito fora da fábrica. (...) Aí eu estava cheio de pontos e veio a hora do sangue.

E tinha um ponto que estava quase na hora. Devia ser quase uma hora depois que eles me pegaram, ou duas. Com um cara que depois, em 1974, ia levar o DOI lá na minha casa. Ele é português, o cara. Então, eu não colocava os nomes nos pontos. Só para eu lembrar qual o ponto, que era muita coisa, eu coloquei PORT, o horário. (...) Porque às vezes eu ia fazendo esses encontros, assim macabros. Meia hora um, como depois de meia hora outro, até encontrar com as pessoas, não é? Saber se está tudo certo... Era até também uma coisa de segurança nossa. Quando um ponto desses falhava, é porque aconteceu alguma coisa. Então as pessoas já estavam de sobreaviso.

Aí eu conheci o português. E, os caras querendo saber, me colocaram num pau-de-araral. Choque. (...) (JSF)

Então, inicia o relato de sua luta travada com o tempo e os torturadores para não prejudicar o companheiro de organização:

(...)E os caras: “Quem é essa pessoa?” Eu falei: “Não é pessoa, essa é a minha namorada. É a minha namorada”. “Como é que ela chama?” Aí eu falei... “PORTina”. E os caras: “Portina?” Pior que eu não podia esquecer, não é? Aí então se eu ficasse desacordado, tinha que falar que é Portina. E é Portina, Portina, Portina. E é porrada daqui. Ele: “Não vai adiantar, não vai adiantar.”

(silêncio do depoente que volta reproduzindo o seu torturador) “Vamos pôr ele no dragão”. Eles estavam doidos para pegar esse ponto! Porque você sabe, não é? O primeiro ponto que é o mais importante... “Vamos pôr ele no dragão”.

Sabe o que é o dragão? Dragão é uma cadeira toda de alumínio, tipo de alumínio, sabe? E você pelado, não é? Você nu. Você senta naquela cadeira de alumínio. Eles te amarram um fio no corpo, aqui, outro aqui (aponta para as extremidades do corpo), cabeça, amarram no pescoço, não é? Aqui atrás (demonstrando pela cadeira onde está assentado no momento) ela tem um fio que é ligado num aparelho de televisão. Eles tiram alguma coisa dali, entendeu? Só que tem que é um choque, descarga, não é? É um choque que você cai. (...) (JSF)

Segundo o dossiê “Brasil Nunca Mais” a “cadeira do dragão” foi um dos instrumentos utilizados para torturar os presos nos interrogatórios durante a ditadura militar. Com pequenas diferenças na sua estrutura entre os centros de tortura do Rio de Janeiro e São Paulo, acoplava fios a todo o corpo do preso que, por sua vez eram associados a um aparelho gerador de descargas elétricas.²²¹ Enquanto Salvati era submetido aos choques, a repressão continuava o interrogatório:

(...) E aquele negócio: “Quem é?” “É minha namorada, Portina”. E vai... Aí o cara fala: “Aumenta, aumenta!” Aí eu já... Nossa mãe! Aquele negócio é insuportável! Aí você tem que saber o seguinte, que você não podia esquecer. Eu tinha medo de esquecer porque é um negócio que eu inventei na hora, não é? Essa Portina. (risos) (...) “Não sei onde ela mora não, eu encontro com ela...” (...) E choque em cima, não é? Aquele negócio. E aconteceu um negócio essa hora. Eu soltei esperma e o cara que estava na frente, aquele esperma foi em cima dele. Nossa! O cara ficou doido. O cara aumentou a pressão. Eu fiquei gogue lá um tempão. Aí já tinha passado do horário do encontro também. Aí os caras mandaram eu levantar. Na hora que eu levanto o cara vem e... Eu, eu, eu... Quase que eu fui no teto, não é? Eu imaginei que eu fui no teto. Me deu tipo uma rasteira, quase que eu fui no teto e voltei. Mas eu caí. Aí veio um cara por trás e me meteu um bico nas costas. (...) (JSF)

Todo esse relato do drama vivido, demonstra a agonia dos momentos iniciais da prisão, quando ocorria a disputa entre a repressão por informações e a necessidade dos presos em calar para preservar seus companheiros de organização. Muitas vezes as

²²¹ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil Nunca Mais*. op. cit., pp. 36-37.

medidas adotadas pelos interrogadores para conseguir “pontos”, nomes ou provas para os inqueritos que eles mesmos forjavam, resultaram em assassinatos, que foram camuflados em simulações de suicídio ou mortes dos presos em combate com a polícia.

José Salvati Filho também quase morreu. Foi socorrido na cela pelos colegas de prisão que chamaram a carceragem do DEOPS e exigiram a remoção do preso ferido para um hospital. Um dos presos era médico e fez o exame com “uma canequinha”, conforme contou Salvati. Com as costelas quebradas e o intestino delgado paralisado, ele ficou imobilizado por quase um mês, escondido no setor psiquiátrico do Hospital da Polícia Militar do Estado de São Paulo pela própria polícia política enquanto se recuperava. Durante esse período, o preso imaginava o seu destino caso viesse a falecer: “Se eu morresse eles iam me jogar na rua e falar que eu estava em combate, não é?”.

Portanto, essa pequena fronteira entre a vida e morte quando o preso está nas mãos de seus torturadores é fundamental nas memórias para caracterizar a diferença entre as fases da prisão. Na fase do interrogatório o preso sabe que certamente será submetido às torturas. Os entrevistados por nós revelaram conhecer o que lhes aguardavam caso fossem presos, ou seja, a possibilidade dos interrogatórios violentos. No entanto, a transferência da fase inicial de interrogatório para a de instalação efetiva do Inquérito Policial Militar, ou a abertura do processo, implicará na expectativa pelo preso de um novo cenário dentro do sistema prisional.

Assim está justificada a contradição ao se considerar um presídio como local de alívio, em virtude de os prisioneiros assumirem, a partir de então, uma garantia de “prisioneiros reais, vivos”.²²² É, dessa forma, de maneira espontânea e não programada, entre sujeitos que tomaram rumos diferentes em suas trajetórias de vida, as memórias reúnem pontos que constroem um discurso comum. A partir desse elemento essencial a todos os relatos, é possível configurar as distinções entre os dois tipos de prisão e a

²²² FREIRE, A.; ALMADA, I.; PONCE, J. A. G. op. cit, p. 27.

consequência de cada etapa na vida dos militantes de esquerda. E, principalmente, em se tratando de presos políticos, seus reflexos para a sociedade.

2.3. A memória dos presos políticos sobre a passagem para as instituições de reclusão

Algumas instituições estão associadas a uma outra fase da prisão, que não a do interrogatório violento, conforme revelam as memórias dos presos políticos. São os presídios ou penitenciárias, para onde são encaminhados, após a fase inicial de um inquérito específico, quando o preso era mantido incomunicável.

Nas instituições de reclusão eles aguardavam o desenvolvimento do processo podendo resultar no julgamento e, caso fossem condenados, permaneceriam ali para o cumprimento da pena. Diversas instituições no Brasil acolheram os presos nessa situação durante o regime militar. É caso do Presídio de Tiradentes (SP), da Penitenciária Lemos de Brito (BA), do Presídio Milton Dias Moreira (RJ), do Presídio de Ahú (PR), para citar alguns.

A memorialística dos presos políticos também distingue a Penitenciária Regional de Juiz de Fora José Edson Cavalieri, que ficou conhecida como presídio de Linhares, entre os que passaram por lá entre 1967 e 1980, com características de uma instituição de reclusão.

2.3.1. A Penitenciária de Linhares na memória dos presos políticos

A Penitenciária de Linhares recebeu presos que possuíam seus processos em andamento na 4ª Circunscrição Judiciária Militar e outros que deveriam cumprir suas penas, longas ou mais brandas, de acordo com o tipo de ação que os enquadrara como criminosos por subversão. Mas não deixou de abrigar, embora incomunicáveis no isolamento de presos da instituição, pessoas associadas a organizações de esquerda que estavam apenas respondendo a inquéritos. Porém, com uma diferença em relação às instituições de interrogatório, esses inquéritos já estavam regularizados na Justiça Militar.

Foi o caso de alguns integrantes de um grupo da Universidade Federal de Juiz de Fora, associado a uma tentativa de formação de uma célula da APMML, segundo consta na denúncia do processo.²²³ Presos nos anos iniciais da década de 1970, uma parte dos homens foi encaminhada à Penitenciária de Linhares após passar pela sede da Auditoria Militar para o primeiro interrogatório.

No entanto, durante o tempo em que foram interrogados, antes de serem liberados para responderem ao processo em liberdade, estiveram trancafiados no isolamento da Penitenciária de Juiz de Fora sem o contato direto entre eles, na maioria, ou com outros presos políticos. Um dos implicados nesse processo passou quase dez dias dentro da cela, tendo sido retirado de lá apenas um dia para um único banho de cinco minutos, quando estava próximo de ser libertado.²²⁴ Nesse sentido, a incomunicabilidade do interrogado também ocorreu em Linhares. Mas, a diferença fundamental nessa instituição é que aqui o preso não estava submetido à tortura física como método de interrogatório no interior da instituição.

Um de nossos entrevistados nos contou sua experiência no DOPS mineiro de forma bastante ilustrativa. Durante os oito meses em que permaneceu naquele local esteve exposto aos desmandos da polícia da instituição e do Exército. Segundo seu relato, apanhou dos policiais do DOPS e vivenciou a constante entrada e saída de presos de sua cela, rotina comum nesse tipo de instituição. Destaca ainda o Capitão Gomes Carneiro do Exército que desejava, de toda forma, implicá-lo em outras atividades dadas como subversivas no Inquérito Policial Militar que conduzia. O preso político conta sua experiência a partir de então:

Porque aí era um tipo assim de tortura, como dizer?... Mais direcionada. Já tinha apanhado assim do pessoal do DOPS, mas numa situação de tortura mesmo, foi só com o pessoal do Exército. E ainda teve um outro elemento aí que fez variar a minha situação. É que o DOPS encaminhou rapidamente

²²³ PROCESSO 22/72. Denúncia (Cópia Autêntica). Documento do processo desenvolvido na 4ª CJM em 21 de setembro de 1972. Arquivo pessoal de Luiz Flávio Rainho T. Ribeiro.

²²⁴ Depoimento de Jubel Barreto.

para a Auditoria Militar lá de Juiz de Fora o meu processo. E então, enquanto eu estava então incurso naquele processo encaminhado para Auditoria Militar, parece que o Capitão Gomes Carneiro não tinha acesso para me interrogar. Mas de vez em quando essa Auditoria mandava relaxar a minha prisão, então ele entrava pedindo prisão preventiva e tinha a oportunidade para me torturar. Bom, isso durou cerca de uns oito meses até que, finalmente, ele se cansou. Ele achou que eu realmente não tinha mais nenhuma informação para passar. (...) Foi quando então eles me liberaram para ser encaminhado para Juiz de Fora, para Linhares.(JA)

Fica muito evidente neste depoimento o recurso utilizado pela repressão para interrogar de forma violenta o preso, eximindo-se de sua guarda pelo Estado, mesmo quando ele ainda estivesse no DOPS. O relaxamento da prisão significaria que o preso havia sido libertado, enquanto o mandado de prisão preventiva não comprovava a guarda do preso pelo Estado. É comum encontrar nos mandados expedidos na 4ª CJM, em Juiz de Fora, a afirmação “se não estiver preso”,²²⁵ deixando a condição do preso e sua detenção pela repressão no ar. Era a forma da repressão burlar as leis criadas pelo próprio sistema a que servia.

Porém, o depoimento transcrito acima também serve como exemplo da variação entre os tipos de instituição, ou seja, o preso esteve submetido à possibilidade de torturas no DOPS de Belo Horizonte, enquanto a repressão acreditava que ele possuísse informações sobre suas atividades políticas. No momento em que a repressão não desejou mais interrogá-lo de forma coercitiva, o preso político foi transferido para outra instituição.

Dessa forma, na memorialística ocorre a identificação da passagem para a Penitenciária de Linhares com a mudança vivida a partir da transferência de uma instituição de interrogatório para aquelas destinadas a presos que aguardariam julgamento ou deveriam cumprir a pena. Como o tratamento dado a outras instituições de reclusão, a Penitenciária de Linhares é assim definida pelos presos políticos segundo a comparação

²²⁵ Mandados expedidos 4ª CJM – Livro cópias de mandados de prisão de 1969 a 1972. Arquivo da Auditoria da IV Região Militar, Juiz de Fora (MG). 4ª CJM.

com os períodos em que foram submetidos aos interrogatórios violentos, sendo caracterizada a partir da ausência de torturas físicas como prática na instituição:

*(...) Aquele presídio, onde normalmente não havia extremo rigor disciplinar e nem ameaça permanente de castigo, era, de fato, um estágio intermediário entre o céu e o inferno, destinado aos presos que aguardavam julgamento pela Auditoria Militar de Juiz de Fora ou já cumpriam as penas que lhes haviam sido impostas. Eu disse limbo? Pelo menos para alguns militantes da COLINA o foi, com certeza: eles desceriam aos infernos, passariam pelo limbo de Linhares e, breve, seriam libertados e banidos. (...)*²²⁶

O fato principal que nos chama atenção é o consenso dos relatos dos presos políticos que passaram por Linhares sobre esse aspecto, classificando a instituição como um local de “alívio” em comparação com as outras fases da prisão. O preso que sofreu no DOPS de Belo Horizonte, com as artimanhas utilizadas pelo Capitão Gomes Carneiro para que pudesse conduzir seu interrogatório de maneira mais violenta, relatou por que motivo a sua transferência para a Penitenciária de Linhares foi tão significativa:

E em Linhares para mim, foi assim uma grande surpresa. Eu achei muito bom. (risos contidos) Não sei se isso te surpreende não, mas comparando com a lista de lugares e principalmente assim com as situações que de vez em quando aconteciam lá no DOPS, Linhares era assim uma impressão de estabilidade, não é? De presos que já passaram por tudo quanto é interrogatório, cenas de tortura e tudo o mais. Então ali já é um lugar onde estão esperando julgamento e com um cotidiano assim.... muito distante daquilo que havia: tortura e preso novo chegando e, enfim, é uma coisa que eu tinha passado oito meses lá no DOPS.(JA)

A estabilidade atribuída à instituição estará relacionada à ausência de torturas físicas. O mesmo depoente chegou a tratar sua estada na Penitenciária de Linhares, em duas ocasiões, 1970 e 1971, como “férias” ou comparando o presídio com “um colégio interno”. A mesma impressão foi detectada por uma outra militante, na ala feminina da

²²⁶ PAIVA, M. *Companheira Carmela*, op. cit., p. 55.

Penitenciária de Linhares, que comparou a rotina de trabalho na instituição a de um colégio interno ou do Exército.²²⁷

Notamos que essa comparação não exclui a característica dessa prisão como um órgão com o objetivo disciplinador, visando enquadrar o indivíduo segundo os padrões normativos da sociedade vigente, ou seja, uma espécie de instituição total. Pois para esses entrevistados, a Penitenciária de Linhares em Juiz de Fora lembrou um colégio interno, por possuir celas individuais e possibilitar uma rotina disciplinada que se distribuía entre as horas da convivência e o período de reclusão. Por esse motivo, os presos fizeram a associação imediata de sua rotina carcerária com anos de juventude passados em colégios internos ou em seminário, ou a impressão que possuíam desses locais.

Mas, apesar da associação a locais que visam disciplinar o indivíduo, o fato é que os presos políticos em Linhares tratam a instituição como um “purgatório” ou o “limbo”, conforme relatado na biografia de Carmela Pezutti, guerrilheira que conheceu a instituição enquanto presa política e também como mãe dos presos políticos Angelo Pezzuti e Murilo Pinto da Silva.

Essa posição em relação à Penitenciária Regional de Juiz de Fora também condiz com outras memórias de sujeitos externos à instituição, mas que vivenciaram as prisões políticas de seus familiares. Segundo Glória Amorim Viana, mãe do preso político Gilney, seu primeiro encontro com o filho naquela prisão, depois de um período sob torturas no Rio de Janeiro, a deixou muito contente, apesar das dificuldades repressivas impostas pela instituição, por vê-lo bem “com moral alto”.²²⁸

Entre os militantes, antes da detenção, circulavam informações sobre as prisões que viriam a freqüentar, no caso de serem apanhados pela repressão. Então, quando presos, aguardavam seu destino com expectativa, e a ida para uma instituição de reclusão

²²⁷ Depoimento de Maria José de Carvalho Nahas, para testemunho de militante da ala feminina da Penitenciária.

²²⁸ VIANA, G.A. *Gloria Mãe de preso político*. op. cit., p. 85.

representou para muitos deles, especialmente os que não vivenciaram os interrogatórios seguidos de tortura física - embora conhecessem relatos do terror - uma espécie de alívio, próxima a dos que estiveram em locais como o DOPS e DOI-CODI.

Alguns presos em Juiz de Fora foram enviados ao QG do Exército e de lá encaminhados diretamente para a Penitenciária de Linhares:

(...) Todo mundo ia para o QG e no QG eles já sabiam a seleção: esse vai para Linhares, esse aqui vai pra Belo Horizonte. Quem vai para Belo Horizonte, vai para o DOI-CODI. (...) Então eu me lembro quando eu estava na viatura e vi que eu estava sendo levado para Linhares, eu suspirei um pouco aliviado: "Opa! Vou ficar em Juiz de Fora, não vão me mandar para Belo Horizonte. (...)

(...) Quando eu percebi que eu estava tomando direção do Manoel Honório, e depois subia ali para Linhares, a gente já sabia que pessoas outras haviam sido barbaramente torturadas em Belo Horizonte. Então quando eu fui para Linhares, estou falando muito eu, por mim, então eu percebi que eu subi ali em direção a Linhares, eu senti um certo alívio.

Porque o pessoal que ia para Belo Horizonte ficava retido no QG e do QG era mandado para Belo Horizonte, onde a barra era muito pesada. (...) Toda essa expressão alívio de minha parte foi perceber que eu não estava indo para Belo Horizonte. (...) (IB)

É interessante notar que os próprios presos políticos se constringem da comparação expressa em seus depoimentos. Para um deles a sua opinião sobre a Penitenciária de Linhares poderia ser surpreendente. Associou o local a um aspecto mais "legalista" da ditadura militar.²²⁹ Alguns entrevistados fazem questão de enfatizar que o alívio vivenciado durante a detenção no presídio de Juiz de Fora expressa somente sua opinião pessoal. Outros, conscientes do paradoxo ao caracterizar uma prisão como algo bom, afirmam: "Então o período que eu passei em Linhares foi péssimo, mas foi muito bom. O que é contraditório, entendeu?"²³⁰

O que fica explícito nesses relatos é a necessidade de se "analisar o papel excepcional de um ator individual"²³¹ no estudo da produção memorialística. Pois são os

²²⁹ Depoimento de Jaime de Almeida.

²³⁰ Depoimento de Luiz Antônio Sansão.

²³¹ ANSART, P. "Em defesa de uma ciência social das paixões políticas". *HISTÓRIA: questões & debates*. Curitiba, PR: Ed. da UFPR, v. 1, n. 1, 1980, p. 155.

sentimentos dos indivíduos, expressos naquilo que eles possuem em comum, que fornecem as características da memória em comum de um grupo. E não o espaço, quando analisado isoladamente, como único vetor produtor de lembranças. Deve-se, portanto, levar em consideração as emoções desses sujeitos e a análise delas segundo o contexto, para compreender o relato da experiência dos presos em instituições como a Penitenciária de Linhares.

É importante atentarmos para essa posição, visto a extrema complexidade das instituições de repressão enquanto reflexo da heterogeneidade intrínseca ao regime. Prisões como a Penitenciária de Linhares partilhavam de uma conduta aparentemente menos dramática, pela ausência de torturas físicas como técnica cotidiana de interrogatório. Conforme declarou um preso sobre a sua impressão inicial: “A gente não estava sendo torturado. E era só ir na Auditoria do Exército, na IV Região, responder audiências com os militares e, também não tinha tortura, não é? Estava bom demais.”²³²

2.3.2. Novas adversidades quotidianas com a transferência

Apesar das melhorias apontadas, os locais destinados à reclusão não estiveram isentos de outras arbitrariedades, que marcaram os órgãos da repressão militar e o rigor carcerário típico a essa espécie de instituição.

Esse aspecto corre o risco de ficar obscuro se a ênfase da transformação com a transferência do preso político de um tipo de instituição para outra ficar restrita apenas à sensação inicial, que a chegada no presídio ou penitenciária proporcionava. A intensificação desse sentimento ocorre justamente porque as memórias publicadas das prisões políticas são o relato intencional das torturas sofridas nos interrogatórios. Portanto, nas memórias da prisão do regime militar é possível detectar o que Pierre Bourdieu

²³² Depoimento de Nilo Sérgio de Menezes Macedo.

denominou “ilusão biográfica”,²³³ quando o sujeito procura dar lógica seqüencial aos acontecimentos no relato de sua vida.

Assim os depoimentos relacionados às transformações da fase de interrogatório para a fase de reclusão dos presos da ditadura militar aparentemente tratam os acontecimentos divididos numa primeira fase, associada ao interrogatório, e na segunda, onde ocorre a reclusão. Dessa maneira, seria como um processo carregado da expectativa da ascensão para a liberdade, proporcionada até pelos termos utilizados pela comparação empreendida pelos presos políticos, ou seja, do “inferno” ao “purgatório” e então a ida para o céu, quando livres da prisão.

Isso também advém com a construção memorialística propiciada pelo sentimento dos presos ao serem transferidos entre as instituições, sem que tomassem conhecimento do seu destino. Se por um lado, a surpresa com a saída, de uma instituição de interrogatório para uma outra de reclusão, era boa, a situação inversa também não deixou de acontecer. Em determinadas ocasiões, a viagem para um presídio já famoso entre os militantes, pela ausência de torturas, como era a Penitenciária de Linhares, apresentou momentos de terrorismo, propiciado pelos militares, conforme o relato que segue:

Quando eu cheguei a Juiz de Fora, as informações que eu tinha era que a penitenciária era muito boa. Não tinha tortura, a gente era tratado dignamente. Mas aí eu fui para o quartel do 10º RI em Juiz de Fora. E eu sofri uma humilhação das mais chocantes. Apesar de já ter sido preso e torturado antes. Tinha uma série de soldadinhos lá, e uns retiraram (a roupa) e enfiaram um pau no nosso ânus para ver se a gente tinha maconha, alguma droga. Revistaram o corpo da gente todo, tiraram a roupa e ameaçaram bater, mas não bateram. Jogaram a gente numa celinha de um metro por um metro, com uma privada turca, e aberta ao ar livre, que era um negócio muito vagabundo. Quer dizer, era uma jaula mesmo. E nós ficamos ali a noite toda, pelados. Um frio muito intenso! Na época que nós chegamos ainda era inverno. E dormindo no chão. Eu dormi com a cara encostada no meu sapato, sem roupa, que eles deixavam só o

²³³ Pierre Bourdieu alerta: “(...) Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um “sujeito” cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações.”. BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. IN: FERREIRA, MM & AMADO, J (coord.). op. cit., pp.189-190.

sapato para você dormir. E passando um frio descomunal. Mas no outro dia, eles nos levaram para Linhares.(MAAM)

A chegada a Linhares, para este militante da COLINA que vinha da PE da Vila Militar do Rio de Janeiro, onde “eu vi mais ou menos uns 250 brasileiros serem torturados”, intercalada pela experiência sofrida quando já estava em Juiz de Fora, foi a melhor possível no processo da sua prisão: “A primeira experiência ao chegar a Linhares foi muito boa. Porque eu ia dormir numa cama de capim. Tinha uma cela só para mim. Tinha uma privada turca também. E era só isso numa paredinha. Mas tinha coberta. E a alimentação era razoável.”

Em nossa opinião esse fato se dá pela classificação das experiências segundo o tipo de sofrimento vivido, ou seja, o enfoque primeiro na tortura para depois narrar as experiências do cumprimento de penas e a liberdade, muitas vezes associada ao exílio. A definição dos presos sobre a Penitenciária de Linhares tem como embasamento o período vivido na violência dos interrogatórios, ou a possibilidade dessa experiência: “O Linhares para nós foi até um oásis porque de qualquer maneira, para quem estava em Belo Horizonte, sair de Belo Horizonte... Porque Belo Horizonte foi o inferno mesmo”.²³⁴

No entanto, essa experiência não ocorrerá de forma seqüencial. Sofrerá ainda a influência de diversos fatores associados ao momento histórico do regime militar e a considerações como os diversos tipos de instituição de reclusão pelas quais passaram os presos. Além do mais, a ausência de torturas em instituições de reclusão não implicava na sua completa exclusão da vida dos presos políticos. Em 1970, frei Tito foi retirado do presídio Tiradentes (SP) e encaminhado a OBAN,²³⁵ onde sofreu torturas que lhe causaram seqüelas irreparáveis, com a cumplicidade do Juiz Auditor de São Paulo.

²³⁴ Depoimento de Ricardo Fontes Cintra.

²³⁵ GASPARI, E. *A Ditadura Escancarada*. op. cit., 2002, p. 278.

Mas o caso de frei Tito não é exclusivo na experiência de presos políticos. Os detentos da Penitenciária Regional de Linhares, por exemplo, relataram alguns terem sido conduzidos ao DOI-CODI por diversas vezes para prestar depoimentos, ou estarem sob a constante ameaça dessa transferência. O preso político Nilmário Miranda, em fins de 1974, quando estava detido em Linhares, foi transportado ao DOI paulista onde permaneceu por 15 dias sem que houvesse qualquer registro dessa transferência.²³⁶ Dessa forma, apesar da aparente situação de tranquilidade, os presos políticos continuavam expostos à ameaça do seqüestro, que no entanto seria menos generalizado visando sustentar a aparência de legalidade do regime militar.

Essa possibilidade era o temor que assolava os presos de uma instituição de reclusão. Qualquer informação nova que surgisse nas salas de torturas da ditadura, implicando o nome ou codinome de alguém que já estava nas instituições de reclusão, poderia significar o seu retorno aos interrogatórios, de forma ainda mais violenta, por ser também uma punição pelo silêncio anterior. Esse medo era conhecido pelos guardas, e foi usado constantemente como ameaça pela administração carcerária, quando a repressão desejava uma declaração importante, ou simplesmente para intimidar os presos políticos.

O tom de ameaça nos foi relatado por um ex-presidente do DCE da UFJF, quando estive na Penitenciária de Linhares:

Aí teve um dia, como eu te falei também, que abriram a minha cela e me arrancaram da cela e me botaram no camburão e tomaram a direção de Belo Horizonte. E aí achei que o meu destino estava selado lá. Aí chegaram até Benfca e fizeram uma coisa, carregaram lá... O camburão, você sabe como é? É aquela coisa fechada. Ele é dividido no meio, não é? Um lado. E você não tem visão nenhuma daqui de fora. Fica olhando pela fresta. Mas eu vi pelo movimento que eles estavam carregando somente tijolos, aquela coisa toda. E depois levaram para o Quartel. Aí depois pegaram o caminho de volta, e eu imaginei que só podia ser isso aí: aterrorizar um pouco...(JB)

²³⁶ ARBEX, D. e GUEDES, Michael. “Arquivo secreto: Linhares foi ponto estratégico da repressão”. História. *Tribuna de Minas*, Juiz de Fora, 08 de maio de 2002, p. 04. SM/BMMM.

Outro ponto a ser ressaltado, é a diferença entre as várias instituições, com características apenas de reclusão, proporcionada pelo rigor carcerário aplicado em cada situação. Para um dos entrevistados, por exemplo, a transferência para a Penitenciária de Juiz de Fora não representou a melhor experiência na prisão. Sua estada anterior no presídio de Tiradentes (SP), onde vivia em celas comunitárias abertas todo o tempo, foi contrastada com as celas individuais trancafiadas do presídio de Juiz de Fora.

“Então eu perdi um ambiente social, diria assim, extremamente agradável, e fui para Linhares em celas individuais”, conta. Além do mais, em São Paulo, o preso disse ser somente apenas um estudante, preso no Congresso da UNE em Ibiúna (SP), entre os vários militantes da luta armada. Porém, em Juiz de Fora, no seu estado de origem, era um líder estudantil visado pela repressão.²³⁷

Existe ainda a tensão, que permanece nas instituições de reclusão, sobre outros aspectos que passam, a partir de então, a atormentar os presos políticos. Os que esperam passar anos na prisão, convivem com a perspectiva do desperdício de anos da juventude. A crueldade do tempo também se revela quando o preso se integra ao cotidiano de uma instituição de reclusão, e passa a lutar contra um novo inimigo, a rotina carcerária imposta pela privação da liberdade.

Como a polícia política atuava no sentido de deter militantes de esquerda para reprimir oposições ao governo, muitos processos não chegaram a se concretizar em julgamento ou condenação. Ou então, quando julgados, vários presos já haviam cumprido grande parte da pena a que eram condenados e estavam próximos da liberdade. Dessa forma, o relato contra um novo inimigo, a espera pela passagem do tempo, vivida nos presídios e penitenciárias, é exclusivo daqueles presos que passaram meses, ou até mesmo anos, naquele local.

²³⁷ Depoimento de Waldo Silva. Citamos a título de exemplo, sobre sua afirmação, o processo 51/68, repleto de fotos desse entrevistado em manifestações públicas. 4ª CJM.

Segundo nos contou o preso, que viveu momentos difíceis no começo de sua prisão no DOI-CODI, no Rio de Janeiro, onde ficou por 36 dias, e chegou a ficar quase dez anos recluso passando por várias instituições: “Tortura é o regime de te matar psicologicamente, ideologicamente e até fisicamente rápido. Cadeia é um método lento de te matar. Mesmo com aquelas pressões que existiam, é lento. Então você tem que saber resistir lentamente também.” E completa: “Mas nós nunca tivemos facilidade na cadeia, não é ? Mas nós nunca tivemos assim, é... um isolamento total.”²³⁸

Visamos portanto destacar que a instituição prisional, ainda que nem sempre signifique o suplício direto sobre o corpo do condenado, funciona como instrumento de submissão, com a supressão do sujeito, caracterizada por elementos simbólicos de repressão. No Presídio Milton Dias Moreira, no Rio de Janeiro, Alex Polari escreveu:

*Estar preso é algo muito simples:
administram teu espaço
cronometram teu tempo
fazem dialogar a sirene com teu corpo
aplicam sansões (sic.)
acenam benefícios
cometem favores contra você
acionam burocracias intermináveis
para te mover 10 metros além do permitido.
E o contrário de tua dignidade
eles chamam recuperação.*²³⁹

Já na Penitenciária de Linhares, após passar pela OBAN em São Paulo, e pelo DOPS mineiro, Guido Rocha diz que encontrou um “clima bom”. Mas, expressou através de um poema, a angústia causada pela rotina: “Aqui, Onde nada acontece; Onde se espera notícia; E a notícia é sempre; A de que não há notícia; Aqui, O tempo consome os ossos; com voracidade incrível; É sempre véspera do fim; E a morte não marca encontro; Mora pacientemente; Dentro da gente”.²⁴⁰

²³⁸ Depoimento de Gilney Amorim Viana.

²³⁹ ALVARENGA, Alex Polari. “Ainda prisões”. IN: Idem. *Camarim de prisioneiro*. São Paulo: Global Editora, 1980, p. 75.

²⁴⁰ Depoimento de Guido de Souza Rocha.

Dessa forma, à medida que o sujeito se habitua àquela nova rotina de uma instituição de reclusão, ela passa a representar um novo tipo de sofrimento, diverso daquele produzido por outras experiências dolorosas, mas também expresso pela dor. “Prisões são lugares onde nada acontece. O princípio é este: vigia-se, pune-se, impede-se o movimento. É compreensível o fato de as narrativas sobre a vida carcerária tenderem à reiteração e à monotonia”, expressou um antigo encarcerado do presídio Tiradentes.²⁴¹ Essa fase, caracterizada pelo tédio quotidiano, é colocada em contraposição ao relato predominante das torturas.

Na Penitenciária de Linhares, contou um preso ter testemunhado um colega de prisão, que desenvolveu um método para criar aranhas, ser questionado na Justiça Militar por sua maneira de encontrar distração. Ao que ele respondeu: “O que a senhora queria que eu fizesse? Batesse a cabeça na parede?”.²⁴² Ou seja, o tédio impunha aos presos buscarem alternativas para superar as armadilhas dos dias na prisão, que então passariam lentamente num lugar “onde o tempo é como a chuva que cai gota a gota, numa paisagem que é só outono”, segundo definição de Dostoievski.²⁴³

Aliado à rotina do presídio, para muitos, a perspectiva de longas condenações, em que esses amargariam muitos anos naquela situação:

Todos nós achávamos que cumpriríamos longas penas de cadeia. Passou aquele momento inicial, nós começamos a perceber que ficaríamos presos por muito tempo. Alguns companheiros se desesperaram com essa possibilidade. Jovens, com uma vida pela frente, preparando-se para terminar uma carreira universitária, os estudantes...(JRN)

O desejo de liberdade, principalmente entre aqueles presos que ainda acreditavam na luta revolucionária, tornava-se obsessão constante. E o detento aproveita então suas horas e horas de reclusão para elaborar maneiras mirabolantes de fuga, ou conviver com a

²⁴¹ CITELLI, Adilson Odair. “O pequeno concerto que não virou canção”. IN: FREIRE, A.; ALMADA, I.; PONCE, J. A. G. op. cit, p. 194.

²⁴² Depoimento de Jorge Raimundo Nahas.

²⁴³ DOSTOIEVSKI. *Recordações da Casa dos Mortos*. São Paulo: Edição Saraiva. ((2º volume). (Coleção Jabuti), p. 18.

expectativa de uma ação de resgate, realizada pelos companheiros que permaneciam na militância. Um preso revela: “Um dia eu ia sair da cadeia, ia fugir. Porque eu tinha algumas fixações na prisão, uma delas era fugir: *Ah, lugar de guerrilheiro é na rua!* Então eu tinha esse objetivo: *Uma hora eu vou conseguir*. Eu já pisei lá pensando nisso”.²⁴⁴

Segundo ele, além de apostar em sua libertação para manter a luta revolucionária, convivia com problemas de saúde, que tendiam a se agravarem na prisão. Em uma oportunidade, quando foi levado de Linhares ao Rio de Janeiro para uma audiência, aproveitou para tentar escapar, em pleno centro da cidade: “(...) eu derrubei o tenente no chão, saí correndo, deram tiro em cima de mim. Foi um negócio dramático lá no Rio, na Auditoria do II Exército. Uma fuga suicida. Não sei como não me mataram. E apanhei depois. Na hora, me deram um soco. Cheguei lá em Linhares todo ensangüentado, ferido”.²⁴⁵

Após essa tentativa de fuga frustrada, esse preso passou a ser extremamente vigiado na Penitenciária de Linhares até ser transferido para o Manicômio Judiciário Heitor Carilho no Rio de Janeiro, e depois presídio de Ilha Grande, onde cumpriu o final de seus cinco anos de detenção. A sua tentativa de fuga, relacionada a outras situações na prisão, foi a justificativa utilizada pela repressão, meses mais tarde, para negar seu nome na lista dos 70 prisioneiros políticos que seriam trocados pelo cônsul suíço seqüestrado, Giovanni Enrico Bucher. “Isso foi um dos dias mais tristes da minha vida”, relembra.

Um outro caso que ilustra a esperança de fuga na Penitenciária foi narrado por uma presa que disse que, quando começavam a soar sirenes de uma ação rotineira feita pela repressão no local, como treinamento anti-fuga, ela imediatamente vestia uma roupa própria, na expectativa de que viessem resgatá-la. “Eu encomendei uma roupa confortável, escura, que não aparecesse muito, e um sapato confortável também. Aí quando começava a

²⁴⁴ Depoimento de Nilo Sérgio de Menezes Macedo.

²⁴⁵ Idem.

tocar a sirene, eu trocava a minha roupa, pronta para o que der e vier, não?”.²⁴⁶ No entanto, o barulho que dava esperanças à militante não passava de um terrorismo psicológico praticado pela repressão.

Porém, apesar da expectativa de uma condenação longa, os estudos desenvolvidos pela presa enquanto esteve reclusa, faziam-na ter esperanças de uma detenção menos traumática com relação ao tempo. Com as leituras de história do Brasil, a partir de livros introduzidos clandestinamente na prisão, ela começou a analisar que o período de cadeia geralmente ficava em torno de dois anos, devido a possíveis fatores: “Ou você é enforcado, fuzilado logo em seguida, ou então mais ou menos dois anos, depois tem anistia”. Ela, no entanto, ao contrário de alguns companheiros que permaneceram quase dez anos na prisão, acabou ficando um ano e meio presa, pois foi exilada em meados de 1970, trocada pelo embaixador alemão.

Um ex-preso da Penitenciária de Linhares, quando transferido para o 4º Regimento de Obuzes (1/4º R.O. 105) na mesma cidade, chegou até mesmo a elaborar um plano de fuga, com o mapa da unidade militar e as vias de acesso, que foi encontrado no aparelho da VPR, quando houve a prisão de Maria do Carmo Brito e a morte de seu companheiro, Juarez. A tentativa de fuga resultou em inquérito e numa grande reprimenda por parte do comandante do local, onde “tinha um tratamento bem respeitoso”, segundo narra. Mas o preso sempre deixou explícitas suas intenções, revelando-as ao coronel, conforme respondeu: “Não, coronel, o senhor sabe perfeitamente, eu nunca ocultei meu desejo de fugir da prisão, não.”²⁴⁷

²⁴⁶ Depoimento de Maria José de Carvalho Nahas.

²⁴⁷ Depoimento de Jorge Raimundo Nahas. O processo de um único volume número 36/70 teve na denúncia impetrada pelo promotor militar o seguinte relato, na p. 02 : “(...) usando de subterfúgios, dizendo que seus companheiros e êle necessitavam de exercícios físicos, programou e executou, com seus companheiros de prisão, corridas (“piques”, como chamavam) de 100 metros, no interior do quartel, exercitando-se, isso sem em velocidade; durante êsse tempo pode, premeditadamente, perceber todos os movimentos internos do quartel (...)”. 4ª CJM. Ver também nos anexos deste trabalho, a cópia do plano de fuga desenhado por Jorge Nahas.

Na memorialística publicada, os relatos demonstram que os presos políticos ainda estavam sujeitos a outras adversidades nas instituições de reclusão. O Presídio Tiradentes, por exemplo, que está relacionado na maioria das memórias a um local de “alívio”, é apresentado segundo padrões de sofrimento por um preso político:

*As revistas da PM eram vandálicas. Entravam nas celas em pé-de-guerra, preparadas para a mais dura batalha contra os inimigos mais poderosos. Os presos eram tirados das celas depois da revista minuciosa, não fossem eles esconder em qualquer costura da roupa um segredo para derrubar o regime ou destruir a sociedade. Essa era a primeira operação, a limpeza da área; a segunda era devastar o território inimigo, no caso, as celas. Devastação sem eufemismos. Camas quebradas, colchões abertos e estripados, rasgados depois; livros abertos, jogados para o alto, alguns capturados (...)*²⁴⁸

Presos políticos do Instituto Penal Cândido Mendes, em Ilha Grande (RJ), viveram a experiência de dividir galerias com condenados comuns por assaltos à banco. A entrada de um novo perfil de presos, no cenário político-carcerário dos presos advindos da guerrilha urbana, implicaria na intervenção no sistema de regras estabelecido anteriormente pelos militantes da esquerda. Porém, é importante ressaltar, que apesar de todo o medo que os presos políticos daquela instituição sentiram com a ameaça da violência dos presos comuns, estar próximo a estes ainda era melhor para os presos políticos do que a submissão às arbitrariedades da polícia política.²⁴⁹

Dessa forma, convém destacar que o aparente marasmo da rotina carcerária será redesenhado pela inclusão de vários elementos que marcaram a experiência desses indivíduos, enquanto presos políticos, nas instituições de reclusão. Assim, apesar das dificuldades vivenciadas na cadeia, os presos políticos de uma instituição de reclusão são enfáticos ao associar essa transformação à ausência da tortura física, embora permaneça

²⁴⁸ FREITAS, Alípio de. *Resistir é preciso* (Memória do tempo da morte civil do Brasil). Rio de Janeiro: Ed. Record, 1981, p. 142.

²⁴⁹ COSTA, Manuela Castilho Coimbra. O início da falange vermelha. IN: *ANAIS do IV Fórum de Investigação Qualitativa e III Painel Brasileiro-Alemão de Pesquisa*. Juiz de Fora, MG: Edições Feme, 2005, s/p.

em diversos casos o cerceamento psicológico e político, inclusive com embates violentos entre a repressão e os presos.

Portanto, a experiência numa instituição de reclusão, sem as torturas físicas principalmente, mas também como o resultado do fim da incomunicabilidade para a maioria, foi a melhor saída diante de uma prisão que seria inevitável. Nesse cenário, tornava-se então a oportunidade de reencontro com os companheiros, o acesso mais facilitado às informações, a organização do grupo, bem como a possibilidade de protesto contra o sistema.

A reunião do grupo é de fundamental importância para a reabilitação do preso, fragilizado pelas torturas, e que passaria então a receber assistência médica improvisada pelos companheiros e assistência psicológica. Maria José Nahas passou cinco meses numa solitária, chamada “surda”, durante sua estada na Penitenciária de Mulheres em Belo Horizonte.²⁵⁰ Nesse caso, o desconhecimento dos fatos que se passam no exterior, relativos aos acontecimentos factuais e ao destino dos companheiros de militância, poderia até mesmo desestabilizar psicologicamente o indivíduo, que isolado do mundo, tornar-se-ia refém dos fantasmas que povoam a sua solidão, incentivados pela ameaça da contradição em depoimentos que serão comparados ao dos seus colegas, para a verificação de informações.

Ao contrário, quando chega numa instituição de reclusão e tem a possibilidade de convivência com seus companheiros, o indivíduo recupera a sua condição de preso político. Esse fator será determinante em sua recuperação, e comandará todo o seu comportamento ao longo do processo prisional, podendo ficar mais explícito nas penitenciárias e prisões, segundo elementos que se vinculam à rotina carcerária de uma instituição desta espécie.

²⁵⁰ Depoimento de Maria José de Carvalho Nahas.

Foi com esta capacidade humana de ação, contra regras pretensamente totais, que os presos políticos puderam atuar sobre aquele outro espaço da repressão, as instituições de reclusão. E buscar reorganizá-las segundo suas convicções de luta política contra a ditadura militar, a partir de manifestações que contribuíram, ainda que indiretamente, para a desconstrução do discurso oficial do regime, imposto como a versão oficial da memória nacional, no auge dos governos militares. A denúncia acontecia a partir do cárcere e, por mais que as Forças Armadas tentassem camuflar, após um certo período, ficou impossível enterrar aquelas memórias subterrâneas.

3. NO PURGATÓRIO: A EXPERIÊNCIA DOS PRESOS POLÍTICOS NA PENITENCIÁRIA DE JUIZ DE FORA

Com a transferência para os locais de reclusão, outras espécies de lutas surgem no cotidiano do preso político. Com a ida para a Penitenciária de Linhares, eles são obrigados a conviver com as normas carcerárias e com outros personagens que compõem o ambiente prisional.

No entanto, na perspectiva da luta pela sobrevivência, o grupo dos presos políticos se organiza para se contrapor às adversidades da prisão, em ações expressas por gestos de solidariedade. Porém, essa organização demonstrou-se complexa, nem sempre contando com a adesão de todos os integrantes do grupo, ou tendendo a tornar-se extremamente rigorosa quanto ao controle interno, gerando indisposições entre os próprios militantes de esquerda presos.

3.1. A luta interna constante: a repressão da polícia política contra os militantes detidos

Até 1969 a Penitenciária Regional de Juiz de Fora dividia seu espaço entre uma maioria de presos comuns e os presos políticos, que entraram na instituição ocupando

apenas uma ala, a 'A'. Porém, o perfil de Linhares foi então radicalmente alterado, a partir das prisões, ocorridas no ano seguinte à decretação do AI-5, de militantes de organizações que praticaram ações de guerrilha urbana, ou acusados de terrorismo.

Ocorreu, então, a evacuação dos presos comuns, que foram levados para a Penitenciária de Neves, ali permanecendo na ala 'A' aqueles que prestariam os serviços cotidianos, “uns 30, 40 só”.²⁵¹ O restante da instituição foi destinado aos presos acusados de subversão, com uma divisão separando os homens das mulheres, tornando-se a Penitenciária de Linhares efetivamente um presídio político. As mulheres, recém-ingressas no presídio, ficaram numa ala distante, com um pátio próprio, para seu convívio, isolado dos homens.

Colatino Lopes Soares Filho, que ingressou em Linhares em 1969 para cumprimento da pena, com integrante da CORRENTE, chegou a acompanhar a transformação no presídio que, segundo ele, iniciou-se justamente com a grande leva de presos trazida de Belo Horizonte para a sede da IV RM, na qual ele estava incluído. Na capital mineira, os parentes de presos políticos foram surpreendidos com a notícia, quando procuraram seus entes queridos e receberam a informação de que todos haviam sido trazidos para Juiz de Fora, o que, de fato, não ocorreu plenamente, sendo alguns presos levados para outras localidades.²⁵²

Nesse período inicial, relata Colatino Lopes Soares Filho, ainda havia uma significativa quantidade de presos comuns, que “ficavam amontoados” nas suas celas. A situação seria realmente alterada com a vinda de um novo conjunto de presos políticos de várias organizações, quando o presídio teve a sua maior população carcerária dessa espécie, chegando a duzentos homens e vinte mulheres, na estimativa dos que lá estiveram: “Tomaram três andares da Penitenciária e mais o lado esquerdo de quem entra, que ficou

²⁵¹ Depoimento de Colatino Lopes Soares Filho.

²⁵² Depoimento de Angela Maria Pezzuti, para a busca dos parentes.

para as mulheres”.²⁵³ Nesse grupo, uma das mulheres lembra o exagero praticado pelas autoridades militares na sua transferência. Segundo Maria José Nahas:

Olha, esse traslado foi uma verdadeira operação de guerra! Primeiro, na Penitenciária de Mulheres (em Belo Horizonte) eles foram levando as mulheres de duas em duas. Quando chegou na minha hora, eu era perigosa demais para ser levada de duas a duas, então fiquei sozinha junto com os militares. Nós passamos a noite, assentadas numa unidade da PM, esperando sermos trasladadas no dia seguinte. Aí, nós saímos em direção à Linhares. As mulheres foram num ônibus e os rapazes foram em outro, não sei se eram mais dois ou três. Daqui até Juiz de Fora, eles interditaram a estrada. Tinha helicóptero passando o tempo todo e tinha ninhos de metralhadora, e uma quantidade maluca de cachorros! (MJCN)

A segurança excessiva revela também traços do imaginário popular que começava a se desenvolver. Maria José Nahas - uma das primeiras mulheres a ingressar na luta armada no país -, era a “loura da metralhadora”, o mito criado pelos próprios militares em torno da mulher que participara de ações contra agências bancárias na região de Belo Horizonte.²⁵⁴

Chegavam, então, a Linhares os primeiros envolvidos com a luta armada urbana, considerados perigosíssimos pela repressão. Para a ditadura era necessário adequar a penitenciária para receber esses novos tipos de detentos. Foi então que os presos ficaram uma semana inteira detidos em suas celas, e sofreram restrição nas visitas. E aos poucos foram sendo liberados para o convívio no pátio durante períodos curtos, pela manhã ou à tarde.²⁵⁵

3.1.1. A rotina de um presídio político: embates diretos e as normas disciplinares

Trancafiar os detentos nas celas se perpetuou enquanto prática punitiva da Penitenciária de Linhares, e seria utilizada no cerceamento aos presos, associada a outras técnicas que chegaram a serem relatadas pelos indivíduos ‘perigosos’, em depoimentos dados na Auditoria Militar:

²⁵³ Depoimento de Colatino Lopes Soares Filho.

²⁵⁴ Segundo Maria José de Carvalho Nahas foram três dias de interrogatório, logo após sua prisão, tendo que explicar onde estava sua peruca - pois a mulher tida como a “loura da metralhadora” não possuía os cabelos loiros-, e os acessórios utilizados no assalto: o vestido verde esvoaçante e o par de botas cano longo, este então encontrado. Depoimento prestado em: *A louira da metralhadora*. Direção de Patrícia Moran, UFA – Audiovisual, 1996. VHS, col., son. Port. Documentário.

²⁵⁵ Depoimento de Colatino Lopes Soares Filho.

*Os præsos políticos de Linhares ainda estão submetidos a um regime de terror, de que o tipo de interrogatório a que foram submetidos é parte (na Auditoria Militar). Várias vezes por semana, e às vezes por noite, somos acordados pelo barulho de sirenes, bombas e tiros. Ouvimos sempre gritos de companheiros e companheiras que acordam sobressaltados, pois ainda não se recuperaram das torturas físicas e morais que sofreram. Ainda não lhes foram dadas condições para se recuperarem.*²⁵⁶

Esse tipo de tortura psicológica praticada no presídio de Juiz de Fora marcou negativamente a memória dos que lá vivenciaram esses momentos. Colatino Lopes Soares Filho declarou a um jornal local ter vivido “noites de pânico ao ser acordado por tiros de baioneta e por cachorros da polícia”, sons que perseguiram suas lembranças, ainda à época da entrevista concedida ao periódico em 2002, anos após sua detenção.²⁵⁷ Segundo ele, todas as luzes da penitenciária eram apagadas e iniciavam tiros e latidos de cães soltos, durante cerca de 40 minutos. Os presos eram despertados aos sobressaltos por essas ações, que simulavam uma represália a tentativas de fuga ou a ataques de grupos subversivos.

Acontecimentos dessa espécie revelam a fluidez na caracterização de instituições punitivas em regimes de exceção como a ditadura militar, pois a aparente segurança para os presos políticos de um local destinado à reclusão, como a Penitenciária de Linhares, seria subitamente quebrada por um ataque *anti-terrorista* da repressão durante a noite.

A simulação contribuiria para manter os que estavam ali detidos sob o domínio do medo. Esses momentos, vividos no ano de 1969, foram citados, pelos que lá estiveram neste período, com frequência, junto à forma como eles próprios passaram a reagir:

Linhares tinha um problema complicado. É que de vez em quando, uma vez por semana, de madrugada, eles começavam a dar tiro e a jogar bomba para todo lado. Três, quatro horas da manhã. Nós passamos a adotar a seguinte atitude: eles começavam a jogar bomba e a dar tiro, nós desatávamos a cantar o hino nacional, ou às vezes, até a “Internacional” socialista... Acho que aquilo surpreendeu muito a eles. Até que eles

²⁵⁶ Depoimento de Angelo Pezzuti, constando no documento *Até Sempre 3 – Caderno Especial*. Revista Quinzenal: Debates, Fevereiro – Março/1970. Documentação clandestina apreendida na Penitenciária Regional de Linhares. Processo 32/70, 1º volume, p. 18. 4ª CJM.

²⁵⁷ ARBEX, D. “Juizforanos torturados esperam indenização. Tiros acordavam preso de Linhares”. *Tribuna de Minas*, 01 de maio de 2002, História, p. 04. SM/BMMM. O preso, Colatino Lopes Soares Filho, confirmou para nós essa experiência na Penitenciária Regional de Linhares em seu depoimento.

pararam com esse tipo de tortura, não é? Você acordava de madrugada parecendo que você estava dentro de uma guerra, com bomba e tiroteio para todo lado.(WS)

Além desse tipo de embate mais direto, existem outras adversidades a que foram submetidos os presos na Penitenciária. A entrada dos presos políticos era marcada por investidas da repressão sobre os detentos, dessa vez, relacionadas às ações funcionais de uma instituição total.

Ao ingressarem em Linhares, os presos novamente passavam pelo processo de inquirição para preenchimento da ficha com os dados pessoais. Antes de serem encaminhados aos “cubículos”, as celas individuais onde permaneceriam enquanto estivessem na instituição, alguns contam que foram obrigados a se despir, para a revista minuciosa da guarda. Segundo estes relataram, todos os possíveis locais tidos como esconderijo de informações subversivas eram vasculhados, “inclusive o ânus”.²⁵⁸

Após a entrada no presídio de Linhares, os ingressos não participavam imediatamente do convívio com os outros detentos. Eram encaminhados para uma ala, destinada ao isolamento dos presos políticos, onde permaneceriam incomunicáveis, detidos todo o tempo nas celas, por um período determinado, de acordo com os anseios da Justiça Militar. Alguns ficaram dois ou três dias e outros cerca de dez, de acordo com o desenvolvimento do interrogatório realizado pela Auditoria. Alguns presos nem ao menos se recordam da experiência. Pelos depoimentos dos presos políticos que passaram antes por instituições de interrogatório, submetidos às técnicas de violência física, observamos que eles permaneceram um tempo menor no isolamento da Penitenciária de Linhares.

Conforme já afirmamos anteriormente, essas práticas a que é submetido o indivíduo que entra numa instituição total são parte do processo que visa à “mortificação do eu”²⁵⁹ do sujeito, para adequá-lo aos requisitos do comportamento civil supostamente esperado pela

²⁵⁸ Depoimento de Luiz Flávio Rainho Thomaz Ribeiro.

²⁵⁹ Ver sobre a definição de Erving Goffman no tópico 1.3 do presente trabalho, na página 53.

sociedade, conforme a perspectiva das autoridades que estabelecem a punição. Todas essas medidas iniciais a que foram expostos os detentos, ao ingressarem na Penitenciária de Linhares, têm por objetivo manter o controle interno pela administração da disciplina carcerária, ao mesmo tempo em que visam isolar o sujeito de suas convicções passadas.

Embora a instituição desobrigasse o uso de uniformes, outras táticas para a destruição da identidade do indivíduo foram adotadas. Uma delas, a mais óbvia num local como aquele, era a submissão do detento às autoridades carcerárias pela perda de sua liberdade, pois teria que conviver parte do dia num espaço mínimo, o seu cubículo, com cerca de 3m por 2 m. O rigor penitenciário foi narrado num documento clandestino enviado ao exterior pelos presos políticos:

Atualmente nos encontramos na Penitenciária Regional de Linhares e, apesar de estar quase um ano, sem nada ter feito depois de nossa prisão que possa ser qualificado como mal comportamento (o próprio Diretor desta Penitenciária elogia nosso comportamento). Estamos porém submetidos a restrições absurdas que caracterizam um rigor penitenciário do qual estamos excluídos pela própria Lei de Segurança Nacional. Permanecemos trancafiados em celas individuais durante 19 horas diárias, com a proibição de ter fósforos, isqueiros, periódicos, revistas ou rádios dentro das celas. Não podemos receber livros, exceto os de caráter didático. As visitas são dificultadas por inúmeras exigências, não podemos ter contato privado com nossos advogados, etc.²⁶⁰

Além do mais, o preso passa a conviver com situações drásticas que envolvem o seu hábito de higiene pessoal, como os banhos regulados, quando permitidos, ou o tipo de alimentação. O dia-a-dia do preso era controlado por sirenes indicando desde a hora de

²⁶⁰ Na língua original: “Actualmente nos encontramos em la Penitenciaría Regional de Linhares y, pese a estar presos casi un año, sin nada haber hecho después de nuestra prisión que pueda ser calificado como mal comportamiento (el próprio Director de esta Penitenciaría elogia nuestro comportamiento). Estamos todavía sometidos a restricciones absurdas que caracterizan um rigor penitenciário del cual estamos exceptuados por la propia Ley de Seguridad Nacional. Quedamos encerrados en celdas individuales durante 19 horas diarias, con la prohibición de tener fósforos, encendedores, periódicos, revistas o radios dentro de las celdas. No podemos recibir libros, excepto los de carácter didático. Las visitas son dificultadas por innumerables exigências, no podemos tener contacto en privado con nuestros abogados, etc.” COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. Organización de los Estados Americanos. *Informe Anual 1973 – Sección Primera, Parte III Brasil (a)*. IN: <www.cidh.org/annualrep/73sp/sec.1.Brasilia.htm>, em 01 de novembro de 2004. Esse material, pela identificação do conteúdo, baseia-se no *Documento de Linhares* divulgado por um grupo de presos da Penitenciária Regional de Juiz de Fora. Sobre este documento, ver capítulo 4.2.

despertarem, o horário para a higiene pessoal, para a saída dos cubículos, sob a vigilância dos carcereiros, até o momento de dormir, quando a iluminação das celas era apagada. Esse hábito de cronometrar a rotina serviria para impor aos condenados a interiorização da disciplina carcerária contida no processo de submissão do indivíduo aos objetivos funcionais de uma instituição total.

Ao contrário dos que passaram por outros presídios, como o Tiradentes (SP), aqueles que estiveram em Linhares não puderam se organizar para preparar temperos que melhorassem as refeições servidas, pois não possuíam acesso à cozinha. Também eram proibidos de terem em suas celas qualquer material considerado ameaçador, como utensílios para cozinha. Assim, era servida apenas a comida preparada pelos responsáveis da manutenção: “Levava lá um prato, uma coisa horrorosa. No primeiro dia você não come nada. No segundo dia quase nada. No terceiro dia você é obrigado a comer alguma coisa. No quarto dia você está esperando a bóia e não quer saber se tem barata ali dentro”.²⁶¹ Essa, uma história contada entre risos.

Logo que ingressou na Penitenciária de Linhares, Gilney Amorim Viana considerou esta pior do que o presídio de Ilha Grande, onde tinham acesso até à televisão.²⁶² Relembra a censura imposta às correspondências e aos periódicos que chegavam a ler com o controle das informações relevantes - “notícia que interessava a gente, eles recortavam”,²⁶³ - e a permissão da leitura dos classificados de jornais, como forma de distração no isolamento.²⁶⁴ A leitura era controlada, segundo alguns presos que estiveram na Penitenciária entre 1969 e 1971, embora, outros que por lá passaram, em 1972, relembrem do facilitado acesso aos livros na instituição, quando estivessem fora do isolamento.

Os depoimentos de alguns presos que estiveram na penitenciária em 1969, embora submetidos ao que caracterizaram como o treinamento *anti-terrorista*, apontam que sua

²⁶¹ Depoimento de Jubel Barreto.

²⁶² VIANA, G. A. *Gloria*, Mãe de preso político. op. cit., p. 83.

²⁶³ Depoimento de Gilney Amorim Viana.

²⁶⁴ Depoimento de Luiz Flávio Rainho Thomaz Ribeiro.

estadia foi no período de menor repressão carcerária. Quando se tornou efetivamente um presídio político, Linhares era administrada por um ex-padre, que se impressionava com os rumos tomados pela juventude da época, e aproveitava para dialogar com os presos.²⁶⁵

Nos anos seguintes, ocorreu um endurecimento da rotina carcerária com o maior envolvimento do Exército na administração e a mudança dos regulamentos da instituição, que proporcionam, algumas vezes, uma situação insustentável para determinados presos. Porém, o tipo de repressão mais cruel adotado na Penitenciária Regional de Linhares estava associado à dificuldade de acesso, pelos militantes de esquerda, a todas as possibilidades de contato humano, o que seria fundamental para a reestruturação de pessoas que saíam dos traumas sofridos nos interrogatórios, ou que se desestabilizavam com o encarceramento.

Essa lógica acompanha a própria realidade nacional, visto que, ao longo dos primeiros anos da década de 1970, sob o governo Médici, o Brasil vivenciou dentro e fora das prisões o período mais arbitrário do regime militar.

3.1.2. O controle sobre o contato com o exterior

Quando Maria da Glória Amorim Viana Ribeiro foi visitar seu filho pela primeira vez ficou feliz por encontrá-lo bem. Mas até viver o reencontro sofreu várias dificuldades impostas aos familiares e amigos dos presos políticos pela repressão. Segundo suas memórias, as visitas eram controladas e autorizadas pelo Quartel do Exército.²⁶⁶ A Penitenciária Regional de Juiz de Fora possuía então, extremo rigor com as visitas, conforme o relato de Maria da Glória que segue:

*(...) fiquei revoltada: a visita só durava uma hora e a gente não podia tocar nem na ponta dos dedos, porque existiam entre visitantes e visitados grades duplas separando-nos. Os presos ficavam dentro da gaiola que eles chamavam de parlatório, e nós, familiares, ficávamos por fora. E os guardas ficavam tanto dentro como fora do parlatório, vigiando, ouvindo a conversa, e até interferindo. (...)*²⁶⁷

²⁶⁵ Depoimento de Maria José de Carvalho Nahas.

²⁶⁶ VIANA, G. A. *Glória*, Mãe de preso político. op. cit., pp. 82 e 85.

²⁶⁷ *Ibidem*.

O parlatório era formado por telas que impediam o contato entre os presos políticos e suas visitas, ambos monitorados insistentemente por guardas durante o curto período de visitação que lhes era permitido. Antes da separação por telas, as visitas eram em grupo e realizadas numa sala sob a guarda dos agentes estaduais. Durante um tempo não existiu nem mesmo a revista dos produtos entregue pelos familiares aos presos,²⁶⁸ situação que será drasticamente alterada no início dos anos 70.

Instalada em 1970, a cerca que separava os presos dos visitantes foi uma exigência dos funcionários que faziam a repressão na Penitenciária de Linhares, pois eles alegavam que o contato entre os detentos e amigos ou familiares facilitava a passagem de documentos clandestinos. Segundo o diretor do presídio, a inexistência desse recurso repressivo implicava no descumprimento das Normas para o Controle de Presos à Disposição da Justiça (Normas de 3 de Outubro de 1969 da IV Região Militar) que previa a visitação sem “(...) o contato físico entre presos e visitantes”.²⁶⁹

Nem todos os presos políticos que passaram pela Penitenciária de Linhares sofreram a experiência do parlatório. Alguns não vivenciaram esse tipo de cerceamento pelo período em que estiveram na penitenciária, devido à própria reivindicação dos presos políticos para a sua extinção. Outros, porém, mesmo estando em Linhares nesse período, não se recordam do parlatório, contando apenas que as visitas eram monitoradas por policiais militares. Isso poderia indicar uma diferença de tratamento do Exército com a população carcerária de presos políticos segundo o seu grau de periculosidade para o Estado: “eu entrei em cima de uma ala onde ficavam aqueles presos que tinham sido pegos com arma, ou uma coisa assim. Eram os perigosos”.²⁷⁰

²⁶⁸ Depoimento de Angela Maria Pezzuti sobre a ausência de revista da guarda, nos produtos entregues pelas visitas dos presos políticos, durante uma época inicial.

²⁶⁹ Termo de Inquirição de testemunha Walter da Fonseca e Silva (capitão R/1 do Exército – Diretor da Penitenciária regional de Juiz de Fora), p. 37 Processo 32/70 1º volume. 4ª CJM.

²⁷⁰ Depoimento de Guido de Souza Rocha.

Mas, apesar das diferentes experiências dos presos políticos com relação ao tratamento durante a visitação, esse elemento foi utilizado constantemente no presídio como forma de quebrar a organização das esquerdas. Assim, a forma de cerceamento no presídio de Juiz de Fora estará constantemente relacionada ao recebimento de visitas.

Os presos da instituição eram muito prejudicados devido à localização do presídio. A maioria dos que estavam ali detidos não era natural de Juiz de Fora, assim os seus parentes deviam se deslocar de outras cidades.

Além das despesas com a viagem, os parentes de alguns presos políticos vinham a Juiz de Fora sem a perspectiva concreta de realizar o encontro, o que dificultava aqueles que possuíam empregos. Segundo Angela Pezzuti, era necessário toda semana pegar uma ordem de visita, pois não havia uma ordem geral de visita.²⁷¹ Porém, muitos que chegavam à cidade para poder visitar seus familiares encarcerados eram surpreendidos por cortes do dia de visita, sem aviso prévio, devido a punições impostas aos presos políticos pela administração carcerária.²⁷²

Essa medida visava isolar ainda mais o encarcerado do contato com o exterior. Quando presos, os militantes já sofriam com a discriminação por parte de alguns amigos e familiares que, temerosos das conseqüências de serem associados pela ditadura a pessoas consideradas subversivas, se afastavam.²⁷³ Por seu turno, aqueles parentes e amigos que mantiveram a convivência com os presos políticos da Penitenciária de Linhares, sofreram muitas vezes, durante as visitas, as ameaças por assumirem tais comportamentos.

Um preso nos contou que seu pai, um diácono da Igreja Batista, que não andava despido nem mesmo diante dos filhos, foi obrigado a ficar nu perante a guarda de Linhares para uma revista minuciosa, com o intuito de humilhá-lo. Ao encontrar seu filho pela primeira vez, constatou, por sua experiência, o que seria a vida dele no cárcere. “Ele falou

²⁷¹ Depoimento de Angela Maria Pezzuti.

²⁷² Segundo relato de Maria da Glória Amorim Viana esse fato se repetiu diversas vezes. IN: VIANA, G. A. *Glória*, Mãe de preso político. op. cit., passim.

²⁷³ Depoimento de Itamar Bonfatti.

assim: *é que eu senti que esses caras são uns animais.*”. Também a mãe do mesmo preso, ao demonstrar sua desolação, era constantemente agredida pela guarda sob um aspecto moral, pois eles diziam: “Ah! Não soube dar educação. Está chorando por quê?”.²⁷⁴

Assim, quando o detento fosse ter contato com pessoas exteriores à instituição total - ou seja, visitas ou funcionários que não fossem membros da guarda - eram submetidos às revistas semelhantes àquela da entrada. Eram despídos e minuciosamente verificados antes e após os encontros com pessoas oriundas do exterior, como mostra o relato a seguir: “Você primeiro era chamado, tinha que sair do seu cubículo, passar com um guarda, abrir um portão, descer lá embaixo. A polícia subia para poder te dar a “busca”. Aí você descia para o parlatório. Você saía do parlatório, a polícia dava a “busca” de novo.”²⁷⁵

A “busca” da PM passou a ser uma ação rotineira exercida em todas as saídas dos presos. Todos poderiam ser igualmente revistados de maneira minuciosa, ou ter as suas visitas ameaçadas: “E era muito revistado. Lá tinha dentista, não é? Era dentro da penitenciária, mas era lá fora, sabe? Aí eu saía e a gente tinha que estar nu e, na volta, tinha estar nu para entrar outra vez (...). Toda vez que você entrava lá, era desse jeito.”²⁷⁶

O relato descrito acima, sobre a revista pela repressão nos presos políticos que saíam de seus cubículos, apontam algumas diferenças em relação ao acesso ao atendimento dentário, por exemplo, presente num outro depoimento, de um preso que passou pela Penitenciária de Linhares ao final de 1972. Acreditamos que esse direito dado ao preso político foi fruto da reivindicação promovida pelo grupo no interior da penitenciária nos anos anteriores, visto que em 1970 esse tipo de serviço era negado²⁷⁷

Outra dificuldade de contato era entre os presos políticos e seus advogados de defesa nos processos que corriam na Auditoria Militar da IV Região. Esse empecilho no

²⁷⁴ Depoimento de Ricardo Cintra.

²⁷⁵ Depoimento de Gilney Amorim Viana.

²⁷⁶ Depoimento de José Salvati Filho.

²⁷⁷ Conforme declarou Nilo Sérgio de Menezes Macedo. Auto de Qualificação e Interrogatório, 19 de março de 1970, Processo 73/69, 3º volume. 4ª CJM.

acesso aos presos pelos advogados e familiares será uma constante desde 1967. Em abril daquele ano, o Jornal do Brasil noticiava a situação dos presos de Caparaó: “A Anistia Internacional, sediada em Londres, resolve interceder junto às autoridades brasileiras pela libertação do professor Bayard Boiteux, preso incomunicável na Penitenciária de Linhares, em Juiz de Fora”²⁷⁸.

A incomunicabilidade de presos políticos em Linhares chegava a comprometer o andamento dos processos, dando demonstrações claras da intransigência do regime no descumprimento de regras elaboradas por seus próprios condutores. Em março de 1970 foi remetido um ofício ao Juiz Auditor da IV RM, onde o advogado de presos sem contato com o seu defensor solicitava:

*(...) estando os aludidos acusados presos na Penitenciária, sem contato com seu defensor, vem, com a presente, se referir a V. Ex. se dispõe determinar seja solicitado, por ofício, ao dd. Diretor daquele estabelecimento penal, no sentido de em cooperando com a Justiça, consulte SS. os referidos acusados no sentido de fornecerem o nome, com a respectiva qualificação, de duas testemunhas para cada um (...).*²⁷⁹

Nesse sentido, a Penitenciária de Linhares atuava, no intuito de isolar os presos da realidade fora dos muros, adotando uma série de medidas coercitivas, inclusive a dificuldade de comunicação entre eles e seus defensores. A vigilância e perseguição a esses profissionais também foram frequentes. Uma advogada, que possuía relação com um dos detentos, foi citada como ameaça à segurança da instituição, por retirar documentos do local para levar ao partido dos seus clientes.²⁸⁰

No entanto, o período da experiência na prisão de cada preso político significará uma perspectiva da repressão dentro de Linhares, que embora fosse uma realidade naquele

²⁷⁸ JORNAL do Brasil de 12 de abril de 1967. Apud: REBELLO, Gilson. op. cit., p. 86.

²⁷⁹ Cópia de carta remetida ao Juiz Auditor da IV RM pelo advogado de Nilo Sérgio Menezes Macedo, José Raimundo de Oliveira e Antônio Pereira Mattos e anexada ao Processo 73/69, p. 545. 4º volume. (Assinatura ilegível). 4ª CJM.

²⁸⁰ Termo de Inquirição Afonso José Machado (funcionário público estadual da PRJF), p. 55. Processo 32/70, 1º volume. 4ª CJM.

sistema para todos que estavam ali detidos, não foi homogênea. Dessa forma, podemos considerar que várias são as influências externas e internas que contribuem para uma maior ou menor repressão dentro das instituições, especificamente aquelas de reclusão.

3.1.3. Outros personagens: a relação com os carcereiros, PMs e outros presos

A partir de 1970, uma outra medida também passou a ser desenvolvida na Penitenciária visando garantir a segurança do aparelho repressor. Todas as ações relativas a coibir os presos políticos na troca de informações com o exterior seriam monitoradas pela Polícia Militar, que já realizava o controle da área externa do presídio. Isso porque a relação dos presos políticos com a guarda interna, funcionários públicos estaduais concursados, era considerada falha para a repressão.

Os carcereiros eram acusados de colaborar com o bem-estar dos presos políticos em atitudes cotidianas que ameaçariam a segurança interna da penitenciária. Um sargento da Polícia Militar mineira narrou que, durante as refeições, os carcereiros civis chegavam a emprestar facas aos presos políticos.²⁸¹ Tal padrão de comportamento contradiz todas as técnicas repressivas adotadas numa instituição total como uma prisão, pois dependendo do perfil do indivíduo detido, poderia facilitar rebeliões. Porém, é importante ressaltar, não era o tipo de ação a que intentavam os presos políticos.

No entanto, é possível perceber nos relatos dos que passaram por Linhares, mais uma omissão dos carcereiros do que uma relação de cumplicidade com os presos políticos. Ao contrário, alguns revelaram perceber o medo dos agentes carcerários ao lidar com os terroristas, como eram conhecidos no País.²⁸² Por outro lado, aprenderam a conviver com os carcereiros : “você vê que o cara não é nenhum carrasco”,²⁸³ declarou um. Mas, ao mesmo tempo, nem sempre era possível confiar neles como suporte de comunicação, pois

²⁸¹ Termo de Inquirição Edmundo de Paula Gomes (2º sargento PMMG), p. 45. Processo 32/70, 1º volume. 4ª CJM.

²⁸² Depoimento de José Salvati Filho.

²⁸³ Depoimento de Jubel Barreto.

“nós sabíamos que eles não eram agentes do DOI-CODI, da polícia. Mas eles eram muito medrosos também”.²⁸⁴

Os agentes estaduais eram civis, nomeados para exercer a guarda do presídio ainda em 1966,²⁸⁵ sob um contexto diferente daquele que passaram a enfrentar com a mudança da população carcerária. Acreditamos que, embora tenham ingressado numa profissão onde sabiam ter que lidar com prisioneiros, eles não estavam preparados para conviver com os subversivos que a ditadura militar divulgava como terroristas perigosos. Eram pessoas que, no final das contas, acabavam em meio a uma dupla pressão, exercida pela repressão que, exigia severidade no tratamento carcerário, especificamente relativo a esses presos, e o medo daqueles a quem deveriam reprimir.

No entanto, a partir do contato cotidiano com esses indivíduos tidos como ameaçadores, a situação poderia se inverter, pois os presos políticos eram pessoas bem-informadas, articuladas, a maioria deles jovens e estudantes universitários, que talvez, surpreendiam por não possuírem as características esperadas num preso perigoso, como eram apresentados. Nesse sentido, supomos haver uma transformação das relações em certos casos, que chegou até mesmo a quebrar as regras da prisão:

Um dia uma guarda falou assim: “Olha, tem um preso comum aí que falou que é louco para te conhecer, porque ele diz que te conheceu quando criança”. (...) Tinha que montar uma estratégia para esse preso me conhecer. Então a gente combinou que quando eu fosse lavar a roupa, na hora de estender o lençol, a policial ia falar que precisava capinar o calçamento perto, que estava muito cheio de mato. Tinha muita vigia. No alto a guarita. Mas foi muito gozado. (...) Você sabe que esse preso, quando eu saí, e fui embora para a Argélia e depois para Cuba, ele acabou de cumprir a pena e saiu. Ele foi em Muriaé visitar a minha mãe para dar notícia minha!?” (MJCN)

Nesse caso, o contato da carcereira com Maria José Nahas possibilitou a quebra da incomunicabilidade dela com pessoas fora do seu grupo de convivência, ao permitir a conversa com um outro detido na instituição, um preso comum que fazia o serviço da

²⁸⁴ Depoimento de Gilney Amorim Viana.

²⁸⁵ PENITENCIÁRIA de Linhares poderá funcionar logo, *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 04 de janeiro de 1966, Capa, SM/BMMM.

manutenção. Além disso, foi forjada toda uma estratégia entre os três para despistar o próprio setor em que se inseria essa agente policial, a guarda do presídio, que também visava coibir conversas entre esses personagens.

O depoimento acima nos demonstra a falta de sintonia desses agentes penitenciários com a repressão, embora tal característica não deva ser generalizada. Mas esse despreparo ainda gerou momentos que são lembrados com graça nos depoimentos, como o de Jubel Barreto:

A gente chegou a brincar... O Ricardo certa vez perguntou para o carcereiro que horas eram, porque não tinha relógio. Aí o carcereiro falou assim: “Bom, eu estou sem relógio, mas eu já vou ver e vou dizer para o senhor”. (Ricardo responde:) “Pô, não tem pressa que eu não tenho nenhum compromisso hoje não”.(JB)

O interessante aqui é vermos a alienação do funcionário sobre os enfrentamentos da ditadura - fator ressaltado pela repressão ao avaliar a segurança em Linhares -, ao se preocupar em dizer as horas ao preso que lhe indaga pela informação. O despojamento dos objetos pessoais na entrada de uma instituição total representa o meio de promover a quebra da identidade do indivíduo para adequá-lo aos padrões funcionais daquele local. Entre as técnicas das penitenciárias para atingir a esse fim está a perda da noção do tempo pelo indivíduo detido, que possibilitava sua submissão à disciplina carcerária. Ora, se o agente penitenciário se empenha em levar uma informação desse tipo, ele quebra uma das técnicas utilizadas para a “mortificação do eu”.

Alguns presos políticos chegaram a citar pequenos problemas na relação com a guarda interna relacionada a roubos de objetos pessoais,²⁸⁶ mas o tratamento dos carcereiros dado a eles não está associado a momentos mais traumáticos nas memórias da Penitenciária de Linhares. Devemos ressaltar, contudo, que embora houvesse situações que

²⁸⁶ Depoimento José Salvati Filho e Gilney Amorim Viana.

permitissem a quebra das normas disciplinares pelos carcereiros, elas foram uma exceção, visto que até a guarda interna tinha medo do Exército.²⁸⁷

De fato, o serviço da guarda interna passou a ser questionado por todos os setores repressivos que atuavam na penitenciária, por sua ineficácia. Grande debate foi aberto a partir do inquérito instalado para investigar a saída de documentos clandestinos da Penitenciária de Linhares – e que se transformou em processo – quando ocorreu a apreensão de um panfleto intitulado *Até Sempre 3*,²⁸⁸ em 1970. As acusações destacavam o comportamento de alguns presos políticos e passaram a analisar a segurança interna do presídio, principalmente durante as visitas.

Na opinião de um agente da Polícia Militar, que fazia a guarda do presídio no dia da apreensão do documento, outros panfletos e cópias poderiam ter vazado pela ineficiência do sistema. Acreditava no envolvimento de presos comuns no transporte de documentos dos presos políticos e outras formas de passagem destes pelos visitantes, “atribuída principalmente à ausência de revista prévia”.²⁸⁹ O cabo da Polícia Militar que descobriu o documento afirmou em seu depoimento que:

*(...) a sala de visitas é inadapável e somente com a adoção de um parlatório será possível por fim a contatos físicos entre visitas e presos bem como infiltração de documentos (...) os presos por ocasião das visitas adotam atitudes íntimas de carinhos que constroem a própria guarda, o que facilita a passagem de documentos.*²⁹⁰

O processo sobre a saída de documentos clandestinos data de 1970. Com a sua conclusão, as revistas minuciosas dos presos políticos e visitantes, num local denominado “sala de disciplina”, se tornaram rotina e foi então instalado o parlatório. A Polícia Militar

²⁸⁷ Depoimento José Salvati Filho.

²⁸⁸ Processo 32/70. 4ª CJM.

²⁸⁹ Termo de Inquirição de Testemunha José da Silva Mariano Filho, p. 28. Processo 32/70, 1º volume. 4ª CJM.

²⁹⁰ Termo de Inquirição de Testemunha: Iguatemi Menezes Coelho da Silva (cabo PMMG), p. 47. Processo 32/70, 1º volume. 4ª CJM.

seria então a responsável pela revista dos presos devido à desconfiança do comportamento dos carcereiros.²⁹¹

Quando relembram o policiamento realizado por essas outras instâncias, o que surge são diversas ações de coerção associadas até mesmo à tortura psicológica no interior do presídio de Juiz de Fora: “Sempre havia uma tentativa da PM, dada a hostilidade com os presos políticos, de impor um regime mais duro. Havia um certo clima de tensão. O preso percebe isso.”. Segundo Jorge Nahas alguns oficiais da Polícia Militar procuravam impor um tratamento mais duro com relação a eles no presídio, pois achavam que eles estavam tendo “muita moleza”.²⁹²

O contato dos presos políticos e os comuns também foi alvo da preocupação dos agentes da repressão. Eles se encontravam em horas determinadas pela própria rotina da prisão, como durante as refeições. Eram os presos comuns os encarregados de preparar e servir os alimentos. Além do mais, às vezes, prestavam pequenos favores aos militantes de esquerda, como fritar um ovo na cozinha ou esquentar um pouco de leite. Também mantinham a infra-estrutura da penitenciária e realizavam pequenos serviços obrigatórios, como cortar os cabelos dos que lá estivessem detidos. Ao contrário do dia-a-dia regrado dos presos políticos, os que faziam a manutenção possuíam maior liberdade dentro da cadeia, como o acesso à televisão e a possibilidade de deslocamento na instituição.²⁹³

Com a relativa liberdade dos presos comuns - alguns podiam até ir ao centro de Juiz de Fora - os militares ficaram apreensivos quanto à sua utilização, como portadores de documentos clandestinos. No entanto, um guarda interno da penitenciária de Linhares revelou não ser esta uma ameaça, visto “(...) que os presos comuns gozam de tantas regalias, que possivelmente não se sentem tentados a ingressarem num movimento que os

²⁹¹ Depoimento Gilney Amorim Viana.

²⁹² Depoimento de Jorge Raimundo Nahas.

²⁹³ Depoimento de José Salvati Filho, para o estilo de vida dos presos comuns da manutenção.

comprometeria mais com a Justiça.”²⁹⁴. Essa declaração confirma o tipo de opressão a que eram submetidos os presos políticos em Linhares, e a diferença do tratamento carcerário empregado de acordo com o tipo de preso.

3.1.4. Sérios confrontos

Em 1971 os presos políticos fizeram duas greves de fome pela melhoria do tratamento dado a eles na Penitenciária. Entre as reivindicações do primeiro movimento, em março, estava o fim das visitas no parlatório e também da rigidez dos horários estabelecidos pela administração carcerária.

Segundo declarou o juiz auditor da 4ª CJM, Mauro Seixas Telles, num jornal local, as visitas através do alambrado eram necessárias “devido à periculosidade de alguns elementos”.²⁹⁵ O juiz ainda tentou dissolver a unidade do grupo, afirmando que quem desistisse do movimento teria as visitas fora do parlatório garantidas. Portanto, todo o embate, entre a repressão e os presos políticos da Penitenciária Regional de Linhares, visava dissuadi-los de seu comportamento político, que persistia ao reagir à disciplina carcerária.

Isso porque a Penitenciária de Linhares era, segundo relatos, diretamente associada ao DOI-CODI, e já nessa época, administrada por agentes das Forças Armadas. Além disso ocorriam as inspeções freqüentes realizadas pela Polícia do Exército. Dessa forma, Gilney Amorim Viana relembra ter ficado 20% do período em que esteve em Linhares sob punição: “(...) eles faziam uma guerra conosco diária, diária, todo dia. (...) Então era uma luta muito séria”.²⁹⁶

A greve de fome foi um veículo freqüente de protesto, o que alcançava maior repercussão. Nesse tipo de ação, nem todos os presos aderiram e muitos desistiam pelo

²⁹⁴ Termo de Inquirição de Testemunha Geraldo Serapião da Costa (funcionário público estadual da PRJF), p. 73. Processo 32/70, 1º volume. 4ª CJM.

²⁹⁵ “REIVINDICAÇÕES dos presos da Penitenciária”. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 14 e 15 de março de 1971, Capa. SM/BMMM.

²⁹⁶ Depoimento Gilney Amorim Viana.

caminho, por razões de caráter particular, e associadas às ameaças de punições, ou segundo avaliação de um dos grevistas: “Na verdade, eu acho que era um sinal de fraqueza. O ser humano é fraco e ele queria mesmo é comer, que a fome estava aumentando”.²⁹⁷

No entanto, mesmo com essas dificuldades, havia o grupo que mantinha o protesto até o fim. Dentre as manifestações, naquela ocorrida em março de 1971, os presos políticos mantiveram o protesto por 13 dias, mobilizando 42 pessoas, homens e mulheres.²⁹⁸

Durante todo o período, nas prisões políticas da ditadura militar, os militantes de esquerda organizaram greves de fome nos diversos presídios espalhados pelo Brasil como forma de protesto. No entanto, nos anos mais repressivos, a opinião pública muitas vezes desconheceu o protesto dos presos políticos, conforme relembra um deles, a propósito dos acontecimentos de 1971, no presídio de Juiz de Fora:

Nós fizemos muita greve de fome. Então mesmo naquela crise de 71, nós fizemos uma greve de fome total, entendeu? (...) Era uma greve de fome onde só bebíamos água. Era total porque tinha vezes que nós não aceitávamos a comida no cubículo. Tinham coisas desse tipo. Porque eles trancavam a gente, e nós falávamos assim: “nós não comemos. Só aceito que a refeição seja no pátio ou no refeitório”. Então tinha várias modalidades de resistência. E, isso era uma coisa que lá fora ninguém sabia. Era uma briga muito nossa, ali, no terreno deles e na mão deles. Mas era muito importante para nós.(GAV)

Em setembro de 1971, ocorreu uma nova greve de fome, acompanhada do enfrentamento dos presos políticos com a repressão, dessa vez com conseqüências mais sérias. O movimento foi deflagrado quando os detentos reclamaram da falta de carne no “boião”, negando-se a almoçar e exigindo contato com o diretor da penitenciária. A atitude foi interpretada pelo Exército como uma rebelião. O presídio, então, foi cercado pela Polícia Militar e os presos políticos detidos em suas celas, com a ameaça de invasão pelos agentes da repressão. Assim, “temendo pela segurança, eles [os presos políticos]

²⁹⁷ Depoimento de Nilo Sérgio de Menezes Macedo.

²⁹⁸ VIANA, G. A. e CIPRIANO Perly. *Fome de Liberdade*. Vitória, ES: Fundação Ciciliano Abel de Almeida, 1992, p. 37.

arranjaram um jeito de travar as portas de entrada das galerias impedindo o seu acesso aos policiais e guardas.”²⁹⁹

Os acontecimentos se tornaram mais complexos, quando os militantes da esquerda se organizaram para impedir a transferência das mulheres para a Penitenciária Feminina do Horto, em Belo Horizonte. A ala feminina, onde ficavam as presas políticas, muitas delas companheiras e parentas dos rapazes detidos nos outros pavimentos, seria desativada. A transferência teve início sem que elas soubessem sobre o seu destino, o que poderia significar uma ameaça de retorno a uma instituição de interrogatório, o medo permanente dos presos políticos numa instituição de reclusão.

Assim, as celas masculinas foram invadidas pela Polícia Militar, sob comando da Polícia do Exército, que promoveu uma violenta revista dos objetos pessoais dos presos políticos, destruindo seus pertences e livros. Além disso, a ação da Polícia Militar envolveu até espancamento,³⁰⁰ atitude normalmente não associada a uma instituição de reclusão, perceptível na memorialística. As crônicas de uma vítima relatam aquele momento:

*Uma violenta tempestade desabou sobre Linhares no dia 21 de setembro de 1971. E que tempestade! Gritos, latidos de cães amestrados, protestos, ordens, contra-ordens, marche-marche de soldados, andanças, greves-de-fome, black-out, a sirena noturna impertinente, o toque das colheres nas canequinhas, batidas, protestos, canções revolucionárias, abaixo-assinados, corre-corre de funcionários, inquéritos, canções, demissões...*³⁰¹

Segundo a mãe de Gilney Amorim Viana, o que se assistiu a partir desta data foi a instituição do terror no presídio, com alterações no regimento interno visando coibir os presos políticos. O filho relatou em carta: “Instalaram aqui o terror policial fascista sem demagogias, bem ao gosto da Ditadura, e uma das medidas tomadas foi a suspensão das visitas”³⁰².

²⁹⁹VIANA, G.A. *Glória*, Mãe de preso político. op. cit., p. 94.

³⁰⁰ Ibidem.

³⁰¹ Idem. *131D – Linhares*: op. cit., p. 19.

³⁰² Idem. *Glória* Mãe de preso político. op. cit., p. 96.

A repressão adotou medidas que considerava importantes para a manutenção da disciplina na Penitenciária de Juiz de Fora, isolando os presos políticos considerados mais perigosos, relacionados à liderança dos protestos. Era uma postura visando romper a unidade do grupo. Catorze deles foram levados para a antiga ala feminina, e como punição, ficaram trancados nas celas, sem o banho de sol, por dois meses. Além de serem deslocados para um pavimento isolado dos demais, perderam o direito ao “convívio” do grupo, podendo se locomover após a punição somente num pátio isolado.³⁰³

Nas celas da ala “C”, onde antes ficavam suas companheiras, os presos tidos como perigosos passaram a viver a maior parte do tempo trancafiados e expostos a punições: “Aí nós tivemos uma convivência diferente. Nós éramos isolados (...) Então nós lá na galeria feminina levamos um tempo bom sem encontrar com o pessoal das outras galerias, né?”³⁰⁴ Alguns permaneceram lá até a saída de Linhares.

Outro embate violento na penitenciária foi desencadeado por Nilo Sérgio de Menezes Macedo, numa iniciativa de caráter individual, em protesto contra a administração carcerária, que se negava a fornecer-lhe os remédios de que precisava para o seu tratamento de saúde - um problema no ouvido -, levados por sua família, tornando insuportável suas condições físicas e psicológicas dentro de Linhares:

Eu comecei a ficar desesperado porque eles começaram a me pressionar. Não davam remédio para eu dormir. Às vezes, demoravam. Uma insônia tremenda por causa desse problema. Claro que essa coisa estava me afetando psicologicamente! Estava. Mas eu estava consciente de tudo que eu estava fazendo. Eu falei: “Vou forçar uma barra aqui dentro”. (...) Eu falei: “Ah! Eu vou começar a protestar aqui dentro.”. Sabe aquelas coisas de comida? Eu peguei aquelas tábuas de comida e joguei tudo para cima. Joguei tudo no chão. “Vou começar o meu protesto aqui”. Comecei a protestar assim, eu falava que não queria entrar na cela no horário certo. Fiz coisas bárbaras. Eu não sei como não me mataram lá dentro. Aí, peguei nesse dia (faz um som de explosão), joguei comida no chão. Que eles não estavam querendo me dar o remédio e me levar para tratamento. O pessoal do coletivo (de presos políticos), eles não estavam podendo fazer mais nada. Eles fizeram até greve de fome. E uma das reivindicações era me levar para tratamento no hospital, pelo problema do ouvido.(...)(NSMM)

³⁰³ Idem. A. 131D – Linhares. op. cit, p. 21.

³⁰⁴ Depoimento de Gilney Amorim Viana.

Com essa reação, imediatamente os policiais militares foram mobilizados para o refeitório, enquanto soavam as sirenes do presídio. Os presos políticos foram todos reunidos num canto pela PM, que invadiu o refeitório armada “com aqueles capacetes, cacetete, fuzil, baioneta!”, juntamente com o diretor do presídio, que na época já era um integrante da Polícia do Exército. Ao ser indagado porque havia feito aquilo, Nilo Sérgio respondeu tratar-se um protesto: “ Além de vocês não me levarem para o hospital, para eu tratar disso, não estão me dando remédio aqui dentro da prisão para eu dormir, para eu descansar, para eu relaxar. Estão fazendo uma guerra comigo aqui.”. Foi quando o diretor ordenou sua ida para o castigo, no isolamento, e o agrediu pelas costas com um soco. Ao presenciarem a reação do diretor da Penitenciária de Linhares, contra o preso que fez o alvoroço no refeitório, outros companheiros procuraram interferir:

(...)E quando os prisioneiros viram o diretor me agredir pessoalmente, eles tentaram se aproximar. E o pessoal com as baionetas não deixou. Um refeitório imenso. Grande! Uma coisa perigosa, podia ter dado um problema, morrer gente ali. Eu fui para o castigo, e os políticos ficaram muito revoltados. Não tinha motivo para me agredir porque quando ele falou “Vai para o castigo”, eu fui subir. Os prisioneiros ficaram lá nas galerias soltos, e começaram a ir para as grades. O diretor foi lá conversar com eles, e eles: “Eu protesto contra a agressão ao companheiro Nilo Sérgio, o companheiro André”. “Então vai para o castigo também”. Foi um por um. Chegava o diretor: “Vamos protestar contra aquela agressão que o sr. fez. Não era necessário o sr. fazer aquilo”. “Ah, é? Está protestando? Vai para o castigo também.”. Foi protestando, foi levando, todo mundo para o castigo. (NSMM)

Em seus escritos posteriores, com a revisão do depoimento que nos prestou, Guido Rocha recordou o acontecimento do refeitório com Nilo Sérgio, embora não o identificasse pelo nome. Segundo narrou, os presos foram levados todos de volta para as celas e obrigados a permanecer em jejum naquele dia: “De dentro da minha cela, falei alto, para que todos me ouvissem, que aquela não era uma atitude digna de um prisioneiro político”, reprovando a ação intempestiva de seu companheiro de prisão.

O tipo de retaliação empregado pela administração carcerária contra os presos políticos converge nos relatos de Gilney Amorim Viana e de Nilo Sérgio de Menezes Macedo. Em ambas as situações, houve um número de presos isolados e trancafiados, que protestaram com a greve de fome. Também é comum nos depoimentos o local onde se deu o confronto que deflagrou a invasão do presídio pela PM, o refeitório, quando o grupo se reunia.

Nilo Sérgio, quando perguntado sobre a invasão da Penitenciária de Linhares, em setembro de 1971, pela Polícia Militar, disse que esta invasão refere-se justamente ao caso que nos relatara. Por outro lado, Gilney Amorim Viana não se refere ao confronto do colega no refeitório. Se por um lado essas indicações nos apontam para relatos de casos diferentes, a perspectiva daquele entrevistado nos faz pensar o contrário, pelo teor de sua declaração e pelo fato dele estar em Linhares na data já citada.

Devemos lembrar que a construção da memória de um grupo, por meio dos depoimentos pessoais, ocorre segundo pontos de vista, sobre determinada situação dentro de um contexto específico, visto que o relato memorialístico é uma interpretação da realidade pela testemunha.³⁰⁵ Nesse sentido, não fica esclarecido se os fatos relatados são a mesma situação, apresentada sob diversos enfoques pelos depoentes, ou se, ao contrário, cada um dos dois entrevistados apenas enfatizou os acontecimentos que protagonizou.

O mais importante em nossa opinião, é destacarmos a tática repressiva adotada pela administração carcerária, quando ela é realizada por um agente do Exército, e que se reflete na falta de diálogo entre os presos e em medidas de punição que visam dissolver a união do grupo a que reprimem. Mesmo que a atitude de Nilo Sérgio tenha sido vista como exagerada, e até mesmo reprovada por outros presos, ela foi o desfecho de um embate, na medida em que o preso não recebia os remédios, em sua opinião, como castigo por uma tentativa de fuga no Rio de Janeiro. No outro relato, de Gilney Amorim Viana, a sua

³⁰⁵ PORTELLI, A. A Filosofia e os fatos. op. cit., p. 67.

punição tornou insustentável sua estadia na prisão, visto que um grupo de presos passou a ser visado com mais frequência e intolerância pela direção de Linhares.

Os presos políticos que estiveram no presídio de Juiz de Fora a partir de 1971, mesmo sem o contato com o grupo isolado pela repressão, recordam esses fatos pelas conversas durante o convívio. Para um, em suas memórias, essa divisão na Penitenciária era determinada pelo grau de periculosidade dos presos,³⁰⁶ o que acabou ocorrendo muitas vezes. Um outro citou o fato, ao lembrar sua experiência em Linhares: “Quando eu cheguei já tinha ocorrido muita coisa. Tinha havido rebelião. (...). Depois colocaram um pessoal separado. Achavam mais perigosos, não é? (...) Eu ouvi dizer que, na época dessas manifestações, até pegar o pessoal e tentar tortura pegaram”.³⁰⁷

Nesse sentido, reforçamos que na Penitenciária de Linhares, os presos sofreram a repressão em diferentes graus, de acordo com algumas variáveis tratadas aqui: o período da ditadura, o perfil repressor da administração carcerária e o nível de periculosidade do preso para a repressão. Em comum a todos, a submissão às regras de uma instituição total que visava enquadrar os subversivos, seres desviantes da conduta social esperada durante a ditadura militar, para adequá-los ao sistema.

Mas o que seria disciplinar um militante de esquerda para reconduzi-lo à sociedade? Os presos políticos do Presídio de Tiradentes em São Paulo foram surpreendidos com a atitude de alguns ex-companheiros que foram à televisão em horário nobre se declararem arrependidos pelos atos praticados na luta armada.³⁰⁸ No entanto, o processo poderia ser mais atribuído à dificuldade deles resistir às torturas e ao cotidiano da prisão, do que aos efeitos de uma proposta que se pretendia ser sócio-educativa ou bem intencionada.

³⁰⁶ Depoimento de Luiz Flávio Rainho Thomaz Ribeiro.

³⁰⁷ Depoimento de José Salvati Filho.

³⁰⁸ FREIRE, A.; ALMADA, I.; PONCE, J.A.G. (Orgs.). op. cit., passim.

O preso político vive na prisão o embate com a repressão. Visto que qualquer atitude de acordo com as normas dos setores que regulam a instituição, pode ser interpretada como “colaboração com o inimigo”,³⁰⁹ também sofre o contínuo dilema sobre os efeitos de suas ações. Esse processo advém de atitudes inconscientes como o gestual ou um depoimento, durante os interrogatórios, que podem ser utilizados pela repressão como forma de cooperação.

Conscientes disto, aqueles militantes de esquerda dispostos a manter a luta contra a ditadura militar mesmo no cárcere, adotam posturas de contestação àquela disciplina carcerária a que estavam submetidos, marcam suas posições de presos políticos através de ações que reforçam o embate com a repressão, e que não se dilui no interior das prisões.

3.2. A organização dos presos políticos

Quando ingressa numa instituição total, o preso imediatamente sofre as técnicas inicialmente empregadas para abalar seu comportamento psicológico, como a revista minuciosa nos corpos, o despojamento de objetos pessoais, e o isolamento. Porém, fruto da organização dos presos políticos, a entrada de um militante de esquerda será permeada por ações que funcionarão como estímulo para levantar o moral dos companheiros, quebrando as técnicas disciplinares da rotina carcerária da penitenciária e rompendo o isolamento com as trocas de informações, elemento que trataremos mais detidamente no momento oportuno.

Assim, a entrada no presídio de Linhares é marcante, na memorialística, pela disputa entre as ações adotadas pelos presos políticos para se sobrepor às técnicas de submissão do indivíduo às regras penitenciárias. O depoimento de Luiz Flávio Rainho é exemplar:

³⁰⁹ GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. op. cit., p. 154.

Eles me deixaram, se não me engano, dez dias incomunicável. Você fica arrasado. É para você entrar mesmo em depressão. A gente ali naquela situação. Na hora que o cara tranca a porta da cela, bota o cadeado e vai embora, desaba o seu mundo! Até porque nós não sabíamos se íamos sair vivos dali. E aí ocorreu aquilo! (...) Os outros presos tinham um correio interno e ficavam sabendo quando entrava preso novo. Não sei como, mas eles ficavam sabendo. Era quando começava a entardecer. E aí eles cantavam. (emoção) E a principal canção era a “Internacional”. (...) O pessoal começava a cantar essas músicas em todas as alas. É um negócio que só quem viu e sentiu é que pode dimensionar. É um negócio indescritível, não existem palavras para traduzir isso.(LFRTR)

Essa ação, praticada pelos presos em todos os presídios políticos, tinha justamente essa intenção de emocionar o ingresso, buscando quebrar os métodos do rigor carcerário de dominação, a partir de uma identificação com o grupo. É a expressão inicial da solidariedade, que irá marcar todo o comportamento dos presos políticos, objetivamente organizado e administrado por eles.

Ocorre, a partir de então, a identificação com o grupo dos presos políticos e a percepção da capacidade de travar a luta contra o regime dentro do cárcere quebrando as táticas disciplinares e de destruição típicas de uma penitenciária. A construção de uma identidade é assegurada por uma ideologia, que contribui para a “solidariedade ligando identidades comuns em vida, ação e criação conjuntas”.³¹⁰

Cabe ressaltar que o termo preso político é utilizado nos relatos memorialísticos de forma coesa. Detidos, segundo a repressão, por crimes de subversão, os militantes de esquerda assumem para si essa identidade política e passam a reivindicá-la junto à administração carcerária das instituições repressivas do regime militar.

São comuns os casos da exigência do grupo, em diversos presídios do País, para permanecerem juntos, em contraposição à prática de diversas instituições de reclusão em mesclar os presos comuns com os políticos. Na Penitenciária Regional de Linhares essa iniciativa de misturar os detentos não foi freqüente, ficando os presos comuns detidos no

³¹⁰ OLIVEIRA, R. C. op. cit., p. 06.

pavilhão “A” da instituição, enquanto os políticos ocuparam as demais dependências do presídio.

No entanto, ocorreram algumas exceções. José Salvati, quando levado para cumprir pena em Linhares, foi colocado na ala dos comuns. Essa situação foi propiciada por um tio, vizinho do diretor da Penitenciária Regional de Juiz de Fora, visando o bem-estar do sobrinho. Isso porque, segundo relatou, a ala “A” do presídio “era um negócio mais aberto”, onde havia televisão e os carcereiros prestavam pequenos serviços pessoais aos presos em troca de dinheiro. Mas o sobrinho negou o privilégio proposto por seu tio e exigiu ser transferido para um pavimento juntamente com o seu grupo: “Eu não aceitei. Eu não aceitei porque eu queria ir pra onde estavam os presos políticos”, conta.³¹¹

Esse tipo de comportamento é comum nos relatos memorialísticos de todas as prisões dessa espécie. Essa postura comanda as ações dos militantes de esquerda enquanto grupo em contraposição ao sistema carcerário. A construção de identidades políticas nasce em oposição a algum paradigma. É a “identidade contrastiva”, que se origina da oposição, segundo a qual o grupo se identifica em contraposição ao outro.³¹²

Enquanto grupo organizado, os presos políticos assumem posturas expressas em variados comportamentos, que são elementos constituintes da identidade do grupo a que pertencem, refletindo uma cultura política, segundo a definição de Serge Bernstein:

*(...) pelo discurso, o argumentário, o gestual, descobrir as raízes e as filiações dos indivíduos, restituí-las à coerência dos seus comportamentos graças à descoberta das suas motivações (...) /e, assim/ estabelecer uma lógica a partir de uma reunião de parâmetros solidários, que respeitam ao homem por uma adesão profunda (...).*³¹³

Os valores individuais diferem segundo o perfil sócio-econômico e o grupo a que pertencem.³¹⁴ Mas as culturas políticas são, principalmente, representações historicamente constituídas e fortemente ligadas à cultura global de uma sociedade, na medida que

³¹¹ Depoimento de José Salvati Filho.

³¹² OLIVEIRA, R. C. op. cit., p. 05.

³¹³ BERNSTEIN, S. op. cit., p. 362.

³¹⁴ RIVIERE, Claude. *As liturgias políticas*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1989, p. 173.

intentam a solução para os problemas desta. Estão de acordo com as práticas e os valores sociais, mesmo que se constituam enquanto oposição às instituições vigentes. Seus detentores seguem uma “leitura comum e normativa do passado histórico com conotação positiva ou negativa (...)” expressos em “um discurso codificado em que o vocabulário utilizado, as palavras-chave, as fórmulas repetitivas são portadoras de significação, enquanto ritos e símbolos desempenham (...) o mesmo papel significante”.³¹⁵

Nesse sentido, os detentos que entraram na Penitenciária de Linhares por motivos políticos possuem a identificação de pertencer ao grupo dos presos políticos, segundo uma série de traços que os caracterizam, a começar pelo tipo de “crime” pelo qual são acusados pela repressão. E adotam posturas que irão reforçar as características do grupo ao qual pertencem na instituição.

As prisões políticas foram marcadas pelas iniciativas de solidariedade na administração dos bens materiais e das possibilidades de sobrevivência dentro das instituições de reclusão, que garantiram um mínimo de dignidade aos detentos, mas também pela disciplina entre os militantes. Esses elementos foram as características fundamentais do coletivo, a organização de presos políticos nos presídios e penitenciárias brasileiros.

3.2.1. A formação do coletivo de presos políticos

A organização dos militantes de esquerda nas instituições repressivas do regime militar será possibilitada principalmente pela ação do coletivo. Segundo definição do livro *Tiradentes: um presídio da ditadura*, o termo se refere à “organização dos presos políticos por cela, pavilhão, ala ou presídio”.³¹⁶ Dessa maneira, com esta reunião, eles buscavam formas de contornar as adversidades impostas pelo sistema a que estavam sujeitos. Segundo Jessie Jane Vieira, que passou nove anos no presídio Talavera Bruce (RJ):

³¹⁵ BERNSTEIN, S. op. cit., pp. 350-353.

³¹⁶ FREIRE, A.; ALMADA, I.; PONCE, J. A. G. op. cit., p. 507.

*Entramos em contato com o que esses aparelhos repressivos tinham de mais perverso, que é a destruição do ser humano. Não basta prender, não basta humilhar. Tem de destruir a pessoa. Por isso, precisávamos construir um coletivo. Quando se está enfrentando um inimigo dessa proporção, tem de haver organização para garantir a sobrevivência.*³¹⁷

Essa organização, típica às prisões políticas de toda espécie, não se restringiu às instituições de reclusão do regime militar. Em outras prisões, como as instituições de interrogatório, também houve o agrupamento dos presos visando enfrentar - dentro do possível - as dificuldades impostas por aqueles locais. Foi essa a experiência de coletivo que marcou as lembranças de um dos detentos em Linhares quando, preso no DEOPS paulista, pode compartilhar os alimentos de seus companheiros de cela, que eram deixados para ser entregues pelas famílias de outros presos, visto que os seus parentes desconheciam o seu paradeiro.

Durante uma de suas passagens por esse centro de torturas, José Salvati presenciou o martírio de Eduardo Collen Leite, o Bacuri, torturado por 109 dias.³¹⁸ Antes de ser levado para um centro clandestino de torturas, onde foi eliminado, Bacuri esteve numa cela daquela instituição paulista chamada de “fundão”, que era do conhecimento dos presos ser destinada àqueles comuns que seriam eliminados pela polícia na briga pelo poder no tráfico de drogas. Segundo relata, essas mortes eram tratadas no jornal como consequência de brigas de quadrilha nas ruas mas, “num desses dias veio (publicado) que o Bacuri morreu em tiroteio com a polícia. E o Bacuri estava lá! No fundão.”. Sabendo da perspectiva de morte do companheiro, os presos do DEOPS passaram a se organizar em plantões para vigiar a retirada de Eduardo Leite: “A noite que o levaram era a noite que a minha cela estava de plantão. (...) Aí todo mundo acordou, e começou a gritar chamando eles de assassinos”.³¹⁹

³¹⁷ VIEIRA, J. J. op. cit., p. 56.

³¹⁸ Detalhes da tortura fornecidos por MIRANDA, N. & TIBÚRCIO, C. op. cit., pp. 56-58.

³¹⁹ Depoimento José Salvati Filho.

No entanto observamos, a partir da memorialística, que nas instituições de reclusão as ações do coletivo assumiram um vulto mais abrangente, possibilitado pela oportunidade de comunicação com o exterior, no momento em que passaram a receber visitas com maior frequência, e com a estabilidade do processo prisional. No caso de instituições de interrogatório, os presos passaram grande parte do tempo incomunicáveis, sendo muitas vezes o próprio paradeiro desconhecido pelos familiares e, quando possível o contato, era extremamente vigiado.

No Rio de Janeiro, por exemplo, quando Angela Pezzuti conseguiu a confirmação de que seus parentes estavam no quartel da Vila Militar - pois antes somente era informada pelos oficiais de que eles estavam em diligência apesar das outras visitas avisarem que estavam lá sendo torturados - impressionou-se com o forte esquema de intimidação. Ela e outros familiares ficavam cercados por soldados com metralhadoras durante a visitação, mas aproveitavam para tentar alimentar os parentes que estavam passando fome na PE: “(...) a gente se encontrava na rodoviária do Rio e comprava lá na rodoviária mesmo ovo cozido, punha dentro da bolsa. Enquanto a gente estava na visita, punha nas bocas dos presos.”³²⁰

Assim, apesar da freqüente iniciativa dos militantes de esquerda para a organização de presos políticos, ela será diferenciada de acordo com o estágio da prisão e o local onde se encontram detidos. Porém, é importante observar, a partir da análise da experiência do coletivo na Penitenciária Regional de Linhares, que a estrutura da instituição repressiva também irá influenciar no tipo de organização dos presos políticos, mesmo quando já estivessem em locais para a reclusão. Assim, quando estiveram dispostos em celas comuns, que permaneciam abertas, possibilitando a circulação nos pavilhões dos presídios, o coletivo foi minuciosamente organizado até como forma de garantir o convívio do grupo.

³²⁰ Depoimento de Angela Maria Pezzuti.

Quando chegaram à Penitenciária de Linhares, os presos políticos depararam-se com as celas individuais, onde permaneceriam aparentemente isolados dos demais. O convívio com os outros só ocorria quando desciam para o pátio e podiam, então, estar em grupo. A medida, possivelmente idealizada visando impedir o contato permanente entre detentos, era a princípio estranhada pelos ingressos: “Quando cheguei na penitenciária teve uma coisa que, de início, eu fiquei chocada, mas depois eu vi que era uma boa, que eram as celas individuais.”³²¹

A reação que visava dissolver a organização dos presos a partir de um aproveitamento técnico da distribuição do espaço, conforme teorizou Michel Foucault sobre as técnicas disciplinares, acabava por possibilitar ao preso resguardar a sua privacidade, amenizando o desgaste das relações com o cotidiano da prisão. As celas puderam, então, assumir as características pessoais de cada um, que seriam freqüentemente anuladas na convivência do coletivo, onde se visava o bem-estar do grupo. Assim, os cubículos individuais de Linhares possibilitaram aos militantes de esquerda um espaço para expressarem a sua individualidade, ao contrário de locais onde partilharam as celas coletivas, organizando os seus “mocós”.³²² O depoimento de Jorge Nahas é ilustrativo: “Hoje eu acho que preservava um certo espaço seu mesmo na prisão. Depois de um certo tempo começamos a fazer das celas mais um espaço para a sua individualidade. Então a cela era mais limpa, menos limpa, tinha lá as características de cada um.”³²³

Guido Rocha impressionou-se com a cela de um companheiro toda decorada com borboletas, possibilitada também pela rica fauna que circundava Linhares. E seu próprio cubículo adquiriu traços de sua personalidade, tendo sido chamada por ele de cela Luiz

³²¹ Depoimento de Maria José de Carvalho Nahas.

³²² O termo designa um espaço dentro da cela: “Conjunto formado por beliche, pequenas prateleiras feitas geralmente de tábuas de caixote, papelão ou papel machê, onde cada preso guarda seus pertences individuais. (...)”. IN: FREIRE, A.; ALMADA, I.; PONCE, J.A.G. op. cit., p. 513.

³²³ Depoimento de Jorge Raimundo Nahas.

Eduardo Merlino. Era uma homenagem ao companheiro de cela torturado na OBAN, cuja morte Guido Rocha foi testemunha.³²⁴

Mas, em instituições que mantêm os presos trancafiados em celas individuais, é importante notar as peculiaridades da sua constituição. Os presos da Penitenciária de Linhares, mesmo quando liberados do isolamento, não participavam do convívio integral durante todo o tempo. A rotina carcerária do presídio determinava aos presos ficarem reclusos em seus cubículos, com o tempo para o convívio limitado ao pátio, no banho de sol, ou durante as refeições realizadas no refeitório da prisão.

Somente a título de ilustração, o relato de Emiliano José e de seus companheiros da Penitenciária Lemos de Brito (BA) reflete essa diferença, sobre o cotidiano da prisão na formação do coletivo. Até 1971, seus companheiros e ele permaneciam a maior parte do tempo em suas celas individuais, como as do presídio de Juiz de Fora. Mas, quando essas foram abertas houve “(...) a possibilidade da constituição de um coletivo organizado (...)” pois os presos tiveram que se “(...) organizar mais para enfrentar a nova situação (...)”.³²⁵

Isso não significa a ausência do coletivo de presos políticos na Penitenciária Regional de Linhares. Este não somente existiu, como também propiciou diversas atividades que aparecem nos testemunhos dos que por lá passaram. Observamos que ele apenas possuía características diferentes das organizações em lugares como o Presídio Tiradentes (SP), Presídio de Ahú (PR) ou presídio de Ilha Grande (RJ), por exemplo só para citar alguns, devido às regras estabelecidas pela administração carcerária.

Esse período fora das celas, segundo a maioria dos relatos, ocorria após o café da manhã, quando as celas eram abertas para a saída dos presos, que somente retornariam após o jantar, no final do dia. Segundo as memórias de Ricardo Cintra,³²⁶ aquele que não saísse, quando seu cubículo fosse aberto pela guarda, deveria permanecer todo o dia no

³²⁴ Depoimento de Guido de Souza Rocha. Ver ilustração da cela em Anexos. Para o nome dado a cela ver: MIRANDA, N.; TIBÚRCIO, C. op. cit., p. 514.

³²⁵ JOSÉ, E. *Galeria F: lembranças do mar cinzento*. São Paulo: Casamar, 2000. (Segunda Parte), pp. 26-27.

³²⁶ Depoimento de Ricardo Fontes Cintra.

interior da cela. No entanto, não são raros as narrativas sobre punições, quando alguns, ou todo o grupo eram trancafiados por dias, sem poder participar do convívio.

Mas era justamente no momento do encontro no pátio ou refeitório da penitenciária, que os presos políticos aproveitavam para realizar as reuniões do coletivo, para o desgosto da repressão. Segundo Nilo Sérgio, a imagem das assembléias marcou suas lembranças: “Se eu tivesse uma máquina fotográfica ali ia ser sensacional, porque tem assembléia de cem pessoas, cento e vinte, cento e cinquenta. Então, era tudo aprovado em assembléia no pátio”.³²⁷ Esse tipo de comportamento era similar em outras instituições para a reclusão da ditadura que possuíam a mesma espécie de regimento da Penitenciária de Linhares.

O coletivo na penitenciária de Juiz de Fora chegou a ser detectada por agentes da repressão, que o descreveram com detalhes em depoimentos dados na Auditoria Militar da 4ª CJM. Segundo um policial militar que atuava na instituição, os guardas internos relatavam aos outros agentes da repressão sobre a organização dos presos políticos em 1969 e 1970.

Estes se subdividiam em grupos de oito prisioneiros chefiados por um dos integrantes, que se responsabilizava por administrar os bens materiais coletivizados. Eram denominados de “células” e organizados por um “coletivo central”, que nos horários do convívio dos presos comandava os grupos. Havia ainda uma cela denominada “coletivo” onde eram guardados os alimentos levados pelos familiares e amigos dos presos, para a sua divisão entre todos os que participavam das “células”.³²⁸

Essa constituição no interior das prisões tinha por objetivo administrar os escassos bens materiais adquiridos e reivindicar melhores condições junto à administração carcerária ou setores sociais que prestavam atendimento aos detentos. Mas o coletivo também realizava ações de conteúdo político contra a ditadura, quando necessárias: “Você

³²⁷ Depoimento de Nilo Sérgio de Menezes Macedo.

³²⁸ Termo de Inquirição de Testemunha Edmundo de Paula Gomes 2º sargento PMMG. Processo 32/70, pp. 44 e 46, 1º volume. 4ª CJM.

tem que levar em conta que nós éramos organizados, o coletivo de presos políticos. E éramos organizados às vezes até militarmente lá dentro. Então nós tínhamos uma forma de auto-defesa também, não é?”, sentenciou Gilney Amorim Viana.³²⁹

O coletivo da Penitenciária de Linhares era composto pela direção e pelos encarregados que realizavam variadas tarefas. A direção convocava as reuniões sempre que uma nova situação devesse ser debatida em conjunto. Mas Gilney Amorim Viana relatou que essas atividades foram diferentes ao longo do período, de acordo com as necessidades impostas na prisão.

No entanto, a formação geral está associada a uma cela onde eram guardados todos os alimentos, recebidos pelos presos durante as visitas, que seriam distribuídos eqüitativamente nas refeições:

Mas o mais importante que tinha em Linhares, no meu modo de ver, que eu chamei, que ali era a República Comunista de Linhares. Porque é o seguinte: ninguém trabalhava, os presos comuns faziam a nossa comida, e toda a comida que chegava via visitantes e parentes de presos políticos era distribuída igualmente entre todo mundo. Então eu criei até uma expressão: República Comunista de Linhares, que era isso. Era uma sociedade utópica onde ninguém trabalhava e não podia trabalhar, e toda a comida era distribuída, inclusive o cigarro. E tocou a eu ser o encarregado de organizar essa dispensa, essa cooperativa que distribuía as coisas.(MAAM)

O que observamos, a partir desse depoimento, aliado a outros relatos sobre essa experiência, é a capacidade de reprodução, por esses militantes de esquerda, na prisão, dos ideais defendidos, nas ruas, para a sociedade. A idéia do “homem novo”, numa estrutura onde haveria a socialização dos bens materiais, passa a ser empregada, tentativamente, no interior das instituições repressivas, como forma de amainar as dificuldades impostas pelas diferenças entre a população carcerária. Dessa maneira, a coletivização de gêneros alimentícios, por exemplo, bem como das decisões com relação às reivindicações junto à administração carcerária para o bem-estar do grupo, implica a tentativa de tornar o local

³²⁹ Depoimento de Gilney Amorim Viana.

mais suportável para todos os detentos, seguindo os propósitos que os militantes de esquerda defendiam antes da prisão.

O papel do coletivo, portanto, foi muito importante, ao organizar as condições mínimas de sobrevivência na penitenciária. Além da administração dos bens materiais e debates políticos, o coletivo também organizou bibliotecas e pequenas farmácias, com medicamentos de primeira necessidade, oficinas de artesanato e cursinhos, que muitas vezes foram acessíveis aos presos comuns, encarregados da manutenção. Na Penitenciária Regional de Juiz de Fora eram promovidos, ainda, outros meios para a convivência do grupo, como os campeonatos de vôlei ou de xadrez. Esses momentos de interação são lembrados com saudades pelos presos:

Finalmente apareceu o meu advogado trazendo o alvará de soltura. Já tinha acontecido antes, mas sempre tinha desandado com a prisão preventiva. Mas dessa vez deu certo, não é? E eu fiquei chateado. Não queria sair naquele dia porque no dia seguinte a gente ia ter uma partida decisiva no campeonato de vôlei. (risos) E eu falei: “Pô! Não vamos esperar mais um dia?”(JA)

O depoente vale-se de uma brincadeira - dizendo que pretendia ficar mais um dia na prisão, de modo a não perder uma partida do campeonato de vôlei em que participava - para exemplificar como também pôde viver alguns bons momentos, enquanto esteve na Penitenciária de Linhares. Esse relato demonstra a importância da promoção de atividades desse tipo para a interação do grupo, o que era uma das preocupações do coletivo.

Devido à capacidade de organização desse tipo de população carcerária, a inexistência de instrumentos para a realização das atividades lúdicas era contornada com a confecção de produtos. As redes para os campeonatos de vôlei eram tecidas com barbantes e as bolas eram confeccionadas pelos próprios presos, segundo lembrou uma presa política. Ela chegou a ser presenteada com uma raquete de bambu, feita pelos guerrilheiros de Caparaó remanescentes, quando na sua chegada: “É aquela coisa mesmo, de ir passando de

uma geração para outra”. Mas o presente foi confiscado numa revista pelos policiais: “Estava escrito assim: Guerrilha de Caparaó. (risos) O cara deu um ataque: *Guerrilha! Guerrilha!*”³³⁰

Com relação ao acesso à informação pública que circulava fora dos muros da Penitenciária, a organização do coletivo também foi muito importante. Existia na Penitenciária uma sala de leitura onde os detentos possuíam acesso a algum material, coletado pelos primeiros presos políticos que estiveram na instituição. Após reivindicação, os detentos de Linhares puderam assinar o *Jornal do Brasil* e acompanhar as ações da polícia política contra seus companheiros militantes. Foi assim que Angelo Pezzuti descobriu que sua namorada foi presa, com a notícia e sua foto publicadas.³³¹

As notícias lidas eram marcadas, recortadas e debatidas entre os presos políticos. Mas em algumas ocasiões o material foi censurado. O jornal foi entregue com partes recortadas, ou até mesmo não circulou, quando aconteceu algo importante para a repressão, como na morte de Carlos Marighella. Algumas vezes as notícias vinham pelas entrelinhas, quando a informação, incompreensível para muitos, era captada pelos presos que estavam associados ao contexto da repressão: “Eu me lembro que um dia a gente estava lendo, saiu uma notícia sem pé, sem cabeça. (...) Eu falei: *Gente! Isso aí é uma ação militar. Prenderam alguém.*” A notícia - Maria José Nahas e seus companheiros foram saber somente após a saída de Linhares - tratava da prisão de Maria do Carmo e Juarez de Brito, quando este morreu.³³²

Com ações junto aos familiares, foi possível aos presos até solicitar um aparelho de televisão para acompanhar a Copa do Mundo de 1970, emprestado à mãe de um preso político pela loja *B-Moreira*.³³³ No entanto, a organização possibilitava também o acesso a

³³⁰ Depoimento de Maria José de Carvalho Nahas.

³³¹ Depoimento de Angela Maria Pezzuti.

³³² Depoimentos de Gilney Amorim Viana, para partes recortadas, e Maria José de Carvalho Nahas para o resto.

³³³ Depoimento de Marco Antônio de Azevedo Meyer.

livros. Segundo alguns, visando um aspecto de legalidade, a repressão aceitava na biblioteca da Penitenciária de Linhares muitos livros proibidos fora dos muros da instituição. Segundo as memórias destes presos, os títulos com permissão para circularem nas livrarias podiam ser adquiridos pela administração carcerária, independentemente do conteúdo. Assim, enquanto a polícia política destruía até livros com a capa vermelha nas casas de militantes de esquerda, alguns no presídio em Juiz Fora puderam ler variadas obras.³³⁴

Outros testemunhos não acatam o acesso à leitura como associada à concessão pela administração, mas sim à organização dos próprios presos políticos, que conseguiam “infiltrar alguns livros”. O material era contrabandeado por parentes ou com a ajuda de um agente penitenciário que possuía a fraqueza pelo álcool, tornando-se útil para os presos. “E a gente dava um ticket para ele, e ele ia buscar lá (na Rodoviária) e de noite ele entregava os livros para a gente”. Os livros eram escondidos nas celas, “a gente pendura num varal e botava as toalhas em cima”. Mas eram organizados e catalogados em fichas, que permitiam o controle de sua circulação. Com o intercâmbio de familiares, os livros chegaram até mesmo a circular entre presídios políticos: “Tinha a ficha da biblioteca de Linhares, e depois da Bahia porque o irmão do Jorge (Nahas) ficou preso na Bahia”.³³⁵

Essa ação, porém, vai além da distribuição e organização dos recursos materiais. O nível de disciplina dos militantes de esquerda também funcionava como instrumento para garantir o respeito junto aos presos comuns com quem chegaram a conviver no início do presídio político de Juiz de Fora. Ao mesmo tempo, impunha um posicionamento reivindicativo junto à direção da penitenciária:

Viam que a gente era organizado, não é? Porque eles (os presos comuns) não tinham aquela organização. E, depois do julgamento, quando a gente pleiteava alguma coisa, eles viam que a gente era atendido. Se algum preso

³³⁴ Depoimento de Itamar Bonfatti, sobre os livros de capa vermelha, e Ricardo Fontes Cintra para toda a frase. Luiz Antônio Sansão também se referiu ao acesso aos livros.

³³⁵ Depoimento de Marco Antônio de Azevedo Meyer. Maria José de Carvalho Nahas, para ficha e circulação entre presídios.

político fosse repreendido por alguma coisa, por um daqueles agentes carcerários lá, se algum preso político, por exemplo, tivesse um castigo de ficar dentro das celas, eles abriam todas as celas para o pessoal descer - isso aconteceu três ou quatro vezes -, ninguém descia. Então eles viam a nossa organização, entendeu? Ninguém andava sozinho.(CLSF)

Segundo este depoente, essa disciplina decorre da “própria estrutura da organização política naquela época”. O hábito de assumir a punição contra um preso enquanto regra generalizada foi comum na Penitenciária, enquanto funcionou como presídio político.

Aqueles que passaram menor espaço de tempo em Linhares, embora alguns tivessem plena consciência da existência do coletivo naquela instituição, não chegaram a fazer parte dele. De toda a maneira, todos vivenciaram as suas benesses, dentro dos limites permitidos pelo regimento interno, tal como as iniciativas de recepção aos que ingressavam em Linhares, como o canto d’*A Internacional* e o apoio prestado aos recém-chegados, o que possibilitava a identificação com o grupo sem a necessidade de comunicação direta.

Ao analisar as instituições totais, Erving Goffman associava a organização dos internados ao objetivo de enfrentar táticas disciplinares, onde “(...) pessoas socialmente distantes desenvolvem apoio mútuo e resistência a um sistema que as forçou à intimidade numa única comunidade igualitária de destino”. Chamou-a “ajustamentos secundários”, ou seja, a maneira pela qual o indivíduo procura negar o papel imposto pela instituição. Isso porque o sujeito possui consciência das táticas empreendidas na penitenciária como forma de desarticulá-lo de suas convicções.

Assim, segundo Erving Goffman, ao se tornar participante das ações empreendidas pela prisão, o sujeito aceitava uma interpretação de sua identidade. Dessa forma, o conflito imposto ao preso, por esse processo de adequação à vida na penitenciária, torna-se mais complexo no caso dos presos políticos. Estes, conscientes da espécie peculiar de detidos

que são, assumem os enfrentamentos. Este fenômeno, caracterizado enquanto “ajustamentos perturbadores secundários”, visa à mudança radical da instituição.³³⁶

Dessa maneira, os presos políticos se organizam na prisão de forma a contestá-la em toda a sua estrutura. Jacob Gorender, sobre o Presídio Tiradentes (SP), conta ter sido o local conhecido pelos militares da OBAN como “aparelhão”, em referência às moradias utilizadas pelos militantes de esquerda para se organizarem quando estavam clandestinos. Isto porque, embora seguissem a rotina carcerária imposta na instituição de reclusão, os presos possuíam a sua característica peculiar e, portanto, “faziam política em tempo integral, 24 horas por dia”.³³⁷

Em um dos relatos, a associação entre a luta política e a necessidade de sobrevivência, na Penitenciária de Linhares, fica muito nítida. Na medida em que se adaptava à realidade da instituição, Gilney Viana conta que encontrava formas de burlar o sistema opressor, pelo conhecimento de suas regras internas. Ao mesmo tempo, a perspectiva da luta do militante de esquerda, enquanto preso político que era, possibilitava-o enfrentar a adversidade de maneira mais contundente, até mesmo como forma de não ser vencido por ela:

Mas a gente se vira. Aprende, não é? Se você estivesse lá, você aprenderia. Muitas pessoas falam: “ Ah! Porque você pegou 10 anos, eu morreria!” Não, não morre não. Se você tem uma razão por viver, você vive. Aprende a lutar. Quem não sabe, aprende. Se não aprender desestrutura, e aí fica muito ruim. Porque ali, o fato de você ficar só na passividade é quase a morte.(GAV)

3.2.2. Os ritos e as canções

Os códigos e rituais assumidos pelo grupo, enquanto guerrilheiros urbanos, serão transferidos para a carceragem, reforçando a identidade política desses detentos. Essa atitude reafirma a condição dos militantes de esquerda numa luta pela sobrevivência dos

³³⁶ GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*, op. cit., pp. 55, 160 e 168.

³³⁷ GORENDER, J. op. cit., p. 251.

mesmos, na fase em que passam a serem reconhecidos como presos oficiais na Justiça Militar.

Nesse momento, eles adotam uma série de códigos e ritos que visam fortalecer a coesão do grupo, detido por questões políticas. A atitude seria uma contraposição ao discurso oficial do regime que não reconhecia a existência de presos políticos e forjava um clima de legalidade na implantação da Doutrina de Segurança Nacional.

No longa-metragem *Quase dois irmãos*, de Lúcia Murat,³³⁸ há uma cena em que a entrada de novos detentos na galeria do presídio de Ilha Grande é recebida com aplausos pelos demais presos políticos. O ritual é positivamente respondido por um dos recém-chegados, Jorginho, que no caso é um preso comum punido pelo Decreto 898/69. A reação imediata do guarda é espancá-lo exigindo seu silêncio numa manifestação que não era direcionada a ele, segundo o policial. Porém, à medida que esse preso inicia o convívio com o grupo político, passa a se interar de seus códigos e a participar da rede de proteção assumida contra as arbitrariedades da prisão.

Os cantos, os rituais de boas-vindas eram integrados às iniciativas de atendimento físico e psicológico, oferecidas pelos militantes de esquerda, dentro das possibilidades permitidas em cada instituição de reclusão. No Presídio de Ahú (PR), por exemplo, a oportunidade de convivência dos recém-chegados com os “presos de consciência”, como eram chamados os presos políticos pelos carcereiros daquela instituição, possibilitava a “sensação de bem estar”.³³⁹

A entrada de novos militantes na instituição carcerária era, portanto, acompanhada de ritos simbólicos, que tinham o objetivo de levantar o moral daqueles marcados por torturas e humilhações acontecidas na fase de interrogatório. Em Linhares, o novo detido era recebido na Penitenciária pelo coro entoando *A Internacional*.³⁴⁰

³³⁸ *Quase Dois Irmãos*, 2004. Direção de Lúcia Murat. Taiga Filmes e Vídeo, 2004. DVD, son., col. Port.

³³⁹ VIEIRA, I. M. op. cit., p. 87.

³⁴⁰ Depoimento de Luiz Flávio Rainho Thomaz Ribeiro.

O coletivo tinha a responsabilidade de incentivar a prática dos ritos que expressassem a cumplicidade do grupo com os presos políticos recém-chegados, através de canções. A expectativa da chegada de novos companheiros fazia os que já estavam na instituição se organizarem com esse objetivo de proporcionar a solidariedade.

Para os que entravam em Linhares a identificação com o grupo seria fundamental para a recuperação dos momentos anteriores vividos: “Me lembro quando eu cheguei, e eu acho que era procedimento geral, o pessoal cantou *A Internacional* comunista. Então era uma prática de dar força, coisa de companheiros mesmo. E aquilo te reconfortava, porque você estava saindo de uma barra pesada (...)”.³⁴¹

Esse trabalho consciente dos presos políticos irá funcionar como um fortificante para os que chegavam à Penitenciária Regional de Linhares, não somente enfraquecidos fisicamente pelo processo conduzido nos interrogatórios, mas também deprimidos pela experiência que haviam vivenciado. Os mais antigos, procuravam integrar o novo elemento ao grupo, demonstrando que a sua situação era fato comum a todos ali, buscando reconfortar o ingresso, conforme segue narrando Lula Sansão:

Eu me lembro que um cara, ele estava condenado a trinta e poucos anos de prisão, e eu estava para baixo. Ele disse: “Oh companheiro, deixa eu te falar uma coisa? A sua situação é igual à de todo mundo aqui. Não é diferente não. Está tudo igual, não é? Todos passamos por isso. Uns mais e outros menos.” Então aquilo te dá reposição. Você tem contato diário, você joga xadrez, você conversa. E vai se reabilitando emocionalmente.(LAS)

Um outro caso da comunicação através da música, foi vivido por um militante que havia chegado à Linhares, vindo de Belo Horizonte, e estava traumatizado com os interrogatórios. Na área do isolamento da instituição, foi surpreendido com a mensagem dos outros detentos saudando a entrada do ano novo:

Uma das coisas mais emocionantes para nós foi a passagem de ano de 71. Porque quando deu dez para meia-noite, os presos que estavam em outras alas fizeram um discurso político - porque nós estávamos incomunicáveis -,

³⁴¹ Depoimento de Luiz Antônio Sansão.

falando para gente que eles já tinham passado por isso, que a gente tinha que ser forte. Um negócio bacana!

Aí falaram que iam cantar umas canções para a gente. E cantaram algumas canções revolucionárias e, à meia-noite, eles cantaram “A Internacional”. Foi um negócio emocionante para quem estava muito destruído igual a gente.(RFC)

É interessante notarmos a importância da canção *A Internacional* para os presos políticos, o que reforça no grupo o ideal da luta que defendiam antes da prisão. A música estará sempre presente nos momentos de expressão dos militantes nas cadeias do regime militar, quando visam transmitir alguma informação sobre a força do grupo.

Os versos entoados no refrão: “Bem unidos fazamos/ Nesta luta final/ Uma terra sem amos/ A Internacional”³⁴² serão os motes da militância de esquerda, mesmo proibidos pelo regime militar. O hino data do século XIX, sendo o poema de Eugéne Pottier escrito após a derrota da Comuna de Paris, em 1871, e a música composta posteriormente, em 1888, pelo belga Pierre Degeyter, para um coral operário da cidade de Lille, na França. Passou a ser entoada por operários anarquistas e socialistas do mundo até chegar ao Brasil, em 1º de maio de 1906, cantada em manifestações ao longo do século XX.³⁴³

Para os militantes detidos seria o hino da luta contra a opressão, representada pela ditadura militar e o imperialismo norte-americano, da continuidade da busca da conquista do socialismo que as organizações intentavam empreender antes da prisão e, principalmente, o reforço da união, a chamada do ingresso para aquele grupo, que de fato, era de presos políticos acusados de guerra revolucionária adversa pela repressão, ou seja, de ameaça comunista. Mais do que isso, a canção ainda representava a negação por esses presos das regras impostas pelo sistema que visava coagi-los na prisão.

³⁴² Letra e música retirados do CD: *Tede Silva: sem perder a ternura jamais*. São Paulo: VYW Fonomundi. 1 disco compact.

³⁴³ GIANOTTI, Vito. “A origem do hino A Internacional”. Texto escrito em abril de 2001. IN: <www.piratininga.org.br/memoria/hino.html>, em 02 de janeiro de 2007.

Mas, além de *A Internacional*, os prisioneiros de Linhares cantavam outras músicas revolucionárias, espanholas e cubanas, ou até mesmo as populares que demonstrassem a identidade do grupo em um momento específico. As músicas eram entoadas em diversas situações: quando entrava ou saía alguém - neste caso “um momento de vitória” - em datas importantes para os militantes ou para homenagear companheiros mortos pela polícia política.

Enquanto existiu o pavilhão feminino, até 1971, era comum para os rapazes organizarem serenatas para as moças da ala “C”.³⁴⁴ Muitos possuíam parentes ou relacionamentos afetivos na ala das mulheres. O flerte muitas vezes vinha durante as visitas, quando ainda eram comuns e sem o parlatório: “nascia aquela paixão do olhar”. Mas como o número de mulheres era significativamente reduzido em relação ao dos homens, algumas “(...) tinham três namorados do lado masculino (...)”.

A brincadeira, que servia para quebrar o rigor do sistema penitenciário, porém, seria o único contato, fora da visitação comum, entre casais que se formaram antes da prisão, impossibilitados pelos encontros dentro da Penitenciária de Linhares. Maria José Nahas, casada com Jorge Nahas, que estava na ala masculina relembra:

E é engraçado que a gente cantava toda noite. A ala feminina, a ala masculina. Toda noite a gente cantava. Eu me lembro que a primeira música era sempre uma: “Maria Chiquinha”. Os meninos cantavam para mim porque eu usava maria chiquinha. Eu tinha uma maria chiquinha grande. Aí a cantoria começava sempre com os meninos cantando “Maria Chiquinha”, depois que tocava o sinal. (risos). Tinha: “Até amanhã se Deus quiser”. E eu me lembro que eles terminavam assim: “Até amanhã Maria José”. Para combinar.(MJCN)

Quando Carmela Pezzuti foi transferida para a Penitenciária de Linhares e pode participar do convívio no pavilhão feminino, as companheiras gritaram tentando avisar aos seus filhos, Angelo Pezzuti e Murilo que sua mãe estava no mesmo presídio. Maurício Paiva narrou em seu livro que ao cair da tarde naquele dia a Penitenciária de Linhares foi

³⁴⁴ As canções foram lembradas por todos os depoentes. Para os detalhes, citamos os depoimentos de Gilney Amorim Viana e Nilo Sérgio de Menezes Macedo.

tomada pelas canções “A Noite do Meu Bem”, de Dolores Duran, entoada pelos filhos de Carmela, e o coro feminino que respondia com “Amo-te Muito”, de João Chaves. Dessa forma, segundo Maurício Paiva, que também esteve no presídio de Juiz de Fora, “Até o apagar das luzes das celas – que era a hora do silêncio – como se tornara hábito entre os presos, as canções de amor e saudade encheram os corações e o ar de Linhares.”³⁴⁵

Mas, segundo lembrou um deles: “Nós tínhamos os nossos compositores.”³⁴⁶ Entre as canções de própria autoria de seus companheiros, Gilney destaca a que segue:

*Está no peito da vanguarda
Uma estrela a brilhar
Viva o comandante Che Guevara
Sempre, sempre a nos guiar
Sob o fogo da metralha
A guerrilha a marchar
Com o povo brasileiro
O inimigo vamos derrotar.*³⁴⁷

Observamos nos versos a exaltação da figura do guerrilheiro Ernesto Che Guevara, bem como a utilização de termos como “vanguarda”, “metralha” e “guerrilha”, que caracterizaram os mais variados movimentos de luta armada que se constituíram a partir de fins da década de 1960. Havia, ainda, a esperança da adesão popular à revolução, com a entoação das palavras que narram a derrota do “inimigo”, personificado pelos agentes da ditadura militar, e de seus elementos econômicos e sociais.

Nilo Sérgio de Menezes Macedo, identificado como *Jacaré* nas memórias de Linhares, foi compositor de canções entoadas pelos prisioneiros, que eram acompanhadas por seu violão ou seu acordeão. Entre suas composições havia homenagens a companheiros que estavam no embate, como a Carlos Lamarca:

*Comandante Carlos Lamarca
É do povo, o seu coração
Leva adiante
Essa bandeira*

³⁴⁵ PAIVA, M. *Companheira Carmela*, op. cit., pp. 82-83.

³⁴⁶ Depoimento de Gilney Amorim Viana.

³⁴⁷ Idem.

*É de amor, é de ação
Quando tudo é tão triste
A esperança ainda existe
Os corações brasileiros
Virão no sol de prados
No céu azul
Quando a guerrilha varrer o Brasil
De norte à sul
Quando a guerrilha varrer o Brasil
De norte à sul*

Havia também o recurso às canções para manifestar o descontentamento com a direção carcerária da Penitenciária de Linhares. Uma música feita por *Jacaré*, com a ajuda de um preso comum, enquadrado na Lei de Segurança Nacional por assaltos a bancos, reflete esse aspecto:

*Seu diretor tenha compaixão
Melhora a bóia dessa prisão
O arroz duro e o macarrão
Que parece cola de colar balão
De manhã cedo eu não suporto mais
Esse pão duro, branco e mofado
Eu quero é um sanduíche
De presunto e queijo
Muito caprichado
(...)
Seu diretor
Não me trate mal
Pelo bem da Segurança Nacional ³⁴⁸*

O recurso às canções, em momentos decisivos na prisão, funcionava como instrumento para a reunião de várias culturas no contexto de um grupo, visto que os militantes de esquerda eram oriundos de diversas cidades e organizações político-militares. Assim, evitava-se a dispersão, na medida em que os presos reafirmavam as suas condutas políticas em freqüente contraste com a realidade. Naquele caso, a estrutura repressiva de uma penitenciária do regime militar.

³⁴⁸ Depoimento de Nilo Sérgio de Menezes Macedo para as duas canções citadas.

A união do grupo, enquanto portadora de uma identidade coletiva, era apresentada na Penitenciária de Linhares simbolicamente pelo rito, “unidade do mundo para o homem sensível ao desgaste do tempo e ao funcionamento dos lugares”, ao permitir a retomada das origens do processo como reafirmação.³⁴⁹ Era o acontecimento decisivo para convocar o indivíduo, que entrava na instituição de reclusão, sentindo-se desestabilizado pela prisão, a perceber que ele não estava sozinho, mesmo que isolado do contato físico com os seus companheiros.

O compositor dessas músicas recorda-se que todas as alas da Penitenciária entoavam as canções, quando eram recolhidos em suas celas. No entanto, o fato que mais o emocionou, com relação às músicas cantadas no presídio, foi conhecer a transmissão da mensagem por outras instituições totais brasileiras, quando assistiu ao filme *Em nome da razão* de Helvécio Ratton, sobre manicômios enquanto lugares de aprisionamento³⁵⁰: “De repente, mostra um corredor e vem uma interna cantando, aí a câmera vai nela assim, e ela começa a cantar: *Seu diretor tenha compaixão...*”, lembra Nilo Sérgio.³⁵¹

Em sistemas opressores, a coesão entre os membros de um determinado grupo pode persistir como forma de abafar os elementos do autoritarismo. O rito, expresso nas canções e em outras ações, organizadas pelos militantes de esquerda presos, integra os indivíduos reforçando um caráter de unidade que ameniza as inquietações presentes. Assim, os ritos e símbolos assumem uma função contestadora daquela ordem permanente, denotando comportamentos divergentes sobre a orientação da sociedade em que se insere. Portanto, através do rito político é possível definir algumas instâncias da complexa sociedade que reúne uma pluralidade de sentimentos em sua constituição.

Além das canções, outras manifestações contribuíram para o preso político recuperar o contato com o grupo, buscando fugir à solidão imposta pela realidade

³⁴⁹ RIVIERE, C. op. cit., p. 167.

³⁵⁰ RATTON, Helvécio. *Em nome da razão*. 1979, 20 min.

³⁵¹ Depoimento de Nilo Sérgio de Menezes Macedo.

carcerária. Entre aquelas que marcaram o presídio político de Linhares, o Natal de 1970, quando parte dos presos aproveitaram a oportunidade para encenar uma peça teatral.

Na época, durante o seqüestro do cônsul suíço, Giovanni Enrico Bucher, os detentos estavam separados, sem contato entre as alas. A confraternização natalina, em que a direção do presídio oferecia um “boião” caprichado – “também nunca mais vimos comida igual aquela ali”, narrou um personagem do livro *131-D Linhares* – seria a chance para o encontro da população carcerária de presos políticos, inclusive as presas da ala feminina.

Preparados para a data especial, alguns organizaram uma montagem, narrada por Gilney Amorim Viana em seu livro:

Começou com os acordes da Internacional, um companheiro tirando na gaita lá detrás do pano. Logo entraram em cena dois companheiros, um vinha encapuçado (sic.) à Klu Klux Klan com uma fronha de travesseiro furada nos lugares da boca e dos olhos, e na mão levava um tremendo cassetete. Ele ainda espancava o outro que tinha caído e se contorcendo com aquela cara horrível que todo mundo sabe e pode imaginar.

A dramaturgia se desenvolve com uma voz ao fundo recitando um poema: “Preso que passa algemado com as carnes moídas e os ossos quebrados...”. Era a encenação da experiência dos presos políticos de Linhares em três atos: tratava daqueles que os traíram, dos companheiros mortos, expressos em faixas com os nomes, e, como não poderia deixar de ser, “a vitória final” quando, “voltam os acordes da Internacional”, cantada por todos os presos políticos da platéia, segundo a narrativa.

O personagem que conta o evento no livro de Gilney relembra: “A situação psicológica, é bom que se diga, foi ficando tensa à medida em que ia passando a peça, via-se pela cara de cada um, e quando veio a Internacional aí todo mundo deu tudo, descarregou...”. Ao que arremata com o seguinte comentário do diretor da Penitenciária de Linhares sobre o que assistiu: “É, ... uma peça brechtiana!”.³⁵²

³⁵² VIANA, G.A. *131-D Linhares*. op. cit., pp. 39-43.

A obra publicada quando ainda estava na prisão, em 1979, traz a narrativa desse evento, contada por personagens sem nomes, embora o teor de toda a obra seja memorialístico. Anos mais tarde, em 2005, na entrevista que nos concedeu, recordou entre risos: “Teve uma época que nós fizemos um teatrinho lá muito legal. O capitão ficou meio assustado com o teatro, o tenente... Foi contra a tortura, assassinato. Foi muito legal!”.

Mais uma vez permanece no relato, também, o rito do tom desafiador, visando demonstrar que os presos políticos estavam encarcerados, mas pretendiam continuar a luta contra o regime que combatiam antes da prisão, apesar das dificuldades: o abandono da militância por alguns e a morte de outros. A luta política no cárcere seria como uma arma para a sobrevivência, contra a rotina e a repressão. Gilney Amorim Viana acrescentou: “Olha, você vive numa comunidade fechada e reprimida e vigiada. Então você tem que arranjar formas de comunicação (...) Resistir ali é fundamental!”.³⁵³

3.3. Divergências de opiniões

Entre os presos políticos da Penitenciária de Linhares, nem todos consideravam a possibilidade de realizar a luta contra a ditadura no cárcere. É importante atentar para a extrema complexidade que envolve os indivíduos de um grupo. O processo da prisão foi permeado de provas e conflitos interiores, pois os militantes detidos por crimes de subversão possuíam a identificação pelo tipo de prisão, mas nem sempre com relação ao comportamento a ser assumido no interior da instituição penal.

Essa posição de alguns presos políticos quando estavam na Penitenciária de Linhares causou uma tensão entre o grupo. Algumas vezes, a falta de um consenso nas opiniões, gerava conflitos entre eles no presídio de Juiz de Fora:

³⁵³ Depoimento de Gilney Amorim Viana.

Porque a gente falava que intelectual de esquerda só se unia na cadeia. Mas até lá dentro tinham grupos. Por exemplo, teve uma vez que saiu uma proposta de greve de fome. Eu fiz greve de fome no Congresso de Ibiúna. Eu votei pela greve de fome. Mas era uma prisão em São Paulo, a gente rasgava os lençóis e escrevia que a gente estava em greve de fome. Lá no Presídio Tiradentes. Agora, imagina uma greve de fome no presídio do Linhares. Nós incomunicáveis, porque ninguém ia lá. Então nós começamos a votar contra, e aí dividiu o grupo. Tinha um grupo muito radical. Quer dizer, eles queriam continuar fazendo movimento dentro da cadeia. Mas qualquer movimento desse, ele tem sentido se cair para a opinião pública. Se não cair, não faz sentido. Mas tiveram grupos que radicalizavam. Eles não conversavam, gelavam os outros. Isso dentro da cadeia era terrível. Mas na maioria não. Inclusive quando nós chegamos, eles deram um apoio enorme, independentemente de todos os grupos.(RFC)

Assim, a receptividade e a identidade inicial com o grupo, quando ocorria a entrada dos presos na Penitenciária, com o tempo vai sendo permeada por conflitos à medida que os presos vão se adaptando à rotina da cadeia. Segundo lembrou um preso político que não partilhava da mesma opinião do grupo, aparentava que alguns pretendiam continuar a revolução de dentro da penitenciária.

Outro militante que passou por variadas instituições e vivenciou sua participação no coletivo de diversas formas, aponta diferenças significativas de comportamento do indivíduo perante o grupo, definidas de acordo com suas convicções sobre dar ou não continuidade à luta política no interior da cadeia.

Embora fosse um membro ativo do coletivo, no momento em que aderiu à noção de que seria mais correto se afastar daquele tipo de movimentação, passou a vivenciar a experiência dos presos que são “meio periféricos”, conforme caracterizou. Segundo ele, “no presídio havia essa estratificação, aquele grupo de presos políticos que assumia a tarefa de zelar por uma constante demonstração de que a revolução não tinha acabado”.³⁵⁴

Na cadeia, o preso sofria a vigilância do grupo, mesmo que inconsciente, para não se tornar um “desbundado”. A pressão é para que eles assumam no presídio o

³⁵⁴ Depoimento de Jaime de Almeida.

comportamento de um “ponta-firme”. Essas são as expressões utilizadas pelos presos políticos para identificá-los no cárcere. O “desbundado” seria aquele que nega a continuidade da luta. Já o “ponta-firme” é o preso que se posiciona pela permanência da ação político-revolucionária dentro do cárcere, pois encara aquele período de prisão apenas como uma interrupção de sua luta.³⁵⁵

Na Penitenciária de Linhares, os indivíduos que se desvincularão da luta política no interior do cárcere serão conhecidos por “minhocões”. Diversos podem ser os motivos apontados como a razão para uma postura mais passiva assumida por alguns presos políticos no interior da cadeia. Entre elas, alguns entrevistados fazem a relação com o tempo da pena a ser cumprida como encarcerados. Alguns são explícitos nessa distinção: “Alguns não queriam participar de greve de fome, de movimentos lá dentro porque eles achavam que tinham pouca pena para cumprir. Então eles não queriam participar de movimentos lá dentro que poderiam piorar a situação deles.”³⁵⁶

É necessário destacar o caráter heterogêneo do grupo desses presos, quando se trata de abordar o debate político. A exclusão, por um lado, poderia estar associada a uma opção pessoal de não participar de movimentos políticos por diversas razões particulares:

O período que a gente passou lá foi um período, vamos dizer assim, pós-trauma e um período curto. Algo em torno de um mês, por aí, um mês e um pouquinho. Então na verdade nós estávamos ali ainda meio atônitos. Meio sem saber o que fazer, entendeu? Tinha gente lá que tinha coisas bem definidas. Mas o cara estava condenado, 33 anos, por exemplo. (...) Mas de qualquer maneira, a nossa permanência lá, ela teve uma característica muito de reabilitação emocional (...)(LAS)

No entanto, essa divisão foi frequentemente motivada por questões de caráter político sobre a postura a ser adotada no combate ao regime dentro do cárcere. Nesse cenário, a regra vigente no partido exerce ali seu papel dominante ditando condutas

³⁵⁵ Marcelo Ridenti aponta que num presídio carioca eram os “facas-grande” e “bundas-mole”, segundo: RIDENTI, M. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. op. cit., 1993, p. 52. Jaime de Almeida narrou que essa situação foi explícita para ele no Presídio de Tiradentes (SP).

³⁵⁶ Depoimento Nilo Sérgio de Menezes Macedo.

individuais como parte da identidade social. A entrada no coletivo significava a aceitação das normas do grupo, que eram muito rigorosas:

(...) nós tínhamos um ritmo de vida muito regulado. Um, pelo regimento, porque os banhos de sol eram muito restritos; dois, regulado pelo nosso coletivo de preso político, que nós tínhamos uma rotina organizada; e três, regulado pelos grupos, as organizações que também persistiam e subsistem dentro da cadeia. (...) Mas tinham uns que não aceitavam e estavam fora. Não tinha acordo ali. Ali, ou aceitava a lei do coletivo ou está fora. (...)(GAV)

É importante observar que, além da demonstração do rigor imposto pela organização dos presos políticos, este depoimento nos traz outros dados sobre a convivência do grupo na cadeia. Ele denota a existência de organizações político-militares, que persistiam internas à sobrevivência do coletivo. Este é um outro fator que implica na complexidade da organização dos presos políticos no presídio de Juiz de Fora. De toda forma, esse elemento não será exclusivo da instituição mineira. No Presídio de Ahú (PR), por exemplo, Ildeu Manso narrou sua difícil experiência:

Governar o COLETIVO do Ahú, apesar do alojamento amplo e arejado, não era tarefa fácil. A burrice dos guardas presidiários, a burocracia da cadeia e a heterogeneidade do nosso grupo tornava-se (sic.) um desafio. Ali existiam pessoas das mais variadas tendências e aquela fermentação ideológica, em um ambiente fechado, tornava-se insuportável. Era o mesmo que colocar, em um canil, ratos neuróticos, gatos enfurecidos e cães raivosos.³⁵⁷

Essa mesma dificuldade também se manifestou na Penitenciária de Linhares, segundo as lembranças de Marco Antonio Meyer, que coordenava a distribuição dos bens materiais:

(...) Na hora de destrinchar os frangos eu repartia do modo que eu achava mais igualitário. Mas aí vinha um problema político, porque o companheiro de um outro grupo político, da CORRENTE, falava: “Pô, Marco Antônio! Você só dá coxinha de frango e peito para os seus amigos. E para a gente só dá pescoço e esse negócio cheio de osso.” O que não era verdade. Tocava distribuir da maneira que eu achava a mais justa, porque era impossível ficar burocratizando as medidas: cabeça tanto, frango tanto.

³⁵⁷ VIEIRA, I. M. op. cit., p. 96.

Então eu dava e guardava a pessoa, e da outra vez eu dava uma parte pior.(MAAM)

Observamos, porém, no seu relato que a polêmica não se relacionava apenas ao motivo aparentemente exposto, a quantidade de alimento para cada um, mas possuía ainda íntima relação com divergências de grupos que atuavam fora da prisão. As divisões e os rachas da guerrilha urbana, quando os presos políticos militavam, refletiram-se no interior dos presídios.³⁵⁸

As regras do coletivo tornaram-se sufocantes para alguns presos políticos, que têm a lembrança das normas como um dos momentos traumáticos da prisão. Alex Polari de Alvarenga expressou essa dificuldade de convivência entre os militantes, falando das brigas e sobre a impossibilidade do senso-comum, ao afirmar em versos: “Quanto mais uma questão é secundária/ Mais se polemiza/Proliferam as seitas”.³⁵⁹

Foram reforçadas pela disputa de egos e a dificuldade da vida comum por tempos prolongados e em espaços fechados, principalmente num regime opressor. Em entrevista para a divulgação do filme *Quase Dois Irmãos*, a diretora Lúcia Murat, ela mesma uma ex-presença política, falou da tensa convivência entre as pessoas, “mesmo na cadeia”.³⁶⁰ Roberto Romano referiu-se à relação dos grupos de esquerda da época como “cabresto ideológico”.³⁶¹

Na Penitenciária Regional de Linhares, o coletivo determinaria, segundo as recordações de Nilo Sérgio de Menezes Macedo, a conduta de todos, relativamente a variados aspectos. Entre os episódios, que ocasionaram tensão em seu relacionamento com o grupo organizado, conforme relata, está o debate gerado em torno de sua intenção de emprestar o seu violão. Os membros do coletivo estavam detidos nas celas em greve de

³⁵⁸ RIDENTI, M. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. op. cit., p. 52.

³⁵⁹ ALVARENGA, A.P. “Mal de esquerda”. IN: Idem. op.cit., p. 59. Sobre o assunto, ver ilustrações de Guido de Souza Rocha feitas na Penitenciária de Linhares em Anexos.

³⁶⁰ <[www. quasedoisirmaos.com.br/port.html](http://www.quasedoisirmaos.com.br/port.html)>, em 06 de junho de 2005.

³⁶¹ ROMANO, Roberto. “Frei Tito, D. Lucas e alguns paradoxos”. IN: FREIRE, A.; ALMADA, I.; PONCE, J. A. G. op. cit., p. 259.

fome, e um outro preso político que furara o protesto foi pedir o violão emprestado para tocá-lo.

Segundo conta, quando respondeu que este poderia pegar o instrumento, foi censurado pelos colegas: “Não empreste o violão porque ele é contra o nosso movimento. Não está participando”. Devido a sua resistência em acatar os comandos dos colegas organizados, a situação foi decidida pelo grupo, em votação: “Todas as galerias votaram. Todas! Você imagina só: todo mundo fechado, um voto por cela, se ia emprestar ou não o violão”.

O preso relata que em todas as reuniões da prisão eles praticavam o conceito leninista de “centralismo democrático”, que pressupõe o amplo debate interno do grupo para que possa se chegar a um acordo majoritário que deverá então ser uniformemente defendido externamente:

Era tudo organizado. “Companheiro tal!”: “Contra!”. “Companheiro tal!”: “A favor! Empresta!”. “Companheiro tal!”: “Não empresta!”. Eu não lembro se eram uma ou duas galerias que votaram. Todo mundo que estava em greve de fome votou. Foi um voto por cabeça. Porque o negócio virou um problema político lá dentro, ou seja, “você vai emprestar um violão para um cara que não está no coletivo e está metendo o pau na gente falando que nós somos fascistas, que não quer participar da greve de fome”.(NSMM)

Seu rompimento com o coletivo foi após esse episódio, quando se negou a assumir a determinação do grupo que havia, por maioria sido contra o empréstimo, entregando o violão ao colega de prisão que aguardava todo o desenrolar do debate no portão de entrada para a ala de celas em que estava.³⁶² Outro caso já havia abalado suas relações com o grupo, quando confeccionava um jornal interno chamado *Paskim*. Apaixonado por charges, ilustrou um dos líderes do coletivo, que passou a ser chacota dos “minhocões”. Nilo Sérgio foi censurado pelos colegas de organização que advertiram que seus futuros trabalhos

³⁶² Depoimento de Nilo Sérgio de Menezes Macedo.

seriam controlados por uma “comissão”. “Eu falei: *Ué, mas a gente não está lutando contra a ditadura, para combater a censura também? (...)*”.³⁶³

A aparente contradição entre a postura do coletivo, enquanto veículo cerceador que desrespeita as individualidades de cada integrante na prisão, porém, não deve ser sobreestimada se considerarmos que as organizações político-militares, a que pertenciam esses presos, eram partidos leninistas. Ou seja, seguiam os preceitos da revolução prescritos por Lênin: a necessidade de uma vanguarda revolucionária, bem como o princípio de centralismo democrático na organização partidária.

No entanto, a situação torna-se extremamente tensa se considerarmos a pluralidade dessa população carcerária que, embora composta na sua maioria por indivíduos com um perfil similar, possuía exceções dentro de sua constituição. E eram essas diferenças que afloravam no tenso território sem liberdade para o deslocamento e altamente reprimido pela administração carcerária, sem contar os outros fatores envolvidos.

Como deveria agir, por exemplo, um militante mais velho que os demais, rompido com a POLOP - partido político que integrava desde antes do golpe civil-militar - por discordar dos que defendiam a luta armada? Guido Rocha era contrário às proposições de Régis Debray, possuía um histórico de militância diferente da maioria dos que estavam em Linhares: “Tinha 38 anos de idade. A idade média dos presos, presumo que seja de 23 a 25 anos”, escreveu.

Mesmo que a sua ausência no coletivo não significasse uma exclusão do grupo, o ambiente hostil entre posturas políticas tornaria a cadeia ainda mais difícil, conforme expressou em um de seus desenhos, em que dois cachorros bravos aparecem rosnando um para o outro.³⁶⁴

³⁶³ Idem.

³⁶⁴ Ver ilustrações de Guido de Souza Rocha em Anexos.

Quando fossem os ingressos membros de um mesmo partido, eram organizados debates para avaliar as razões das “quedas” e, caso houvessem culpados, eram punidos segundo as regras das organizações, pelos integrantes do coletivo, especialmente os que eram considerados “(...) dedos-duros, que estavam infiltrados na organização”. Colatino Lopes, um dos primeiros a chegar no presídio político de Juiz de Fora em 1969, conviveu com dois remanescentes da Guerrilha de Caparaó que, punidos “eram alijados do grupo”.³⁶⁵

Observamos que toda a conduta na cadeia poderia ser determinada pelo próprio grupo, a partir de uma análise do comportamento dos membros de um partido durante a fase de interrogatório:

A gente manteve em Linhares a mesma estrutura de organização, quero dizer, a COLINA, depois a VPR. (...) E a gente fez algumas coisas que eu acho hoje muito complicadas, por exemplo, a gente chegou a fazer uma avaliação da conduta de cada um durante a prisão: quem tinha entregado o quê, se tinha se comportado bem, se tinha se comportado mal, se tinha entregado os companheiros, se tinha cedido à tortura. Nós fizemos isso, presos, fazíamos uma espécie de julgamento dos companheiros. Hoje eu não acho que isso tinha sido correto. Na minha visão de hoje, eu acho que... de alguma forma, se você acha que alguém pode se comportar bem na tortura, então você legitima a tortura. A tortura é uma situação totalmente fora do normal, ou seja, é uma situação que você não tem a obrigação de ser herói.(JRN)

Portanto, apesar do coletivo integrar os presos políticos, ele não chegou a ter a participação efetiva de todos, pois havia aqueles que eram separados pelo grupo, entre outras razões, “(...) pelo comportamento na tortura, entendeu?”. Pois a iniciativa de se integrar àquele grupo estava associada a uma concessão dos seus integrantes, segundo revelou um preso da Penitenciária de Linhares. Mesmo assim, relata Gilney Viana, o grupo não discriminava aqueles que se demonstrassem arrependidos com o tipo de comportamento assumido na tortura, ou seja, houvessem “falhado” e delatado algum companheiro de militância nos interrogatórios.³⁶⁶

³⁶⁵ Depoimento de Colatino Lopes Soares Filho.

³⁶⁶ Depoimento Gilney Amorim Viana.

Ao estudarmos esses indivíduos, sob a ótica de um trabalho de organização política, devemos levar em consideração que um mesmo grupo também possui contradições no seu interior, características estas intrínsecas ao comportamento humano. Seria impossível ao militante de esquerda, por mais que fosse por ele almejado, uma regra linear e racional de conduta como resultado de sua experiência humana. Devemos, portanto, levar em consideração os “elementos contraditórios que constituem a identidade de um indivíduo e das diferentes representações que dele se possa ter conforme os pontos de vista e as épocas”, afirma Giovanni Levi.³⁶⁷

É importante ressaltar que os presos políticos viviam num clima de ditadura. Dessa maneira, assumiram muitas vezes o caráter extremado em suas ações reproduzindo a estrutura que combatiam. Por isso, o mesmo membro da COLINA que relata as avaliações por eles da postura dos que “fraquejaram” ou traíram a organização, avalia a condição dos que coordenavam essa situação, embora para ele não justifique a posição assumida em Linhares: “Naquele clima de pressão, por exemplo, você sofrer e muitos companheiros inclusive morrerem para não dar uma informação, e o outro dar a informação muito mais facilmente, isso revolta um pouco, entendeu?”.

Mas existem aqueles presos que optaram por se isolar das ações do coletivo por uma aparente transformação das convicções sobre as razões que os levaram à prisão. Um integrante de uma organização de luta armada, que atuava na capital mineira e região, foi um dos primeiros do seu grupo a ser detido pela repressão juntamente com um companheiro à época, líder do movimento. No período da prisão chegou a integrar algumas ações dos militantes de seu partido realizadas no interior dos aparelhos repressivos, inclusive na Penitenciária de Linhares, tendo sido acusado pela repressão de ser o redator de alguns manifestos.

³⁶⁷ LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. IN: FERREIRA, M. M. & AMADO, J. (coord.). op. cit., p.171.

Porém, os processos contra a organização, desenvolvidos na 4ª CJM, e alguns depoimentos de presos que estiveram neste presídio, apontam um gradual afastamento deste militante dos outros membros de seu partido, ao mesmo tempo em que assumia uma postura contrária, de denúncia pública e acusatória contra os ex-companheiros.³⁶⁸ Quando foi responsabilizado por ser o autor de um documento apreendido pela guarda da Penitenciária de Juiz de Fora, ele declarou por carta:

Tendo sido preso em janeiro de 1969, por prática de atos subversivos, tive ensejo de estar muito comigo mesmo, refletir e ponderar tão profunda e detidamente quanto fui capaz, sobre tudo quanto se refere à atuação que tive. Cheguei, após algum tempo, a conclusões bastantes (sic.) diversas – melhor dizendo completamente opostas – daquelas que refletiam meus pontos de vista anteriores.

Considero justo que isso seja tornado público. Há muito tempo que poderia tê-lo feito, mas preferi esperar que transcorresse meu julgamento, a fim de afastar de antemão qualquer má interpretação, agora, já julgado e condenado, esta declaração não pode influir em minha situação jurídica.

(...)

Creio que as principais características que levou à (ilegível) daquela opção são a imaturidade psicológica e intelectual, o idealismo e a vontade de melhorar – ótimos ingredientes para a formação de idéias radicais e sectárias. (...) E a atração para tal entrada fica a cargo das teses de esquerda que aparentemente apresentam resposta para todos os problemas da humanidade, propondo uma trilha imediatista e violenta para a resolução de tais problemas – teses que, apresentadas a quem não tem vivência bastante sequer para analisá-las – menos ainda para discordar-exercem um fascínio irresistível.(...)³⁶⁹

As frases acima reproduzidas poderiam significar apenas uma técnica empreendida pelo preso político para amenizar as acusações a que era submetido, visto que foi apontado pela repressão como um dos idealizadores de um documento subversivo apreendido na prisão. No entanto, seu texto pode também servir como instrumento para a ditadura militar demonstrar a eficácia de instituições como a Penitenciária de Linhares na ‘recuperação’ de indivíduos considerados criminosos. Isto poderia ser exemplificado com o próprio

³⁶⁸ Depoimento de Jorge Raimundo Nahas. Um outro entrevistado falou desta situação quando o gravador já estava desligado, razão pela qual não o referenciamos neste caso.

³⁶⁹ Cópia de Carta Aberta de Erwin Resende Duarte escrita em 22 de junho de 1971. Processo 32/70. 2º Volume. 4ª CJM.

conteúdo do texto, que nega claramente a ideologia de esquerda preexistente e permite a “publicação irrestritamente autorizada”³⁷⁰ do material.

O fato da carta, reproduzida acima, renegar as antigas convicções do seu autor, demonstra um afastamento do indivíduo do grupo, publicamente explicitado em jornais e revistas, segundo lembrou uma parenta de presos políticos.³⁷¹ Segundo um ex-companheiro de organização deste preso, o afastamento do seu antigo colega, que redigiu a carta às autoridades, ocorreu quando os membros de sua organização foram transferidos para a Penitenciária Regional de Linhares. Suas ações foram expressas nas divergências do seu grupo, relacionadas à ideologia marxista e à conduta do partido de luta armada que integrava.³⁷²

Embora ainda fosse um preso político, visto que está enquadrado por crimes previstos na Lei de Segurança Nacional, motivados por razões políticas, conforme explicita na primeira frase da carta, não possuía mais a motivação da continuidade da luta. E mais, renegava suas posturas anteriores questionando os fundamentos que o levaram à prisão. Nesse sentido, conforme vimos sobre a participação no coletivo, este preso não possuía relação com o grupo e era tomado como um “traidor”.

O fato é que, segundo depoimento de um outro preso, o coletivo não envolveu a todos nas decisões, embora procurasse abarcar toda a população carcerária da Penitenciária Regional de Linhares na reivindicação por condições mais justas de sobrevivência no presídio com relação à comida, necessidades diárias e a relação com os guardas: “Aí em relação à polícia não. Nós não aceitávamos nem com os presos comuns, muito mais com os

³⁷⁰ Idem.

³⁷¹ Segundo Angela Maria Pezzuti, Erwin Rezende Duarte fez declarações públicas acusando ex-companheiros de partido: “(...) que aí o Erwin deu aquela entrevista para todos os jornais, revistas e foram lançadas no dia do nosso julgamento de manhã. Eu cheguei lá no escritório do meu advogado, o doutor José Roberto Furtado, ele falou: *Olha aqui!*. E me mostrou: *Revista Manchete*, *Revista Cruzeiro*, com a cara do Angelo (Pezzuti) deste tamanho: *Angelo o terror das prisões*. E o Erwin denunciando o Angelo como um ditador dentro das prisões, que ameaçava as pessoas se elas não assinassem. (...)”. Depoimento de Angela Maria Pezzuti.

³⁷² Assentada Nilo Sérgio de Menezes Macedo em 26 de janeiro de 1971. 1ª Testemunha de Defesa Processo 32/70, 2º volume, p. 362. 4ª CJM.

nossos, eles não podiam mexer. Mesmo que ele fosse um ... Mesmo se ele fosse um traidor”,³⁷³ revelou Gilney.

Apesar da coletivização de vários objetos no presídio, havia “aquele espírito de compartimentação das informações”, de respeito à hierarquia dos grupos, para a segurança dos membros do partido.³⁷⁴ Outro depoimento também detecta esse fator: “Certamente existia uma certa elite dos presos políticos e essa elite era, mesmo, a hierarquia das organizações que estavam ali representadas”.³⁷⁵

É importante, porém, ressaltar que as variadas manifestações refletem a disciplina do militante, tornando-se por vezes totalitária, ao cercear manifestações da identidade individual dos presos. Para a garantia de sua definição como presos políticos o grupo assumia regras. “Era a maneira que tínhamos, quatro ou cinco pessoas num cubículo, convivendo 24 horas por dia, de nos organizar”,³⁷⁶ conforme relato de um preso sobre as medidas tomadas para enfrentar determinadas situações no Presídio Tiradentes. Os presos do Instituto Cândido Mendes estavam proibidos de fumar maconha, fazer sexo na prisão, roubar uns aos outros. “Além de facilitar suas vidas naquela situação de encarceramento, também serviam para mantê-los com uma identidade diferenciada, de militantes políticos”, constatou a historiadora Manuela Costa.³⁷⁷

Desse modo, apesar de todas as divergências políticas, existia um ponto convergente: o fato de todos serem presos políticos. Portanto, consideramos que seria injusta a análise crítica, sob uma ótica negativa, do comportamento do coletivo nas instituições de reclusão. O que deve ser considerado é que não há cultura política homogênea e estática, mas sim o resultado de culturas políticas mescladas que se forjam em um grupo de acordo com os valores comuns partilhados.³⁷⁸

³⁷³ Depoimento de Gilney Amorim Viana.

³⁷⁴ Depoimento de Jorge Raimundo Nahas.

³⁷⁵ Depoimento de Jaime de Almeida.

³⁷⁶ Idem.

³⁷⁷ COSTA, Manuela C. C. op. cit., p. 08.

³⁷⁸ BERNSTEIN, S. op. cit., p. 357.

No caso do preso que declarou arrependimento por carta, seu distanciamento deve-se a elementos que extrapolam a simples composição do grupo de presos políticos. Possíveis fatores pessoais estiveram envolvidos em sua mudança de atitude, e devem ser analisados de maneira idiossincrática. Por exemplo, havia uma pressão, exercida sobre alguns internos em Linhares, para assinarem confissões falsas, negando torturas e demonstrando arrependimento.³⁷⁹ Alguns familiares pediram isso aos presos, certamente iludidos com uma suposta redução da pena para aqueles que colaborassem com a Justiça Militar.

A complexidade da organização do grupo, na Penitenciária Regional de Linhares, foi expressa por Waldo Silva, em seu depoimento, num jogo de palavras que ilustra bem aquela realidade, ao caracterizar as contradições da organização interna segundo esses preceitos: “(...) não é desunião não, existia uma *desunidade*, que dizer, falta de unidade, quando se tratava de política. Quando se tratava de comportamento, não.”³⁸⁰

Este dado irá se refletir principalmente na mobilização em ações de cunho explicitamente político dentro da Penitenciária Regional de Linhares, quando era necessária uma maior unidade do grupo por razões de segurança. Essa heterogeneidade, portanto, significará um resguardo maior de cada organização na sua tomada de decisões internas, visto que elas eram plurais no exterior da prisão.

Assim, embora não contasse com a participação de todos, os presos de Linhares que pertenciam ao coletivo, produziram e receberam documentos de suas organizações, trocaram informações com o exterior ou com outros presos políticos da instituição, planejaram estratégias de atuação de grupos ou de todos eles, que dão o tom da passagem desses indivíduos na penitenciária. Ações estas que representariam para as autoridades repressivas, mais do que a simples detenção dos militantes de esquerda.

³⁷⁹ Segundo memórias de Angela Maria Pezzuti a mãe de um preso solicitava isso ao filho, na esperança de que ele fosse solto, o que resultou em várias idas suas ao quartel para ser pressionado a assumir essa postura. Mas ele nunca a adotou. Depoimento de Angela Maria Pezzuti.

³⁸⁰ Depoimento de Waldo Silva.

4. NO NÚCLEO DA “CÉLULA COMUNISTA”: AS AÇÕES POLÍTICAS DOS PRESOS NA PENITENCIÁRIA DE LINHARES

Abril de 1970. Na saída da Penitenciária Regional de Juiz de Fora, um visitante é interrogado por policiais militares e tem seus pertences revistados. Assim terminava a sua visita aos presos políticos, onde reencontrara seus dois filhos. O resultado da busca foi a apreensão do folheto, chamado *Até Sempre 3*, que estava dobrado em quatro partes dentro da caixa de isopor que ele carregava, para os alimentos deixados para os presos políticos.

Quando o panfleto foi apreendido, um dos filhos da visita revistada desceu até a guarda e tentou recuperá-lo. Segundo a vigilância, o preso político, após o documento ter sido encontrado, afirmou que: “se legalmente não conseguir informar sua vida de presos, fazia-o na marra”.³⁸¹ Outro documento contendo sua assinatura já havia sido pego com um visitante na penitenciária.

O texto dos parágrafos acima é baseado na denúncia elaborada pelo procurador militar da IV RM, Joaquim Simeão de Faria, contra alguns presos políticos da

³⁸¹ TERMO de Inquirição de Testemunha: Iguatemi Menezes Coelho da Silva (cabo PMMG). Processo 32/70, p. 47, 1º volume. 4ª CJM.

Penitenciária Regional de Juiz de Fora e seus familiares. Na opinião de Simeão de Faria, aqueles fatos apontavam para a urgência de medidas drásticas, visto que no interior de Linhares, havia “uma perfeita célula comunista em funcionamento”. E que a documentação ali produzida e encontrada, segundo ele, indicava:

*(...) a execução da técnica da agitação e propaganda, nos moldes internacionais comunistas, em funcionamento naquela Penitenciária, entre os detentos, (...) com conteúdos deletérios e caluniadores, /que/ pelo menos, visam a animosidade entre as Forças Armadas e as classes sociais, e as instituições civis; propugnam pelo acirramento do ódio; têm como base o embuste e visam a impregnação ideológica pela desagregação das instituições pátrias (...).*³⁸²

Embora o preso político acusado não tenha confirmado aquela sua possível afirmação durante o interrogatório que sofreu, sobre a prática, na Auditoria da 4ª CJM., a trajetória de seus companheiros na Penitenciária de Linhares demonstra o constante cerceamento dessas tentativas pela direção.

Os próprios autores do panfleto *Até Sempre 3*, oficialmente desconhecidos até o fim do processo que foi instaurado para investigar a saída de documentos da Penitenciária Regional de Linhares – embora a suspeita recaísse sobre um ex-militante arrependido, pela análise grafológica -, fizeram uma denúncia. Afirmaram tentar a comunicação por escrito, ao Juiz Militar da IV RM, sobre torturas sofridas em diversas instituições do País e as condições carcerárias no presídio em que estavam, mas foram sempre impedidos pelo diretor da instituição.

Segundo um relatório produzido pelo encarregado do inquérito policial-militar sobre a passagem de documentos clandestinos dos presos de Linhares para o exterior:

*Os grupos subversivos, a partir de 1969, quando recolhidos à Penitenciária Regional de Juiz de Fora (Linhares), passaram a adotar nova técnica de estruturação, a fim de se amoldarem à tática revolucionária, ditadas pelas condições carcerárias (sic.).
Inicialmente apenas montavam grupos destinados a debater temas durante os coletivos, normalmente dirigidos pelos militantes que atuavam como*

³⁸² Processo 32/70, p. 47, 1º volume. 4ª CJM., p. 03. (Grifo deles).

“profissionais”; Posteriormente dedicavam-se a fabricar panfletos e documentos sobre torturas de presos. (...)

Não fugindo à regra das diversas organizações revolucionárias de cunho marxista, a COLINA e CORRENTE, através de seus elementos presos organizou e distribuiu entre outros panfletos clandestinos aquele que apreendido (...).³⁸³

O relato do major cita, especificamente, o comportamento dos presos políticos pertencentes às organizações COLINA e CORRENTE Revolucionária. De fato, os principais fatos de repercussão entre os setores repressivos dentro do presídio de Linhares, organizados pelos presos políticos e ocorridos entre os anos de 1969 a 1972 - e que podemos apurar - tiveram membros dessas organizações, apontados pela polícia política, como os seus mentores. Jorge Nahas, militante de uma dessas organizações, chegou até mesmo a ser transferido pelo Exército da Penitenciária para o 4º RO, também localizado em Juiz de Fora, numa tentativa da repressão para desmobilizar essas ações, separando suas lideranças.³⁸⁴

Os guardas da penitenciária reclamavam do mau-comportamento destes detentos, que se negavam a seguir as regras disciplinares do regime carcerário. Isso porque eles adotaram a continuidade da luta na penitenciária, e se esmeraram em transparecer sua contradição às regras impostas pela instituição repressiva. Um deles, revendo as suas ações, lembra que para “(...) quem estivesse na frente, nós pregávamos”.³⁸⁵ Assim, a passagem destes presos políticos pela Penitenciária Regional de Juiz de Fora foi marcada pela constante reafirmação das convicções políticas que o levou à prisão, elemento de subversão na opinião dos militares.

Ao tratarmos essa organização devemos atentar para uma característica fundamental relativa ao coletivo, que será explorada mais especificamente neste capítulo.

³⁸³ Relatório. Major Arthur José Walter Verlangieri (encarregado de IPM), em 07 de maio de 1970, Processo 32/70, p. 220. 2º volume. 4ª CJM.

³⁸⁴ Depoimento de Jorge Raimundo Nahas.

³⁸⁵ Depoimento Gilney Amorim Viana.

É importante destacar que parte do coletivo assume as ações de cunho político, que visam demonstrar que a luta contra a ditadura não foi encerrada com a prisão. De fato, ela será intensificada nessas instituições, segundo as possibilidades encontradas pelos militantes para desenvolvê-la.

Nesse sentido, a comunicação entre os presos dentro do presídio e com o exterior foi intensa. Sua existência foi o meio para desenvolver qualquer espécie de ação política, tornando a Penitenciária de Juiz de Fora o palco de ações de resistência³⁸⁶ ao regime militar. As conseqüências foram manifestações e denúncias contra a polícia política e a direção carcerária, a partir do interior da própria instituição prisional. Esse comportamento foi paralelo à escalada repressiva pela direção penitenciária que, no entanto, não intimidou os protestos.

4.1. A comunicação interna entre os presos políticos

As ações políticas que extrapolaram a Penitenciária de Linhares foram possibilitadas por um tipo de organização interna dos presos, que não se resumia à já apresentada administração dos bens materiais e da melhoria das condições carcerárias. Esse fator foi possibilitado, principalmente, pela possibilidade de os presos se comunicarem entre si formulando condutas que lhes possibilitava o domínio do ambiente local. Esse comportamento foi permanente na conduta dos que pretendiam a guerra revolucionária, mesmo no cárcere.

Burlando as regras do isolamento, a troca de informações entre os presos políticos iniciava no momento em que ingressaram na Penitenciária Regional de Juiz de Fora. Um ingresso no presídio de Juiz de Fora, que passou todo o período da prisão isolado, comenta

³⁸⁶ Na análise de Marcelo Ridenti, o termo resistência é possível de ser empregado para designar as ações das organizações de esquerda do período, tendo-se claro porém, “(...) que o projeto guerrilheiro fosse anterior e pretendesse ser muito mais que isso.”. Sobre o assunto ver: RIDENTI, M. op. cit. IN: REIS, D.A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R.P.S. (Orgs.). op. cit., pp. 53-65.

impressionado a capacidade de informação dos outros detentos sobre a sua entrada e a de outros companheiros do mesmo inquérito:

Eu me lembro de um detalhe muito interessante. Quando nós fomos colocados nas celas, havia outros presos políticos do outro lado da penitenciária, que não sei onde. E eram separados. Então, eles gritavam um para o outro os nossos nomes. Não sei como é que eles souberam. “Está preso aí o Itamar Bonfatti da Universidade de Juiz de Fora!”, “O Luiz Flávio Rainho!”. Não sei como é que eles sabiam, mas eles sabiam. Eles queriam saber quem estava sendo preso.(IB)

Assim, mesmo quando impossibilitados pelo contato, todos os presos políticos adquiriam um conhecimento da situação, à medida que iam se acostumando com a nova realidade. “Nós éramos proibidos de falar um com o outro (...) Mas a gente podia se comunicar no cochicho. Nós cochichávamos sobre o que a gente poderia falar, cochichávamos tentando articular nossa posição”,³⁸⁷ contou aquele que ouviu seu nome gritado pelos outros detentos, sobre os momentos posteriores, quando compreendeu a rotina no cárcere.

Mesmo isolados, ao estarem trancafiados em suas celas, alguns procuravam se comunicar com os companheiros que já desfrutavam o convívio:

Lá de cima a gente ficava gritando. Porque os presos se comunicam. Os carcereiros sabem disso, que os presos têm mil formas de comunicar. Têm mil formas que eles não têm jeito de impedir. Então, com isso, a gente se comunicava com o pessoal de baixo. Mas com muita ansiedade para rever velhos amigos companheiros, contar as histórias da luta lá de fora, a luta lá de dentro da cadeia, porque na cadeia era uma verdadeira resistência à ditadura.(GAV)

Dessa forma, os militantes de esquerda se organizavam para trocar informações entre os que estavam no mesmo pavimento, ou entre os que até já desfrutavam do convívio. Havia a prática da chamada de nomes, dos presos trancafiados nas celas do isolamento, realizada todas as manhãs, para que eles mesmos pudessem estabelecer o

³⁸⁷ Depoimento de Itamar Bonfatti.

controle dos companheiros da mesma organização que permaneciam na Penitenciária de Linhares. A iniciativa também auxiliava o grupo a ter o conhecimento sobre as condições em que se encontrava cada um no seu cubículo, para que pudessem exigir dos carcereiros atendimento em caso de doença ou outras dificuldades.³⁸⁸

Jorge Raimundo Nahas, ao conversar conosco, analisou essa perspectiva segundo a experiência do seu grupo, o mesmo acusado de exercer “propaganda subversiva” no interior da instituição pelo promotor militar da IV RM. Segundo ele, a possibilidade do reencontro do grupo, na Penitenciária, possibilitou a reorganização e favoreceu a militância lá dentro, denotando um erro da Justiça Militar:

Retrospectivamente, olhando isso, não foi uma boa. Foi uma decisão tecnocrática. A tecnocracia sempre erra. Porque concentrar aquele grupo de presos gerou um ambiente naturalmente propício para que a gente se organizasse, trocasse idéias, debatesse, etc, etc. A gente tinha um ambiente de muitas organizações de esquerda, muitas experiências de vários estados. Nós convivíamos ali, desde os guerrilheiros de Caparaó, que era uma outra geração de revolucionários, com uma outra formação política. (...) Todos nós éramos militantes. A luta armada continuava fora, não é? O tempo que eu fiquei em Linhares foi um período em que a luta lá fora continuava, então você se sentia preso, mas vinculado à luta que continuava. Então você se sentia na obrigação de militar na prisão, mesmo porque muita coisa que você fazia ali dentro, repercutia ali fora. E muitos dos companheiros soltos também tinham uma ligação muito estreita com você. No meu caso isso era tão claro que eu fui liberado da cadeia por companheiros que estavam lutando ali fora.(JRN)

Segundo outro depoimento, ocorria essa possibilidade “dada à proximidade dos outros presos políticos”, que mesmo em celas individuais acabavam partilhando espaços próximos, ao serem colocados num mesmo pavilhão. Assim, afirmou, “(...) depois de algum tempo, você ia aos poucos descobrindo o caminho das pedras e ia conseguindo obter algumas informações, falar alguma coisa.” Esse intercâmbio, segundo suas lembranças, era também facilitado pelos carcereiros,³⁸⁹ alvo de preocupações da repressão.

³⁸⁸ Depoimento Jubel Barreto.

³⁸⁹ Depoimento de Jubel Barreto.

Começava então, a se formar uma ampla rede de informações interna e externa, montada pelos presos políticos nos presídios do regime militar. Várias técnicas de comunicação utilizadas pelos presos comuns também foram adotadas, e eles ainda realizaram outras espécies de troca de notícias. Uma dessas, aprendida com os presos comuns, e muito utilizada: a “teresa”, que consistia num fio onde se amarrava na ponta o papel ou objetos que se desejava passar de uma cela à outra.

Quando chegou a Penitenciária de Linhares, Ricardo Cintra permaneceu um tempo incomunicável. Mas, na sua opinião, essa incomunicabilidade era diferente daquela a que foi submetido em Belo Horizonte, na fase do interrogatório, quando havia o desespero sobre o desconhecimento do que poderiam estar falando os seus outros companheiros:

Já estávamos no Linhares mas ainda incomunicáveis, cada um na sua cela. Mas no Linhares não teve incomunicabilidade porque os caras que estavam presos lá já eram experientes. Então eles jogavam coisas para a gente. Apareceu até um rádio de pilha na minha cela. Eles mandavam através da ‘teresa’, que era uma corda, a gente botava a mão para o lado de fora.(RFC)

No entanto, as informações intercambiadas internamente entre os presos políticos não representavam decisões que pudessem colocar em risco as organizações de esquerda. Era “uma discussão política”, mas não significava ações de teor “operacional”. A preocupação dos presos era agir politicamente, possibilitando uma melhor integração dos recém-chegados e visando romper com as regras do sistema opressor. Procuravam não colocar em risco a segurança dos companheiros que ainda poderiam atuar externamente aos presídios, ou até mesmo dos próprios presos políticos,³⁹⁰ apesar de muitas vezes o material produzido ter caído nas mãos da repressão.

No caso de informações de cunho político-partidário, as medidas de segurança deveriam ser adotadas com eficiência. Qualquer informação em poder da repressão era uma ameaça aos presos que poderiam retornar à tortura, para novos interrogatórios. Nesse

³⁹⁰ Depoimento de Gilney Amorim Viana.

contato “o risco não era virtual não, ele era real”, revelou um preso.³⁹¹ Mas toda a dificuldade por nenhum momento impediu os presos políticos de se comunicarem.

E eles não se eximiam de utilizar todas as possibilidades, inclusive o grito de uma cela para outra, ou de um pavimento para o outro da penitenciária. No entanto, os gritos deviam seguir a uma técnica, pois, devido ao tipo de construção de Linhares, não era possível apenas gritar, mas era ainda necessário direcionar a voz para que ela fosse captada pelo receptor da mensagem. Segundo lembrou um deles, dependendo da área em que estivesse localizada a cela do preso político, ele não conseguia falar com um outro ponto do presídio.³⁹²

Assim, quando os gritos não funcionavam, ou não podiam ser usados devido ao tipo de informação que seria trocada entre os militantes detidos das organizações de esquerda, utilizavam-se outros métodos. Papéis eram jogados de uma cela para outra, ou sutilmente deixados em determinados locais do pátio durante o banho de sol para que o outro pegasse os dados.

Segundo os relatos, havia uma maior tolerância da guarda com relação às cartas de amor trocadas entre os presos políticos, quando ainda existia a ala feminina do presídio. Muitas vezes os próprios carcereiros levavam bilhetinhos contendo declarações de amor para as presas da ala “C”, ou delas para os demais pavimentos da instituição.

Quando Carmela Pezzuti chegou à Linhares, imediatamente um preso comum veio avisá-la de que, caso desejasse se comunicar com os filhos, poderia escrever um bilhete que ele faria chegar até os rapazes. E disse que levaria a resposta e a deixaria na janela do refeitório, mas a entregou no dia seguinte com o café da manhã, dizendo que foi impossível deixá-la no local antes combinado.³⁹³

³⁹¹ Idem.

³⁹² Depoimento Waldo Silva.

³⁹³ PAIVA, M. *Companheira Carmela*. op. cit., p. 83.

A maior dificuldade de comunicação, entre as alas feminina e masculina, devido aos pátios isolados, era superada com esses métodos sutis para a troca de informações: “Era gozado porque para tudo o que chegava, a gente criou o hábito de primeiro procurar se tinha alguma coisa”, revelou Maria José Nahas.³⁹⁴ As comidas eram um excelente pretexto para a transmissão de mensagens secretas entre os presos separados por alas na penitenciária:

Quando a gente recebia visitas vinham comidas, não é? Então era um tal da ala feminina mandar as comidas para a ala masculina e vice-versa. E o diretor falava assim: “Não precisa mandar, para quê?”. (risos) E eu lembro que tinha um companheiro da ala masculina, acho que era do Partidão, o Farid (Helou) (...), ele era árabe. Então ele recebia aquelas comidas árabes, não é? Pois uma vez ele recebeu uma comida de damasco que era uma coisa de uma grossura assim que dobrava (faz gestos com a mão demonstrando as camadas). Aí no início a gente começou... (gesto como se olhasse entre as camadas). “Não, eu acho que não tem nada”. Quando eu vi, estava cheio de bilhetes! Era incrível! (risos) (MJCN)

Além da oferta de alimentos, utilizavam ainda outros métodos para cruzar dados. Entre eles, as “balas” ou “cápsulas”, que segundo definição em *Tiradentes: um presídio da ditadura*, eram “mensagens e bilhetes miniaturizados (...) para comunicação clandestina entre os pavilhões de um mesmo presídio, entre diferentes presídios ou entre o presídio e o mundo além-muros”. Eram passadas sob a língua ou em partes do corpo e roupas e tinham a vantagem de poder serem engolidas, caso fossem descobertas.³⁹⁵

Essa tática também foi muito empregada na Penitenciária de Linhares, entre os acusados num mesmo processo, para organizar os depoimentos que seriam prestados nas audiências perante o Conselho Militar da 4ª CJM:

Então a gente tinha combinado o seguinte: o Ângelo ia estudar, fazer a defesa política. E a gente tinha que passar isso para a imprensa. Como é que passa? Uma das maneiras que a gente bolou é que eu ia fazer cópia dessa defesa em papel fininho... As minhas noites eram treinando escrever no papel com a caneta fina...(MJCN)

³⁹⁴ Depoimento de Maria José de Carvalho Nahas.

³⁹⁵ ALMADA, I.; FREIRE, A.; PONCE, J. A.. op. cit., pp. 504-505.

Às vezes a técnica também servia para a comunicação entre os casais. Maria José Nahas relembra que aconteceu, em certas ocasiões, das trocas com o seu marido falharem por sua precisão na hora de fazer a “bala”: “Aí ele xingava que as minhas balas eram bem-feitas demais (...), ele não conseguia abrir. E eu falava com ele que a bala dele era mal-feita, e eu punha na boca e começava a derreter”.

Quando ocorreu o seqüestro do embaixador da República Federal Alemã, Erenfreid Von Holleben, em junho de 1970, seis militantes detidos no presídio de Juiz de Fora foram incluídos na lista de prisioneiros a serem trocados por sua libertação: “Dessa vez a gente tira o Angelo Pezzuti, o pessoal velho de Minas”, comentou com o companheiro Felipe, Alfredo Sirkis, o idealizador da ação, Juarez de Brito, o Juvenal, antes de morrer.³⁹⁶ Quando a rádio, que uma sentinela escutava na guarita, divulgou os nomes exigidos pelos seqüestradores, a informação pode ser ouvida por alguns presos de Linhares:

(...) eu estava dormindo e ele escutou na primeira reportagem da madrugada. E um amigo meu que estava na cela da frente, chamado Délio Fantini, falou: “Oh, Mandiocão! Você está na lista!”. E eu falei: “Que lista, cara!? Deixa eu dormir!”. “Não, você está na lista! Acorda! Seqüestraram o embaixador alemão. Você vai sair!” Aí ele falou que o Angelo Pezzuti estava, que o Murilo estava, falou o pessoal todo que era da COLINA. E que nós íamos ser trocados pelo embaixador alemão.(MAAM)

A informação correu rapidamente nos corredores da Penitenciária. Na ala feminina, Maria José Nahas se lembra que ainda teve tempo suficiente para mandar um bilhete de despedida para Angelo Pezzuti e Jorge Nahas, pois achou que ficaria na prisão, antes dos presos da lista do seqüestro serem levados para a galeria do isolamento de Linhares. Mas recebeu um bilhete respondendo ao seu, escrito pelo amigo: “Não, na minha lista você está!”.

Várias informações sobre o período inicial do interrogatório também foram esclarecidas na Penitenciária de Linhares. Um preso político, que Jaime de Almeida

³⁹⁶ SYRKIS, A. op. cit., p. 167.

pensava estar morto - devido a uma informação passada, como método de tortura psicológica no DOPS da capital mineira -, foi reencontrado por ele na Penitenciária de Linhares. Outros companheiros da militância deste mesmo preso político, e desaparecidos ao longo do período da prisão, foram reencontrados no mesmo presídio, quando todos aproveitaram para trocar informações sobre suas experiências na fase de interrogatório.³⁹⁷

A cada iniciativa da repressão com o intuito de reprimir os presos políticos, eles criavam novas alternativas de se sobrepôr ao sistema, driblando as armadilhas da instituição, nem sempre captadas pelos recém-chegados ou que passaram menor espaço de tempo na prisão: “Eles tinham um código lá entre eles, que eu não sei qual, não deu pra perceber. (...) Então eles tinham um sistema interno de comunicação entre eles”.³⁹⁸

Mas não somente informações clandestinas eram trocadas dentro de Linhares. O coletivo organizou veículos de comunicação, confeccionados pelos próprios presos políticos, que eram utilizados também como o espaço para o debate e para repassar as notícias.³⁹⁹ Entre os que circularam, Nilo Sérgio relembra como aproveitava uma concessão da direção do presídio, um rádio de pilha na sua cela para amenizar o zumbido que tinha no ouvido, para transmitir fatos ocorridos fora dos muros aos companheiros da prisão: “E eu ouvia a Rádio Pequim, eu ouvia a Rádio Havana, etc. E eu editava um jornal que se chamava *Bandeira Vermelha*”.⁴⁰⁰

Muitas vezes as informações de cunho político ficavam restritas aos integrantes de uma mesma organização. Um processado como integrante da CORRENTE, mas que atuava na AP, contou ter lido um documento político dos integrantes do MR-8, que também estavam em Linhares. O documento ficava escondido no cubículo de um dos deles. Mas o integrante da AP não compreende o porquê do acesso àquele documento e ao

³⁹⁷ ALMEIDA, Jaime de. Depoimento escrito encaminhado à Comissão Especial de Indenização às Vítimas de Tortura (CEIVT) e do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria de Estado da Justiça e de Direitos Humanos de Minas Gerais, pp. 01, 03 e 04. Arquivo pessoal de Jaime de Almeida.

³⁹⁸ Depoimento Luiz Flávio Rainho Thomaz Ribeiro.

³⁹⁹ Depoimento de Marco Antônio de Azevedo Meyer.

⁴⁰⁰ Depoimento de Nilo Sérgio de Menezes Macedo.

seu esconderijo, pois na ala em que estava esse preso, somente um outro companheiro pertencia à sua organização, mas não possuíam muito contato. Todos os outros eram do MR-8. Assim, narrou que ficava mais isolado e, apesar de conversar com todos, o debate político era mais limitado, pois “existiam muitas divergências e muita desconfiança também”.⁴⁰¹

Esse fator também denota uma comunicação interna e a organização política, inclusive, entre presos políticos de diferentes organizações no interior da Penitenciária Regional de Linhares, conforme já analisado anteriormente a propósito do coletivo dos presos. No entanto, outro elemento também chama a atenção. A postura de alguns presos políticos reflete a negação de toda a proposta de reeducação de indivíduos considerados subversivos, para sua reincorporação a sociedade, função que seria atribuída a uma instituição penitenciária como a prisão de Linhares em Juiz de Fora.

É surpreendente a atitude desafiadora destes perante a repressão, e que fica expressa nos textos dos processos desenvolvidos contra eles. Ao receberem o “Mandado de Citação”, por exemplo, expedido pela Auditoria Militar mineira convocando alguns denunciados a comparecerem numa audiência, todos os convocados assinaram seu nome na parte obrigatória, em que acusa o seu recebimento da intimação, com os seguintes termos: “Recebi a contra-fé”.⁴⁰²

Essas posturas desafiadoras ao sistema a que permanecem combatendo do interior da prisão serão a tônica das ações de organização política nos presídios. Quando transferidos para uma instituição de reclusão, como a Penitenciária Regional de Juiz de Fora, muitos presos políticos não aderiram às ações do coletivo político ou participaram de movimentos como a confecção de documentos clandestinos, embora não se arrependessem

⁴⁰¹ Depoimento de José Salvati Filho.

⁴⁰² Mandado de Citação com data de 03 de fevereiro de 1970, enviado a Marco Antonio Azevedo Mayer, Murilo Pinto da Silva, Mauricio Vieira de Paiva, Nilo Sérgio de Menezes Macedo, Pedro Paulo Bretas, Irani Campos, Júlio Antônio Bitencourt Almeida, Afonso Celso Lana Leite, Angelo Pezzuti da Silva, Jorge Raimundo Nahas. Processo 73/69, 2º volume, pp.877-886. 4ª CJM.

do passado de lutas. Outros, no entanto, decidiram que aquele período representava uma ruptura com o passado militante e desejavam a liberdade para retornar à vida de antes dos movimentos organizados.

Mas muitos presos políticos jamais interromperam a luta. Em nossa avaliação, eles estavam alimentados pelo gás do que Marcelo Ridenti caracterizou como “romantismo revolucionário”, fruto daquele período específico, e que intentava uma nova conduta humana visando à coletividade⁴⁰³ inspirados em Ernesto Che Guevara, que afirmou: “Hay que endurecerse pero sin perder la ternura jamás”. Daí as ações organizadas de solidariedade entre a comunidade de presos políticos, associadas à combatividade permanente de alguns.

Na análise de uma presa política esse processo somente foi possível para os que não se arrependeram de suas ações passadas e das conseqüências delas: “Mas existe sem dúvida a solidariedade, a cumplicidade entre os presos políticos. Eu acho que quem deve ficar deprimido são as pessoas que arrependem de ter feito aquilo”. Segundo ela, esse foi um fator que contribuiu para a alegria que permeava o seu grupo, apesar de todas as adversidades: “Mas quando você está comprometido, aquilo é uma opção sua de verdade, você encara tudo com força. Agora, para quem arrepende, deve ser muito difícil”.⁴⁰⁴

Além do mais, havia essa crença na permanência da revolução: “Certamente pensávamos continuar a revolução. Embora houvesse alguns presos que visivelmente não estavam interessados em prosseguir. Mas eu tinha isso tranquilo para mim: que eu ia voltar a lutar.(...)”⁴⁰⁵ Nesse sentido, certas dificuldades enfrentadas naquela fase, eram naturais

⁴⁰³ Segundo Marcelo Ridenti: “A utopia revolucionária romântica do período valorizava acima de tudo a vontade de transformação, a ação dos seres humanos para mudar a História, num processo de construção do ‘homem novo’ nos termos do jovem Marx recuperados por Che Guevara”, devendo ser compreendida somente naquele contexto em que ela se insere. IN: RIDENTI, M. *Em busca do povo brasileiro*: op. cit., pp. 24 e 33.

⁴⁰⁴ Depoimento de Maria José de Carvalho Nahas.

⁴⁰⁵ Depoimento de Jaime de Almeida.

ao processo, que acreditavam estar em curso no Brasil, conforme a reflexão contida num testemunho sobre o que seria esta etapa:

Existia no fundo do ar uma cor vermelha. O ar que a gente respirava tinha cheiro de revolução. E ainda que fosse uma minoria, eu digo em seguida: toda revolução é obra de uma minoria, entendeu? Ela só se completa com a adesão da maioria. Mas a adesão da maioria só se dá quando a vitória é quase inevitável. (WS)

E completa sobre a atitude aguerrida dessa minoria revolucionária: “Precisava de uma centena deles para enfrentar um nosso. Por quê? Porque quem acredita num ideal é um indivíduo quase imbatível”.⁴⁰⁶

Dessa forma, com essa possibilidade revolucionária e a consciência da necessidade de manutenção da militância na prisão, o grupo de presos que sustenta a existência de uma organização política no cárcere adota esquemas de continuidade da luta revolucionária. Esse fator explicaria certas ações com possíveis e graves conseqüências, como a transmissão de alguns documentos clandestinos, realizada com eficácia. E, até mesmo, o porquê de tanta exposição por esses presos políticos aos riscos que conheciam bem, pois muitos dos que permaneciam atuando foram extremamente torturados na fase que precedeu à oficialização da prisão.

Quando os presos da penitenciária de Juiz de Fora passavam pela “busca” da guarda por documentos clandestinos, mesmo despidos, escondiam o material em dobras do corpo, entre os dedos dos pés ou das mãos. Era uma ação arriscada, segundo eles, fruto da necessidade. Assim, para Gilney Amorim Viana, o sucesso da ação de passagem de um documento clandestino sob a vigilância da repressão, mesmo após a instalação do parlatório, estaria ainda associado ao tempo de cárcere pois “depois que você viver, conviver e viver muitos anos numa situação dessa, você cria as alternativas”.⁴⁰⁷

⁴⁰⁶ Depoimento de Waldo Silva.

⁴⁰⁷ Depoimento Gilney Amorim Viana.

Vemos o tipo de adequação a que o preso político se submete, quando recluso na instituição total. Isso significa que ele também se adaptará, à sua maneira, àquele cotidiano, procurando meios para lidar com a nova vida. Ao assumir a continuidade da luta política no cárcere, ele se organiza à sua maneira para se contrapor ao sistema regulador que a instituição pretende lhe impor, adequando seu comportamento para se contrapor às regras da Penitenciária.

A mãe de Gilney Viana fala, em certo momento, sobre a dificuldade em compreender a postura política destes presos: “O problema é que era difícil contentá-los politicamente. Eles eram muito radicais e exigiam da gente que não falássemos, não negociássemos, não aceitássemos nada fora daquilo que eles próprios estavam pedindo, ou exigindo”.⁴⁰⁸ Refere-se à conduta assumida pelos presos em reação à repressão adotada no cárcere pelo Exército mineiro após setembro de 1971.

Durante uma das greves realizadas, Gilney retrucou as preocupações familiares, que não compreendiam o flagelo a que se submetiam: “mãe, eles estão querendo nos destruir moral e psicologicamente, nós temos que reagir senão nós viramos todos umas “minhocas” que não conseguem andar de pé e só sobrevivem embaixo da terra”.⁴⁰⁹ Vemos aí a referência ao termo já citado, utilizado para caracterizar os presos políticos que não aderiam à luta contra o regime dentro da Penitenciária de Linhares. O emprego de “minhocas”, uma palavra pejorativa para esses presos políticos, representa a determinação deles em apresentar uma postura de insubmissão aos objetivos funcionais daquela instituição penal.

Essa importância atribuída ao ato de lutar expressa o significado das ações realizadas pelos presos políticos no interior da Penitenciária de Linhares. Demonstrar em grupo a rejeição ao sistema opressor reforçava a percepção dos militantes, que decidiram permanecer na luta política contra a ditadura, de que o período da prisão significava apenas

⁴⁰⁸ VIANA, G. A. *Gloria*, Mãe de preso político. op. cit, p 95.

⁴⁰⁹ Idem, pp.92-93 e p. 93 para a citação.

uma pausa nas suas ações diretas fora da penitenciária, mas que não as interrompia definitivamente.

Vemos, então, que os presos que assumem a continuidade da luta política dentro da Penitenciária de Linhares vivem um duplo embate: primeiro, contra a repressão que atuava dentro do presídio de Juiz de Fora e, segundo, em contraposição ao regime militar, o mesmo motivo que os levara àquela prisão. Num contexto mais geral, predominava esta intenção como estímulo para a luta desses militantes, mas que no cárcere somente se realizaria a partir do enfrentamento com os guardas e a administração penitenciária. Nesse enfrentamento, muitas ações dos presos políticos escapariam para fora dos muros da Penitenciária Regional de Juiz de Fora e tomariam um vulto mais avassalador, contra os governos militares.

4.2. Muito além dos muros: a troca de informações com o exterior

Em suas memórias sobre o período em que atuou no movimento estudantil e na VPR, Alfredo Sirkis expõe em certo momento os fatos que colocaram os militantes de esquerda frente à frente com uma dolorosa realidade:

Tortura. Antes era uma imagem vaga, saída de algum filme: porradas, gritos, pontapés. Não me assustava demasiado. Porrada agüento fácil. Só que era muito pior. Há dias tínhamos recebido um manuscrito elaborado pelo Angelo Pezzuti e outros presos da COLINA, na penitenciária de Linhares. Era a primeira denúncia que alguém conseguia colocar fora da prisão.

(...) Contavam os companheiros, que nos raros dias em que não havia torturas e gritos de dor, eles (os torturadores) ficavam nervosos, angustiados. Pegavam então os presos que já haviam sido interrogados há tempos e torturavam de novo, não mais pelas informações, apenas pra se satisfazer.

O documento de Linhares denunciava também as aulas de tortura. Na PE da Vila Militar tinha havido um curso especial para mais de cem suboficiais, com os presos de cobaia. (...)⁴¹⁰

⁴¹⁰ SYRKIS, A. op. cit., pp. 145-146.

O *Documento de Linhares* é considerado o primeiro relato denunciando torturas saído de presídios políticos. O manuscrito, assinado por doze presos e com considerações de Ângelo Pezzuti sobre a tortura, relatava as sevícias cometidas pelo regime e a situação das prisões no Brasil.⁴¹¹ Eram casos ocorridos em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Seu conteúdo foi aparentemente ignorado pelas autoridades nacionais, mas amplamente divulgado no exterior em 1970.⁴¹²

O material ficou conhecido pelo nome da penitenciária onde foi produzido em 1969, embora não houvesse relatos de torturas cometidas ali. Apenas a denúncia contra o duro regime carcerário imposto aos presos políticos, que permaneciam trancafiados por longo tempo nas celas. Contendo 28 páginas, o documento trata com detalhes a experiência de alguns integrantes da organização COLINA nas ações da repressão. Aborda a violência contra os presos políticos após as “quedas” de janeiro de 1969, na diligência, no DOPS mineiro, na Delegacia de Furtos e Roubos, no 12º RI, todos localizados em Belo Horizonte, e na Polícia do Exército da Guanabara.

Sobre esta instituição, especificamente, narra a aula de tortura ministrada para cerca de 100 oficiais das Forças Armadas, no dia 08 de outubro de 1969, em que oito presos políticos e dois comuns foram cobaias na instrução de métodos sobre interrogatório. Enquanto eram apresentados *slides*, os presos nus eram submetidos, cada um, aos métodos descritos em detalhes pelo tenente Haylton. Foram especificamente investidos como demonstração contra cada preso: choques, esmagamento dos dedos com ferrinhos, latinhas com bordas cortantes em que os presos são obrigados a se equilibrar, pau-de-arara, palmatória e a obrigação de segurar pesos. Todas as situações vividas na PE são descritas sucintamente na denúncia elaborada pelos presos.

⁴¹¹ CHAGAS, Fábio. *VPR A Vanguarda Popular Revolucionária: dilemas e perspectivas da luta armada no Brasil (1968-1971)*. (Dissertação de Mestrado). Franca, SP: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2000., p. 117 – nota 08.

⁴¹² Cf. GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. op. cit., p. 274; e em <www.torturanuncamais-rj.org.br>, em 25 de maio de 2005.

O *Documento* traz ainda o relato sobre pessoas que os signatários presenciaram ser torturados e os seus nomes. Em uma seção específica, descreve os métodos de tortura mais empregados - o pau-de-arara, a hidráulica, o choque elétrico e a palmatória -, os seus objetivos e a reação do corpo do torturado quando submetido a eles, com detalhes referentes a um texto que tem a participação de estudantes de medicina na sua confecção. Na parte intitulada *A institucionalização da tortura – Quem tortura?*, denuncia:

*A tortura está nas entranhas da repressão política. É uma de suas instituições. E vai além disso. A tortura é um dos baluartes da Justiça Militar – Basta que seja examinado um processo político. Tudo encontra seu centro de irradiação, sua pedra de toque, no depoimento do réu. Durante o inquérito policial-militar o exército, os centros de informações e a polícia orientam-se exclusivamente pelas informações obtidas sob tortura.(...)*⁴¹³

O relato oriundo do presídio de Juiz de Fora se destinava ao “Conselho de Defesa da Pessoa Humana”. Elio Gaspari cita o CDDPH (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana) em *A Ditadura Escancarada* caracterizando-o como “uma ambigüidade da ditadura”. A entidade, constituída por “parlamentares e dirigentes de organizações corporativas da sociedade civil”, foi criada em 1968 para investigar possíveis casos que atentassem contra os direitos humanos, mas exercia a prática freqüente de arquivamento das denúncias. No entanto, era o único foro ao qual se podia recorrer oficialmente.⁴¹⁴

Segundo Angela Pezzuti, “o original dele foi entregue ao ministro Alfredo Buzaid na época, que não fez nada. Então esse documento, ele não tem original”.⁴¹⁵ Porém, apesar de suas denúncias não terem sido objeto de investigação, o material foi distribuído entre os militantes de esquerda, grupos de direitos humanos e no exterior, inclusive chegou até o Vaticano. Foi conhecido nos Estados Unidos em março de 1970. Um dos episódios seria encenado no filme *Estado de Sítio*, do diretor grego Costa-Gravas.⁴¹⁶

⁴¹³ *Documento de Linhares*. (Grifo deles). Ver em anexos.

⁴¹⁴ GASPARI, E. *A Ditadura Escancarada*. op. cit., pp. 312-313.

⁴¹⁵ Depoimento de Angela Maria Pezzuti.

⁴¹⁶ GASPARI, E. *A Ditadura Escancarada*. op. cit., p. 274, para EUA e filme de Costa-Gravas. Depoimento de Angela Maria Pezzuti sobre ministro Alfredo Buzaid e Marco Antonio de Azevedo Meyer e Nilo Sérgio

Os seqüestradores do embaixador alemão providenciaram para que o conteúdo do *Documento de Linhares* fosse conhecido por Erenfreid Von Holleben assim que ele chegou ao aparelho onde ficaria recluso: “Traduzi-lhe partes do documento de Linhares e ele pediu uma cópia para o governo alemão. Ficou sinceramente horrorizado pelas estórias dos porões do regime”.⁴¹⁷ Com o desfecho da ação, ao se preparar para partir, o seqüestrado assumiu a causa de seus raptos providenciando uma cópia do material para ser levada ao exterior, comprometendo-se a denunciar as prisões brasileiras em seu país.

Ao mesmo tempo em que as informações contidas no *Documento* corriam o mundo, demonstrando a situação dos presos políticos no Brasil, eram divulgadas entre os militantes de esquerda de variadas tendências, reproduzido sob diversas formas. Na cidade sede da IV Região Militar, as informações também circularam entre os simpatizantes das organizações, e os casos ali relatados marcaram esses depoimentos: “Entre esses documentos que eu tinha, eu estou me lembrando de um especial, de um cara, Angelo Pezzuti. Esse cara, quando chegou aqui, tinha o relato de como ele chegou. E isso foi uma coisa que me marcou muito.(...)”.⁴¹⁸

Segundo Jorge Nahas, um dos signatários, o ambiente criado entre os presos políticos na Penitenciária de Linhares possibilitou a eles colocar em prática essas denúncias:

A gente começou a ver que a gente tinha um papel a cumprir ali. Imediatamente, além daquela tentação permanente da fuga - que isso a gente sempre pensava, mas foi ficando um pouco em segundo plano -, a gente começou a perceber que a nossa experiência era um fator de luta muito importante. De fora, começavam a chegar estímulos para que a gente denunciasse a tortura.

Isso é uma coisa interessante na nossa vida porque nós éramos de classe média. A tortura foi afastada. Desde o Iluminismo ela não faz parte dos processos judiciais, mas ela continua sendo até hoje a prática por excelência. No Brasil, os processos baseiam-se na confissão e a confissão é sob tortura. Isso é assim até hoje. Todo mundo sabe. É um segredo de Polichinelo que se tortura nas delegacias. Nós não superamos esse estágio.

de Menezes Macedo sobre o Vaticano.

⁴¹⁷ SIRKIS, A. op. cit., pp. 209 e 223.

⁴¹⁸ Depoimento de Regina Lúcia de Araújo Matos.

Mas a gente era de classe média, a gente não conhecia essa realidade, a não ser pelos relatos. Ai você foi conhecer lá nos porões mesmo, ali. (...) Mas então, lá é que a gente percebeu o potencial que a gente tinha para denunciar tortura.(JRN)

Reunidos, os militantes da COLINA aproveitaram esse “espaço para a militância da denúncia da tortura” para organizar o seu relato. O documento teria sido uma obra coletiva, em que “a redação foi a muitas mãos”. No entanto, a idéia original e as reflexões seriam obra de Angelo Pezzuti.⁴¹⁹ O redator do documento, porém, é desconhecido, bem como permanece um mistério até os dias atuais a forma como o material foi levado para fora de Linhares.

Esse contato com o exterior, porém, somente pode ser realizado com a cumplicidade das visitas que acobertavam os propósitos de seus familiares e amigos detidos. Angela Pezzuti enfatizou a ação desses familiares, que corroboravam os movimentos dos presos políticos: “Porque a gente teve um trabalho político aqui também com os presos, e levava às vezes algum documento escondido para os presos. Eles também passavam bilhetes para a gente levar. Isso conseguia se fazer, não é?”⁴²⁰

De fato, a hora da visita foi a oportunidade freqüentemente encontrada pelos presos para realizar a comunicação com o exterior. A experiência nas instituições de reclusão, onde o preso possui, a princípio, um contato mais efetivo com as pessoas fora do cárcere, possibilitava uma constante troca de informações:

As visitas a gente usava muito para transitar com informação. (...) Em São Paulo era fácil porque era todo mundo junto, não é? Em São Paulo nós nos comunicávamos não só dentro do presídio entre os incomunicáveis e os que

⁴¹⁹ Depoimentos de Jorge Raimundo Nahas, Marco Antônio de Azevedo Meyer, Nilo Sérgio de Menezes Macedo e Maria José de Carvalho Nahas apontam Angelo Pezzuti como o idealizador. Destacamos, especificamente, a recorrência do nome desta liderança estudantil, citado com freqüência nos processos e nas leituras da bibliografia a que tivemos acesso, e com veemência e admiração por grande parte dos testemunhos. Morto tragicamente num acidente de motocicleta em Paris, em 1975, durante seu segundo exílio, após a saída do Chile provocada pelo golpe de Pinochet, permanece vivo nas lembranças dos que o acompanharam. A evocação de sua memória tornou-se, para aqueles que se consideram membros da resistência à ditadura militar, um símbolo desse período. Ele seria, para este grupo, e até mesmo para a repressão, sob um conceito diferenciado, a expressão daquele momento, em que jovens optaram pela imersão na guerrilha, para a implementação do regime socialista.

⁴²⁰ Depoimento de Angela Maria Pezzuti.

já estavam estabelecidos, como nós nos comunicávamos com outros presídios usando as visitas, os parentes. E nos comunicávamos inclusive com as nossas organizações. Em São Paulo eu mantive, um ano e meio que eu fiquei lá, preso, um contato estreito com a Ação Popular.(WS)

Nesse sentido, a visitação acabava se tornando uma chance para a organização dos presos políticos e envolvia aqueles que os procurassem, e que estivessem de acordo em colaborar, transportando documentos clandestinos. Essa prática generalizada em prisões para a reclusão da ditadura militar, ocorreu também na Penitenciária José Edson Cavallieri, principalmente no início de seu funcionamento como presídio político, quando não havia tanto rigor nas visitas, conforme relatado: “A gente aprontava uma confusão. Passava um monte de coisas de um lado e do outro”.⁴²¹

Essa atuação dos familiares de presos, aliada à luta permanente pela melhoria das condições carcerárias, com o tempo, levou-os também à militância política efetiva contra a ditadura militar. Como ocorreu, por exemplo, com um grupo de mães que protestaram contra o endurecimento do regime carcerário na Penitenciária de Linhares. Fizaram freqüentes denúncias públicas da situação, quebrando o pacto de silêncio que o medo impunha durante a ditadura.

Maria da Glória Amorim Viana relembrou quando as mães de presos políticos em Linhares e na Penitenciária Feminina de Belo Horizonte tentaram entregar um manifesto ao presidente Médici, numa visita que este fazia à capital mineira. “Não sei falar o que senti naquele momento. Acho que pensei no meu filho, nos presos e nas presas que estavam sendo massacrados na cadeia”, relata no livro de suas memórias, que possui o singelo nome de *Glória Mãe de preso político*.⁴²²

Dessa forma, os sujeitos exteriores vinculados à Penitenciária de Linhares, devido à reclusão de parentes e amigos, acabavam envolvendo-se na militância desses presos,

⁴²¹ Depoimento de Maria José de Carvalho Nahas.

⁴²² VIANA, G. A. *Glória Mãe de preso político*. op. cit., pp. 103-105.

podendo ser os responsáveis pela divulgação de documentos clandestinos, que resultaram em denúncias contra os governos militares.

Mas existem outras especulações sobre a saída do *Documento de Linhares*. Maria José Nahas relembra a possibilidade de redigir textos denunciando a fase do interrogatório e entregar à direção penitenciária para a divulgação, embora segundo tenha conhecimento, o de sua autoria tenha sido extraviado.⁴²³ Seus próprios colegas de organização denunciariam posteriormente a apreensão de informes pela direção do presídio, demonstrando que esse caminho não seria o mais confiável para a realização de denúncias.

Porém, essa hipótese também não seria improvável no caso específico do *Documento de Linhares*, pois o próprio manuscrito contém em anexo uma carta redigida posteriormente e assinada por Angelo Pezzuti, datada com o dia 19 de dezembro de 1969 e a letra de seu signatário, em que narra um acontecimento similar. Segundo ela, o diretor da penitenciária pegou o *Documento* e acabou por entregá-lo a um major da PM, conhecido torturador de presos políticos. Embora não afirme com todas as letras, Ângelo Pezzuti subentende a intenção da administração carcerária em devolver o material aos presos, pois atribui seu extravio a uma artimanha do referido policial militar: “O Diretor, na maior boa fé, entregou-lhe o manuscrito, que já estava assinado por treze de nós, com o compromisso de que seria devolvido na quarta-feira, dia 17, às 12 horas.”⁴²⁴

Ainda segundo o anexo do *Documento de Linhares*, o motivo para o major mentir para o diretor do presídio de Juiz de Fora e desaparecer com o manuscrito, era o seu receio em ser citado como o responsável por uma das sevícias relatadas no texto, coisa que não aconteceu pois ele não teve contato com nenhum dos autores desses relatos. Mas Ângelo Pezzuti alerta: “Mais de uma dezena de companheiros presos aqui em Linhares atualmente foram torturados pessoalmente por ele. Esses companheiros também estão preparando a

⁴²³ Depoimento de Maria José de Carvalho Nahas.

⁴²⁴ PEZZUTI, Angelo. Carta anexa ao *Documento de Linhares*. IN: *Brasil: Tortura e morte de presos políticos*. (Livreto). Arquivo pessoal de Maria José Nahas.

sua denúncia”, o que revela a intensidade dessa atividade na instituição. Dessa maneira, com o extravio da primeira cópia, o documento foi reconstituído – “é difícil esquecer o que passamos”, alega.

Segundo declarou Carmela Pezzuti à historiadora Isabel Leite, o material teria sido retirado pelo pai de Ângelo Pezzuti, que o entregou assim que ele ficou pronto.⁴²⁵ O que pode ter acontecido foi uma confusão da mãe de Angelo, com outro documento apreendido, *Até Sempre 3*, que gerou um processo contra seu ex-marido. No entanto, essa possibilidade também não deve ser descartada, pelo próprio fato dele ter sido encontrado tentando retirar clandestinamente um material da prisão. Durante o interrogatório que sofreu na Auditoria Militar nesse processo, está descrito no Termo de Perguntas ao Indiciado ter sido encontrado levando livros não permitidos para os filhos na Penitenciária.⁴²⁶

No entanto, diversas são as possibilidades sobre a maneira da retirada do relato. Segundo Marco Antônio Meyer, outro signatário do *Documento de Linhares*, há hipóteses incertas: “Esse manifesto saiu, me parece, numa caixa. Porque nós devolvemos alguma coisa... Uma caixa de uva. Eu não sei, foi um esquema muito bem bolado. (...) Eu acho que saiu via esse esquema do guarda que tinha lá, e que gostava de tomar uma branquinha e ele levava tudo que a gente pedia”.

Nilo Sérgio de Menezes Macedo não assina a cópia divulgada embora o material contenha seu relato e seu nome seja ali citado por diversas vezes. Talvez tenha assinado a primeira versão, que foi extraviada, visto que esta continha 13 assinaturas e não 12, como no texto conhecido. Segundo ele, a passagem do texto para o exterior “era um troço todo clandestino. Porque eles não iam deixar sair denúncias. Foi um negócio feito, passado...—

⁴²⁵ Depoimento de Carmela Pezzuti a Isabel Leite. Apud: LEITE, Isabel Cristina. *COLINA: Oposição Armada e Memórias do Regime Militar em Belo Horizonte (1967-1969)*. (Monografia de Bacharelado). Mariana, MG: UFOP, 2006, p. 82.

⁴²⁶ Termo de Perguntas ao Indiciado: Theofredo Pinto da Silva, 20 de abril de 1970, p. 85. Processo 32/70 (2 volumes), p. 85. 4ª CJM.

eu não tenho detalhes como a coisa foi passada –, mas era uma coisa debaixo dos panos. Sabe, uma coisa clandestina.”

Angela Pezzuti também não sabe como o *Documento de Linhares* foi retirado da penitenciária: “Não sei. Ninguém sabe”. Para Jorge Nahas, a explicação desse vácuo na memória sobre a retirada do manuscrito está relacionada às medidas de segurança que a operação exigia, devido ao alto risco nela contida, pois “essa é a típica informação que você não compartilhava”. E completa: “Então você vai ter que dizer que os guerrilheiros eram tão ciosos da clandestinidade que até hoje ninguém sabe quem tirou o *Documento*. (risos)”

Há duas hipóteses para a ausência de informações sobre a retirada clandestina do *Documento de Linhares*: o esquecimento ou desconhecimento dos fatos pelos autores dos testemunhos disponíveis, ou a intenção deles no segredo, por determinados aspectos que o envolviam. De fato, um preso político de outra organização chegou a nos negar certos dados sobre os métodos de envio de documentos para o exterior. Alegou em tom cordial: “As formas, eu não vou te contar todas. Os presos sempre precisam resguardar. Eu não sei se amanhã eu vou preso de novo, não é?”.⁴²⁷

No entanto, acreditamos que essa regra não se aplica no caso específico do *Documento de Linhares*. Assim, desconsideramos a segunda alternativa, pois não acreditamos que esse seja um caso onde se omita uma informação pela situação traumática que ela envolvia. Ainda durante os interrogatórios na Justiça Militar naquela época, seus autores não esconderam a tentativa de divulgar materiais dessa espécie, e mantiveram um esforço contínuo para tornar público o conteúdo denunciado naquele texto.

Talvez a saída desse material tenha sido obra de um único indivíduo que guarda consigo o segredo da ação. Ou até mesmo, a passagem desse documento tenha ocorrido de

⁴²⁷ Depoimento de Gilney Amorin Viana.

uma forma tão simples, como propiciada pelo diretor da penitenciária ou um carcereiro, que passou obscurecida nas memórias dos presos políticos de Linhares.

O fato é que as informações contidas no *Documento de Linhares* foram largamente divulgadas. Com o tempo, o assunto tomou proporções federais e foi tema de um relatório produzido pela comunidade de informações visando negar as denúncias de torturas que eram divulgadas no exterior. A preocupação dos agentes da repressão, devido às ações dos presos da Penitenciária Regional de Juiz de Fora, foi abordada em documento encabeçado pelo título: “caso Ângelo Pezzuti e da penitenciária de Linhares”.⁴²⁸

Assim, a passagem de documentos contendo denúncias dos presos de Linhares para fora da prisão, significaria a possibilidade de represálias. Implicaria no endurecimento do regime carcerário, como de fato ocorreu com o tempo, culminando com a instalação do parlatório.

Os redatores do *Documento de Linhares* possuíam essa consciência e declararam no texto de abertura: “(...) decidimos entregar nas mãos do Conselho, juntamente com esta denúncia, a responsabilidade da vigilância sobre o que possa nos acontecer daqui por diante, no que diz respeito à nossa integridade física e moral.”⁴²⁹ Segundo *Os Carbonários*, a denúncia passou a ser uma ameaça ao grupo, pois o “governo Médici esbravejava contra o denegrimiento da imagem do país no exterior”.⁴³⁰

No entanto, os presos políticos manteriam as suas ações. Outro documento, *Até Sempre 3*, seria o terceiro apreendido no presídio, somente durante a gestão do capitão Walter da Fonseca e Silva na direção da Penitenciária de Linhares. Segundo o major Arthur José Walter Verlangieri, as visitas e a ação dos parentes dos presos eram prejudiciais à “reeducação complementar e manutenção da mesma”, referindo-se aos

⁴²⁸ Apud: FICO, C. *Como eles agiam*: op. cit., p. 131. nota 59.

⁴²⁹ *Documento de Linhares*, ver em Anexos.

⁴³⁰ SIRKIS, A. op. cit., p. 167.

presos e à Penitenciária de Linhares.⁴³¹ Nesse período, então, as autoridades militares já sentiam o incômodo da reunião de militantes políticos naquela instituição.

O livreto *Até Sempre 3*, em posse do pai dos irmãos Angelo e Murilo, no primeiro semestre de 1970, possui oito páginas e foi escrito à mão em papel de seda. Entre as preocupações das autoridades militares estava o número “3” somado ao título, o que significaria ser este material o terceiro de uma série. Onde estariam os outros? Essa foi uma das perguntas que permeou os interrogatórios. Mas os presos políticos alegaram que outras produções do gênero foram afixadas no próprio refeitório da penitenciária.⁴³²

O objetivo do material apreendido seria a divulgação da audiência realizada no dia 19 de março de 1970, na sede da Auditoria da 4ª CJM perante o Conselho Militar. A sessão teve duração de 27 horas, sem que os presos pudessem se alimentar ou descansar, conforme denunciaram. Em seus depoimentos, alguns presos políticos processados por vínculo com a organização COLINA, negaram o teor dos IPMs formulados sob tortura, denunciaram os responsáveis pelas sevícias em diversas instituições e maus-tratos na Penitenciária de Linhares, reproduzindo as informações contidas no *Documento de Linhares*, e desafiaram o governo instituído após o golpe civil-militar:

*(...) As declarações assim feitas (sob tortura), não são verdadeiras, não são declarações válidas. São, isto sim, o produto do sistema terrorista de interrogatório, a que são submetidos os presos políticos. (...) Estas sentenças serão nossas medalhas de honra. Pela derrubada da Ditadura dos exploradores e pela construção do govêrno dos trabalhadores”*⁴³³

O caderno foi datado como “Revista Quinzenal”, e o seu cabeçalho indica a data de fevereiro e março do ano corrente. O título “A Ditadura no Banco dos Réus” é uma amostra do texto de abertura que afirma em seu conteúdo: “(...) os processados, numa

⁴³¹ Relatório. Major Arthur José Walter Verlangieri (encarregado de IPM), em 07 de maio de 1970, Processo 32/70, p. 220. 2º volume. 4ª CJM.

⁴³² Termo de Inquirição de Testemunha: Angelo Pezzuti da Silva. Sessão realizada na sede da 4ª CJM em 24 de abril de 1970, Processo 32/70, p. 111. 1º volume. 4ª CJM.

⁴³³ Depoimento de Murilo Pinto da Silva, constando no documento *Até Sempre 3* – Caderno Especial. Revista Quinzenal: Debates, Fevereiro – Março/1970. Documentação clandestina apreendida na Penitenciária Regional de Linhares. Processo 32/70, 1º volume, p. 18. 4ª CJM.

autêntica postura de comunistas e revolucionários, assumiram perante a História, o papel de Promotores, apresentando para o oportuno julgamento denúncia dos crimes cometidos contra o povo pela gorilagem.”⁴³⁴ Assina o material certo “H. Expect”.

Durante o processo de inquirição aos envolvidos na passagem de documentos, apreendido em abril de 70, Angelo Pezzuti respondeu ao ser perguntado o que seria o *Até Sempre 3* que pensava significar “Até Sempre, uma saudação e o 3 o número do exemplar (..)”⁴³⁵ Essa atitude poderia ser interpretada como uma tentativa do preso em se resguardar, ou como uma postura desafiadora diante dos seus interrogadores, denotando até um certo deboche. Para os militantes da esquerda dos anos 60 e 70 o significado da expressão ia além. A saudação está associada a Ernesto Che Guevara e a Revolução Cubana, e tornou-se um dos símbolos da luta anti-imperialista.⁴³⁶

Ao longo do texto estão narrados os depoimentos de Pedro Paulo Bretas, Nilo Sergio Menezes de Macedo, Afonso Celso Lana Leite, Angelo Pezzuti, Júlio Bittencout de Almeida - que durante a sessão, apesar de já estar preso e recolhido no presídio de Juiz de Fora, teve voz de prisão decretada por desacato às autoridades-, Maurício Vieira de Paiva, Murilo Pinto da Silva e Irany Campos. Somente o depoimento de Jorge Raimundo Nahas não pôde ser transcrito “por motivos técnicos”, conforme afirmaram o(s) redator(es) do folheto.⁴³⁷ Nesse período ele já estava afastado do grupo, detido do 4º RO.

Ao compararmos as declarações transcritas no caderno *Até Sempre 3* com as cópias dos Autos de interrogatório e qualificação de cada militante, a propósito da mesma sessão ocorrida na Auditoria Militar que estão no processo contra a organização político-militar,⁴³⁸ a fidelidade é impressionante. Fazemos essa constatação apesar da prática, nos tribunais

⁴³⁴ Panfleto apreendido *Até Sempre 3*, Processo 32/70, p. 13. 1º volume. 4ª CJM.

⁴³⁵ Termo de Inquirição de Testemunha: Angelo Pezzuti da Silva. Sessão realizada na sede da 4ª CJM em 24 de abril de 1970, Processo 32/70, p. 111. 1º volume. 4ª. CJM.

⁴³⁶ A expressão ficou eternizada com a música “Hasta Siempre, Comandante”, cantada pela primeira vez por Carlos Puebla na praia de Varadero, em Cuba, em maio de 1967, durante o Encontro da Canção de Protesto, e se converteria na música símbolo do guerrilheiro após a sua morte na Bolívia. IN: JIMÉNEZ, José Miguel. *Hasta Siempre, Comandante*. <www.margencero.com/musica/che/che1.htm>, em 17 de julho de 2006.

⁴³⁷ Idem.

⁴³⁸ Processo 73/69, 3º volume. 4ª CJM.

militares, da interrupção dos testemunhos pelo juiz militar, para a transcrição dos dados conforme fossem ditados por ele.⁴³⁹ Provavelmente, no caso do processo relatado em *Até Sempre 3*, há essa similaridade devido ao intuito do Conselho Militar em reunir outros materiais contra esses presos. Porém, tal como denunciado no próprio documento citado, certos depoimentos não foram transcritos no processo.

O que torna a atitude desses presos políticos ainda mais desafiadora é o fato de que esses acontecimentos se desenrolaram nos anos considerados os mais tenebrosos do regime militar, no que diz respeito à repressão. Um deles afirmou durante seu depoimento na Auditoria Militar:

*Este Conselho é representante da Ditadura facista (sic.), não reconheço sua competência para julgar meus atos. Só ao povo, só à História, é dado o direito de julgar os revolucionários e tenho a certeza de que seremos absolvidos.*⁴⁴⁰

Esse comportamento radical e organizado dos presos políticos nem sempre aconteceu, especialmente perante a um Conselho Militar durante o julgamento. Mas foi recorrente em outros casos na IV RM, praticados por presos políticos durante o mesmo período, militantes da CORRENTE, que são narrados no documento apreendido.

Gilney Amorim Viana também foi autor de um documento, uma carta de defesa enviada ao Conselho de Sentença, que acabou sendo utilizada em seu julgamento, no processo da CORRENTE, para condená-lo. No texto, assumia sua intensa participação na organização e defendia “a luta armada contra ditadura militar”. Declarou publicamente que não se arrependia de seus atos. Segundo sua mãe, afirmava “(...) que se pudesse faria tudo de novo com mais competência e com melhores resultados e que a luta de resistência contra a ditadura militar e pelo ideal socialista continuava, mesmo no cárcere”.⁴⁴¹

⁴³⁹ Depoimento de Jorge Raimundo Nahas.

⁴⁴⁰ Depoimento de Nilo Sérgio de Menezes Macedo, constando no documento *Até Sempre 3 – Caderno Especial*. Revista Quinzenal: Debates, Fevereiro – Março/1970. Documentação clandestina apreendida na Penitenciária Regional de Linhares. Processo 32/70, 1º volume, p. 18. 4ª CJM.

⁴⁴¹ VIANA, G.A. *Glória Mãe de preso político*. op. cit., p. 102.

A repercussão das ações dos presos políticos que passaram documentos clandestinos para fora dos muros da penitenciária representou um recrudescimento da repressão contra suas visitas. Angela Pezzuti foi condenada pelo Tribunal Militar a penas que somariam 28 anos de prisão, enquadrada em três artigos da Lei de Segurança Nacional. Não foi presa, mas proibida de ir à Penitenciária de Linhares visitar seus familiares.

Quando saiu a notícia da prisão da namorada de um dos seus sobrinhos no jornal, a tia teve a idéia de levar o retrato da moça, camuflado entre os alimentos, na visita que faria juntamente com a avó dos rapazes. “Então disse: *Mamãe, vamos levar para o Angelo ver o retrato da Aretuzza*. Nós passamos no supermercado, compramos uma dúzia de ovos, eu parti o jornal todo e enrolei cada ovo. Arrumamos tudo, compramos frutas, e fomos para o QG para pegar a ordem de visita.”⁴⁴²

Ao chegarem no quartel general, foi chamada pelo major, que contou que os presos políticos estavam muito revoltados e exigiu que ela somente prestasse apoio moral a eles. “Eu falei: *Mas os rapazes, eles estão revoltados, tem uma justificativa, é que esses rapazes, major, foram muito torturados. Foram muito torturados, principalmente no Rio de Janeiro. (...)*”. Diante dessa situação, Angela ainda hesitou em passar os jornais clandestinamente, mas prosseguiu, pois nunca havia sido revistada pela guarda de Linhares:

E nesse dia, eles estavam começando a dar busca nas coisas que os familiares levavam. Eles já tinham dado busca na penitenciária toda. Tiraram o pessoal da cela, deram busca. Mas eles souberam, parece que deram jeito em algum documento lá, esses detalhes eu não sei. Eles estavam começando a dar busca lá. (...) Então eles começaram a olhar. E nesse olhar tudo, eles juntaram as folhas de jornal e viram que era uma folha propositadamente embrulhando os ovos. Aí eu sentei lá, veio o Ângelo e o Murilo, eu falei: “Angelo, eu e a Nonna – chamava (a avó de) nonna em italiano -, nós embrulhamos aí. A Aretuzza foi presa e saiu um retrato grande dela no Jornal do Brasil, então eu embrulhei uns ovos com o jornal para você ver o retrato dela”. Ele falou: “Ih! Tia Angela, não precisa dessas coisas não. Nós aqui do coletivo já estamos comprando o Jornal do Brasil.”.(AMP)

⁴⁴² Depoimento de Angela Maria Pezzuti.

Apesar da notícia já ser conhecida, por ter sido liberado o acesso ao jornal dentro da prisão, Ângela Pezzuti sofreu represálias pelo ato que cometeu, o “caso dos ovos”, como ficou conhecido. Na denúncia feita pelo promotor militar, onde relata que no seu encontro com o major no QG da IV RM, teria insistido para visitar os sobrinhos dizendo que prestaria “apoio moral”, foi acusada de tentar passar informações que serviriam como “matéria prima para o acirramento do ódio, da veiculação de calúnias e difamações contra as Autoridades, as Forças Armadas (...)”.⁴⁴³

Mesmo tendo em consideração o descumprimento das regras penitenciárias, devido à passagem de material clandestino, trocado entre os presos políticos e as suas visitas, a punição a Angela Pezzuti seria exagerada. Ela tentara introduzir na penitenciária uma informação previamente conhecida pelos presos políticos, a partir de um veículo de comunicação já conhecido e com o consentimento da direção penitenciária, o *Jornal do Brasil*. No entanto, sua tentativa ocorreu apenas uma semana após a apreensão do panfleto *Até Sempre 3*, o que tornou os parentes do grupo de presos políticos ali citado visados pela repressão.

Além do mais, a época em que ocorreu o fato foi quando a repressão atingia seu auge operacional. E perante seus agentes, naquele momento de perseguição, qualquer ato poderia ser considerado pelas autoridades militares como “propaganda subversiva”. Este foi um conceito amplo aplicado genericamente e de forma abusiva, segundo relata *Brasil Nunca Mais*. Neste livro, o processo por nós citado, contra familiares e membros da organização COLINA, figura como exemplo da distorção praticada em tribunais de exceção nos anos do regime militar.⁴⁴⁴

⁴⁴³ Processo 32/70, Theofredo Pinto da Silva e outros. Processo recolhido no Arquivo do Superior Tribunal Militar em Brasília (DF). Denúncia apresentada pela Procuradoria Militar da IV Região Militar sobre o IPM 47/70. Volume 1, p. 04. 4ª CJM.

⁴⁴⁴ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil Nunca Mais*. op. cit., p. 163.

Mas esse não foi um caso singular nos presídios da ditadura. Caso similar aconteceu no Presídio Tiradentes, na capital de São Paulo, com Alípio de Freitas e seus companheiros da prisão:

*Até processos contra nós foram instaurados no Presídio. Pode parecer absurdo, mas é verdade. Eu mesmo respondi, com outros companheiros, a dois inquéritos que deveriam ser transformados em processos. Inquéritos com delegado e tudo o mais, como manda o figurino.*⁴⁴⁵

No entanto, devemos também considerar a já enfatizada postura combativa de alguns presos políticos contra a ditadura militar, mesmo com as investidas contra seus atos. A partir de um endurecimento da rotina carcerária na penitenciária de Juiz de Fora e a introdução de novos métodos de vigilância na visitação, a troca de documentos permaneceu, embora fosse “(...) mais complicado porque o sistema de visita era individualizado (...)”, compara Waldo Silva com o presídio paulista onde permaneceu por mais tempo.⁴⁴⁶

Mesmo após a instituição do parlatório, as informações com o exterior não deixaram de ser trocadas. Segundo um preso político, era necessário “ter muito sangue frio”, pois os presos políticos eram despídos para a revista minuciosa da guarda antes de encontrarem suas visitas. O papel com a informação era pequeno, dobrado em várias partes, segundo a técnica que ficou conhecida como “cápsula” ou “bala”.⁴⁴⁷

Mas a passagem de informações às vezes acontecia diante dos agentes da repressão, o que demonstra uma intenção dos presos políticos de afrontar o sistema. Os presos também se comunicavam com o exterior por correspondências. As cartas eram minuciosamente vistoriadas pela censura interna da Penitenciária de Linhares. Muitas se perderam destruídas pela censura, e os presos sabiam disto, então procuravam controlar o

⁴⁴⁵ FREITAS, A. op. cit., p. 145.

⁴⁴⁶ Depoimento de Waldo Silva.

⁴⁴⁷ Depoimento de Gilney Amorim Viana.

material que trocavam com seus familiares para não haver a sua deturpação pelos agentes repressivos.⁴⁴⁸

Alguns presos políticos, conscientes da censura, quando era necessário, aproveitavam as correspondências para afrontar seus opressores. Um deles, quando transferido de Linhares para o presídio de Tiradentes, manteve correspondência com uma amizade feita na prisão de Juiz de Fora. As cartas eram supervisionadas pela censura das duas instituições, mineira e paulista. Entretanto, ele contou ter recebido uma carta de Juiz de Fora em que o colega narrava um embate entre os presos e a polícia política, pois um guarda do presídio achava ter sido chamado de cabeça-de-bagre. Então:

(...) Eu notei como esse meu colega tinha prazer em escrever cabeça-de-bagre na carta, sabendo que ia ser lido pelo censor do presídio. Então eu respondi de lá falando também, “que história é essa do cara achar que é cabeça-de-bagre e tal”, só assim pra zombar da pessoa. E pelo jeito a censura não estava se preocupando com esse tipo de detalhe na correspondência. (JA)

As afrontas aos guardas do presídio, que poderiam ser punidas internamente, eram um mal menor para o regime militar, que teria que se desdobrar buscando explicações plausíveis para as várias denúncias produzidas no cárcere e amplamente divulgadas em alguns setores. As torturas não eram excessos. Os inquéritos eram forjados. No interior das instituições repressivas, aquela memória subterrânea dos presos políticos começava a aparecer.

E, a partir de então, contribuiria para a formulação de novas versões, que com o tempo passaram a ser objeto de reflexões críticas dentro das ações repressivas no interior das próprias Forças Armadas, conforme revelou anos mais tarde, o Brigadeiro Oswaldo Terra de Faria: “Houve um comprometimento da profissionalização militar, na medida em

⁴⁴⁸ Gilney Amorim Viana nos contou ter o hábito de enumerar as cartas que trocava com a sua esposa na época - ela também uma ex-presa política da Penitenciária de Linhares, mas solta antes - para evitar que fossem distorcidas pela repressão.

que a prioridade foi o uso exagerado e indevido da chamada “segurança nacional”, que passou a ser tratada e adotada de forma anti-democrática”.⁴⁴⁹

4.3. Na saída de Linhares: a luta continua!

A mensagem dos presos políticos era repassada àqueles que finalmente alcançavam a liberdade na Penitenciária de Linhares:

Aí chegou um cara e começou a chamar a gente. E falou: “Junta as coisas que vocês têm, a roupa, isso tudo, que vocês vão sair.” (...) Na hora de sair, era emocionante também. A maneira como que o pessoal que ia continuar lá, não desse grupo, mas de outros, abraçavam a gente, você está entendendo? (...) Na hora de despedir da gente, viam que a gente estava saindo, e ao mesmo tempo em que eles demonstravam aquela alegria, satisfação em saber que a gente estava saindo, a gente sentia que eles também queriam estar na nossa situação. Aí eu me lembro que eles falavam: “Olha, continua na luta! (...) Para nós sairmos daqui, nós dependemos de vocês lá fora”. (LFRTR)

Os autores dos testemunhos a nós prestados saíram da Penitenciária de Linhares das mais variadas formas. Muitos alcançaram a liberdade. Foram absolvidos ou libertados após o cumprimento da pena estabelecida pela condenação na Justiça Militar. Alguns partiram para o exílio, ao serem trocados por embaixadores seqüestrados e, no caso específico dos militantes da COLINA, o representante do governo alemão.

Outros, porém, permaneceram presos. Apenas trocaram o local onde ficariam detidos, levados a instituições mais tolerantes, como Gilney Amorim Viana, que deixou Linhares na segunda metade dos anos 1970, e foi para o Presídio Político Milton Dias Moreira, no Rio de Janeiro. Ou, ainda, foram transferidos para instituições mais traumáticas, como Nilo Sérgio de Menezes Macedo, que foi levado para o Manicômio Judiciário Heitor Carilho, no Rio de Janeiro.

⁴⁴⁹ Brigadeiro Oswaldo Terra de Faria foi Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica nos anos 70 e eleito presidente do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos em 1986. A afirmação acima citada é parte do depoimento prestado ao jornalista Hélio Contreiras. IN: CONTREIRAS, H. *Militares-Confissões*: op. cit., p. 93.

Mas a militância pelo fim da ditadura militar e favorável a melhores condições carcerárias não seria encerrada com a saída da Penitenciária de Linhares. Aqueles que foram colocados em outras instituições, organizaram-se em novos grupos para exigir melhores condições carcerárias, até, finalmente, à manifestação por uma Anistia que fosse ampla, geral e irrestrita. Em 1979, alguns presos políticos do presídio da Frei Caneca, no Rio de Janeiro, deflagraram uma greve de fome geral, que durou 33 dias, contra a maneira como vinha sido conduzido o processo. Entre eles, Gilney Amorin Viana e Antônio Pereira Mattos, oriundos da Penitenciária Regional de Linhares.⁴⁵⁰

Entre as manifestações que mobilizaram ex-presos políticos da Penitenciária de Linhares em concomitância com aqueles que ainda permaneciam internos, estão as iniciativas para o levantamento de fundos revertidos para as despesas. Entre elas, a produção artesanal passou a ser um trabalho exercido pelos presos políticos em conjunto com os ex-presos, parentes e simpatizantes da causa.

A oficina de artesanato dos presidiários de Linhares demorou muito tempo para ser constituída, devido às regras rígidas proibindo os presos de manejarem aparelhos cortantes em suas celas. Assim, após várias reivindicações, somente pôde organizar essas atividades o grupo que estava isolado na antiga galeria feminina. No entanto, segundo relembrou Gilney Amorim Viana, os trabalhos iniciais eram feitos com cacos de vidro: “Pegávamos um coco e ficávamos fazendo aquele trabalho... Porque eles não deixavam a gente ter instrumentos”. Quando passaram a trabalhar artesanato em couro, o material cortante era emprestado e, ao final dos trabalhos, confiscado pela guarda.

Pela iniciativa dos presos políticos, a Penitenciária de Linhares passaria a exercer com essas atividades uma das funções a que se destinara, quando houve a sua idealização. A proposta inicial seria o presídio de Juiz de Fora funcionar como uma instituição que

⁴⁵⁰ DIAS, Luzimar Nogueira (org.) *Esquerda Armada: testemunho dos presos políticos do Presídio Milton Dias Moreira no Rio de Janeiro*. Vitória: Edições do Leitor, 1979; e, VIANA, G.A. e CIPRIANO, P. op.cit.

permitisse aos presos o exercício de uma atividade, evitando o ócio. Como a única política empregada pela administração carcerária contra os internos do presídio foi de caráter repressor, os presos políticos somente puderam exercer trabalhos por iniciativa própria.

O material produzido na penitenciária era vendido e o dinheiro revertido na compra de bens materiais para o coletivo, para financiar a viagem dos parentes de presos que não possuíam condições e para pagar advogados de defesa. Ângela Pezzuti, foi uma das pessoas que, mesmo após a saída de seus familiares, manteve contato com a Penitenciária através da compra e revenda de artesanatos. Ela relembra que:

Era muito difícil no princípio porque as pessoas não queriam comprar os artesanatos porque tinham medo. A ditadura militar muito grande. E os artesanatos não eram bonitos, porque eles estavam começando a fazer. Depois eles foram aperfeiçoando, eles fizeram coisas lindas em couro, em bijuteria. Então a gente vendia, a Efigênia trazia e a gente tinha as famílias dos ex-presos que foram banidos ou que saíram da prisão que ajudavam a vender. Então vendia muito para estudante. Com o começo da abertura isso virou uma preciosidade.(AMP)

À época, esposa de um dos presos políticos, e também ex-detenta da Penitenciária de Linhares, Efigênia Maria de Oliveira, era responsável por organizar as vendas da produção de artesanato. Vários amigos e parentes de presos políticos participavam: “era muito trabalhoso, mas era confortante saber que muita gente comprava por solidariedade. Era uma forma das pessoas participarem. (...)”, segundo Maria da Glória Amorim Viana.⁴⁵¹

Essa prática, por outro lado, auxiliou também a outras tentativas de levantamento de fundos para ajudar os presos políticos. Pois os exilados passaram a promover na França festas com temáticas brasileiras, cujo dinheiro arrecadado era revertido para os colegas detidos no Brasil. Quando um grupo passou a exigir comprovação do emprego do dinheiro para a finalidade a qual era destinado, a solução foi encontrada nos artesanatos. O valor recebido era sutilmente anotado atrás dos quadros feitos na penitenciária: “E como é que a gente ia dar um recibo que você recebeu dinheiro do exterior para poder dar assistência a

⁴⁵¹ VIANA, G.A. *Glória*, Mãe de preso político. op. cit., p.121.

preso político, em pleno regime militar? É uma loucura. Eu falei: *Então não vamos receber dinheiro nenhum*. Mas aí eles acharam uma maneira. Atrás do quadro, eles punham o valor. Como se fosse o número do quadro.”⁴⁵²

Com o tempo, os presos de Linhares desenvolveram suas aptidões e fizeram belos trabalhos em couro, madeira e miçangas. Eram objetos sob diversas reproduções como colares, bolsas e até mesmo quadros, como o que Gilney Amorim Viana fez para sua mãe, retratando o seu rosto. No entanto, devemos considerar aqui as observações de um preso político, detido no Presídio Tiradentes, onde foi fundado um ateliê entre os militantes das organizações de esquerda. Segundo Sergio Sister declarou a Marcelo Ridenti, no livro *Em busca do povo brasileiro*, o caráter artístico daquelas obras seria o seu aspecto menos importante. E sim a sua função, pois segundo seu depoimento, “aquele trabalho funcionou na recuperação de uma identidade e na elaboração de um senso de apropriação de um espaço espiritual numa época de trevas”.⁴⁵³

Mais uma vez, seria o trabalho organizado dos presos políticos a reafirmação da identidade de seu grupo. Os presos da penitenciária de Juiz de Fora costumavam escrever “Linhares” nas peças artesanais que faziam. Mas, durante algum tempo, isso dificultou as vendas pois, segundo Angela Pezzuti, muitos dos compradores tinham medo de estar associados ao presídio político. Mesmo assim, os presos não se eximiam de marcar os trabalhos com o nome do local onde foram produzidos. O artesanato seria também uma maneira do mundo fora das prisões políticas saber o que se passava lá dentro. Com o tempo, como narrou Angela Pezzuti, aquele material “virou uma preciosidade”, elemento simbólico da luta contra a ditadura militar.

⁴⁵² Depoimento de Angela Maria Pezzuti.

⁴⁵³ Apud: RIDENTI, M. *Em busca do povo brasileiro*. op. cit., p. 208.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa geração teve pouco tempo
começou pelo fim
mas foi bela nossa procura
ah! moça, como foi bela a nossa procura
mesmo com tanta ilusão perdida
quebrada,
mesmo com tanto caco de sonho
onde até hoje

a gente se corta.

(ALEX POLARI DE ALVARENGA: Idílica Estudantil – III)

Os presos políticos da ditadura militar começaram a escrever sobre as suas experiências - quando ainda estavam encarcerados - textos que refletiam sobre suas ações e denunciavam as arbitrariedades cometidas pela repressão. Nos anos seguintes essa atividade aumentou, e com a campanha pela Anistia, houve o espaço para a divulgação dessas memórias, junto à sociedade civil. A tendência permaneceu nas décadas posteriores, com a produção de relatos memorialísticos que formam um rico material, para a leitura do período.

A divulgação dessas obras contribuiu para a disputa pela versão da memória coletiva sobre o período, e as narrativas dos presos políticos se opuseram à memória oficial, que os militares tentaram forjar nos anos da ditadura. Com o passar dos anos, as memórias das esquerdas alcançaram grande repercussão junto à opinião pública, contribuindo para uma revisão dos acontecimentos, em que as Forças Armadas estariam associadas às práticas violentas da polícia política.

O processo prisional é abordado, na construção da memória pelas esquerdas, com ênfase nos relatos sobre as torturas. Nas obras, é possível verificar a distinção feita por Jacob Gorender, em *Combate nas Trevas*, com base em sua experiência prisional no DOPS paulista e no Presídio de Tiradentes (SP). Segundo ele, a prisão estaria dividida nas fases desenvolvidas nas “instituições de interrogatório”, que normalmente estão associadas às sevícias, e nas “instituições de reclusão”, após a formalização do processo na Justiça Militar.⁴⁵⁴ Este segundo tipo seria relacionado ao período legalizado da ação repressiva, com a comunicação da prisão à Justiça Militar, pela polícia política. Nesse período, após os

⁴⁵⁴ GORENDER, J. op. cit., p. 250.

interrogatórios realizados sob a forma de seqüestro, o indivíduo deixava de ficar incomunicável.

As instituições de interrogatório e de reclusão são associadas, pelos relatos, ao inferno e ao purgatório, respectivamente, denotando um “alívio” dos presos políticos com a transferência. Essa situação é freqüentemente relatada pelos presos políticos, que estiveram na Penitenciária Regional José Edson Cavalieri, em Juiz de Fora (MG), conhecida como presídio de Linhares.

A instituição foi inaugurada em 1966 para receber presos processados na justiça comum, mas, em 1967, com a prisão de militantes do MNR, em ações de guerrilha na Serra do Caparaó, a penitenciária passou a abrigar presos políticos. Juiz de Fora era, então, a sede da IV RM, onde está localizada a Auditoria da 4ª CJM, em que tramitavam os processos por crimes contra a Lei de Segurança Nacional, ocorridos nesta jurisdição.

Em 1969, um grande contingente de presos políticos chegou à Penitenciária de Juiz de Fora, acarretando a transformação de sua estrutura, com os presos comuns transferidos para outras instituições, tornando-se Linhares um presídio eminentemente político. Essa característica foi parcialmente mantida, até 1980, embora em meados da década de 1970, tenha ocorrido a redução dessa população carcerária, devido ao exílio, à diminuição no número de processados, ou à transferência dos remanescentes para outros locais.

Os depoimentos e as memórias publicadas tratam a experiência na Penitenciária de Linhares como uma fase de estabilidade, e apontam essa característica como elemento importante na convivência dos presos políticos. Muitos depoentes surpreenderam-se, no momento de seus testemunhos, ao deparar-se com a distinção entre instituição de interrogatório e instituições de reclusão, enfatizando uma melhora qualitativa na experiência prisional durante a passagem por Linhares. Embora alguns presos tenham vivido situações traumáticas naquele local, como Gilney Amorim Viana, devemos ressaltar

que Linhares só era considerada uma experiência pior quando contrastada a outras instituições para a reclusão.

Essa particularidade era conhecida pela repressão. Um de seus representantes, o general Medeiros, quando ainda era coronel – mais tarde ele chegou à chefia do SNI -, surpreendentemente, orientou a tia de dois presos políticos, muito torturados no Rio de Janeiro, a lutar por suas transferências para a sede da IV RM. Segundo narrou Angela Pezzuti:

O coronel Medeiros, por incrível que pareça, é uma pessoa que me ajudou muito. Quando eu fui ao Rio e vi a situação do Angelo, do Murilo, e dos outros lá, eu não tinha a quem ir procurar, que a barra era muito pesada. Aí eu fui atrás do coronel Medeiros que era o encarregado do inquérito. (...) Eu comecei a chorar tanto que o chão ficou todo molhado. Eu chorava, chorava. Ele falou: “O que eu posso fazer? O que eu posso fazer?”. Aí ele falou: “Eles vão ser ouvidos em Juiz de Fora, vê se apressa o depoimento deles em Juiz de Fora.” Ele me deu essa dica.(AMP)

Abrimos aqui um parêntese em nossa reflexão, ao apontar a postura assumida pelo coronel Medeiros, diante do desespero relatado no testemunho acima. O episódio indica a importância da análise cautelosa dos comportamentos relativos ao regime militar. Poderíamos incorrer no erro de ver o coronel Medeiros como um militar com determinado perfil, a partir desse depoimento, se analisado em disjunção ao período. Mas a situação é surpreendente pelo fato de ser incomum – embora situações similares possam ter ocorrido em diferentes momentos - o que já demonstra o grau das arbitrariedades cometidas contra presos políticos. O próprio coronel Medeiros é citado no *Documento de Linhares*, como mandante de torturas no 12º RI. Noutro momento, seu nome está relacionado ao comando de um cerco à Faculdade de Filosofia da UFMG, que durou 12 horas, com o objetivo de capturar uma liderança estudantil.⁴⁵⁵

Portanto, o depoimento acima reproduzido demonstra o quanto as relações num regime de exceção são voláteis, devendo ser levadas em consideração, para a análise da

⁴⁵⁵ SILVA, Waldo. Relato escrito encaminhado aos membros da Comissão Especial de Indenização às Vítimas de Tortura (CEIVT). Datado de 30 de novembro de 2006. Arquivo pessoal de Waldo Silva.

experiência dos presos políticos na Penitenciária Regional de Linhares. A narrativa ilustra como a transferência de uma instituição de interrogatório, para o presídio de Juiz de Fora, foi significativa para os presos, pois ela salvou a vida de alguns.

É importante destacar, porém, que a sensação proporcionada ao preso político, com a transferência para uma instituição de reclusão, como a Penitenciária de Linhares, não representou o fim das adversidades contidas nessa experiência. Nos presídios, o detento teve que conviver com uma rotina tediosa, agravada pela expectativa de longas condenações e a constante ameaça do retorno aos interrogatórios violentos, o que, muitas vezes, de fato ocorreu. Nesse sentido, apesar de as memórias publicadas denotarem uma evolução por etapas do processo prisional, com a saída de uma instituição para outra, na prática, o processo não foi linear.

Os presos políticos buscaram superar as dificuldades impostas pela nova realidade, com a introdução de elementos que pudessem tornar mais amena a rotina de uma instituição de reclusão. As celas individuais, chamadas de “cubículos” pelos militantes de esquerda, e construídas para evitar o contato entre a população carcerária, possibilitaram aos presos resguardarem a sua individualidade, sempre desgastada pelo cotidiano estressante da prisão. Dessa forma, esses espaços adquiriam certos traços da personalidade de seus ocupantes, ao serem decorados com seus objetos pessoais, também utilizados para *matar* o tempo.

Mas os “cubículos” podem, também, ser vistos numa outra perspectiva. A repressão utilizou a detenção nas celas, por várias horas seguidas durante o dia, como forma de castigar os presos, uma medida considerada insuportável por eles. Além disso, outras formas de pressão sobre os presos eram exercidas pela administração carcerária, como se revela no episódio, narrado com ênfase nas memórias sobre o presídio de Juiz de Fora, do ataque *anti-terrorista*, simulado pelos guardas durante as madrugadas, numa espécie de tortura psicológica, respondida pelos presos, através do canto d’*A Internacional*.

O cerceamento às visitas pela repressão também foi constante, enquanto tática para desmobilizar a organização dos presos. Estes ansiavam por contatos com seus familiares e com o mundo exterior, uma vez que estavam debilitados pela fase do interrogatório e com isolamento associado à detenção na Penitenciária de Linhares. No entanto, apesar dos esforços de familiares de presos políticos para estar com os seus entes queridos, muitos deles oriundos de outras cidades, a permissão para as visitas costumava ser negada pelo comando da IV RM.

Em meados da década de 1970, a instauração do parlatório - uma cerca dupla, que impedia o contato físico entre os presos e as visitas – tornou esse momento traumático para os presos, conforme relatam as memórias. Os encontros ainda eram acompanhados por uma vigilância ostensiva, realizada pela Polícia Militar. Essa medida estava em consonância com o desenvolvimento de uma atuação mais repressiva na Penitenciária, devido à preocupação dos militares com a passagem de documentos clandestinos, considerados difamadores aos governos instalados após 1964.

No início do funcionamento da Penitenciária de Linhares como presídio político, a vigilância interna foi feita por agentes estaduais concursados, que não estavam preparados para aquelas funções. Como estavam alheios a essa disputa política, entre os militares e os grupos da esquerda, nem sempre cumpriram as normas de segurança, o que facilitava a troca de informações dos presos com o exterior. Também a presença de presos comuns, responsáveis pela manutenção do presídio, incomodava aos militares, pela possibilidade daqueles serem usados para essa espécie de comunicação.

Na Penitenciária de Linhares foi formado o coletivo de presos políticos, uma organização que visava contornar as dificuldades do cárcere, destacando-se pela realização de ações de solidariedade. O coletivo promoveu uma série de iniciativas para o bem-estar dos seus membros, desde a administração de bens materiais e a sua distribuição igualitária, até as atividades para a distração. As iniciativas trouxeram conforto para os que possuíam

dificuldades para receber visitas ou não detinham recursos financeiros, mas, principalmente, contribuíram para o resgate do moral dos indivíduos e para a integração do grupo.

O coletivo fez reivindicações junto à administração carcerária por melhores condições de vida na Penitenciária, valendo-se, inclusive, de recursos como as greves de fome, que nem sempre contaram com a adesão de todos os presos políticos. Algumas obtiveram sucesso, como a de março de 1971, que solicitava o fim do parlatório. Mas manifestação similar, em setembro desse mesmo ano, foi interpretada como rebelião, e Linhares foi invadida por agentes da Polícia Militar, acusados de espancar alguns presos. Nesta época, a ala feminina do presídio foi desativada, e suas ocupantes, transferidas para a Penitenciária de Mulheres, em Belo Horizonte.

Com esse episódio, houve uma interferência mais efetiva do Exército na administração do presídio, e a adoção de medidas mais severas, principalmente, contra alguns presos. No entanto, essa intervenção não foi sentida igualmente por todos, distribuídos na Penitenciária de Linhares por alas, segundo o grau de periculosidade para o Estado. Além do mais, o relato sobre o tratamento dispensado aos presos políticos foi ambíguo e distinto, segundo o período da ditadura e a vivência dos autores dos testemunhos.

Apesar da heterogeneidade da experiência dos diversos presos políticos, o coletivo procurou manter a sua união, por via de iniciativas que reforçavam a identificação do grupo, com destaque para os ritos que se valiam de canções. Além d'*A Internacional*, lembrada na maioria dos depoimentos, eram cantadas músicas revolucionárias e populares, ou composições dos próprios presos políticos. O recurso foi utilizado em diversos momentos: na entrada ou na despedida de um detento, ou para comemorar datas importantes para os guerrilheiros.

No entanto, certas ações do coletivo, que visavam à coesão do grupo, assumiram um caráter totalitário, e geraram descontentamento entre os prisioneiros. Ao tratarmos de culturas políticas, devemos ressaltar a pluralidade de códigos partilhados, que compõem um mesmo grupo. A forte disciplina que o coletivo impunha aos presos, foi associada à intolerância por alguns, que não aderiram a ela.

A oposição ferrenha entre os que pretendiam continuar a guerra revolucionária, na prisão, e os que negavam essa opção ou eram considerados “traidores” pelos primeiros, causou muitos conflitos. A convivência tornou-se muitas vezes insuportável, e foi expressa nos depoimentos, principalmente daqueles que se sentiram perseguidos pelo coletivo, tachados como “minhocões” pelas lideranças. Mas é importante destacar que os desentendimentos internos ao grupo de presos políticos foram, principalmente, de caráter político.

Entre os diversos motivos apontados, para justificar a falta de adesão às ações, estão a debilidade física e emocional do preso, a opção pessoal em romper com o passado, a falta de identificação com o tipo de luta ali empreendido, o medo de que houvesse retaliação, resultando no aumento das penas, a discordância com as normas políticas do coletivo e, até mesmo, o arrependimento público.

Por outro lado, observamos nas fontes a que tivemos acesso, uma postura mais radicalizada, de enfrentamento contra o sistema carcerário, entre aqueles que antes aderiram às ações armadas. Adiantamos que essa hipótese, para ser confirmada, necessitaria de pesquisas mais aprofundadas. Porém, nos relatos e processos judiciais, abertos para apurar situações dentro da Penitenciária, ficou explícita a reprodução da estrutura dessas organizações na cadeia, no que diz respeito ao papel de suas lideranças.

A concentração de presos políticos, que pretendiam manter a guerra revolucionária dentro da Penitenciária de Linhares, implicou em conseqüências nefastas para o regime militar. A formatação dessa oportunidade foi feita pela própria repressão, ao reunir

integrantes de uma mesma tendência na instituição, o que possibilitou uma reorganização de certas ações da esquerda.

A militância de alguns presos políticos, muitas vezes, envolveu pessoas que não atuavam em organizações de esquerda, e chegou a comprometer alguns de seus familiares. Mas, geralmente, eles apoiaram os presos políticos, embora não compreendessem todas as suas ações. A mãe de um deles chegou a narrar a dificuldade em contentá-los, visto que não aceitavam nenhum acordo que implicasse no recuo de suas posturas políticas, perante aos governos militares.

Ao tratarmos essas ações de resistência, possibilitadas pela transferência para as instituições de reclusão, não negamos o espaço opressor em que se constituía a penitenciária. A cadeia, como um meio para afastar o preso da sociedade - possibilitando o seu isolamento e enquadrando-o dentro das regras que visam discipliná-lo -, pode ser um instrumento eficaz do Estado para sufocar manifestações ideológicas. Mas, na medida em que o sistema oferecia 'brechas', favoreceu aos presos políticos criarem mecanismos para transgredir a rotina.

Uma ampla rede de informações clandestinas foi estabelecida dentro de Linhares, com a troca de bilhetinhos ou códigos, entre grupos que pretendiam organizar os depoimentos que seriam prestados na Auditoria Militar, e trabalhar a militância de seus integrantes, que estavam separados na Penitenciária. No caso de informações com conteúdo político, havia grande cautela, para não implicar os que estivessem envolvidos com a mensagem.

Documentos contendo denúncias foram produzidos em diversas prisões brasileiras, denotando uma prática comum aos presos políticos. No presídio de Linhares foram apreendidos vários, como o panfleto *Até Sempre 3*, que narrava um julgamento da COLINA, e pregava a continuidade da luta revolucionária. A descoberta desse documento favoreceu o rearranjo repressivo dentro da instituição, a partir de 1970, com a adoção de

técnicas mais coercitivas, na relação dos presos políticos com as suas visitas. Mas isso não impediu que outros materiais fossem repassados, clandestinamente, para fora da Penitenciária, ou fossem introduzidos na instituição.

Ao abordarmos a Penitenciária de Linhares, é importante ressaltarmos que esse intercâmbio indicado acima ultrapassou os muros da instituição, produzindo denúncias que contribuíram para minar a versão e a memória oficial que os militares tentavam construir durante o regime militar, negando a existência de presos políticos e as torturas e tratando os detidos, enquadrados na Lei de Segurança Nacional, como terroristas.

Entre o material produzido no presídio, o mais conhecido é o *Documento de Linhares*, primeiro documento saído de um presídio brasileiro narrando as torturas no cárcere, ainda em 1969. O texto aborda a experiência de militantes da COLINA em diferentes unidades policiais e militares, e as sevícias cometidas contra eles e outros cidadãos. Destaca, sobretudo, a aula de tortura ministrada para oficiais das Forças Armadas, na Vila Militar da Polícia do Exército da Guanabara, quando vários entre os signatários do documento foram utilizados como cobaias na exibição de métodos violentos de interrogatório.

Os relatos contidos no *Documento de Linhares* informaram às esquerdas, sobre o que enfrentariam nas prisões políticas, com as torturas registradas em detalhes. E possibilitaram aos setores da luta por direitos humanos, no âmbito nacional e internacional, organizarem, gradualmente, uma reviravolta da versão oficial, que foi impressa pelos militares, em que as práticas de terror foram atribuídas, com o tempo, aos interrogatórios da repressão. O documento ganhou repercussão internacional e, inclusive, forneceu elementos para o filme de Costa Gravas, *Estado de Sítio*, que mostra a aula de torturas nele descrita. Os fatos ali relatados, embora aparentemente ignorados pelas autoridades militares, foram divulgados nos Estados Unidos e na Europa, contribuindo para o início

das mobilizações internacionais, que condenariam os atos dos governos militares, que insistiam na aparência de legalidade e democracia.

A denúncia das arbitrariedades cometidas pela polícia política iniciou no cárcere, com a reunião dos presos políticos nas instituições de reclusão, seguidos de seu posicionamento político, ao manter a militância que exerciam antes da prisão. Esse fator resultou numa disputa pelo poder, pelo menos no que se refere ao domínio da memória coletiva, entre os setores que se digladiavam fora dos muros das prisões, em campos ideológicos opostos. Tal embate, porém, não ficou restrito àquele período histórico, e se estendeu pelas últimas décadas, na disputa pela construção da memória, em que a versão oficial dos fatos pôde ser contestada pelo grupo vítima da polícia política.

O estudo das ações desenvolvidas pelos presos de Linhares revela, pois, que há, ainda, muito a dizer sobre o período da ditadura militar, a partir da memória produzida pelos combatentes da esquerda naquele período, ao contrário do que sugerem alguns historiadores que vêem este filão como quase esgotado. Uma breve mirada na ação dos presos de Linhares nos indica a importância que a militância nas prisões teve para o desencadeamento e evolução posterior da luta pela democracia, especialmente no que se refere à fermentação de uma opinião pública favorável à Anistia. A circulação do *Documento de Linhares*, por exemplo, mais do que servir de alerta à militância de esquerda, descerrou o véu que encobria as práticas truculentas da repressão, inaugurando um movimento que nasce no cárcere, alcança o mundo, aporta no Brasil e atinge o coração do regime, acuado pelas denúncias contra os direitos humanos, que fortaleceram a crítica de oposição à ditadura.

Além disto, o estudo sobre as ações desenvolvidas pelos presos políticos de Linhares diz muito sobre os processos de formação da solidariedade entre os indivíduos. Em condições adversas, sob isolamento e coação permanentes, os militantes encarcerados construíram as brechas necessárias à criação de espaços de sociabilidade e de

comunicação, e, talvez por força da necessidade de se agruparem diante do terror que lhes era imposto, mas, principalmente, pela perseverança em seus ideais, puderam preservar suas identidades e reagir ao processo de mortificação que lhes era imposto. É certo que isto não se fez sem a intolerância própria daqueles tempos e dos padrões de conduta determinados por certas características das opções ideológicas que fizeram. Entretanto, sua ação foi decisiva para a conquista da democracia no Brasil, ainda que com todos os limites.

Tomara que a memória daqueles tempos possa nos garantir a fortaleza necessária à construção de processos de formação de solidariedade, de criação de espaços de sociabilidade, da definição de formas de comunicação e edificação de identidades, agora em espaços mais amenos, através da preservação da liberdade e da redução da desigualdade entre os brasileiros.

7. FONTES

FONTES SECUNDÁRIAS

Livros

ABREU, Marcelo de Paiva (org). *Ordem do Progresso: cem anos de política republicana - 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

_____. *Manual de história oral*. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

- ALIGHIERI, Dante. *A Divina Comédia*. SP: Ed. Nova Cultural, 2003.
- ALMADA, Isaiás. *A Metade Arrancada de Mim*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.
- ALVARENGA, Alex Polari. *Inventário de cicatrizes*. São Paulo: Teatro Ruth Escobar e Comitê Brasileiro pela Anistia/RJ, 1978.
- _____. *Camarim de Prisioneiro*. São Paulo: Global Editora, 1980.
- ALVES, Márcio Moreira. *Torturas e torturados*. Rio de Janeiro, 1967.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964/1984)*. Petrópolis: RJ: Ed. Vozes, 1984.
- AMORIM, Carlos. *Comando Vermelho a história secreta do crime organizado*. RJ: Ed Record, 1993.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, s/d.
- _____. *Perfil dos Atingidos (Projeto Brasil Nunca Mais. Tomo III)*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Ed. Civilização Brasileira, 1980. (Primeira e Segunda Parte).
- BICUDO, Hélio Pereira. *Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte*. São Paulo: Pontifícia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 1977.
- _____. *Segurança Nacional ou Submissão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- BOITEUX, Bayard Demaria. *A Guerrilha de Caparaó e outros relatos*. Rio de Janeiro: Inverta, 1998.
- BRESCIANI, Silvia e NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res)sentimento*. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2004.
- CALDAS, Álvaro. *Tirando o capuz*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.
- CANTARINO, Geraldo. *1964 A Revolução para inglês ver*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- _____ & FALLETO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- CAVALCANTI, Paulo. *O Caso Eu Conto Como o Caso Foi: Memórias Políticas*. Recife: Guararapes, vol.2, 1980.
- CAVALCANTI, Pedro Celso Uchoa e RAMOS, Jovelino (coords.). *Memórias do exílio, Brasil 1964-19?? (De muitos caminhos)*. São Paulo: Editora e Livraria Livramento, 1976.
- CELIBERTI, L. e GARRIDO, L. *Meu quarto, minha cela*. Porto Alegre: L&PM, 1989.
- COELHO, Edmundo Campos. *Oficina do Diabo*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; IUPERJ, 1987.
- COLLIER, David (org.) *O Novo Autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher na ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1997.
- COMBLIN, J. *A ideologia da Segurança Nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- CONTREIRAS, Hélio. *Militares: Confissões: Histórias Secretas do Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- _____. *AI-5 – A opressão no Brasil*. Rio de Janeiro, São Paulo: Ed. Record, 2005.
- COSTA, A.H. *Barão de Mesquita, 425: A fábrica do Medo*. São Paulo: Brasil Debates, 1982.
- COSTA, Albertina de Oliveira; MORAES, Maria Teresa Porciúncula; MARZOLA, Norma; LIMA, Valentina da Rocha. *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

- D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Int. e Org.). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- DELGADO, Ignacio Godinho. *Previdência Social e Mercado no Brasil*. São Paulo: LTr, 2001.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História Oral: Memória, Tempo, Identidade*. Ed. Autêntica, 2006.
- DIAS, Luzimar Nogueira (org.) *Esquerda Armada: testemunho dos presos políticos do Presídio Milton Dias Moreira no Rio de Janeiro*. Vitória: Edições do Leitor, 1979.
- DOSTOIEVSKI. *Recordações da Casa dos Mortos*. São Paulo: Ed. Saraiva, 1958. (2º volume). (Coleção Jabuti).
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. 15ª. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.
- FERNANDES, Florestan. *Circuito Fechado: quatro ensaios sobre o "poder institucional"*. São Paulo: HUCITEC, 1976
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio*. RJ: Editora Nova Fronteira, s/d.
- FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. *Mulheres Militância e Memória*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001.
- FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- _____. & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX* (livro 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (coord.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- _____.; FERNANDES, Tânia M. Dias; ALBERTI, Verena (org.). *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fiocruz/FGV, 2000.
- FERREIRA, Lúcia M. A. e ORRICO, Evelyn G. D. *Linguagem, Identidade e Memória Social*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam: Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. *Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2004.
- FON, Antônio Carlos. *Tortura. A História da Repressão no Brasil*. São Paulo: Global, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- FREI BETTO. *Cartas da Prisão*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.
- _____. *Batismo de Sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*. 3ª. ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- FREI FERNANDO, Frei Ivo e Frei Betto. *O canto na fogueira. Cartas de três dominicanos quando em cárcere político*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1978.
- FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J. A. de Granville (orgs.). *Tiradentes, um Presídio da Ditadura: Memórias de Presos Políticos*. São Paulo: Scipione Cultural, 1997.
- FREITAS, Alípio de. *Resistir é preciso* (Memória do tempo da morte civil do Brasil). Rio de Janeiro: Ed. Record, 1981.
- GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro: Ed. Codecri, 1979.
- GARCIA, João Carlos B. *Verás que um filho teu não foge à luta*. Porto Alegre: Ed. Posenato, 1989.

- GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. *A Ditadura Derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1988.
- _____. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Ed Perspectiva, 1996.
- GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de Si, Escrita da História*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas: das Ilusões Perdidas à Luta Armada*. 5ª. ed., São Paulo: Ática, 1987.
- GUARANY, Reynaldo. *A fuga*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- GUEDES, Carlos Luís. *Tinha que ser Minas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.
- HOBBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: O Breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- IZQUIERDO, I. *A arte de esquecer*. Cérebro, Memória e esquecimento. RJ: Vieira & Lent, 2004.
- JOSÉ, Emiliano. *Carlos Marighella*. 2ª. ed.. São Paulo: Sol & Chuva, 1997.
- _____. *Galeria F: lembranças do mar cinzento*. São Paulo: Casamar, 2000.
- _____. _____. (Parte II). São Paulo: Casamar, 2004.
- LAGO, Mário. *Reminiscências do Sol Quadrado*. São Paulo: Cosas & Naify, 2001.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial* Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. RJ: Civilização Brasileira, 2000.
- MACHADO, Ângelo. *Neuroanatomia funcional*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2002.
- MARIA, Heloisa & STARLING, Murgel. *Os Senhores Das Gerais Os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. 4ª. ed.. Petrópolis: Vozes, 1986.
- MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos. *Dos Filhos deste Solo* Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- MÜLLER, Mary Stela & CORNELSEN, Julce Mary. *Normas e padrões para teses, dissertações e monografias*. 2ª ed. Londrina: Editora UEL, 1999.
- OLIVEIRA, Luciano. *Do nunca mais ao eterno retorno*. São Paulo: Brasiliense, 1994
- OLIVEIRA, Roberto C. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. SP, Pioneira, 1976.
- PAIVA, Marcelo Rubens. *Não És Tu Brasil*. São Paulo: Mandarim, 1996.
- PAIVA, Maurício. *Companheira Carmela: A história da luta de Carmela Pezzuti e seus dois filhos na resistência ao regime militar e no exílio*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 1996.
- _____. *O Sonho Exilado*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2004.
- PALTI, Elías José. *“Giro lingüístico” e historia intelectual*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes.
- PAULA, Hilda Rezende e CAMPOS, Nilo de Araújo (org.). *Clodesmidt Riani: Trajetória*. Juiz de Fora, MG: Funalfa Edições e Editora UFJF, 2005.
- PEDROSO, Regina Célia. *Os signos da opressão*. História e Violência nas Prisões Brasileiras. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2003. (Coleção Teses e Monografias, Volume 5)
- PEIXOTO, Abdul Sayol de Sá. *Dicionário das Auditorias Militares*. Rio de Janeiro: Editora Borsoi, 1971.
- RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. 21ª. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1986. (Volumes I e II).
- REBELLO, Gilson. *A Guerrilha de Caparaó*. Ed. Alfa-Omega, s/d.

- REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (Orgs.). *Imagens da Revolução: documentos Políticos das Organizações Clandestinas de Esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.
- _____. e MORAES, Pedro de. *68: A paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.
- _____. *A Revolução faltou ao encontro: Os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. et al. *Versões e Ficções: O Sequestro da História*. 2ª. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.
- _____.; RIDENTI, Marcelo; MOTTA e Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.
- RETRATO do Brasil*. São Paulo: Ed. Política, 1984.
- RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Unesp, 1993.
- _____. *Em busca do povo brasileiro: artistas da Revolução, do CPC à era da tv*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- RIOUX, J. P.; SIRINELLI, J. F. *Para uma história cultural*. Lisboa, Estampa, 1988.
- RIVIERE, Claude. *As liturgias políticas*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1989.
- RUSHE, Georg & KIRCHHEIMER, Otto. *Punição e estrutura social*. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2004. (Coleção Pensamento Criminológico)
- SCHMIDT, Benito (org.). *O biográfico*. Perspectivas interdisciplinares. Santa cruz do Sul: Edunisc, 2000.
- SCHWARCZ, Lilia M. (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- SEMINÁRIO 40 Anos do Golpe de 1964* (2004: Niterói e Rio de Janeiro). 1964 – 2004: 40 anos de golpe: ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. (Trabalhos apresentados no Seminário 40 anos do Golpe de 1964, realizado no Rio de Janeiro, de 22 a 26 de março de 2004 no IFCS/UFRJ, ICHF/UFF e na FGV).
- SILVA, Antonio Ozai da. *História das tendências no Brasil* (Origens, cisões e propostas). São Paulo, s/d.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Vida e Morte da Ditadura: 20 anos de autoritarismo no Brasil*. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.
- _____. *Fúria de Calibã: memórias do golpe de 64*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1994.
- SORJ, B. e ALMEIDA, M. H. *Sociedade e Política no Brasil pós-64*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- SYRKIS, Alfredo. *Os Carbonários: Memórias da Guerrilha Perdida*. São Paulo: Global, 1981.
- TAIBO II, Paco Ignacio. *Ernesto Guevara, também conhecido como Che*. São Paulo: Scritta, 1997.
- TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. São Paulo: Ed. Globo, 1999.
- TELES, Janaína. *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?*. São Paulo: Humanitas, 2000.
- TORRES, André. *Exílio na Ilha Grande*. Rio de Janeiro: Círculo do Livro, 1979.
- THOMPSON, Augusto. *A questão penitenciária* 2ª. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1980.
- VARGAS, Índio. *Guerra é Guerra, Dizia o Torturador*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.
- VENTURA, Zuenir. *1968: O Ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- VIANA, Gilney Amorim. *131D – Linhares: Memorial da prisão política*. Contagem: História, 1979.

_____ e CIPRIANO, Perly. *Fome de Liberdade*. Vitória: Fundação Ciciliano Abel de Almeida, 1992.

_____. *Glória Mãe de Preso Político*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

VIEIRA, Ildeu Manso. *Memórias torturados (e alegres) de um preso político*. Curitiba: SEEC, 1991.

ZIRALDO. *1964 – 1984 20 anos de prontidão*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1984.

Teses e dissertações

CARDOSO, Lucineide Costa. *Memória e poder: As criações memorialísticas e o regime de 64*. (Mestrado). São Paulo: PUC/SP, 1993.

CHAGAS, Fábio. *VPR A Vanguarda Popular Revolucionária: dilemas e perspectivas da luta armada no Brasil (1968-1971)*. (Mestrado). Franca: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2000.

LEITE, Isabel Cristina. *Colina - Oposição armada e memórias do regime militar em Belo Horizonte (1967-1969)*. (Monografia de Bacharelado). Mariana, MG: Universidade Federal de Ouro Preto, 2006.

NICODEMO, Lucia. Introdutione. IN: _____. *Le donne raccontano: Napoli occupata dagli Alleati (1943-1944)*. (Tesi di Laurea). Napoli, Italia: Università degli Studi di Napoli, Facoltà di Lettere e Filosofia, 1997-1998.

PARUCKER, Paulo. *Praças em pé de guerra: O movimento político dos subalternos militares no 1964*. (Mestrado). Niterói, UFF, 1992.

SÁ, Geraldo Ribeiro de. *O prisioneiro: um processo de qualificação e requalificação*. (Doutorado em Ciências Sociais). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1990.

VIEIRA, Cleber Santos. *Ensino Superior e Regime Militar no Brasil : a trajetória da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca (1963-1976)*. (Mestrado). Franca: UNESP, 2001.

Artigos

ANSART, P. Em defesa de uma ciência social das paixões políticas. IN: *HISTÓRIA: questões & debates*. Curitiba, PR: Ed. da UFPR, v. 1, n. 1, 1980.

BENTHAM, Jeremy. Panóptico – Memorial sobre um novo princípio para construir casas de inspeção e, principalmente, prisões. IN: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 7, n. 14, março/agosto de 1987, pp. 199-201.

CÔRTEZ, Rita de Cássia de Oliveira. Memórias e imagens do cárcere: Narrativas de ex – prisioneiros políticos da Ilha das Flores. IN: *Anais do VI Encontro Regional Sudeste de História Oral: História, Cultura e Poder*. Juiz de Fora, MG: Produtora de Multimeios da UFJF, 2005.

COSTA, Manuela Castilho Coimbra da. O Início da Falange Vermelha. IN: *ANAIS do IV Fórum de Investigação Qualitativa e III Painel Brasileiro/Alemão de Pesquisa*. Juiz de Fora, MG: Edições Feme, 2005.

FICO, Carlos. A Ditadura mostra a sua cara: imagens e memórias do período 1964-1985. <www.history.umd.edu/HistoryCenter/2004-05/con/brazil64/papers/cficiport.pdf>, em 25/05/05.

GUEVARA, Ernesto Che. A Formação do Homem Novo. IN: _____. *O Socialismo e o Homem Novo*. Jornalivro. Ano VI, julho/1986, n. 10.

MAGALHÃES, Mário. ONU pede, mas União veta acesso a arquivos. *Folha de São Paulo*, 19 de novembro de 2006, p. A-19.

MELDRUM, Márcia L. *Breve história do controlo da dor*. Comunicação especial. *Jama*, Vol. 2, Outubro/2004. <www.jama.com>

- O'DONNELL, G. "Sobre o corporativismo e a questão do Estado". IN: *Cadernos DCP*, Belo Horizonte, 3, março de 1976.
- PERISSINOTTI, Dirce Maria Novas. *Compreendendo o processo doloroso. A dor como traição*. 26/05/2002, s/p.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. IN: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.
- POTELLI, Alessandro. *Un lavoro di relazione*. Osservazioni sulla storia orale. <<http://libur.tripod.com/Portelli.htm>>.
- _____. A Filosofia e os Fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. IN: *Tempo. Dossiê Teoria e Metodologia*. Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Editora Relume-Dumará, Volume 1, n. 2, dezembro de 1996.
- SALVATICI, Silvia. Narrativas de violência no Kosovo do pós-guerra. IN: *História Oral: revista da Associação Brasileira de História Oral*, Volume 8, N. 1, Janeiro-Junho de 2005.
- SANTOS, Rodrigo Da Fonseca V. Justen. Imagens De Mulheres Na Prisão: Ex-Prisioneiras Políticas (1970-1972). IN: *Anais do VI Encontro Regional Sudeste de História Oral: História, Cultura e Poder. Juiz de Fora, MG: Produtora de Multimeios da UFJF*, 2005.
- SOTO, Maria Cristina Martinez. Crime Político, Crime Comum: leituras cruzadas. IN: *Seminários: Crime, criminalidade e repressão no Brasil república*. São Paulo, Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, novembro/2002, n. 1.

Entrevista publicada

- PIRES, Waldir. Revolução? Não. Golpe. Entrevista de Waldir Pires, ministro da Defesa. *Carta Capital*, 21 de junho de 2006. Entrevista concedida a Leandro Fortes.

Reportagem especial

- OLHARES sobre 1964. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, abril de 2004. (Série de sete capítulos publicados no *Jornal do Brasil* e Conferência realizada na Academia Brasileira de Letras, em 29 de março de 2004).

Internet

- http://agenciartamainor.uol.com.br/templates/materiaImpimir.cfm?materia_id=12356
- <http://web.amnesty.org/pages/bra-051103-summary>
- http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao_3.htm
- www.cidh.org/annualrep/73sp/sec.1.Brasilia.htm
- http://conversa-afiada.ig.com.br/materias/402001-402500/402044/402044_1.html
- www.piratininga.org.br/memoria/hino.html
- www.quasedoisirmaos.com.br/port.html
- www.torturanuncamais-rj.org.br
- www.margencero.com/musica/che/che1.htm
- www.cpdoc.fgv.br/nav_fatos_imagens/htm/fatos/Golpe64.htm

Filmografia

- Ação entre amigos*. Direção de Beto Brant. Riofilme, 1998. VHS, son., col.. Port.
- A loura da metralhadora*. Direção de Patrícia Moran. UFA-Audiovisual, 1996. VHS, spn., col. Port. Documentário.

Que bom te ver viva. Direção de Lúcia Murat. Taiga Filmes e Vídeo, 1989. VHS, son., col. Port.

Quase dois irmãos. Direção de Lúcia Murat. Taiga Filmes e Vídeo, 2004. DVD, son., col. Port.

CD

SILVA, Tede. *Sem perder a ternura jamais.* São Paulo: VYW Fonomundi. 1 disco compact.

FONTES PRIMÁRIAS

Depoimentos

Jubel Barreto (Juiz de Fora (MG), 07/10/2005)

José Salvatti Filho (Juiz de Fora (MG), 13/10/2005 e 27/10/2005)

Luiz Antônio Sansão (Juiz de Fora (MG), 24/10/2005)

Jaime de Almeida (Brasília (DF), 17/11/2005)

Gilney Amorim Viana (Brasília (DF), 18/11/2005)

Itamar Bonfatti (Juiz de Fora (MG), 19/04/2006)

Waldo Silva (Belo Horizonte (MG), 27/04/2006)

Luiz Flávio Rainho T. Ribeiro (Juiz de Fora (MG), 13/10/2005 e 02/06/2006)

Renê Gonçalves de Matos (Juiz de Fora (MG), 29/06/2006)

Regina Lúcia Araújo de Matos (Juiz de Fora (MG), 29/06/2006)

Ricardo Fontes Cintra (Juiz de Fora (MG), 04/07/2006)

Colatino Lopes Soares Filho (Juiz de Fora (MG), 13/07/2006)

Maria José de Carvalho Nahas (Belo Horizonte (MG), 21/08/2006 e 04/12/2006)

Jorge Raimundo Nahas (Belo Horizonte (MG), 19/09/2006)

Guido de Souza Rocha (Belo Horizonte (MG), 20/09/2006)

Marco Antonio de Azevedo Meyer (Belo Horizonte (MG), 20/09/2006)

Nilo Sérgio de Menêzes Macedo (Belo Horizonte (MG), 02/11/2006 e 12/02/2007)

Ângela Maria Pezzuti (Belo Horizonte (MG), 05/12/2006)

Documentação escrita

4ª Circunscrição Judiciária Militar (Minas Gerais) – Auditoria Militar (4ª CJM)

- Livro Tombo de Interrogatórios e Processos
- Livro Cópia dos Mandados de Prisão e Alvarás de Soltura (1969 a 1972)
- Rol dos condenados
- Relação dos Presos que Responderam por Crimes Contra a Segurança Nacional (1964-1979)
 - Processos: 51/68; 73/69; 32/70; 36/70 (Os processos são solicitados ao Superior Tribunal Militar, no Distrito Federal, pela Auditoria para a consulta em Juiz de Fora)

Setor de Memória da Biblioteca Murilo Mendes (JF/MG) – (SM/BMMM)

- Jornal Diário Mercantil (1966 a 1972)
- Jornal Tribuna de Minas (2002 e 2004)

Arquivo Histórico da UFJF - (AH-UFJF)

- Jornal Tribuna de Minas (1984) – Coleção “Caixa de Recortes de Jornais sobre Juiz de Fora”

Seção de Documentação da Câmara Municipal de Juiz de Fora (SD-CMJF)

- Processo 310/48

Material de arquivo cedido pelos entrevistados

- Arquivo Pessoal de Jaime de Almeida
- Arquivo Pessoal de José Salvatti Filho
- Arquivo Pessoal de Waldo Silva
- Arquivo Pessoal de Luiz Flávio Rainho T. Ribeiro
- Arquivo Pessoal de Renê Gonçalves de Matos
- Arquivo Pessoal de Colatino Lopes Soares Filho
- Arquivo Pessoal de Maria José de Carvalho Nahas
- Arquivo Pessoal de Ângela Maria Pezzuti

ANEXOS

Relação dos Anexos:

N.	<u>TÍTULO DO ANEXO</u>	Pag.
01.	Roteiro geral de entrevistas para a coleta de fontes orais	236

02. Planta da Penitenciária Regional José Edson Cavaliere (Penitenciária de Linhares) .	237
03. Reprodução de fotografia da Penitenciária de Linhares	242
04. Cópia de partes do livro que contém a Relação dos Presos que Responderam por Crimes Contra a Segurança Nacional (1964 – 1979)	243
05. Cópia de denúncia de indiciados na LSN elaborada pelo promotor militar da 4ª C.J.M.....	244
06. Cópia de Mandado de Prisão	250
07. Jornal local noticia na capa o julgamento de processados por integrar o núcleo da APML em Juiz de Fora	251
08. Cópia de Alvará de Soltura	253
09. Cópia do Livro de Registro de Matrículas de Presos da Penitenciária de Linhares	254
10. Reprodução de fotografia da cela onde Gilney Amorim Viana ficou em Linhares ...	268
11. Presos políticos tomam sol no pátio da Penitenciária de Linhares	269
12. Ilustrações feitas por Guido de Souza Rocha na Penitenciária de Linhares	270
13. Documento de Linhares	276
14. Reprodução de Carta Anexa ao Documento de Linhares	305
15. Cópia de partes do documento Até Sempre 3	306
16. Cópia de partes do processo contra suspeitos de passar documentos clandestinos para o exterior da prisão	308
17. Atestado de comportamento de presos políticos da Penitenciária de Linhares	309
18. Jornal local fala de Ângelo Pezzuti como “elemento muito perigoso”	310
19. Cópia de mapa feito por Jorge Raimundo Nahas do 4º R.O., incluído em plano de fuga, e descoberto pela repressão no Rio de Janeiro	311
20. Presos da Penitenciária de Linhares banidos do território nacional pelo governo militar em troca do embaixador alemão seqüestrado	312

21. Artesanatos feitos por presos políticos da Penitenciária de Linhares	315
22. Antiga sede da Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar, onde os presos políticos de Linhares eram julgados	316